



**REVISTA DE
CIÊNCIAS
SOCIAIS**

**Burguesia e extrema-
direita no Brasil**

Volume 53 – número 1 – 2022

Universidade Federal do Ceará—UFC
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia
UFC/UNILAB

Revista de Ciências Sociais

Burguesia e extrema-direita no Brasil

ISSN, v. eletrônica 2318-4620.

Fortaleza, v. 53, n. 1, mar./jun., 2022, p. 1–432.

Ficha Catalográfica

Revista de Ciências Sociais — periódico do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará — UFC

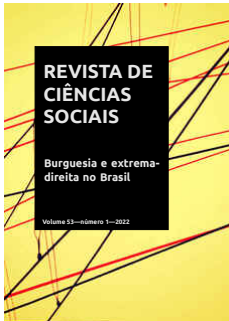
n. 1 (1970) – Fortaleza, UFC, 2022

Quadrimestral

ISSN, v. eletrônica 2318-4620

Burguesia; extrema direita; Brasil.

I — Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades



Revista de Ciências Sociais

Volume 53, número 1, 2022

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

Conselho Editorial

André Luiz Coelho Farias de Souza, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil
Bela Feldman-Bianco, Universidade de Campinas, Brasil
Boaventura de Sousa Santos, CES, Universidade de Coimbra, Portugal
Carlos Gilberto Zárate Botía, Universidad Nacional de Colombia (sede Amazonia), Colômbia
Céli Regina Jardim Pinto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
César Barreira, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Fernanda Antonia da Fonseca Sobral, Universidade de Brasília
Fernando Mayorga, Centro de Estudios Superiores Universitarios (CESU)/Universidad Mayor de San Simón (UMSS), Bolívia
Fidel Irving Pérez Flores, IREL/UnB, Brasil
Florencia Agunín Antía, Instituto de Ciencia Política/Facultad de Ciencias Sociales/Universidad de la República, Uruguai
François Laplantine, Universidade de Lyon 2, França
Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Jawdat Abu-El-Haj, Universidade Federal do Ceará, Brasil
José Machado Pais, ICS, Universidade de Lisboa,, Portugal
Lucio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México, México
Luiz Felipe Baeta Neves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Helena Villas Boas Concone, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
Maria Virgínia Quiroga, Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC)/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina
Martin Mendoza-Botelho, Eastern Connecticut State University, Estados Unidos
Moacir Palmeira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Ruben George Oliven, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Ralph Della Cava, ILAS, Columbia University, Estados Unidos da América do Norte
Ronald H. Chilcote, Universidade da Califórnia, Estados Unidos da América do Norte
Véronique Nahoum-Grappe, Centre National de la Recherche Scientifique, França
Yanina Welp, University of Zurich/Zentrum für Demokratie Aarau (ZDA), Suíça
Yuri Kasahara, Norwegian Institute for Urban and Regional Research/Oslo Metropolitan University, Noruega

Comissão Editorial

Clayton Mendonça Cunha Filho, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Irapuan Peixoto Lima Filho, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Irllys Alencar Barreira, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Editor de Diagramação

Jakson Alves de Aquino, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Assistentes de Edição

Ana Alice Lima de Sousa, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Francisco Sócrates Costa de Abreu, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Maria Clara Rafael de Araujo, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Vitória Nátaly Vasconcelos Silva, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Organização do dossiê

Caio Bugiato, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Sara Freitas, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Revisão

Irapuan Peixoto Lima Filho, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Francisco Sócrates Costa de Abreu, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Vitória Nátaly Vasconcelos Silva, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Contato

Revista de Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais
Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica)
60.020-181
Fortaleza, Ceará/BRASIL

Telefone: +55 (85) 3366.7416
Correio eletrônico: rcs@ufc.br
Sítio: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso>

Sumário

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza,

v. 53, n. 1, 2022

// DOSSIÊ: Burguesia e extrema-direita no Brasil

- 15 Burguesia e extrema direita no Brasil: nota introdutória
Caio Bugiato, Sara Freitas
- 23 Discurso popular-democrático e o sujeito de negação bolsonarista: extrema-direita no Brasil contemporâneo entre a Sociologia e a Psicanálise
Victor José Alves Fernandes, Daniel Spotorno Moreira Machado
- 57 O mutualismo entre liberal-conservadorismo e fascismo: disputa ideológica e cenário político do Brasil contemporâneo
Mateus Mendes, Marcia Ribeiro Dias
- 97 Mulheres ultraconservadoras: elementos para uma reflexão feminista
Ana Lívia Rodrigues, Ramayana Costa
- 143 Bola de Neve Church, empreendedorismo e o diálogo com o Ideário das políticas neoliberais
Fabio Lanza, Maryana Marcondes

- 175 O desmonte dos direitos trabalhistas e a imposição de limites à ação reivindicatória dos trabalhadores (2011–2021): uma análise da "agenda" conservadora da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF)
Danilo Enrico Martuscelli, Nayara Letícia Sartori da Silva
- 223 Os empresários comerciais e o governo Bolsonaro: da eleição de 2018 às medidas de isolamento social durante a pandemia de Covid-19 (2020)
Gabriel S. Vaccari, Mateus C. M. de Albuquerque

// ARTIGOS

- 263 O controle de recursos públicos como dimensão da "guerra cultural": o caso do Edital PRODAV
Henrique Rodrigues Moreira
- 309 A melancolia da esquerda resignada: reflexões sobre reformismo e neoliberalismo
Luan Cardoso Ferreira
- 345 Condições sociais de produção e circulação de um "clássico da esquerda": uma análise de *A Democracia como Valor Universal*, de Carlos Nelson Coutinho
Marcelo Fontenelle e Silva
- 385 Uma história de controvérsias: a implantação do Aeromóvel em Porto Alegre/RS
Valesca Daiana Both Ames, Marilis Lemos de Almeida

// RESENHAS

- 421 Deus, família, punitivismo e neoliberalismo: o novo conservadorismo brasileiro e suas conexões com os Estados Unidos da Era Reagan
Wallace da Silva Mello

Contents

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza,
v. 53, n. 1, 2022

// DOSSIER: Bourgeoisie and the extreme right in Brazil

- 15 Bourgeoisie and the extreme right in Brazil
Caio Bugiato, Sara Freitas
- 23 Popular-democratic discourse and the subject of
bolsonarist denial: far-right in contemporary Brazil
between Sociology and Psychoanalysis
*Victor José Alves Fernandes, Daniel Spotorno Moreira
Machado*
- 57 The mutualism between liberal-conservatism and
fascism: ideological dispute and political scenario of
contemporary Brazil
Mateus Mendes, Marcia Ribeiro Dias
- 97 Ultraconservative women: elements for a feminist
reflection
Ana Livia Rodrigues, Ramayana Costa
- 143 Bola de Neve Church, entrepreneurship and
dialogue with ideals of neoliberal policies
Fabio Lanza, Maryana Marcondes
- 175 The dismantling of labor rights and the imposition
of limits on workers' claims (2011–2021): an analysis
of the conservative "agenda" of the National
Confederation of Financial Institutions (CNF)
*Danilo Enrico Martuscelli, Nayara Letícia Sartori da
Silva*

- 223 Business Entrepreneurs and the Bolsonaro Government: From the 2018 election to social isolation measures during the Covid-19 pandemic (2020)
Gabriel S. Vaccari, Mateus C. M. de Albuquerque

// ARTICLES

- 263 The control over public budget as one dimension of "war culture": the case of prodav notice
Henrique Rodrigues Moreira
- 309 The melancholy of the resigned left: reflections on reformism and neoliberalism
Luan Cardoso Ferreira
- 345 Social conditions of production and circulation of a "classic of the left" — an analysis of *Democracy as Universal Value*, by Carlos Nelson Coutinho
Marcelo Fontenelle e Silva
- 385 A history of controversies: the implementation of the aeromóvel in Porto Alegre/RS
Valesca Daiana Both Ames, Marilis Lemos de Almeida

// BOOK REVIEWS


- 421 God, family, punitivism and neoliberalism: the New Brazilian Conservatism and its connections with the United States of the Reagan Era
Wallace da Silva Mello

// **Dossiê**
Burguesia e extrema-direita no Brasil

Burguesia e extrema direita no Brasil: nota introdutória

Caio Bugiato


Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-9378-4830>

bugiato@gmail.com

Sara Freitas

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-4692-4837>

sarafs77@yahoo.com.br

A ascensão da extrema-direita como força política organizada é um fenômeno atual e mundial. Com uma articulação transnacional, a intensidade desta força e seus êxitos variam de país para país e em alguns casos ela chega a ocupar as mais altas posições estatais. Suas diferentes e complexas inserções nos processos políticos nacionais possibilitam caracterizá-la de formas distintas, tais como tradicionalismo, populismo de direita, (neo)fascismo, entre outras. Suas críticas e oposições, conservadoras e por vezes superficiais, igualmente variam: são frequentes os ataques, sobretudo no plano discursivo, ao

Estado capitalista, ao programa neoliberal, à democracia liberal, ao sistema partidário, ao sistema eleitoral. Contudo, um elemento que não varia e caracteriza a natureza da extrema-direita é seu objetivo principal de eliminação do pensamento e da prática política da esquerda, no passado e no presente, inclusive como forma de governar. Atualmente esta esquerda é entendida de modo geral, como todos os que não se enquadram e se posicionam contra os valores e o projeto político dos extremistas (os inimigos a serem exterminados). Outro elemento aparentemente invariante é a tendência de cooptação dos movimentos de extrema-direita pela burguesia. Como um movimento político tradicionalmente originado em camadas intermediárias das sociedades capitalistas, a ascensão da extrema-direita é acompanhada de influência, interferência e dominação da classe dominante sobre o processo. Uma dinâmica de cooptação pelo alto, no passado e no presente, inclusive como constituição de hegemonia política.

Assim, este número da *Revista de Ciências Sociais* oferece um panorama da produção acadêmica sobre as transformações ocorridas nos últimos anos na política brasileira, com a ascensão da extrema direita, a eleição do governo Bolsonaro — que congrega os elementos invariantes descritos acima — e o papel da burguesia e outros agentes políticos na conjuntura. O primeiro conjunto de artigos reúne trabalhos teóricos diante de tais transformações, revisitando conceitos clássicos como fascismo, ideologia, bem como a relação destes com a psicanálise, em perspectiva crítica.

O artigo de *Victor José Alves Fernandes* e *Daniel Spotorno Moreira Machado* recorrem a Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, abordando a configuração do poder político como articulação da hegemonia política. Com o objetivo de discutir os processos através dos quais operam-se interpelações discursivas e conformações identitárias sin-

tetizadas no termo “bolsonarismo”. Os autores revisam a problemática do conflito como categoria fundacional da psicanálise e avançam em sua hipótese de que moções inconscientes são capazes de orientar a ação social racionalmente justificada. Assim, os autores argumentam que o sujeito é incapaz de relacionar-se com o mundo e com a si mesmo com espontaneidade e aproveitar da experiência de si mesmo como devir, como incerteza, criatividade e constante produção de alteridades. Pode ser um sujeito especialmente suscetível às interpelações discursivas que conformam o autoritarismo característico dos matizes políticos de extrema-direita em geral e o que os autores denominam bolsonarismo, em particular. O texto encerra-se com o debate acerca da hipótese de que indivíduos mais propícios às interpelações neofascistas são os que negam a transitoriedade e apegam-se a uma fantasia de fixidez identitária, subjetiva, bem como de posições no espaço social.

O artigo de *Mateus Mendes e Márcia Ribeiro Dias* apresenta uma reflexão instigante sobre as afinidades eletivas entre o liberal-conservadorismo e o fascismo e observa traços deste mutualismo no processo político brasileiro atual. Os autores analisam a dimensão ideológica no Brasil contemporâneo a partir da identificação de uma sobreposição de ideologias na sociedade brasileira, que se tornou hegemônica a partir das eleições de 2018. Os autores fazem uma discussão teórica partindo de uma discussão epistemológica acerca do conceito de ideologia, categorizam o fascismo e o liberal-conservadorismo e assim analisam a evolução das disputas entre diferentes vertentes ideológicas, protagonizadas pela esquerda socialdemocrata e a direita neoliberal na história recente do país.

O Dossiê segue com um segundo conjunto de artigos, composto por trabalhos que trazem análises da luta ideológica e da relação

capital-trabalho no Brasil, para além do plano teórico, e que podem ser compreendidos como ações da burguesia brasileira, do governo e de seus aliados.

Ana Livia Rodrigues e Ramayana Costa em seu artigo mostram a adesão de mulheres a ideias e práticas ultraconservadores e fascistas. As autoras contextualizam a participação das mulheres nos diferentes fascismos europeus e no integralismo brasileiro no século XX, dando ênfase ao fenômeno no Brasil atual: a participação das mulheres no governo Bolsonaro, bem como de apoiadoras desse governo e suas atividades/ações em defesa do ultraconservadorismo no Brasil. As autoras afirmam que a partir da adesão e das mulheres a governos misóginos na sociedade brasileira tem contribuído, de maneira ativa, para o fortalecimento e perpetuação do domínio masculino. Trata-se, em última instância, de mulheres que defendem as suas condições de mulheres “belas, recatadas e do lar” e que procuram ocupar os espaços públicos para reforçar tais ideais, utilizando o Estado como este lugar de imposição autoritária de uma moral cristã, de um ideal familista burguês.

Fabio Lanza e Maryana Marcondes apresentam o papel das instituições religiosas para a compreensão da realidade contemporânea. São essas instituições, como a Bola de Neve Church (BNC), que ajudaram a eleger e a manter o plano político conservador brasileiro nos últimos anos. É importante salientar que grupos religiosos de vertente cristã, principalmente a vertente neopentecostal, como é o caso da BNC, tiveram significativa participação na eleição do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Os autores propõem uma análise das narrativas neoliberais compartilhadas pela Bola de Neve Church. Para isso, elaboraram suas reflexões acerca do vídeo publicado na plataforma do YouTube, intitulado *Como enfrentar a atual crise política/financeira*,

um discurso do fundador da BNC, Apóstolo Rinaldo Seixas, realizado no Congresso Recrie, em 2016. Como resultado, apontam uma aproximação da BNC com o ideário neoliberal a partir de uma perspectiva religiosa, com um discurso que fornece explicações místicas da crise econômica e da política brasileira e soluções inspiradas na economia de rede para proteger os fiéis do desemprego. Assim, desenvolvem-se, via religião, os valores do empreendedorismo como alternativa à crise da empregabilidade.

Danilo Enrico Martuscelli e Nayara Letícia Sartori da Silva evidenciam a centralidade e o papel dos grandes bancos na política econômica brasileira, para os quais direitos trabalhistas são obstáculos a serem retirados. Desse modo, os autores examinam a posição do capital financeiro diante da questão trabalhista e da questão sindical na conjuntura brasileira de 2011 a 2021. Analisam o conteúdo da *Agenda do Setor Financeiro* produzida pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), órgão máximo de representação das instituições financeiras no país. Ao longo do referido período, a CNF tratou os direitos trabalhistas como inibidores do crescimento econômico, causadores do desemprego e obstáculos para a competitividade das empresas. Tal posicionamento conservador desempenhou papel relevante no debate e na elaboração de medidas que promoveram a redução de direitos trabalhistas e impuseram limites à ação reivindicatória dos trabalhadores, por meio do primado do negociado sobre o legislado, nas relações de trabalho.

O artigo de *Gabriel S. Vaccari e Mateus C. M. Albuquerque* encerra esse dossiê com um assunto de pertinência significativa, que diz respeito justamente ao apoio empresarial ao governo Bolsonaro. Os dados e análises apresentados são bastante esclarecedores sobre a relação do setor comercial com o governo Bolsonaro. Os autores

analisam a relação do empresariado comercial com o governo entre os anos de 2018 e 2020. Como resultado, identificam forte apoio às reformas liberais, de maneira ativa, pautando especificidades nestas reformas e um engajamento favorável ao governo, no período eleitoral e em seu primeiro ano. Também identificam que os comerciantes se mobilizaram ativamente por pautas específicas do setor. Referente a medidas sobre a pandemia, os autores destacam que todas as associações defenderam a necessidade de ajuda por parte do governo para os empresários, mas somente no Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) constataram pressão pela reabertura do comércio.

Resumo:

Este texto é a apresentação do Dossiê *Burguesia e Extrema Direita no Brasil*. A necessidade de um Dossiê com essa temática no Brasil surge com a ascensão da extrema direita e a eleição do governo Bolsonaro. Nesse processo é possível identificar uma tendência: a cooptação dos movimentos de extrema-direita pela burguesia. Como um movimento político tradicionalmente originado em camadas intermediárias das sociedades capitalistas, a ascensão da extrema-direita é acompanhada de influência, interferência e dominação da classe dominante sobre o processo. Uma dinâmica de cooptação pelo alto, no passado e no presente, inclusive como constituição de hegemonia política. Dessa forma, apresentamos os artigos do dossiê, teóricos e de análise da conjuntura, que captam a relação entre a extrema direita, a burguesia e outros agentes políticos no Brasil.

Palavras-chave: Burguesia; extrema direita; Brasil.

Abstract:

This text presents the dossier *Bourgeoisie and extreme right in Brazil*. A dossier about this theme becomes necessary in Brazil due to the rise of the extreme right and the election of the Bolsonaro administration. In this process, it is possible to identify a trend: the co-optation of extreme-right movements by the bourgeoisie. As a political movement traditionally originated in the middle sectors of capitalist societies, the rise of the extreme right is accompanied by the influence, interference, and domination of the ruling class over the process. A dynamic of co-optation from above, in the past and present, and towards the constitution of political hegemony. In this way, we present theoretical and analytical articles that capture the relationship among the extreme right, the bourgeoisie, and other political agents in Brazil.


Keywords: Bourgeoisie; extreme right; Brazil.

Recebido para publicação em 17/02/2022.
Aceito em 20/02/2022.

Discurso popular-democrático e o sujeito de negação bolsonarista: extrema-direita no Brasil contemporâneo entre a Sociologia e a Psicanálise

Victor José Alves Fernandes


Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-1029-6891>

victorfernandes@ufmg.br

Daniel Spotorno Moreira Machado

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-1174-7612>

daniel_spotorno@hotmail.com

Introdução

A recente ascensão ao poder de figuras como Recep Erdogan, na Turquia, Rodrigo Duterte, nas Filipinas, Donald Trump, nos Estados Unidos, Viktor Órban, na Hungria, Narendra Modi, na Índia, Iván Duque, na Colômbia e Jair Bolsonaro, no Brasil, entre outros, bem

como o fortalecimento de movimentos em torno de partidos como o *Britain National Party* e *Britain First*, no Reino Unido, e o antigo *Front National*, na França, concorrem para corroborar interpretações de que estaríamos experimentando, nos últimos anos, um recrudescimento do conservadorismo — de matizes reacionários — no Brasil e no exterior. Com efeito, segundo algumas análises, a ampla e progressiva guinada à direita no espectro político pode ser caracterizada como uma emergência do “neofascismo”, inclusive no Brasil (cf., por exemplo, BOITO, 2020; NETO, 2020).

Para Alexander Reid Ross (2016), movimentos neofascistas, não obstante suas particularidades, podem ser caracterizados por atributos comuns a todos eles. Em uma palavra, o tipo ideal consiste no seguinte: movimentos neofascistas (1) são declaradamente anti-socialistas; (2) impulsionam-se pela propagação de um sentimento de crise e degradação nacional, localizando em minorias políticas as causas das misérias e de uma suposta degradação moral e material da nação — a pretexto da defesa de valores e relações sociais tradicionais, arrogam-se o direito do exercício da violência física e simbólica contra essas minorias, sob a égide de uma liderança carismática e metonímica desse “encadeamento de equivalências”, composto por uma pluralidade de sujeitos sociais, nos termos de Laclau e Mouffe (2001); em consequência, (3) promovem uma visão idílica do passado nacional, que deve ser resgatado; (4) promovem o revisionismo histórico; (5) guardam aversão aos processos e procedimentos democráticos; enfim, (6) em consonância com uma razão de governo neoliberal, defendem o Estado *mínimo na regulação de mercados*, e *máximo na preservação de “liberdades individuais” e direitos de propriedade individual*.

Ora, o movimento populista que se forma em torno da figura de Jair Bolsonaro ao longo dos últimos anos — designá-lo-emos, aqui,

como *bolsonarismo* — mantém estreita aproximação com o tipo ideal proposto por Ross (2016). Sem incorrerem numa lista exaustiva de atos e enunciados provenientes do governo de Jair Bolsonaro, recorramos a alguns exemplos.

Sob a insígnia bolsonarista, encontramos o combate quixotesco ao socialismo nos mais diversos campos, de modo que até mesmo o pacote trilionário da gestão Trump para sustentar a economia dos EUA durante a crise sanitária de Covid-19 foi considerada por alguns como “uma guinada ao comunismo” (PUTTI, 2020). Já a construção e compartilhamento de um suposto quadro de uma nação brasileira deteriorada moralmente são incessantes em determinados circuitos midiáticos desde muito antes da eleição presidencial de 2018, combinando-se denúncias de corrupção institucional e cultural que deve ser extirpada (ALEGRETTI, 2019). Nessa esteira, o passado brasileiro é idealizado e colocado como objetivo a se alcançar no futuro — conforme o presidente Bolsonaro, “o objetivo é fazer o Brasil semelhante ao que era há 40, 50 anos” (GIELOW; FERNANDES, 2018). O revisionismo histórico manifesta-se sistematicamente pela denegação do período ditatorial brasileiro (OLIVEIRA, 2019). Processos e procedimentos democráticos são, na mesma toada, atacados sistematicamente, em ofensivas que atravessam a Universidade, a Imprensa, canais institucionais de participação social em políticas públicas, movimentos sociais e até mesmo a relação entre os três poderes, sobretudo o Supremo Tribunal Federal (CHADE, 2020). A administração neoliberal do Estado, bem como o avanço do neoliberalismo como discurso, episteme ou “governamentalidade” (FOUCAULT, 2008), aparece como carro-chefe do governo, sintetizados na figura do “superministro” da Economia, Paulo Guedes (FERNANDES; DE PAULA, 2020). Por fim, cabe destacar que, em articulação com os chamados “esquerdis-

tas” ou “comunistas”, o grande mal a ser arrancado pela raiz a fim de fazer a Nação prosperar é construído, no bolsonarismo, através de um amálgama de indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais, grupos LGBTQIA+, ambientalistas, imigrantes, feministas, praticantes de religiões afro-brasileiras e assim por diante — em uma palavra, as minorias políticas.¹

Pois bem, não obstante tenhamos mobilizado, aqui, poucos exemplos, estes devem bastar para evidenciar as aproximações do governo Bolsonaro com o tipo ideal do neofascismo postulado por Ross (2016) — aproximações essas que, como já sinalizado, são cotejadas e corroboradas por outras avaliações (MARTINS; MAGNELLI, 2020; IBARRA; VELADOR, 2020; SALGADO; SANDRIN, 2021).

Esboçado, portanto, ainda que brevemente, tal cenário político e social, chama-nos a atenção o fato de, após quatro eleições presidenciais consecutivas vencidas pelo *Partido dos Trabalhadores* (PT), de orientação relativamente progressista, uma parcela significativa de brasileiros ter apoiado não só o controverso impedimento da então presidenta Dilma Rousseff, como também, em sequência, a eleição de um político de extrema-direita como chefe de Estado.

Nesse sentido, este ensaio tem o objetivo de discutir os processos e condições através dos quais operam-se interpelações discursivas, deslocamentos e conformações identitárias que, em encadeamento, comumente, são alocadas sob o termo “bolsonarismo”. Para isso, recorreremos, num primeiro momento, a Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, abordando a configuração do poder político como articulação da “hegemonia política”. Em seguida, na medida em que a construção da hegemonia política está além do que pode arvorar um “projeto de

¹Um conjunto de ataques a minorias, proferidos por Bolsonaro, pode ser conferido em istoe.com.br. Acesso em 29/10/2020.

um mundo político liberal” (PRADO, 2001, p. 161) — isto é, além do individualismo e racionalismo moderno-ocidental — revisitamos a problemática do conflito como categoria fundacional da psicanálise. Com isso, avançamos a hipótese de que moções inconscientes são capazes de orientar a ação social racionalmente justificada. Nessa linha, argumentamos que o sujeito incapaz de, a um só tempo, relacionar-se com o mundo e com a si mesmo com espontaneidade, e aproveitar da experiência de si mesmo como devir, como incerteza, criatividade e constante produção de alteridades, pode ser um sujeito especialmente suscetível às interpelações discursivas que conformam o autoritarismo característico dos matizes políticos de extrema-direita, em geral, e que chamamos “bolsonarismo”, em particular. Encerramos o texto com a discussão da hipótese de que indivíduos mais suscetíveis às interpelações neofascistas são os que negam a transitoriedade e apegam-se a uma fantasia de fixidez identitária, subjetiva, bem como de posições no espaço social.

O (neo)fascismo como incorporação de interpelações populares-democráticas ao discurso político de extrema-direita

É bem sabido que Laclau e Mouffe inserem-se no campo marxista a partir da crítica do materialismo histórico que concede ao proletariado a posição de sujeito histórico universal. Sinteticamente, desde tal perspectiva teleológica do marxismo ortodoxo, os conflitos emergentes no espaço social são decorrentes das contradições das relações de produção e, portanto, subsumidos à luta de classes. Assim, disputas e antagonismos no âmbito da cultura, da filosofia política, em torno do sentido de “justiça”, “liberdade” e “igualdade” etc. são re-

duzidas a epifenômenos das relações econômicas e, portanto, à condição de “conteúdos ideológicos”, de modo que “todo conteúdo ideológico tem uma clara conotação de classe e qualquer controvérsia pode ser reduzida — através de um sistema mais ou menos complicado de mediações — a uma contradição entre classes” (LACLAU, 1977, p. 105).² O que Laclau e Mouffe apontam, no entanto, é certa autonomia do político em relação à luta de classes, na medida em que se fazem observáveis antagonismos que relutam em ser categorizados como antagonismos entre classes, ou entre ideologias de classe:

Marx procura [...] pensar o fato primário da divisão social sobre as bases de um novo princípio: o confronto entre classes. Esse novo princípio, entretanto, é minado desde o início por uma insuficiência radical, emergente do fato de que a oposição de classes é incapaz de dividir a totalidade do corpo social em dois campos antagonicos, de reproduzir a si mesma automaticamente como linha de demarcação da esfera política. É por essa razão que a afirmação da luta de classes como princípio fundamental da divisão política sempre deve vir acompanhada por hipóteses suplementares que relegavam sua total aplicabilidade ao futuro: hipóteses histórico-sociológicas — a simplificação da estrutura social, que conduziria à coincidência entre lutas políticas reais e lutas entre classes como agentes constituídos no nível das relações de produção (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 152).

De modo geral, argumentam os autores, “através desse tipo de antagonismo” — isto é, do antagonismo irreduzível ao antagonismo entre classes — “os setores dominados não se identificariam como classe, mas como ‘o outro’, aquele que se encontra contraposto ao bloco de poder dominante” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 107), ainda que, em última instância, tal antagonismo possa ser sobre-determinado pelo conflito de classes. É assim que “a noção do social é

²Assumimos a responsabilidade pela tradução de textos em língua estrangeira.

concebida como um espaço discursivo” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. X) e, nessa linha, a política é considerada não como algo da ordem da “superestrutura”, mas, antes, como “ontologia do social” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. XIV).³ Nessa perspectiva, “não se pode separar o processo de constituição de identidades sociais do processo de configuração do poder social” (GADEA, 2008, p. 13).

É nessa esteira que Laclau e Mouffe localizam a Revolução Francesa no epicentro do que denominaram “A Revolução Democrática”. A tese defendida pelos autores é a de que a luta contra a subordinação não é produto da condição ontológica do sujeito subordinado em si mesma, mas “de um tipo de ação cujo objetivo é a transformação de uma relação social que constrói o sujeito numa relação de subordinação” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 152-153).⁴ Assim, é através da disponibilidade do “discurso democrático” e da Declaração dos Direitos do Homem que torna-se possível a articulação entre diferentes lutas contra a subordinação e distintos tipos de desigualdades:

É para designar essa mutação que falamos [...] de “revolução democrática”. Com isso, nós designamos o fim de uma sociedade de tipo hierárquico e desigual, regida por uma lógica teológica-política na

³Cabe notar que a noção de discurso acionada por Laclau e Mouffe não se restringe a aspectos linguísticos ou verbais, mas diz respeito a *relações entre elementos*, de modo que “esses elementos não são preexistentes ao complexo de relação, mas se constituem através dele” (LACLAU, 2005, p. 92). Conforme assinala Marcelo Marques (2020, p. 17), o conceito de discurso designa “uma prática (ações e enunciados) que resulta de processos articulatórios voltados para a produção de uma determinada unidade de significação da realidade que, como tal, busca se sedimentar enquanto uma verdade última na organização das relações sociais”.

⁴Laclau e Mouffe definem como “relações de subordinação” aquelas relações nas quais o sujeito é submetido às decisões de outrem; “relações de opressão”, por sua vez, são entendidas como “relações de subordinação que se transformaram em campos de antagonismo” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 153-154). Enfim, “relações de dominação” são concebidas como “o conjunto de relações de subordinação que são consideradas como ilegítimas da perspectiva, ou do julgamento, de um agente social externo a elas” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 154).

qual a ordem social tem sua fundação na vontade divina. O corpo social foi concebido como um todo no qual os indivíduos aparecem fixos em posições diferenciais. [...] Essa quebra com o Antigo Regime [...] proporcionaria as condições discursivas que tornaram possível a proposta de diferentes formas de desigualdade como ilegítimas e anti-naturais, e nesse sentido torná-las equivalentes a formas de opressão. Aqui jaz o profundo poder subversivo do discurso democrático, que permitiria o espraiamento da igualdade e liberdade para domínios cada vez mais amplos e, portanto, atuar como um agente fermentador em diferentes formas de luta contra a subordinação (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 155).

É nesse sentido em que relações de poder são atravessadas pela criação de identidades sociais, que, através do encadeamento entre diferenças tornadas equivalentes, podem vir a constituir a “hegemonia política”. Walter Gadea (2008), a partir de Laclau, discrimina o processo de constituição de identidades sociais em três etapas.

A primeira delas é determinada por um sistema relativamente fechado de diferenças, no qual as posições dos diferentes sujeitos sociais estão fixadas e os diferentes grupos se reconhecem como parte de uma ordem estável e aceita por todos. A segunda etapa é a do “deslocamento”, isto é, da incapacidade de sustentar de forma bem-sucedida as identidades e a ordem sociais, “na medida em que sempre existe um *exterior constitutivo*, um Outro que põe em perigo a conformação de tal identidade fixa ou estável” (GADEA, 2008, p. 14. Ênfase nossa). A terceira etapa, enfim, corresponde à “composição da cadeia de equivalências ante a um inimigo comum” (GADEA, 2008, p. 14.), ou seja, da definição de um campo de lutas entre um “nós” e um “eles”: ⁵

⁵Se o conceito de discurso implica processos articulatórios entre elementos que não necessariamente guardam alguma coerência lógica entre si e produz uma unidade de significação, isso se deve ao fato de que “os fatores que levam diferentes elementos (particularidades discursivas) a se articularem não são aquilo que eles podem ter em comum, mas, ao contrário, são fatores externos aos elementos e que

A linha divisória entre essas duas instâncias traça uma separação e forja uma identidade nova que é de natureza política. Esse terceiro momento é central para compreender a constituição do poder social, pois configura a etapa na qual a política se transforma no princípio de organização social. [...] O “inimigo” é o princípio que organiza elos distintos através dos significantes vazios [tal como uma bandeira, Deus, a “pátria”, a família], formando um “nós” igualitário frente a um inimigo externo. [...] Esse processo de configuração da identidade é idêntico ao processo de configuração do poder político e não é nem mais nem menos do que a articulação “hegemônica do poder” (GADEA, 2008, p. 14).

O Outro, causa do deslocamento e, conseqüentemente, da desafi-xação e instabilidade identitária, opera através de “interpelações discursivas”:

[...] a função básica de toda ideologia é interpelar/constituir indivíduos como sujeitos. [...] *Indivíduos*, que são simples portadores de estruturas, são transformados pela ideologia em *sujeitos*, quer dizer, eles vivem a relação com suas reais condições de existência como se eles mesmos fossem o *princípio autônomo* de determinação daquela relação. O mecanismo dessa inversão característica é a interpelação. [...] *O que constitui o princípio unificador de um discurso ideológico é o “sujeito” interpelado e, portanto, constituído através desse discurso* (LACLAU, 1977, p. 100-101. Ênfase no original).

Cabe notar que há diferentes tipos de interpelações possíveis, que podem coexistir e incorporar um *corpus* discursivo-ideológico em certa unidade. Interpelações políticas, religiosas, familiares, tecnocientíficas e assim por diante podem se articular num mesmo discurso ideológico sem guardar muita consistência lógica entre si, porque a

mantêm uma relação de negatividade comum a todos” (MARQUES, 2020, p. 17). Nesse sentido, processos que concorrem para a formação de identidades são sempre relacionais, atravessados pela construção de um “inimigo comum exterior” em oposição a um “nós”. O processo de articulação contingente entre diferenças tornadas equivalentes depende, portanto, desse “exterior constitutivo”, aquilo que “excede os limites internos das particularidades (elementos)” (MARQUES, 2020, p. 18).

unidade ideológica é dada pela “habilidade de cada elemento interpelativo de realizar o papel de condensação em relação aos outros” (LACLAU, 1977, p. 102). Como indica Ernesto Laclau, uma interpelação familiar pode remeter a uma interpelação religiosa, estética ou política, por exemplo, e cada uma dessas interpelações opera como metonímia, ou “representante” das outras, garantindo, dessa maneira, o discurso ideológico unificado.

Pois bem, é importante ressaltar que, com o advento da chamada “revolução democrática”, um discurso interpelador fundamental consiste no da “luta popular-democrática” (LACLAU, 1977, p. 107), endereçado ao sujeito como “o povo”, que deve entrar em uma relação antagonica em relação ao bloco dominante.⁶ Esse discurso não só não é integrante necessário a ideologias e discursos de classe específicos, como também se apresenta como apto à incorporação pelos mais diversos discursos políticos. Dessa forma, Laclau assevera que

[...] interpelações populares-democráticas não têm conotação de classe precisas e pode ser incorporado em discursos político bastante distintos, e isso é um fato para o qual o fascismo nos oferece provas eloquentes. Para a tese que desejamos apresentar, eis o seguinte: o fascismo, longe de ser a típica expressão ideológica dos setores mais conservadores e reacionários das classes dominantes, foi, ao contrário, uma das formas possíveis de articular as interpelações populares-democráticas em um discurso político (LACLAU, 1977, p. 111).

É nessa esteira que Laclau conclui que

⁶O entendimento de “democracia”, para Laclau, extrapola as dimensões das instituições liberais. Com efeito, o conceito de “democracia” diz respeito a “um conjunto de símbolos, valores etc. — em suma, interpelações — através das quais o ‘povo’ toma consciência de sua identidade por meio de seu bloco de poder. Essas interpelações são necessariamente conectadas às instituições nas quais a democracia é materializada, mas ambos os aspectos são indissolúveis. Não se pode conceber uma extensão de direitos democráticos sem a produção paralela de sujeitos capazes de exercê-los” (LACLAU, 1977, p. 107).

O fascismo emerge a partir de uma crise dupla: (1) uma crise do bloco de poder que foi incapaz de absorver e neutralizar as contradições entre setores populares através dos canais tradicionais; (2) uma crise da classe trabalhadora, que foi incapaz de hegemonizar lutas populares e fundir a ideologia popular-democrática e seus objetivos revolucionários de classe numa prática política e ideológica coerente (LACLAU, 1977, p. 115).

Em outras palavras, interpelações populares-discursivas somente concretizam a expansão democrática — nos termos estipulados por Laclau (1977) — se articuladas a um discurso ético-político que sirva de esteio para práticas de igual liberdade entre sujeitos, sem excluir dessa relação o antagonismo, quer dizer, o conflito.

No entanto, o sentido assumido por interpelações não é dado a priori, variando em função das condições contingentes da enunciação — isto é, do sujeito interpelado. Desnecessário afirmar, nesse sentido, que o mecanismo da interpelação discursiva não opera de forma automática, convidando irresistivelmente o indivíduo a uma nova conformação como sujeito. Conforme pontua Alexandre Starnino,

Na visada proposta por Laclau, o significado depende em última instância do sujeito e de suas condições de enunciação. Ao endossar essa, digamos, determinação psicanalítica de impossibilidade de um “verdadeiro significado” e “remessas infundáveis de sentido” (ou ‘ir-redutibilidade do sentido’), afastando-se definitivamente de um positivismo lógico, Laclau engendra nas bases de sua Teoria do Discurso um dos fundamentos centrais da prática clínica; agora incorporados e aplicados na análise das diversas construções discursivas, sobretudo no que remete a um aprofundado estudo “da lógica e formação das identidades coletivas” (STARNINO, 2020, p. 436).

Cabe refletir, portanto, sobre as condições que favorecem a interpelação e integração “bem-sucedida”, por assim dizer, de discursos populares-democráticos e aqueles oriundos do espaço cultural a que

podemos designar como extrema-direita, ou neofascista, a partir do sujeito interpelado. A fim de desenvolver essa reflexão, recorreremos, na seção seguinte, ao papel da noção de conflito em Psicanálise, e argumentamos que a capacidade do sujeito de manejar ataques pulsionais se traduz em fator determinante para a rejeição ou, ao contrário, transformação identitária sob o signo das matrizes discursivas típicas do campo da direita radical.

Interpelação, identidade, devir e conflito

Uma premissa fundamental da psicanálise consiste na divisão do psíquico entre o que é consciente e inconsciente, de modo que o que se entende por inconsciente extrapola sua conotação meramente descritiva e adota um sentido de dinâmica do aparelho psíquico. Em “O Eu e o Isso” (2006 [1923]), Freud argumenta que o Eu seria aquela parte do Isso que passa por alterações provenientes do mundo externo; uma instância que procura impor ao Isso o crivo das estruturas normativas intrínsecas ao processo de aculturação. Em outras palavras, se o aparelho psíquico tem por função primordial o escoamento de excitações oriundas do Isso, regido pelo Princípio do Prazer, ele só pode fazê-lo a partir de representações submetidas ao Princípio de Realidade. Conforme elaboração de Fábio Belo, ausente o ato de divisão psíquica, a própria vida psíquica torna-se impossível:

O eu reúne as forças da pulsão sexual de vida, as forças que fazem síntese, que produzem sentido, que articulam o eu e o objeto através dos jogos da identificação. O isso são os restos das mensagens não traduzidas, a força do isso é a pulsão sexual de morte, a força que desconstrói os sentidos, que ataca as formações narcísicas, que é pura excitação sem nome e sem objeto (BELO, 2017, p. 3).

Ainda, decorrente da fase sexual infantil marcada pelo Complexo

de Édipo, sugere Freud, o investimento libidinal sobre as figuras de seus cuidadores, das pessoas que cumprem a função de pais, deve, via de regra, passar por uma transformação. “A catexia objetal da mãe [...] deve ser abandonada”, diz Freud, e “o seu lugar pode ser preenchido por uma de duas coisas: uma identificação com a mãe ou uma intensificação de sua identificação com o pai” (FREUD, 2006 [1923], p. 47). Assim se forma, na teoria freudiana, a partir de infantis escolhas objetais do Isso, uma “enérgica formação contra essas escolhas” (FREUD, 2006 [1923], p. 47), denominada ideal do Eu, ou Supereu, consistente, inicialmente, e por sua vez, na combinação das identificações com as figuras paterna e materna e que se confrontaria com os conteúdos do Eu:

O ideal do eu, portanto, é o herdeiro do Complexo de Édipo, e, assim, constitui também a expressão dos mais poderosos impulsos e das mais importantes vicissitudes libidinais do Isso. Erigindo esse ideal do Eu, o Eu dominou o Complexo de Édipo e, ao mesmo tempo, colocou-se em sujeição ao Isso. Enquanto que o Eu é essencialmente o representante do mundo externo, da realidade, o Supereu coloca-se, em contraste com ele, como representante do mundo interno, do Isso. Os conflitos entre o Eu e o ideal [...] em última análise refletirão o contraste entre o que é real e o que é psíquico, entre o mundo interno e o mundo externo (FREUD, 2006 [1923], p. 51).

Ao longo do desenvolvimento da criança, as identificações primárias e herdeiras do Complexo de Édipo se articularão, por assim dizer, a outras figuras colocadas em posição de autoridade, de forma que suas injunções procedem ao exercício de censura moral sobre o Eu: “a tensão entre as exigências da consciência e os desempenhos concretos do Eu é experimentada como sentimento de culpa” (FREUD, 2006 [1923], p. 51), e aquilo que Freud denominará, vagamente, como “sentimentos sociais” repousarão em cadeias de identificações com outrem. É dessa forma que, posteriormente, seria possível pensar uma

certa sociogênese da personalidade, que serviria de horizonte para pensar a etiologia de determinados estados de sofrimento. A socialização e, portanto, a constituição do sujeito dependeria fundamentalmente de processos de identificação, isto é, da capacidade de atuação a partir de tipos ideais cuja função é prover uma espécie de “protocolo” orientador do desejo, de julgamentos e da ação. “Contudo”, pontua Vladimir Safatle (2017, p. 23), “essa internalização não deixa de ser profundamente conflitual”:

Internalizar um tipo ideal encarnado na figura de um outro significa *conformar-se* a partir de um outro que serve de referência para o desenvolvimento do Eu. Se quisermos ser mais exatos, diremos que se trata de *alienar-se*, já que significa *ter sua essência fora de si, ter seu modo de desejar e de pensar moldado por um outro*. [...] Isso nos explica por que os processos de socialização tendem a se impor através da repressão do corpo libidinal, da culpabilização de toda exigência de satisfação irrestrita, perpetuando, com isso, relações de agressividade profunda contra aquilo que serve de ideal (SAFATLE, 2017, p. 23. Ênfase no original).

O cenário que se nos apresenta, então, para lançar mão da proposta de Laclau e Mouffe (2001), é de um sujeito mutável, constituído ao longo de sua trajetória a partir de uma série de interpelações discursivas de naturezas distintas — familiares, religiosas, militares, escolares, étnico-raciais e assim por diante, dos mais variados matizes político-ideológicos — de modo que mostra-se impossível pensar em um processo de subjetivação inequívoco e necessário, na medida em que tal processo é fruto de organizações libidinais *singulares*, contingentes e inescapavelmente atravessadas pelo conflito: do sujeito consigo mesmo, com outros e o ambiente em que se encontra. Nessa linha, argumentamos que é exatamente a recusa por parte do sujeito de se haver com a alteridade radical — social, mas também subjetiva — e a adoção da postura que pretensiosamente busca aniquilar ou se livrar

dessa “*extimidade*”, aquilo que lhe é a um só tempo o mais íntimo e o mais estranho (MILLER, 2010), que conduz àquilo que pode ser não só da ordem da psicopatologia, da neurose, mas, em última instância, ao lavramento do terreno onde poderão se assentar matrizes discursivas de extrema-direita. Elucidemos melhor esta ideia estabelecendo um contraste com o que propõe um tratamento analítico.

É possível dizer que os objetivos de um processo analítico estão relacionados com o fortalecimento do Eu contra os ataques pulsionais provenientes do Isso e da repreensão eventualmente excessiva do Superego. Isso concederia ao sujeito, segundo Freud, maior autonomia e ampliação de sua capacidade de agir na vida, manejando com menos sofrimento restrições internas e externas que “rouba[m] do indivíduo, insistentemente, recursos importantes para estar no mundo e se relacionar consigo e com os outros” (FULGENCIO, 2018, p. 345). Por isso, o trabalho analítico não tem simples e exatamente por meta a eliminação de sintomas ou a adaptação do sujeito a uma ordem social estável e “hegemonicamente” aceita, mas, antes, a progressiva expansão da *potência* do sujeito de dar um destino percebido como mais *ético* às pressões internas em relação agonística com as pressões externas: em termos de Lacan (2005 [1975/1976]), trata-se do sujeito destituir o sintoma de seus predicados imaginários e simbólicos e criar um saber-fazer com seu sintoma; um movimento no sentido de “reconhecer e lidar com o modo de gozo central do sujeito” (COELHO, 2008, p. 366).⁷ Nesse sentido, ao evocarmos, aqui, as noções de “po-

⁷O conceito de gozo (*jouissance*) é formulado ao longo da obra de Jacques Lacan a partir da ideia de pulsão de morte, formulada por Freud em 1920 em “Além do Princípio de Prazer” (FREUD, 2020). Sinteticamente, o conceito de “pulsão de morte”, por vezes também descrita como “pulsão de destruição”, vem representar a tendência psíquica do sujeito de proceder à “meta da vida”, ao “retorno ao inanimado” (FREUD, 2020 [1920], p. 137), à morte — e encontra satisfação tanto em objetos externos ao aparelho psíquico quanto no próprio sujeito. Nesse sentido,

tência” e “ética”, aproximamos nossas reflexões àquelas elaboradas por Fábio Belo, que propõe o seguinte:

Potência é um indicativo do que pode ser feito na medida em que pode não ser feito. A ideia de potência com que trabalho (ela é apresentada por Agamben) tem a ver com a noção geral de contingência: algo que pode ou não acontecer. Pensemos num exemplo didático: um cavalo não pode tocar piano, isto é, ele não tem potência para fazê-lo. Já o pianista pode não tocar, caso assim queira. Poder não é o índice fundamental da potência. É também o marcador fundamental da liberdade e da ética: só podemos nos responsabilizar efetivamente por algo que poderíamos não fazer. O sujeito só pode ser ético quando transita entre o “não pode” da lei para o “poder não” da reflexão político-moral. Ao insistir que o inconsciente é composto por forças vindas do outro da situação antropológica fundamental, estamos propondo o humano como um projeto aberto e plural, sempre passível de revisões. O inconsciente é uma força que desconstrói as certezas egóicas. É preciso notar, no entanto, que esse efeito antifascista só se dá caso haja forças narcísicas suficientes para se recompor. Do contrário, o efeito disruptivo da pulsão sexual de morte, levado ao seu limite, decompõe toda e qualquer ligação narcísica, tornando-se desta forma o reverso fascista da certeza, ou seja, a destituição de todo e qualquer sentido. A constituição psíquica, o arranjo de forças do inconsciente e o do eu, a dinâmica da pulsão sexual de morte e de vida, podem não ser fascistas. E se “podem não” é porque também podem (BELO, 2017, p. 3).

É nessa linha que argumentamos que a capacidade de se sustentar conflitos, ou antagonismos — sobretudo os *internos* — é força substancialmente democrática, e, portanto, antifascista: trata-se, aqui, da capacidade de encarar e lidar consigo mesmo, com outros e com o

o gozo pode ser entendido como uma “satisfação no insatisfatório”, da pulsão de morte, e revela a importância do que é “produzido pelo sintoma sob forma de ganho primário” (DUNKER, 2002, p. 27). Diz Lacan (1992, p. 16): “certamente faz-se presente na experiência analítica, que é uma experiência de discurso, essa tendência de retorno ao inanimado. [...] Pois o caminho para a morte [...] nada mais é do que aquilo que se chama gozo”.

ambiente, tomado aqui de forma mais geral, inclusive em termos sociais, assumindo seu caráter transitório, contingente, *desafixável*. Isto é, é na baliza dos conflitos entre as instâncias psíquicas — entre o Eu, sob os auspícios do Supereu, “conservador” e apegado a identidades fixas e à estabilidade, e o Isso, infantil e autoritário, em busca da satisfação pulsional livre de quaisquer parâmetros éticos — que o sujeito pode assumir-se como devir e vislumbrar, junto a outrem, mundos que ainda não existem (BELO, 2017, p. 5). Talvez nisso constitua uma das condições para o fracasso de interpelações populares-democráticas integradas a matrizes discursivas de extrema-direita ante o sujeito interpelado: a *negação*⁸ não é somente um expediente de defesa contra conteúdos psíquicos incompatíveis com a consciência — sobretudo moral — que concorreriam à desestabilização identitária, narcísica e imaginária, do sujeito, mas tem efeitos sobre o juízo em relação à realidade. Nas palavras de Freud (2019 [1925], p. 307), “o Eu-Prazer [*Lust-Ich*] originário quer, como desenvolvi em outro lugar, introduzir tudo que é bom e jogar fora [*werfen*] tudo que é mau. Em princípio, o que é mau, o que é alheio ao Eu e o que se encontra fora dele é-lhe idêntico”. Aqui, subscrevemos ao exame elaborado por Grada Kilomba, para quem a negação intransigente, por parte do sujeito, de seu próprio desejo produz, mantém e legitima politicamente “estruturas violentas de exclusão” (KILOMBA, 2019, p. 34). Referindo-se ao racismo, Kilomba assinala que

[...] o sujeito negro torna-se então aquilo a que o sujeito branco não quer ser relacionado. Enquanto o sujeito negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se vítima compassiva, ou seja, o opressor torna-se o oprimido, e o oprimido, o tirano. Esse fato é ba-

⁸Tratamos aqui da negação como operação psíquica exclusivamente em estrutura neurótica. Para uma discussão detalhada sobre especificidades da negação na psicose e na perversão, conferir, por exemplo, Fink (1998; 2018) e Julien (2004).

seado em processos nos quais partes cindidas da psique são projetadas para fora, criando o chamado “Outro”, sempre como antagonista do “eu”. [...] O sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo [...]. Tais aspectos desonrosos, cuja intensidade causa extrema ansiedade, culpa e vergonha, são projetados para o exterior como meio de escapar dos mesmos (KILOMBA, 2019, p. 34-37).

Destaquemos que tal operação, cujo cerne reside na relação díade negação-projeção, *não prescinde de justificação racional*. Ainda tomando o racismo como exemplo, podemos citar a crítica alavancada por Frantz Fanon (2008), em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, a Octave Mannoni⁹; e não por acaso autores como Alberto Quijano (2005) localizam o racismo como esteio das relações sociais modernas e coloniais, e Silvio de Almeida classifica o racismo como uma estrutura estruturante do espaço social, para lançar mão de um vocabulário bourdiano — nas palavras de Almeida (2019, p. 33), “a viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade”. Ora, a dinâmica analisada por Freud, Fanon e Kilomba, entre outros, sugerimos, é similar à do (neo)fascista no que diz respeito à relação consigo mesmo e com outros: diante da incapacidade de manejar o conflito, o antagonismo entre ataques pulsionais provenientes do Isso e o tecido narcísico, isto é, do Eu e do Supereu, o sujeito toma o lado dos últimos, projetando no

⁹Diz Fanon (2008, p. 90): “a inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado. [...] Quais são os casos excepcionais de que nos fala Mannoni? São, simplesmente, aqueles em que o ‘evoluído’ descobre-se, de repente, rejeitado por uma civilização que ele, no entanto, assimilou. De modo que a conclusão seria a seguinte: na medida em que o ‘melgaxe-tipo’ do autor assume a ‘conduta dependente’, tudo vai às mil maravilhas. Mas se ele esquece seu lugar, se por acaso mete na cabeça que quer igualar-se ao branco europeu, então o dito europeu se irrita e rejeita o audacioso — que, nesta ocasião, e neste contexto ‘excepcional’, paga com um complexo de inferioridade sua rejeição da dependência”.

exterior aquilo que, dentro de si, é sentido como repulsivo e que, por isso mesmo, pode e *deve* ser eliminado. Nega-se qualquer possibilidade de deslocamento identitário e busca-se, a altos custos, a fixação de identidades no espaço social, no mesmo diapasão de um imaginário ou uma fantasia de certeza e estabilidade atemporais, que favorecem a construção de uma disputada legitimidade do exercício de poder.

No que segue, dedicamo-nos, a partir da discussão elaborada até este ponto, a uma breve reflexão acerca da emergência do bolsonarismo no Brasil.

Comentários finais: democracia, populismo, poder e (des)razão

Desde a Constituição de 1988, o Brasil tem atravessado um irregular, mas constante, processo de ampliação e exercício de direitos sociais. A título de exemplo, no campo institucional, destacamos a criação e expansão do Sistema Único de Saúde, a expansão e popularização — ainda que insuficiente — da Universidade Pública, acompanhada da implementação de políticas afirmativas, que também foram adotadas por outras instituições do Estado, as políticas de redistribuição de renda, que hoje beiram o estatuto de políticas de Estado, entre outras. No campo trabalhista, políticas de pleno emprego e valorização do salário mínimo acima das taxas de inflação, ao longo de anos, transformou centrais sindicais e suas relações com o governo, que ensaiava, então, de forma geral, a aplicação de preceitos do Estado de Bem-Estar no País. No âmbito da sociedade civil, sobressaem os avanços das lutas alavancadas por minorias políticas no sentido da construção de relações orientadas pelos princípios de igualdade e liberdade, que fizeram surtir efeito nos campos jurídico-político: machismo, ra-

cismo, homofobia e intolerância religiosa, para restringir-nos somente a algumas práticas, são hoje questões prementes e combatidas nas mais diversas instâncias, dos conflitos ambientais à Ciência, do futebol às relações de trabalho, da Arte às relações cotidianas de sociabilidade. Em suma, ao longo da história brasileira, desigualdades sociais que eram tomadas pelo bloco de poder hegemônico como *relações de subordinação* foram configurando-se, progressivamente, como *relações de opressão* (LACLAU; MOUFFE, 2001). Em outras palavras, uma série de deslocamentos foram operados, e novas posições de sujeito conformadas e (re)articuladas, de modo que o fim da ditadura militar e a fundamentação de um Estado Democrático de Direito suscitarão interpelações populares-democráticas, articuladas a discursos próprios de minorias políticas e de matizes próprios da esquerda, com força reavivada. Nesse sentido, podemos falar de um processo social que concorre para a “extensão do exercício democrático e da produção de sujeitos populares que tornam-se gradativamente hegemônicos” (LACLAU, 1977, p. 108).

Trata-se de um processo de interpelação popular-democrática sistemática, integrada, grosso modo, a um discurso social-liberal (PT), mas também a discursos de sujeitos sociais mais ou menos radicalizados na esquerda que, por um lado, incide sobre o âmago do “autoritarismo brasileiro” — caracterizado recentemente por Lilia Schwarcz (2019), em uma palavra, como um composto, uma rede articulada de relações moduladas por matrizes discursivas escravagistas-racistas, mandonistas, patriarcais, que resultam num conjunto de práticas estruturadas e estruturantes de violência que se querem “naturais”.

Por outro lado, esse mesmo processo, de certa forma, guarda certas similitudes com a “dupla crise” que culminou na emergência do fascismo na Europa, no início do século passado, de acordo com a aná-

lise desenvolvida por Laclau (1977): em primeiro lugar, no Brasil, o bloco de poder hegemônico que se insurge a partir do encadeamento de equivalências do campo da esquerda e das minorias políticas, em integração com discursos populares-democráticos e a estrutura institucional do Estado Democrático de Direito, foi incapaz de “absorver e neutralizar” (LACLAU, 1977, p. 115) os antagonismos e deslocamentos impostos por diferentes discursos de sujeitos sociais opostos — elites político-econômicas de tonalidades conservadoras e reacionárias que, por exemplo, no Brasil, não se inibiram ante ao recurso ao *lawfare* contra adversários políticos e à divulgação sistemática e profissional de mentiras (*fake news*) de cunho moral em ambientes digitais. Segundo, a incapacidade da hegemonia política de sustentar a integração de discursos populares-democráticos — que, lembramos, não necessariamente têm conotação de classe — e discursos ideológicos de classe. Lembremo-nos aqui da análise de Rudá Ricci e Patrick Arley (2014, p. 48), segundo a qual o nacional-desenvolvimentismo e as políticas de transferência de renda dos governos petistas engendraram uma espécie de inclusão social pela via do consumo, “não pelos direitos ou pela ação política organizada”. Os autores avaliam que, como efeito, as classes ascendentes acabaram por adotar um imaginário conservador, típicos de camadas sociais médias, que, por sua vez, encaminharam-se ainda mais à direita do espectro político, em função do ressentimento frente ao “acesso das camadas populares aos serviços e bens que eram antes privativos aos mais abastados” (RICCI; ARLEY, 2014, p. 54). Nesse contexto, discursos “*tradicionais*” de diversas instituições (família, religião, trabalho, entre outras) e conformadores de papéis e lugares de sujeitos sociais no espaço social (da mulher, do sujeito racializado, da diversidade de gênero, sexual e religiosa, do trabalhador etc.) rearticulam-se gradativamente numa

nova cadeia de equivalências frente a um inimigo comum: o “*esquerdista*”, significante que permite a referência àquilo que *interpela*, que põe em perigo identidades e relações até então percebidas como relativamente bem fixadas e estáveis. Ao mesmo tempo, o significante “esquerdista” passa a condensar tudo aquilo que classificamos como sendo da ordem do “*êxtimo*” (MILLER, 2010), a um só tempo o mais íntimo e o mais estranho, o mais familiar e mais abjeto; conflito que, negado subjetivamente, é projetado para o exterior, onde deve ser eliminado (FREUD, 2019 [1925]; KILOMBA, 2019). Como vimos por meio do exemplo de relações atravessadas pelo racismo (QUIJANO, 2005; FANON, 2008; ALMEIDA, 2019; KILOMBA, 2019), a operação basilar “negação-projeção” não se sustenta senão através de discursos racionalmente justificados e mais ou menos sofisticados, produzindo (disputados) efeitos de verdade e poder.

De outro lado, reconhecemos que o bolsonarismo se articula contingencialmente em torno de outros significantes. “Socialismo”, “comunismo”, “marxismo cultural” e “petismo”, por exemplo, servem igualmente como o mencionado “esquerdismo” para operar um “corte antagônico”, isto é, estabelecer os limites de um sistema de significação por meio da exclusão. Lançamos mão, neste trabalho, do significante “esquerdismo” pelos seus efeitos heurísticos, permitindo-nos avançar a argumentação; pois o que está em jogo, de fato, é exatamente “um significante do puro anular de toda diferença” (LACLAU, 2011, p. 68) que instaura uma fronteira de exclusão, de modo que tudo que se encontra para além dessa fronteira é reduzido à “pura negatividade” e à condição de “ameaça pura daquilo que está para além do sistema” (LACLAU, 2011, p. 68). Para Laclau (2011, p. 69), essa “sistematicidade do sistema”, ou a “demonização”, “pura negatividade” do excluído, dependem de significantes vazios porque

[...] estamos tentando significar nos limites da significação — o Real, como dizemos no sentido lacaniano — e não há um modo de fazê-lo diretamente, exceto por meio da subversão do processo de significação. (LACLAU, 2011, p. 69).

Ora, se podemos considerar o Outro como “êxtimo” — na medida em que o inconsciente é o discurso do Outro (MILLER, 2010, p. 18) — é também verdade que a “extimidade” toca algo precisamente da ordem do Real (MILLER, 2010, p. 22-23), isto é, daquilo que resiste à simbolização. E essa *extimidade*, sintetizada no “esquerdismo”, vem a assumir uma série de significados que buscam dar forma a isso que, no próprio sujeito, pode ser percebido como perigoso, repugnante, degenerado e resistente à nomeação.

Segundo análise de Martin Maitino, por exemplo, o “discurso anti-esquerda” se apresenta como lente de “leitura bolsonarista da política como embate moral” (MAITINO, 2020, p. 14): o “esquerdismo” estaria associado à divisão da nação, outrora supostamente monolítica e harmônica (“negros contra brancos”, “pobres contra ricos”, “pais contra filhos”), à corrupção (institucional, mas também de valores, da organização “natural” das relações sociais), à desordem e à falta de disciplina (contrastadas com o período da ditadura militar), ao confronto à lei, à imoralidade generalizada. Deste modo, “sendo o PT e a esquerda diretamente associados à corrupção e à imoralidade”, diz Maitino,

não há um grande salto em associar o *cidadão de bem* à direita. A esquerda e o comunismo passam, então, a ser associadas a qualquer ação tida como imoral ou negativa. A desconfiança popular em relação à política, porém, é generalizada — trata-se, afinal, de um terreno de corrupção e mentira. Se a direita é o moral e a política é imoral, também partidos de direita podem ser chamados comunistas (MAITINO, 2020, p. 15. Ênfase nossa).

Para Daniel de Mendonça (2020, p. 12), a articulação discursiva do bolsonarismo como movimento populista pode ser dividida em três eixos — moral, econômico e judicial. De acordo com Mendonça, o eixo moral diz respeito à recuperação de “‘valores cristãos’ ameaçados por anos de governos de esquerda” através de “uma narrativa em defesa da família, da moral e dos bons costumes” (MENDONÇA, 2020, p. 12). Já o eixo econômico se assenta sobre o imaginário de que a ação estatal no sentido da promoção da igualdade de oportunidades não pode ser senão um tipo de política praticada pela “esquerda”. Ainda seguindo a linha das observações de Maitino (2020), e considerando que o “esquerdismo” se traduz em absoluta negatividade, imoralidade, corrupção, pois bem, a direita bolsonarista deve se posicionar como o inverso de tudo isso. Assim, no eixo econômico de Mendonça (2020), o bolsonarismo encontra-se em aproximação com o neoliberalismo não só como um conjunto de teorias econômicas que advogam por uma agenda de privatizações de empresas públicas e uma série de reformas no Estado, mas também como forma de governo da vida (FOUCAULT, 2008; FERNANDES; DE PAULA, 2020). O terceiro eixo proposto por Mendonça (2020, p. 13) é o judicial, tomado como fundamental para a “adesão dos ‘cidadãos de bem’ ao bolsonarismo”:

Apesar da importância dos eixos anteriores para a eleição de Bolsonaro e também para a sustentação de seu governo, o eixo judicial assumiu a condição hegemônica no discurso bolsonarista, simbolizada pelo ponto nodal “anticorrupção”. O bolsonarismo reivindicou para si uma espécie de “moral republicana” não apenas contra o lulismo, mas também contra o sistema político como um todo. [...] Nesse ponto, uma espécie de “messianismo legal” fez com que o eixo judicial se encontrasse com o moral. Assim, “sob os olhos de Deus” e também “sob uma justiça implacável”, que é, em princípio, cega para todos, Bolsonaro apareceu como a alternativa moralista num cenário político em crise (MENDONÇA, 2020, p. 13).

Notamos, desta maneira, não só alguns dos significados que vêm preencher o significante “esquerdismo”, como também outros significantes importantes que servem à articulação de diferenças tornadas equivalentes no campo discursivo bolsonarista. O nome de Sérgio Moro, seja como juiz, seja como ministro de governo, apresenta-se — ao menos até sua renúncia, em abril de 2020 — como significante da luta contra a corrupção (MENDONÇA, 2020, p. 13). Da mesma forma, lançando mão do esquema analítico elaborado por Mendonça (2020), o significante Paulo Guedes passa também a significar a ruptura com a “velha política”¹⁰ (Maitino, 2020) e a “novidade da eficiência de mercado” do “Estado mínimo” (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021), condensando demandas neoliberais (racionalidade de livre mercado aplicada a toda vida social) e neoconservadoras (estabelecimento da “família tradicional”, patriarcal, como célula fundamental para a promoção de segurança econômica individual e em alternativa às políticas públicas) (SILVA, 2021, p. 12). Conforme assinala Mendonça (2020, p. 14), “trata-se de uma ampla articulação entre demandas organizadas a partir dos [...] eixos (moral, econômico e judicial)”, de forma que Bolsonaro aparecia como significante vazio capaz de escamotear diferenças entre grupos e alavancar a oposição contra a ameaça “esquerdista”.

Nesta esteira, argumenta Alexei Indurski (2020, p. 159), em mútua identificação, Bolsonaro e o “cidadão de bem” se apresentam como significantes vazios capazes de articular e tornar equivalentes diferentes demandas num espaço discursivo tal em que o ódio é “reco-dificado em ‘ódio do bem’”, na medida em que é calcado numa “re-

¹⁰Lembre-mos que Paulo Guedes, o “superministro”, também foi apelidado de “posto Ipiranga”, sugerindo sua capacidade de resolver quaisquer imbróglis econômicos, como afirma o próprio ministro Guedes, causados por “30 anos de aliança política de centro-esquerda” (MORTARI, 2019).

tórica vitimista” (INDURSKI, 2020, p. 160) e direcionado à “pura negatividade exterior ao sistema” (LACLAU, 2011), ao “esquerdismo”:

O que Bolsonaro conseguiu construir com seu discurso foi a possibilidade de que o patético (*Phonyness*, diria Adorno) instaurasse um novo espaço de verdade, por mais absurdo que isso possa soar. Um espaço de verdade pervertido, um espaço de verdade que serve somente a uma parcela da população, um espaço que, sem dúvida, não é novo (a metáfora aqui é o tio ou tia falastrões que falam impropérios no almoço de domingo, mas que ninguém nunca deu bola ou conseguiu conversar), mas, apesar de tudo, um espaço que transformou nossa esfera pública. Atos homofóbicos, racistas e raivosos que outrora eram criticados e combatidos em nossa esfera pública passaram a ser sinônimos de espontaneidade, coragem e, sobretudo, sinceridade: todos aqueles predicados que faltam à classe política (INDURSKI, 2020, p. 159).

Nesse fio lógico, o significante “esquerdista”, esse inimigo comum, servirá para o processo de unificação de um “nós”, um bloco de poder, composto por uma miríade de sujeitos sociais distintos, cujos discursos, a princípio, são incoerentes entre si — conservadores, ultraliberais, monarquistas, militaristas, evangélicos neopentecostais, setores católicos e kardecistas e outros grupos que, em comum, guardam o apego às identidades fixas e estáveis, “tal como sempre foram” — o “cidadão de bem”.¹¹ Conforme argumentamos, é exatamente esse o sujeito mais suscetível às interpelações populares integradas ao campo discursivo bolsonarista: o sujeito incapaz de sustentar o conflito entre as forças do inconsciente e do Eu, sempre em relação com o ambiente e a alteridade, e que encontra como expediente para se livrar da tensão psíquica a projeção daquilo que repudia sobre o exterior. E é desde o exterior que esse sujeito se sente ameaçado e

¹¹Destacamos, no entanto, que o “sujeito bolsonarista” típico é ainda majoritariamente caracterizado pelo homem “branco, escolarizado e membro da elite econômica do país” (MAITINO, 2020, p. 15).

atacado. Daí não só parece possível a defesa, em espaço público, do extermínio da alteridade, aqui representante do que é, para o sujeito, abjeto e em princípio inominável, como é nessa linha que os discursos de resgatar um passado imaginado, da autoridade que impõe a “Lei e a Ordem” — à revelia dos processos e procedimentos das instituições da democracia liberal — da “liberdade e justiça” da economia de livre mercado, conforme já antevisto por Laclau e Mouffe,¹² integram-se a um discurso popular-democrático limitado e destituído de conotação de classe, e desse modo *efetivamente conformam novos sujeitos*, cujo efeito último é a manutenção (e agravamento) de desigualdades sociais. Nesse sentido, Bolsonaro, enrolado numa bandeira nacional e com um fuzil nas mãos, aparece como significante vazio para essas demandas encadeadas como equivalências (STARNINO, 2020). Conforme pontua Indurski (2020, p. 160) em relação ao episódio da facada em Juiz de Fora, ocasião da campanha de Bolsonaro à presidência, em 2018, “poucos casos conseguem oferecer tantos elementos para uma identificação narcísica: um certo Messias que nos braços do povo é atacado, chegando à beira da morte, para retornar como herói”.

É assim que, ao lado de especificidades de processos histórico-sociais e da emergência de novos arranjos sociotécnicos na contemporaneidade (MAITINO, 2020; MENDONÇA, 2020; ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021; SILVA, 2021), entre outros fatores que não cabem neste ensaio, sugerimos que o neofascismo (ROSS, 2016) bolsonarista deita raízes numa razão submissa ao inconsciente pulsi-

¹²Escrevendo na década de 1980, Laclau e Mouffe já identificavam a circulação acentuada de discursos neoliberais que buscavam restringir a concepção de liberdade à racionalidade de livre mercado: a liberdade passa a ser definida, por exemplo, no entendimento de Hayek, de forma negativa, isto é, como “‘condição dos homens na qual a coerção por outros é reduzida ao máximo na sociedade’” (HAYEK citado por LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 172). Consequentemente, “a liberdade política é ostensivamente excluída dessa definição” (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 172).

onal e nas afetações que dele decorrem. Aqui, cabe notar a bem conhecida asserção de Lacan, de que o inconsciente se estrutura como linguagem, na medida em que “é a palavra que instaura na realidade a mentira. E é precisamente porque introduz o que não é, que também pode introduzir o que é. Antes da palavra, nada é, nem não é” (LACAN, 1993 [1953/1954], p. 261). Em outros termos, o discurso vai além dos campos da fala e da escrita, apresentando-se como operador da pulsão e um “complexo de elementos no qual as *relações* assumem um papel constitutivo” (LACLAU, 2005, p. 92. Ênfase no original), isto é, trata-se de noção fundamental para a análise de relações de poder.

Neste ensaio, portanto, procuramos discutir processos e condições através dos quais interpelações discursivas populares-democráticas poderiam (1) integrar-se a discursos provenientes de setores da extrema-direita e (2) transformar e engendrar sujeitos a partir de condições psicossociais específicas. A hipótese que subjaz a este trabalho, a de que indivíduos mais suscetíveis às interpelações neofascistas são os que negam a transitoriedade, a natureza indefinida e instável da identidade, apegando-se a uma fantasia de fixidez subjetiva e do espaço social, no entanto, deve ser cotejada com investigações que partem de outras perspectivas teórico-metodológicas, além de demandar maiores esforços analíticos e corroboração empírica futuros para que possamos acatá-la ou, ao contrário, reajustar nossas lentes de investigação.

Referências

ALEGRETTI, Laís. Se Moro cometeu algum erro, terá valido a pena para salvar Brasil da corrupção, diz Doria. *BBC News Brasil*, Londres, 9 jul. 2019. Disponível em www.bbc.com. Acesso em 03 set. 2021.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro/Pólen, 2019.

BELO, Fábio. *A potência antifascista: democracia e psicanálise*. Disponível em fabiobelo.com.br. Acesso em 03 set. 2021.

BOITO, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 50, p. 111-119, 2020.

CHADE, Jamil. Brasil vive erosão da democracia e asfixia do espaço cívico, revelam dados. *Uol*, São Paulo, 03 out. 2020. Disponível em noticias.uol.com.br. Acesso em 03 set. 2021.

COELHO, Maria. Considerações sobre o final de análise. *Psicologia USP*, São Paulo, n. 19, v. 3, p. 363-373, set. 2008.

DUNKER, Christian. *O cálculo neurótico do gozo*. São Paulo: Escuta, 2002.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Victor; DE PAULA, Bruno. A velha novidade da pandemia: neoliberalismo, meio ambiente e Covid-19. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, n. 2, v. 56, p. 131-142, ago. 2020.

FINK, Bruce. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *Introdução clínica à psicanálise lacaniana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREUD, Sigmund. *O Ego e o Id e outros trabalhos (1923-1925)*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud — XIX. Rio de Janeiro: Imago, 2006 [1923].

_____. *Neurose, psicose, perversão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019 [1925].

_____. *Além do princípio do prazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020 [1920].

FULGENCIO, Leopoldo. Os objetivos do tratamento psicanalítico para

Freud e Winnicott. *Estilos clin.*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 344-361, maio/ago. 2018.

GADEA, Walter. Ciudadanía, identidad y hegemonía política en el contexto de la democracia radical. Un estudio sintético del pensamiento de Ernesto Laclau. *Astrolabio: Revista internacional de filosofía*, Barcelona, n. 6, p. 13-29, 2008.

GIELOW, Igor; FERNANDES, Talita. “Objetivo é fazer Brasil semelhante ao que ’era há 40, 50 anos”, diz Bolsonaro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 out. 2018. Disponível em www1.folha.uol.com.br. Acesso em 29 out. 2020.

IBARRA, Carlos; VELADOR, Octavio. Derecha posneoliberal y neofascismo en América Latina. *Bajo el Volcán*, Puebla, ano 2, n. 3, p. 77-107, 2020.

INDURSKI, Alexei. Psicanálise, fascismo e populismo: notas sobre a emergência do bolsonarismo no Brasil. *Teoría y Crítica de la Psicología*, Morélia, n. 14, p. 150-162, 2020.

JULIEN, Philippe. *Psicose, perversão, neurose: a leitura de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud (1953/1954)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise (1969/1970)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. *O Seminário, livro 23: o sinthoma (1975/1976)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LACLAU, Ernesto. *Politics and Ideology in Marxist Theory: Capitalism, Fascism, Populism*. Londres: NLB, 1977.

_____. *La Razón Populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

_____. *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto.; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. Londres: Verso, 2001.

MAITINO, Martin. Populismo e bolsonarismo. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 13, p. 1-20, 2020.

MARQUES, Marcelo. *Status Ontológico da Teoria do Discurso (TD) em Laclau e Mouffe: Diálogos, Perspectivas Teóricas e Conceitos Básicos. Dados*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 63, p. 1-33, 2020.

MARTINS, Paulo; MAGNELLI, André. ¿Existe un dilema entre el aislamiento social y la movilización negacionista?. *Realis*, Recife, n. 2, v. 10, p. 76-97, jul.-dez. 2020.

MENDONÇA, Daniel. A Ameaça da Egopolítica. Trabalho apresentado no 12º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. 2020. Disponível em cienciapolitica.org.br. Acesso em: 07 dez. 2021.

MILLER, Jacques-Alain. *Extimidad: los cursos psicoanalíticos de Jacques-Alain Miller*. Buenos Aires: Paidós, 2010.

MORTARI, Marcos. Os 10 sinais de Paulo Guedes ao mercado em seu “choque liberal”. *InfoMoney*, São Paulo, 03 jan. 2019. Disponível em www.infomoney.com.br. Acesso em 08 dez. 2021.

NETO, Odilon. Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. *Conhecer: debate entre o público e o privado*, Fortaleza, n. 24, v. 10, p. 120-140, 2020.

OLIVEIRA, Regiane. Governo Bolsonaro prega ‘negacionismo histórico’ sobre a ditadura. *El País Brasil*, São Paulo, 05 abr. 2019. Disponível em brasil.elpais.com. Acesso em 03 set. 2021.

PRADO, Marco. Ação Coletiva e Psicologia Política: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. *Revista Psicologia Política*, Porto Alegre, Ano 1, v. 1, p. 149-172, 2001.

PUTTI, Alexandre. “Partimos para o socialismo”, diz Carlos Bolsonaro sobre crise do coronavírus. *Carta Capital*, São Paulo, 01 abr. 2020. Disponível em < www.cartacapital.com.br >. Acesso em 03 set. 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina, In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, p. 227-278. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. *Nas Ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. Belo Horizonte: Letramento, 2014.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther; MEDEIROS, Jonas. *The Bolsonaro Paradox: The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil*. Cham: Springer, 2021.

ROSS, Alexander. *Against the Fascist Creep*. Londres: AK Press, 2016.

SAFATLE, Vladimir. *Introdução a Jacques Lacan*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SALGADO, Carolina; SANDRIN, Paula. A “Pink Tide” Then a “Turn to the Right”: Populisms and Extremism in Latin America in the Twenty-First Century, In: DE SOUZA, Bettina *et al.* (orgs.). *Financial Crisis Management and Democracy: lessons from Europe and Latin America*, p. 265-278. Cham: Springer, 2021.

SCHWARCZ, Lilian. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Ivan. “Liberal na economia e conservador nos costumes”: uma totalidade dialética. *RBCS*, São Paulo, n. 107, v. 36, 2021.

STARNINO, Alexandre. Freud, Lacan e Laclau: o entroncamento ardiloso entre discurso, pulsão e gozo. *Voluntas: Revista Internacional de Filosofia*, Santa Maria, n. 1, v. 11, p. 432-453, 2020.

Resumo:

Este ensaio tem o objetivo de discutir os processos através dos quais operam-se interpelações discursivas e conformações identitárias sintetizadas no termo “bolsonarismo”. Para isso, recorremos a Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, abordando a configuração do poder político como articulação da “hegemonia política”. Em seguida, revisitamos a problemática do conflito como categoria fundacional da psicanálise, avançando o argumento de que moções inconscientes são capazes de orientar a ação social racionalmente justificada. Enfim, argumentamos que o sujeito incapaz de relacionar-se com o mundo e com si mesmo no constante manejo e produção de alteridades é um sujeito suscetível às interpelações discursivas comuns ao autoritarismo dos matizes políticos de extrema-direita, em geral, e que chamamos “bolsonarismo”, em particular.

Palavras-chave: bolsonarismo; extrema-direita; discurso; hegemonia; psicanálise.

Abstract:

This essay has the goal of debating processes through which discursive interpellations and identity conformations commonly known as “bolsonarism” are operated. In order to do so, firstly we resort to Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, approaching the establishment of political power as a successful articulation of “political hegemony”. Secondly, we revisit the problem of conflict as a foundational category in Psychoanalysis, fostering the argument that unconscious motions are capable of orienting rationally justified social action. Lastly, we argue that the subject who is unable to relate to the world as well as to oneself in the constant maneuvering and production of alterities is a subject susceptible to common discursive interpellations from far-right hues in general, and from the so-called “bolsonarism” in particular.


Keywords: bolsonarism; far-right; discourse; hegemony; Psychoanalysis.

Recebido para publicação em 10/09/2021.
Aceito em 01/02/2022.

O mutualismo entre liberal-conservadorismo e fascismo: disputa ideológica e cenário político do Brasil contemporâneo

Mateus Mendes


Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-0275-8013>

mendes.mateus1980@gmail.com

Marcia Ribeiro Dias

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-6477-3852>

marcia.dias@unirio.br

(...) é o segredo da felicidade e da virtude: amar o que se é obrigado a amar. Tal é a finalidade de todo o condicionamento: fazer as pessoas amarem o destino social a que não podem escapar.
(Aldous Huxley, Admirável mundo novo)

Introdução

Ideologia é o conjunto ou sistema de ideias, valores e crenças acerca da sociedade. É o programa e a estratégia destinados a dar sentido à ação política do indivíduo, do coletivo ou da classe social. A ideologia pode servir tanto para preservar como para alterar uma dada ordem política, portanto, é possível dizer que inexistem ação política desprovida de ideologia (EAGLETON, 2019; HEYWOOD, 1992; LARRAIN, 2012; SCHWARZMANTEL, 2008; STOPPINO, 2010).

A história hodierna pode ser analisada, portanto, a partir do movimento dialético das principais ideologias contemporâneas: o liberalismo, o conservadorismo, o socialismo e o fascismo. O desenvolvimento de cada uma dessas ideologias contou com uma fase de afirmação, seguida da confrontação com as demais e o surgimento de correntes que buscavam o reforço dos valores originais ou uma aproximação com alguma das outras ideologias (HEYWOOD, 1992).

Entretanto, há uma interpretação do sentido da ideologia como sendo ilusão, e representa engano, que percorre dois extremos: em um polo está a noção de “falsa consciência” de origem marxiana e em outro polo está o que chamaremos de “empirismo autoritário”, expressão do conservadorismo, cujos representantes se colocam no lugar de portadores da verdade, fruto da experiência, em oposição a doutrinas que visam o irrealizável. A definição “empirismo autoritário” pode ser associada em sua origem à crítica que Napoleão Bonaparte faz à democracia, entendendo-a como uma ideologia que faz crer ao povo

uma capacidade que inexiste, a do autogoverno (WILLIAMS, 2000, p. 107–108). Como extremos que são, essas duas perspectivas se tocam e se confundem aos olhos do intérprete descuidado. Importa, portanto, distingui-las: se, de um lado, o conceito de “falsa consciência” tem como missão o reconhecimento dos interesses de classe e identifica a pluralidade desses mesmos interesses e seu conflito imanente, o “empirismo autoritário” tem como aporte o autoritarismo, na medida em que identifica uma verdade, supostamente apoiada na experiência, que nega o conflito social e o pluralismo político. A falsa consciência é o que leva o povo a agir de forma contrária ao próprio interesse; o empirismo autoritário é o que legitima o tirano a agir de forma contrária ao interesse popular. Essas são as faces opostas de uma soberania imaginária, resultante de um processo democrático reverso.

No seu discurso de posse, o presidente Jair Bolsonaro conclamou os congressistas a “reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, [...] da submissão ideológica”. Afirmou que seu governo vai “unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas”. Finalmente, disse que a política externa brasileira precisa ser conduzida “sem viés ideológico”. Esses excertos seriam suficientes para dirimir a discussão acerca da “morte das ideologias”, afinal, por óbvio, não se busca libertar alguma coisa de algo inexistente. Apenas algo real (ainda que imaterial) pode amarrar alguma coisa. Portanto, o discurso acima explicita não apenas que as ideologias são componentes importantes da vida política, mas também que há uma disputa ideológica no seio da sociedade brasileira.

Os arautos do “empirismo autoritário” consideram um insulto ter sua ação ou pensamento classificados como ideológicos e, em con-

sequência, pregam o fim das ideologias. Ao isentar-se de um comportamento ideológico, o que querem é universalizar sua visão de mundo e calar vozes dissonantes. E o terreno mais fértil à proliferação de ideologias autoritárias é onde vicejam a frustração e o ressentimento sociais, a partir dos quais seja possível identificar um inimigo comum que deve ser eliminado. Todos esses elementos estão presentes no conteúdo discursivo das lideranças do atual governo brasileiro.

O presente artigo se propõe a mostrar a relação entre o liberal-conservadorismo e o fascismo e como o Brasil contemporâneo é tributário da penetração dessas ideologias na sociedade brasileira. Para tanto ele está estruturado em quatro partes.

Na primeira seção, fazemos uma discussão epistemológica acerca de ideologia, na qual se aborda a relação dela com as noções de poder e de verdade. Na segunda, caracterizamos fascismo e liberal-conservadorismo, bem como apresentamos os contextos históricos nos quais cada uma dessas ideologias está inserida. A seção subsequente aborda a contrarrevolução neoliberal no Brasil. Nesse item, trata-se da disputa ideológica acerca da implementação do Estado de bem-estar social no Brasil. São abordados os embates ideológicos em torno da *Constituição de 1988*, que resultaram na previsão de uma série de direitos sem que houvesse dispositivos que viabilizassem sua implementação. A seção também aborda, de forma sucinta, como a esquerda socialdemocrata e a direita neoliberal travaram a disputa ideológica na sociedade, materializada na defesa ou oposição ao projeto de Estado de bem-estar social.

Finalmente, a última seção analisa a associação entre o crescimento do liberal-conservadorismo e do fascismo no Brasil. Nesse tópico, mostra-se a expansão de cada uma dessas ideologias no Brasil em anos recentes, destacando-se que esse crescimento, muitas vezes,

ocorreu e ainda ocorre de forma associada.

A conclusão apresentada é que, no Brasil, há um mutualismo entre liberal-conservadorismo e fascismo. O crescimento de cada uma dessas ideologias se alimentou do crescimento da outra, em um círculo vicioso. Assim, o processo político brasileiro reflete também um embate ideológico no qual se percebe que o liberal-conservadorismo preparou a sociedade brasileira para um projeto fascista e que o fortalecimento do fascismo foi condição para que o liberal-conservadorismo ganhasse a eleição de 2018.

Sobre o conceito de ideologia

As discussões epistemológicas sobre o tema costumam ocorrer em duas frentes. Uma é a da relação entre ideologia e verdade e a outra entre ideologia e poder. Essas frentes se comunicam e, por vezes, acabam por criar um único debate a envolver ideologia, poder e verdade. Andrew Heywood (1992) ilustra isso ao afirmar que entre o mundo real e o indivíduo há a ideologia, a lente pela qual as pessoas decodificam a realidade objetiva. Além disso, afirma o autor, ela atua como cimento social que confere poder a um grupo (ou classe), de modo a capacitá-lo a interferir no processo político.

Uma conotação negativa de ideologia tenta resumi-la a uma falsificação da realidade. Sendo ela um sistema de ideias e valores que motivam a ação política, seus elementos tanto são verdadeiros quanto falsos, pois articulam, a um só tempo, conjuntos discursivos empíricos e axiológicos. A diferença está no lastro com a realidade, obrigatório apenas no primeiro caso, ou seja, quando a ideologia se fundamenta em preceitos verdadeiros. Porém, ainda que se reconheça que as classes dominantes travestem seus interesses como visões de um mundo

ideal e que o discurso ideológico serve também para legitimar parte da realidade objetiva das pessoas, não seria razoável que uma concepção de mundo totalmente dissociada da realidade material e objetiva dos seres humanos possuísse longevidade (EAGLETON, 2019).

Foi com essa conotação negativa que a ideologia surgiu na teoria marxista. Karl Marx e Friedrich Engels (2007) definiram-no como “falsa consciência” (LARRAIN, 2012). Segundo eles, é a vida material que determina a consciência, e não o contrário. Além disso, a ideologia serviria para legitimar uma dada realidade objetiva:

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Vladimir Lenin expandiu o conceito, despindo-o da carga negativa e conferindo-lhe neutralidade. Para ele, ideologia não é uma distorção da realidade, ela não tem apenas a função de dissimular a opressão. Lenin entende a ideologia como a consciência política de uma determinada classe (LARRAIN, 2012). Para Lenin (2006), há duas ideologias, a burguesa e a socialista, sendo que aquela já se encontra pronta, ao passo que a última necessita ser desenvolvida. Argumenta que o tempo de maturação da consciência burguesa e seu maior acesso a meios de difusão “incomparavelmente mais poderosos” contribuem para sua supremacia.

Para Antônio Gramsci há uma relação inquebrantável entre as condições materiais e as relações de produção, de um lado, e as ideias que lhes dão sentido, de outro; a separação entre o conteúdo e a forma é apenas um recurso didático (LIGUORI, 2017). A ideologia, afirma Gramsci, “dá o cimento mais íntimo à sociedade civil e, portanto, ao

Estado” (GRAMSCI, 2017, p. 78). Nesse sentido, a burguesia cria uma estrutura ideológica cuja função é promover “a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica e ideológica” (GRAMSCI, 2017, p. 78). Gramsci caracterizou a ideologia como uma concepção de mundo e fez três considerações: ela se manifesta em todas as dimensões da vida; inspira e direciona a ação política; e, como corolário da articulação das anteriores, ideologia é o instrumento pelo qual uma classe obtém o consentimento para assegurar, construir ou confrontar a hegemonia (LARRAIN, 2012; LIGUORI, 2017).

Louis Althusser identifica duas teorias da ideologia, uma geral e outra específica. Na geral, a ideologia tem a finalidade de criar ou manter a coesão da sociedade. Na específica, a ideologia agrega a função de assegurar a dominação de classe (LARRAIN, 2012). Além disso, o autor a identifica como algo a mediar o simbólico e o material: a ideologia é “uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1980, p. 153). Desse modo, ela fornece sentido às atividades e à realidade nas quais as pessoas estão envolvidas.

É comum que as definições de ideologia a associem aos termos dominação e poder, o que comporta dois problemas. O primeiro diz respeito à relação entre os termos e resulta em duas visões antagônicas e equivocadas. Uma é a noção de ideologia como um conjunto de significados voltado à manutenção da dominação. No entanto, por esse raciocínio, o feminismo e o socialismo não seriam ideologias. Por outro lado, há os que a concebem como esquemas de ideias cujo objetivo é se opor à racionalidade dominante. Aqui, a falha está na negação de que a “racionalidade dominante” também é uma ideologia (EAGLETON, 2019).

O outro problema refere-se à própria concepção de poder, tal como entendido pela ótica de Michel Foucault e seus seguidores, qual seja: o poder é algo que permeia todas as relações humanas. Porém, o que abarca tudo acaba, paradoxalmente, por não se encontrar em lugar nenhum. Dessa forma, sendo a ideologia um instrumento do poder, e estando o poder por todos os lados, a ideologia teve seu significado tão estendido que não explica nada. (EAGLETON, 2019).

Há um aspecto importante dos sistemas ideológicos que articula as questões de verdade/falsidade e do poder. Elas operam nas dimensões cognitiva e emotiva dos indivíduos, o que lhes confere potencial para ser instrumento de manipulação das massas. No aspecto cognitivo, as ideologias possuem um pilar dogmático — imune a argumentos e fatos — e outro doutrinário — apoiado no raciocínio lógico-dedutivo. No aspecto emotivo, as ideologias mobilizam paixões. Assim, determinadas características da forma de ver o mundo do indivíduo contornam o racional. Não significa que a ideologia atue com base em elementos irracionais (que desafiem a razão) ou ilógicos (que confrontem a lógica), mas que ela interage com o viés de confirmação, ou seja, a pessoa está predisposta a crer em algo ainda que esse algo não resista a um exame sob a ótica da racionalidade e da lógica porque isso está relacionado a alguma paixão ou ódio que essa pessoa já tem consigo (HEYWOOD, 1992; STOPPINO, 2010).

No mesmo diapasão, Althusser ressalta que a ideologia conecta as dimensões afetiva e material da vida.

Althusser tenta mover-nos, portanto, de uma teoria *cognitiva* para uma teoria *afetiva* da ideologia — o que não é, necessariamente, negar que a ideologia contenha certos elementos cognitivos, ou reduzi-la ao meramente “subjetivo”. É, decerto, subjetiva no sentido de ser centrada no sujeito: suas elocuições devem ser decifráveis como exprimindo as atitudes ou relações vivenciadas do falante com o

mundo (EAGLETON, 2019, p. 39).

Segundo Eagleton (2019), as ideologias são constituídas por complexas redes de elementos empíricos e normativos, vivências e “visões de mundo”. Assim, compreender as ideologias depende de uma compreensão anterior do conjunto de práticas materiais que são necessárias à reprodução das relações de produção existentes. Nesse sentido, a ideologia se refere às relações afetivas e inconscientes que estabelecemos com o mundo, ou seja, à maneira pela qual os sujeitos se vinculam à realidade social. A ideologia dominante implica em sujeição a um conjunto de ideias e práticas reiteradas pelos aparelhos ideológicos do Estado. As relações vivenciadas são, portanto, matizadas por um conjunto de crenças e suposições que podem tanto ser verdadeiras quanto falsas.

Fascismo

A compreensão do fascismo enquanto ideologia demanda uma abordagem preliminar acerca de seus aspectos históricos e sócio-políticos. Do ponto de vista histórico, o fascismo vem na esteira da crise de 1929, que solapou o liberalismo ideológico e suas expressões econômicas e políticas. De fato, sua origem antecede a crise, mas a partir desta, ou ainda, a partir das suas consequências políticas, econômicas e sociais que o fascismo encontrou solo fértil para se tornar um fenômeno com a envergadura que teve. Do ponto de vista econômico, o *laissez faire* estava na raiz da crise que levou ao empobrecimento da baixa classe média, da pequena burguesia e do campesinato, que logo passariam a compor a base social do fascismo. Do ponto de vista político, trabalhadores, classe média e pequenos proprietários passaram a questionar a capacidade de que, pela democracia representativa,

se formassem governos que minimamente freassem o caminho para o colapso social iminente (BOTTOMORE, 2012b; HEYWOOD, 1992; HOBSBAWM, 2013; PASSMORE, 2002). Assim, o potencial mobilizador do liberalismo desidratava, ou seja, o liberalismo se enfraquecia enquanto ideologia.

À época, muitos enxergaram nesse quadro o prelúdio da revolução social. E foi buscando evitá-la que liberais e conservadores anuíram ao fascismo, visto por eles como um mal menor (BOTTOMORE, 2012b; HEYWOOD, 1992; HOBSBAWM, 2013; PASSMORE, 2002). Porém, em que pese o fato de que a União Soviética simbolizava uma alternativa e que os socialistas ganhavam força dentro no cenário político nos Estados europeus, “a ameaça às instituições liberais vinha apenas da direita política” (HOBSBAWM, 2013, p. 115)

Por mais antiliberal que o fascismo seja, ele não é anticapitalista. Dessa forma, para o grande capital, o fascismo representou e representa uma possibilidade de organizar a sociedade. Sob o fascismo, o Estado não tem limites para atuar contra os que se oponham aos interesses dominantes (BOTTOMORE, 2012a; HOBSBAWM, 2013; MONIZ BANDEIRA, 2016; PASSMORE, 2002; STANLEY, 2018).

O fascismo teve algumas grandes vantagens para o capital, em relação aos outros regimes. Primeiro, eliminou ou derrotou a revolução social esquerdista, e na verdade pareceu ser o principal baluarte contra ela. Segundo, eliminou os sindicatos e outras limitações aos direitos dos empresários de administrar sua força de trabalho. Terceiro, a destruição dos movimentos trabalhistas ajudou a assegurar uma solução extremamente favorável da Depressão para o capital. Enquanto nos EUA os 5% de unidades consumidoras do topo viram entre 1929 e 1941 sua fatia de renda total (nacional) cair 20%, [...] na Alemanha os 5% do topo ganharam 15% durante o mesmo período. Finalmente, o fascismo foi eficiente na dinamização e modernização das economias industriais (HOBSBAWM, 2013, p. 132).

Com efeito, o fascismo mostrou-se à grande burguesia como a mais funcional e lucrativa das alternativas à crise. Entretanto, há que se registrar que o fascismo seguiu caminho oposto ao das outras ideologias de direita. O liberalismo e o conservadorismo foram concebidos, atualizados e propagados desde os estratos superiores das sociedades e foram ganhando aos poucos os intermediários. Já o fascismo surgiu nos estratos intermediários e foi ganhando adeptos nos superiores. Quando a burguesia industrial apadrinha o fascismo, este já mobilizava uma parcela expressiva, ainda que minoritária, da população, notadamente, a pequena burguesia, os segmentos inferiores do funcionalismo público e as camadas inferiores da classe média em geral.

A esse respeito, Clara Zetkin (2019) observou a relação do fascismo tanto com as massas quanto com a burguesia. O fascismo serviu de “asilo aos desabrigados políticos”, às massas que não mais acreditavam na democracia representativa como mecanismo para solucionar a catástrofe econômica e social instalada pela crise que se abatia sobre a Itália já antes da crise de 1929. Todavia, a autora pontua que

Desde o início, a burguesia compreendeu nitidamente a situação e, dessa forma, a vantagem que ela pode obter com o fascismo. O que quer a burguesia? Ela está empenhada na reconstrução da economia capitalista, ou seja, na manutenção de sua dominação de classe. Sob as atuais circunstâncias, a pré-condição para atingir esse objetivo é uma intensificação e um crescimento consideráveis da exploração e opressão sobre a classe trabalhadora.

A burguesia está inteiramente ciente de que sozinha ela não possui os instrumentos de poder necessários para impor esse destino aos explorados (ZETKIN, 2019, p. 26).

Essa incapacidade à qual se refere a autora decorre do fato de que

A burguesia não pode mais confiar nos meios de força regulares de

seu Estado para garantir sua dominação. Para tal, ela precisa de um instrumento de força extralegal e paramilitar. O que foi oferecido pelo aglomerado heterogêneo que constitui a turba fascista. Esta é a razão pela qual a burguesia oferece a sua mão para o beijo fascista, permitindo-lhes completa liberdade de ação, contrariando a tudo que está inscrito ou não nas leis. Ela vai além. Ela nutre o fascismo, sustenta-lhe e promove seu desenvolvimento com todos os meios à sua disposição em termos de poder político e reservas bem guardadas de dinheiro (ZETKIN, 2019, p. 26–27).

No entanto, em que pese sua funcionalidade para a burguesia como um todo, o fascismo deve ser inserido no bojo da afirmação da burguesia financeira. Como observa Nicos Poulantzas (1972, p. 78), tanto durante a fascistização ou já sob o jugo fascista, “nenhuma classe ou fração de classe dominante parece capaz de impor, seja pelos seus próprios meios de organização política, seja por intermédio do Estado ‘democrático-parlamentar’, a sua ‘direção’ às outras classes e frações do bloco de poder” (POULANTZAS, 1972, p. 78)). Dessa forma, o fascismo corresponde a uma reorganização intraclasse. Em suas palavras,

Trata-se: a) de uma modificação da relação de forças no seio dessa aliança [bloco de poder], de uma redistribuição dos pesos respectivos das forças que dela fazem parte; b) do estabelecimento, por intermédio do fascismo, da hegemonia de uma nova fração de classe no seio do bloco no poder: *a do capital financeiro, e mesmo do grande capital monopolista* (POULANTZAS, 1972, p. 79; grifo do original).

Ademais, Poulantzas (1972) vê uma relação entre o fascismo e o imperialismo — cujo vínculo com a burguesia financeira é matéria mais pacificada. Mais especificamente, o autor considera o fascismo como uma variante do imperialismo. Nesse sentido, o fascismo seria a ideologia que forneceria o que as outras ideologias burguesas não

vinham conseguindo entregar: a capacidade de organização e mobilização políticas em torno do projeto imperialista.

Quem também se dedicou ao tema foi Leandro Konder (2009). Para ele, a tese do “caráter pequeno-burguês do fascismo” é uma conclusão equivocada a qual muitos chegaram a partir de uma premissa verdadeira. De fato, observa o autor, a composição majoritária da massa fascista tem origem na pequena burguesia. No entanto, a burguesia financeira colaborou com a fascistização e o instrumentalizou o fascismo porque este atendia a seus interesses, especialmente nos casos da Itália e da Alemanha, onde o capital financeiro nutria pretensões imperialistas.

Por meio do fascismo, a burguesia financeira conseguiu mobilizar a população em prol de um projeto que solapava as organizações do movimento operário, pondo a parte da classe trabalhadora engajada na defesa violenta dos interesses burgueses. Nas palavras de Konder (2009):

o fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro. (KONDER, 2009, p. 53).

Para além de tratar dos aspectos históricos e sócio-políticos do fascismo, é importante delimitá-lo conceitualmente. Ao caracterizar o bolsonarismo como um neofascismo, Armando Boito Jr. (2020) faz uma consideração pertinente: há que se diferenciar “movimento fascista”, “governo fascista” e “ditadura fascista”. Segundo o autor, “no Brasil temos, hoje, um governo predominantemente fascista, baseado num movimento neofascista, mas até aqui o que ainda temos, no que diz respeito ao regime político, é uma democracia burguesa, embora deteriorada” (BOITO JR., 2020, p. 112), portanto, ainda não vivemos numa ditadura fascista. Do ponto de vista geral, o fascismo “é um movimento político reacionário das camadas intermediárias da sociedade capitalista e um tipo específico de ditadura burguesa”, distinto da ditadura militar (BOITO JR., 2020, p. 113). O fascismo não é somente “um movimento reacionário de massas”, como também é “a ideologia que justifica essa ditadura e o movimento que, tornado coeso por essa ideologia, pode lutar para implantar tal tipo de ditadura” (BOITO JR., 2020, p. 114–115).

As definições de Boito Jr. são corroboradas por outros autores, como Luiz Alberto Moniz Bandeira:

[O fascismo] podia e pode ocorrer, nos Estados modernos, onde e quando a oligarquia e o capital financeiro não mais conseguem manter o equilíbrio da sociedade pelos meios normais de repressão, revestidos das formas clássicas da legalidade democrática, e assumir características e cores diferentes, conforme as condições específicas de tempo e lugar. Porém, sua essência permanece como um tipo peculiar de regime, que se ergue por cima da sociedade, alicerçado em sistema de atos de força, com a atrofia das liberdades cívicas e a institucionalização da contrarrevolução. (BANDEIRA, 2016, p. 37).

Por sua vez, Konder (2009) também frisa que não se deve reduzir o fascismo a regimes ditatoriais ou autoritários. O autor explica que,

como toda ideologia de direita, o fascismo objetiva a preservação de privilégios. Nesse sentido, do ponto de vista filosófico, ele surge na necessidade de resolver uma contradição entre a teoria e a prática da direita: a competição entre os indivíduos — fundamental para a defesa da burguesia — dificulta a ação coordenada das forças sociais.

O fascismo supre as principais deficiências e contradições das duas grandes ideologias da burguesia. Por um lado, ele é o conservadorismo sem medo das massas. Por outro, permite a exploração e acumulação irrestritas sem as disputas inerentes à vida política da democracia liberal (KONDER, 2009).

Finalmente, Poulantzas (1972) divide o processo de fascistização em quatro etapas. O primeiro momento vai desde o início do movimento fascista até o ponto de aparente “irreversibilidade”. É o que hoje podemos chamar de “normalização” das práticas fascistas, quando estas passam do reprovável para o aceitável até chegar no normal (STANLEY, 2018). A segunda fase proposta por Poulantzas (1972) vai da irreversibilidade até a chegada do fascismo ao poder. As outras duas etapas são já com o fascismo no poder e se distinguem pela instabilidade que marca a terceira e que é superada na quarta.

A contrarrevolução liberal-conservadora

O fato de a luta contra o fascismo ter unido liberais e socialistas abriu espaço, no Ocidente, para que se privilegiassem as possíveis convergências entre essas duas ideologias em detrimento das divergências. Nesse sentido, o quarto de século que sucede o fim da Segunda Guerra Mundial ficou conhecido como socialdemocrata.

A esse respeito, é importante observar que não há consenso sobre a socialdemocracia ser ou não uma ideologia. Para Heywood (1992,

p. 112), a socialdemocracia é uma corrente variante do socialismo que defende “um equilíbrio entre a economia de mercado, por um lado, e a intervenção estatal por outro” e que enxerga o capitalismo “como defeituoso em termos morais, sobretudo como meio de distribuição de riqueza; ele é associado à desigualdade social” e acredita que “os defeitos do sistema capitalista podem ser corrigidos pelo Estado por um processo de estruturação econômica e social”. Já Eric Hobsbawm (2015a/b) explica que a socialdemocracia era um movimento político daqueles que se organizavam em torno das principais bandeiras dos movimentos revolucionários que ocorreram entre os anos 1820 e 1848: justiça social e democracia plena.

Pode-se inferir que essa associação entre socialdemocracia e socialismo se deve a dois fatos. O primeiro é que foram nos partidos socialdemocratas que os socialistas se organizaram para participar das eleições e da política institucional até 1917 (HOBSBAWM, 2015b). Além disso, também até 1917, no seio do socialismo foram ganhando força as teses revisionistas, reformistas ou etapistas, que acreditam que o capitalismo não gera necessariamente sociedades desiguais e injustas e que, sobretudo, a revolução não é o único meio para se atingir uma sociedade mais igualitária (BOTTOMORE, 2012b; HEYWOOD, 1992).

Adicionalmente, no final do século XIX, surgiu, entre os liberais, a corrente liberalismo moderno, que acredita que “o Estado mínimo da teoria clássica era totalmente incapaz de corrigir as injustiças e desigualdades da sociedade civil” e defende “a criação de um Estado intervencionista e promotor” (HEYWOOD, 1992, p. 146).

Com efeito, no Ocidente, entre 1945 e início dos 1970, os governos podem se pautar pelas convergências entre as teses dos socialistas reformistas e dos liberais modernos. A principal característica dos

governos dessa época foi a combinação de economia de mercado e Estado de bem-estar social, por meio do qual se garantia, através de serviços públicos e direitos sociais, condições mínimas para a classe trabalhadora. Esse sistema estava apoiado no regime de acumulação fordista-keynesiano, cuja crise, no início da década de 1970 serviu de estopim para as contrarrevoluções neoliberal e neoconservadora.

Um dos pilares do neoliberalismo é o fundamentalismo de mercado, a crença de que os mecanismos funcionais do mercado, notadamente a total liberdade de iniciativa e de acumulação, são vistos como a solução para todos os problemas sociais e econômicos, e qualquer interferência no mercado, ao invés de gerar bem-estar social, prejudica a sociedade como um todo. Além disso, o neoliberalismo exalta o individualismo extremo e a liberdade total para as relações comerciais. Os neoliberais enxergam a sociedade sob a ótica atomista, que pode ser sintetizada em uma frase de Thatcher: “Não existe essa coisa de sociedade, o que há e sempre haverá são indivíduos”. Enquanto o liberalismo surge revolucionário, o neoliberalismo é “contrarrevolucionário: seu objetivo é impedir, e se possível reverter, a tendência ao ‘grande’ governo e à intervenção estatal que caracterizou a maior parte do século XX” (HEYWOOD, 1992, p. 44).

Simultaneamente, o conservadorismo passa por uma revisão. Os neoconservadores se rendem à livre iniciativa do liberalismo econômico ao mesmo tempo em que marcam suas objeções à permissividade liberal nos costumes e reforçam a importância de manutenção da ordem e de revalorização dos valores familiares e da tradição. O neoconservadorismo e o neoliberalismo possuem muitos aspectos em comum e a associação entre as duas correntes é a base ideológica da nova direita (HEYWOOD, 1992).

Assim, o Estado deixa de ter responsabilidade na oferta dos servi-

ços associados ao Estado de bem-estar social e sua função precípua é a de garantir as liberdades individuais e de concorrência. O neoliberalismo desconfia da democracia, preferindo alienar a coletividade das instituições e das decisões políticas, alegando se tratar de questões técnicas. Além disso, é hostil a qualquer forma de solidariedade ou práticas e instituições que possam restringir a acumulação irrestrita, especialmente os sindicatos. Essa desconfiança sobre a democracia e essa hostilidade aos sindicatos são alguns dos pontos de contato entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo, assim como a solução para os dois problemas: o Estado deve usar a violência para impor o respeito à ordem legal (HARVEY, 2008).

Comumente, o sistema que se torna hegemônico a partir dos anos 1980 recebe apenas o nome de “neoliberalismo”, o que pode denotar ou a inobservância em relação ao aspecto conservador do sistema — caracterizado pelo autoritarismo — ou pelo fato de ele possuir um verniz inclusivo.

O autoritarismo do projeto neoliberal pode ser sintetizado, novamente, por Thatcher. Enquanto desmontava o Estado de bem-estar social, a primeira-ministra britânica dizia que “*there is no alternative*”. Dessa forma, dava também a senha para a nova “morte” das ideologias: não há alternativa ao neoliberalismo. Essa tese ganhou muita força com a debacle da União Soviética e o fim da Guerra Fria, como se o fracasso da experiência soviética significasse o fracasso do socialismo em sentido amplo.

Nesse sentido, o autoritarismo segue sendo um mal menor frente à revolução social, ou à redistribuição de renda e redução da desigualdade e da taxa de lucro. E aqui nos remetemos diretamente à confissão despuddorada do representante mais caricatural do liberal-conservadorismo, Friedrich von Hayek que afirmou, sobre o ditador

chileno Augusto Pinochet, preferir “uma férrea ditadura liberal a um governo democrático completamente alheado do liberalismo” (FARRANT; MCPHAIL; BERGER, 2012).

Em paralelo à emergência do que ficou conhecido como hegemonia neoliberal, travestida de neutralidade ideológica, foram se afirmando ideologias não materialistas, vinculadas a temas específicos e não a um projeto de sociedade como um todo, como havia sido até então a função das ideologias. Entre elas, destacam-se o feminismo, o antirracismo e o ambientalismo (SCHWARZMANTEL, 2008). Dentro dessas ideologias, há correntes que dialogam mais como o socialismo, compondo a chamada “nova esquerda” (NEWMAN, 2005) e outras que dialogam mais com o liberalismo (HARVEY, 2008). Porém, seja de matriz socialista ou liberal, as chamadas ideologias pós-materialistas sofrem a ofensiva liberal-conservadora que se aprofunda ainda mais a partir dos anos 2000.

A esse respeito, é interessante observar que Nancy Fraser considera que o lapso entre os anos 1980 e a crise de 2008 foi marcado pela hegemonia do que ela chamou de “neoliberalismo progressista”, “uma nova aliança na qual os defensores da mercantilização recuperaram as correntes dominantes dos movimentos pela emancipação para se juntar e, eventualmente, eliminar os partidários da proteção social” (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 104). Ou seja, a combinação da valorização das questões de raça, gênero e meio ambiente com a defesa enfática da meritocracia e da individualidade. A partir da crise de 2008, começa a ganhar força o que a autora chama de “neoliberalismo ultrarreacionário”, uma vez que se opõe aos aspectos progressistas do modelo anterior.

A nova ofensiva liberal-conservadora não se volta apenas contra conquistas do período identificado comumente como socialdemo-

crata. Ela combate inclusive temas caros à hegemonia neoliberal, ou do período do “neoliberalismo progressista”. Durante os anos 1990, finda a Guerra Fria, os Estados Unidos experimentavam a liderança sem contraponto e ditavam a agenda internacional. A liberalização do comércio internacional foi concomitante ao avanço em temas aparentemente não vinculados à agenda econômica, como demonstra o fato de as Nações Unidas promoverem uma série de conferências para tratar dos direitos das crianças e das mulheres, do meio ambiente e dos direitos humanos em geral.

Não por acaso, o liberal-conservadorismo mais reacionário e o neofascismo se opõem a essa agenda. Para eles, esses temas fazem parte do que eles definem como “globalismo” e “marxismo cultural”. Pouco importa se na condução dessa agenda estavam ícones do neoliberalismo como George H. W. Bush (Estados Unidos, 1989-1993), Bill Clinton (Estado Unidos, 1993-2000), Helmut Kohl¹ (Alemanha, 1982-1998), Margareth Thatcher (Reino Unido, 1979-1990) e John Major (Reino Unido, 1990-1997).

Como outros autores, Yascha Mounk (2020) identifica o sucesso eleitoral desses grupos com uma forma de populismo. Segundo ele, a ascensão do populismo de direita em várias partes do mundo na última década demonstrou que o consentimento democrático é condição insuficiente para a preservação de valores fundamentais como a liberdade individual e a autodeterminação coletiva. A insatisfação crescente com a ineficiência dos resultados da democracia liberal, causada por suas contradições internas e demonstrada por sua incapacidade de garantir anseios básicos à condição humana, levou cidadãos já acostumados à liberdade a relativizar sua importância na vida coti-

¹De 1982 até 1989, chanceler da Alemanha Ocidental, de 1989 até 1998, da Alemanha reunificada.

diana.

Por suas premissas e pela forma como o liberal-conservadorismo — mesmo em sua vertente “progressista” — organiza a sociedade e o Estado, essa ideologia se aproxima muito do fascismo. Não por acaso, um dos efeitos do fortalecimento dessa ideologia no Brasil foi a ascensão de um movimento político de matiz fascista, com base em um messianismo que levou à Presidência da República um político que fundamenta seu discurso no ressentimento social aos movimentos progressistas, no ódio às minorias e à democracia liberal como sistema político. O caráter beligerante desse discurso fideliza um percentual reduzido, porém intenso em suas convicções e propósitos, de apoio popular a uma agenda econômica contrária aos interesses da grande maioria da população. A responsabilidade por essa agenda foi transferida à figura, supostamente técnica, de um ministro da economia que a sustenta sobre os mesmos pilares da inevitabilidade *thatcherista*. Não por coincidência, Stuart Hall (1978) cunhou o termo *thatcherismo* para designar uma forma político-econômica de governo que chamou de populismo autoritário.

A nova direita no Brasil ascendeu ao poder através do que se convencionou chamar de “bolsonarismo” em virtude não apenas do personalismo associado à figura do Presidente da República, mas também da forte influência política de seus filhos sobre o governo. Aos que julgavam superadas no Brasil as antigas práticas do familismo, causa assombro ver o retorno de algumas de suas ideias e práticas, como o patriarcalismo e o militarismo. Embora se reconheça uma adesão emocional e incondicional de um segmento não desprezível da população a esse projeto, o que o torna tolerável ao sistema é a política econômica neoliberal com a qual se compromete, e por isso simboliza o liberal-conservadorismo em sua versão tupiniquim.

A contrarrevolução liberal-conservadora no Brasil

A luta pela redemocratização brasileira contou com dois vetores. Um, de viés liberal, visava restabelecer as liberdades individuais e os direitos políticos. Outro, de corte socialista, almejava reverter o quadro de desigualdade social que marcava o país. Esses vetores convergiram de modo a contribuir para o fim da ditadura civil-militar e elaborar uma Carta constitucional que tanto garantisse os fundamentos de mercado e os direitos civis quanto assegurasse os direitos sociais (MIGUEL, 2019).

A Nova República foi fundada sobre “um regime formalmente muito inclusivo, mas que convive com padrões de exclusão social que estão entre os mais aberrantes do mundo” (MIGUEL, 2019, p. 39) porquanto o “texto constitucional abrigou um bom número de ambiguidades e de medidas cuja efetiva implantação foi postergada” (MIGUEL, 2019, p. 53). Assim, “o golpe de 2016 aparece também como o desfecho de um processo, cercado por tensões e lutas políticas que começou em 1985, com a redemocratização” (MÜLLER; IEGELSKI, 2018, p. 22). É bom que se frise que essas disputas políticas são também disputas ideológicas, afinal, são as ideologias que orientam a ação política.

A inclusão social ocorrida no Brasil ao longo dos anos 2000 é tributária da orientação socialdemocrata escolhida pelos governos petistas (Lula, 2003-2010; Dilma, 2011-2016). Porém, nem o governo nem o partido souberam transmitir isso à população. Renunciaram à disputa ideológica e com isso deixaram a sociedade, em especial o segmento beneficiado pelos programas de inclusão, vulnerável à ideologia neoliberal, logo, avessa à atuação do Estado para mitigar as

desigualdades sociais (MIGUEL, 2019).

Quando eclodem as manifestações de 2013, a disputa ideológica que era latente precipita na crise política que detona um longo processo de reversão democrática que culmina no golpe de 2016 e na eleição de um político que sustentava um discurso antissistema, contribuindo para o fortalecimento de tendências fascistas na dinâmica política brasileira. Céli Regina Jardim Pinto (2019) observa que, a partir de 2013, as ruas passaram a ser ocupadas por grupos com posições de direita, movimento acentuado em 2014 e 2015. Isso configurava uma mudança do perfil das manifestações em relação ao que se via desde os anos 1980, quando as ruas eram ocupadas majoritariamente pela militância de esquerda. Já Camila Rocha (2019) destaca que junho de 2013 é o ponto de inflexão na organização dos movimentos liberais no Brasil. Os militantes liberais já se organizavam em fóruns virtuais e *think tanks* desde meados dos anos 2000. Porém, foram as mudanças tributárias da conjuntura pós-2013 que permitiu que esses grupos deixassem de ser exclusivamente virtuais para ganhar as ruas.

Não obstante, em que pese o avanço da penetração do neoliberalismo na sociedade brasileira, o projeto socialdemocrata prevaleceu na eleição de 2014. Isso reforçou a desconfiança dos neoliberais quanto à capacidade de a democracia respaldar seu projeto. Por isso, as forças neoliberais fortaleceram sua aliança com os conservadores, elevando o nível da pressão por uma contrarrevolução liberal-conservadora. Esse movimento desdobrou-se em duas frentes, as instituições e as ruas. A interação dialética entre essas duas dimensões da contrarrevolução liberal-conservadora reacionária pode ser assim resumida: as manifestações multitudinárias de 2013 tiveram entre seus frutos a eleição do Parlamento mais conservador desde 1964; esse Congresso não teve qualquer dificuldade em impor, a partir de 2015,

dificuldades à governabilidade da presidenta Dilma Rousseff e de, em 2016, sacramentar o golpe de Estado; a direita mobilizada nas ruas e nas instituições sagraram-se vitoriosas nas urnas em 2018.

Jair Bolsonaro foi eleito com uma plataforma eleitoral liberal-conservadora. Por um lado, Paulo Guedes, seu porta-voz para assuntos econômicos, e depois ministro da Economia, é um defensor do Estado ultra mínimo, “privatizar tudo”²; por outro, seu *slogan* de campanha — “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” — deixava claro que sua candidatura não só representava o neoconservadorismo como também possuía perfil fundamentalista cristão.

A vitória eleitoral do liberal-conservadorismo guarda estreita e inquebrantável associação com o crescimento do neofascismo no Brasil, tema ao qual se dedica a próxima seção.

O mutualismo entre fascismo e liberal-conservadorismo no Brasil do século XXI

Em 1998, Octavio Ianni escreveu um artigo no qual afirmava que o neoliberalismo criava as condições para o fascismo. O neoliberalismo desagrega a sociedade e pauperiza a classe trabalhadora. Tais processos

produzem as ideologias e as práticas nazifascistas. A mesma guerra do neoliberalismo contra a socialdemocracia e o socialismo, agravando e generalizando as tensões, contradições e lutas sociais, favorece a fabricação e a generalização de ideologias, organizações e práticas nazifascistas (IANNI, 1998, p. 113).

Três anos antes, Umberto Eco fizera uma palestra intitulada *O fas-*

²Guedes: vou propor medidas ‘duras’ e Bolsonaro e Congresso vão ‘amaciar’. *Veja*, 24.ago.2018. Disponível em: veja.abril.com.br. Acesso: 9.set.2020.

cismo eterno. O nome não deixa dúvida, para Eco, o fascismo não é um fenômeno datado. Em dado momento, o intelectual italiano, que viveu a infância sob o regime de Mussolini, sintetiza o porquê daquela palestra: “estamos aqui para recordar o que aconteceu e para declarar solenemente que ‘eles’ [os fascistas] não podem repetir o que fizeram” (ECO, 2018, p. 21). O local da palestra é bem significativo: Universidade de Columbia, Estados Unidos. Locomotiva do neoliberalismo, os Estados Unidos, conquanto apresente uma imagem de uma democracia estável, estiveram muito próximos do fascismo. Moiniz Bandeira (2016, p. 38) conta que, em 1934, um grupo de magnatas planejou um golpe de Estado para acabar com o Estado de bem-estar social que o *New Deal* principiava a instalar no país e instalar uma ditadura fascista.

Nesse momento, julgamos necessário recorrer às análises descritivas do fascismo. Jason Stanley elenca algumas características do fascismo que descrevem muito do Brasil hodierno e do processo que culminou com a eleição de Bolsonaro. Assim como o fascismo articula um passado idealizado e por isso nega a história (STANLEY, 2018), os liberais-conservadores negam a ditadura³ e afirmam que o fascismo é “uma ideologia de esquerda originada do marxismo”.⁴

O negacionismo se relaciona ao anti-intelectualismo. Como suas “verdades” não possuem lastro, os fascistas não suportam dissidência e perseguem a imprensa e a universidade (ECO, 2018; STANLEY, 2018), por isso, acusam a divergência de hipocrisia. “Sempre que o fascismo ameaça, seus representantes e facilitadores de-

³Ernesto Araújo, ministro das relações exteriores do governo Bolsonaro, diz que a ditadura no Brasil é questão de interpretação. Carta Capital, 07.fev.2020. www.cartacapital.com.br. Acesso: 07.fev.2020.

⁴SANTOS, José Rodrigues. Fascismo: uma ideologia de esquerda originada do marxismo. Ilisp (04.jul.2016). Disponível em: www.ilisp.org. Acesso: 24.abri.2020.

nunciam as universidades e escolas como fonte de ‘doutrinação marxista’ ” (STANLEY, 2018, p. 54), tal qual fazia Abraham Weintraub,⁵ então ministro da Educação do Brasil, e o próprio Bolsonaro.⁶

O fascismo deturpa a realidade e transforma os privilegiados em grupo ameaçado, para assim, impedir políticas que visem promover igualdade. Confunde propositalmente igualdade e discriminação, fazendo com que políticas contra a desigualdade sejam vistas como uma política discriminatória contra o grupo privilegiado. “A exploração do sentimento de vitimização de grupos dominantes frente à perspectiva de ter que dividir cidadania e poder com grupos minoritários é um elemento universal da política fascista internacional contemporânea” (STANLEY, 2018, p. 99).

No entanto, para ganhar força, essas teses contaram com o apoio do liberal-conservadorismo. Foram as políticas liberais de eliminação de direitos e desagregação — através do individualismo exacerbado — implementadas de forma conservadora por governos autoritários que tornaram a sociedade brasileira solo fértil para as teses neofascistas. O projeto liberal autoritário, que vemos em curso no Brasil, é um exemplo categórico do diagnóstico feito por Achille Mbembe (2016) acerca do fim da era humanista. “A difamação de virtudes como o cuidado, a compaixão e a generosidade, vai de mãos dadas com a crença, especialmente entre os pobres, de que ganhar é a única coisa que importa e de que ganhar — por qualquer meio necessário — é, em última instância, a coisa certa”. Além disso, tal qual na Europa dos anos 1930, o neofascismo no Brasil deve muito do seu crescimento à

⁵Olavista, escolhido defende expurgo do ‘marxismo cultural’. Folha de São Paulo, 09.abr.2019, p. B2.

⁶Bolsonaro diz que combate ao marxismo vai melhorar o desempenho na educação. Folha de São Paulo, 31.dez.2018. www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 07.fev.2020.

complacência dos liberais e conservadores, com quem se irmanam no combate à esquerda.

A necessidade de eliminar a solidariedade entre os trabalhadores irmana o liberal-conservadorismo e o neofascismo. David Harvey (2008) explica que, para se afirmar, o neoliberalismo propicia ataques sistemáticos contra os sindicatos: sufoca suas atividades, promove o descrédito das lideranças políticas a eles vinculadas e apresenta os sindicatos como inimigos da sociedade. Nesse processo, enquanto lutam para preservar direitos sociais e econômicos, os sindicatos são acusados de perturbarem a ordem e defenderem privilégios. Nesse momento o neoliberalismo se aproxima do neoconservadorismo, que aceita o fundamentalismo de mercado e propõe um Estado autoritário que use a força para neutralizar quem perturbe a ordem. Portanto, o Estado liberal-conservador constrói consenso para desmontar o Estado de bem-estar social e reprimir os dissidentes. Por isso os liberais-conservadores não aceitam a democracia e preferem que a política seja tratada como uma atividade gerencial, razão pela qual falam em “governança” ao invés de “governo”.

Em essência, é o mesmo que o Estado fascista faz. Stanley (2018) explica que parte da propaganda fascista é acusar seus inimigos de preguiçosos, desmerecedores de apoio da sociedade. Ao atacar políticas que visem combater o preconceito e a desigualdade, os fascistas contribuem para a marginalização dos grupos que são seus alvos, tornando-os inimigos da sociedade, logo, sujeitos à violenta repressão. Nesse sentido, o fascismo é fortemente antissindical porque atividade sindical tende a construir uma identidade classista.

De acordo com a política fascista, os sindicatos dever ser esmagados para que os trabalhadores individuais tenham que se virar sozinhos no mar do capitalismo global e passem a depender de um partido ou

líder. A aversão pelos sindicatos é um tema tão importante na política fascista que o fascismo não pode ser totalmente compreendido sem um entendimento disso (STANLEY, 2018, p. 165).

O fascismo é antissindical porque depende da desigualdade para proliferar.

Os sindicatos são uma arma poderosa contra o desenvolvimento de uma esfera econômica desigual. Como o fascismo prospera em condições de incerteza econômica, onde o medo e o ressentimento podem ser mobilizados para colocar os cidadãos uns contra os outros, os sindicatos de trabalhadores se protegem contra a possibilidade de a política fascista criar um ponto de apoio para se desenvolver (STANLEY, 2018, p. 167).

É importante ressaltar que a agenda neoliberal implementada por Paulo Guedes teve origem ainda no governo de Michel Temer (2016-2018). Assim que assumiu, Temer tratou de impor uma agenda neoliberal, como a Emenda à Constituição 95, conhecida como “PEC do teto dos gastos”, e a reforma trabalhista, que precariza as condições de trabalho e enfraquece os sindicatos. A imposição dessa agenda gerou muitos protestos. A violência com a qual esses atos foram reprimidos motivou inclusive, notas de repúdio por parte da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e o Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).⁷

Ademais, a indiferença pela vida, que legitima a violência contra “o outro”, é um valor que irmana neoliberais e neofascistas. Esse comportamento, em geral associado apenas aos neofascistas, já vinha sendo normalizado antes do governo Bolsonaro. Em entrevista em

⁷Escritório da ONU e CIDH condenam uso excessivo da força durante manifestações e operações de segurança no Brasil. Nações Unidas, 26.abr.2017. nacoesunidas.org. Acesso em: 07.fev.2020.

fevereiro de 2018, Torquato Jardim, ministro da Justiça no governo Temer, afirmou que

Se está lá com PM, Polícia Civil e Forças Armadas, se passar um guri de 15 anos de idade, você vê a foto dele, já matou quatro, entrou e saiu do centro de recuperação, uma dúzia de vezes, e está ali com um fuzil exclusivo das Forças Armadas, você vai fazer o quê? Prende. O guri vai lá e sai, na quarta ou quinta vez que você vê o fulano, vai fazer o quê? Você tem uma reação humana aí que deve ser muito bem trabalhada psicologicamente, emocionalmente, no PM ou no soldado. Você está no posto, mirando a distância, na alça da mira aquele guri que já saiu quatro, cinco vezes, está com a arma e já matou uns quatro. E agora? Tem que esperar ele pegar a arma para prender em flagrante ou elimino a distância? [...] É a noção de guerra assimétrica, estamos vivendo uma guerra simétrica.⁸

Os mesmos veículos de comunicação que hoje (acertadamente) denunciam o caráter violento e o pouco apreço com que Bolsonaro para com a vida se omitiram diante da referida declaração.

Isso porque, como bem explica Rubens Casara, o que está em curso no Brasil é o que ele chama de “Estado Pós-Democrático”. Nele, “a democracia permanece, não como um conteúdo substancial e vinculante, mas como mero simulacro, um elemento discursivo apaziguador” (CASARA, 2018, p. 23; 25; 55). Essa feição de Estado é ideal para o neoliberalismo porque é forte no controle social, colocando seu dispositivo penal a serviço do interesse do poder econômico. O Estado Pós-Democrático neutraliza ou elimina aqueles que não servem à racionalidade neoliberal, sejam os incapazes de produzir ou consumir, sejam os que a criticam.

Novamente, aqui há uma congruência. O fascismo utiliza a retórica de lei e ordem no intuito de dividir a sociedade, incutindo a

⁸“Não há guerra que não seja letal”, diz Torquato Jardim ao Correio. Disponível em: www.correiobraziliense.com.br. Acesso: 25.out.2021.

distinção entre os indivíduos que são produtivos e os que não são. Pela ótica fascista, que é também a ótica das elites capitalistas, os que não são produtivos são inimigos e podem ser combatidos, quiçá eliminados. Um dos motes usados pelo fascismo para legitimar o uso do aparato repressivo aos seus opositores é o combate à corrupção. Não obstante, esse discurso visa desviar o foco das transgressões e da corrupção praticada pelos próprios fascistas (STANLEY, 2018).

A “luta contra a corrupção” foi um dos alicerces para a interrupção da experiência socialdemocrata e para a ascensão do liberal-conservadorismo e do fascismo no Brasil. Pinto (2019) descreve a construção da equivalência entre a “luta contra a corrupção” e a “luta contra o PT”. Como a corrupção não é categoria para definição de orientação político-ideológica, a veiculação sistemática de casos desse tipo em governos de esquerda permite consolidar no imaginário popular que a luta contra tal crime é exclusividade da centro-direita e da direita. Assim, construíram-se duas cadeias de equivalência antipódicas: esquerda, Estado forte e corrupção vs. luta contra a corrupção, Estado mínimo e direita. Essa construção ganhou contornos nítidos com as manifestações de junho de 2013 — embora já se mostrasse antes disso — e adquiriu mais densidade a partir de março de 2014, com a Operação Lava Jato.

A maioria daqueles que apoiaram a derrota da socialdemocracia tem se mantido silentes sobre a relação pouca republicana que membros do Ministério Público Federal de Curitiba mantinham com o capital industrial⁹ e bancário,¹⁰ ou mesmo do comportamento incompatível com suas funções do então juiz Sérgio Moro na condução da

⁹BERGAMO, M. Folha de São Paulo, 24.jul.2019, p. C2.

¹⁰‘O RISCO TÁ BEM PAGO RS’. The Intercept Brasil, 26.jul.2019. theintercept.com. Acesso em: 07.fev.2020.

OLJ.¹¹ Também se omitem acerca da proximidade do presidente Bolsonaro e seus filhos com milicianos¹² e da possibilidade de o primogênito do presidente estar envolvido com “lavagem de dinheiro”.¹³

Finalmente, tanto o fascismo quanto o liberal-conservadorismo operam e se alimentam da normalização do extraordinário. Segundo Stanley (2018, p. 181), “o que a normalização faz é transformar o que é moralmente extraordinário em ordinário. Isso nos torna capazes de tolerar o que antes era intolerável”. O autor está se referindo ao fascismo, mas bem que poderia estar analisando o liberal-conservadorismo, afinal, Thatcher dizia não haver alternativa, portanto, todos deveriam aceitar, ver como normal a perda de direitos e a rede estatal de proteção social. Stanley (2019, p. 181) continua: “normalização significa precisamente que a invasão de condições ideologicamente extremas não é reconhecida como tal porque elas parecem normais”.

Para Terry Eagleton (2019), o auge de uma ideologia opressora é quando o oprimido clama por opressão. A eleição de Bolsonaro representou exatamente isso: movido pelo sentimento fascista, despertado pelo discurso anticorrupção que se combinou com uma rejeição à política democrática e suas instituições, o povo elegeu o liberal-conservadorismo; movido pelo liberal-conservadorismo, o povo elegeu o fascismo.

O bolsonarismo (ou o neofascismo brasileiro) é, tal qual o fascismo original, um movimento de classe média e pequena burguesia hegemônico pela burguesia financeira. Em que pese não ser possí-

¹¹Moro cometeu quatro tipos de crimes ao atuar na Lava Jato, afirma juíza. Rede Brasil Atual, 19.ago.2019. www.redebrasilatual.com.br. Acesso em: 07.fev.2020.

¹²Flávio Bolsonaro homenageou policiais acusados de participar de “guarnição do mal”. O Globo, 03.fev.2019, p. 5.

¹³Promotoria suspeita que Flávio lavou ‘rachadinha’ em imóveis. Folha de São Paulo, 19.dez.2019, p. A8.

vel dizer que as manifestações de junho de 2013 foram um movimento fascista, também não se pode negligenciar a importância daqueles protestos para o crescimento do neofascismo no Brasil.

[A expressão *ovo da serpente*] — consagrada nas análises que buscam identificar as origens do fascismo — ganhou relevo no debate político brasileiro a partir de junho de 2013. Não se trata de dizer que a potência, ou mesmo a prática, fascista não existisse antes desse momento, nem ignorar possíveis responsabilidades de partidos e governos que se proclamam democráticos. Mas não havia, até então, nem um lugar na cena política para um movimento como o bolsonarismo (CAVALCANTE, 2020, p. 123).

Nesse sentido, as manifestações a favor da derrubada de Dilma Rousseff foram tributárias das de junho de 2013. Em análise sobre o perfil dos manifestantes que foram as ruas em 2015 e 2016 em São Paulo, Sávio Cavalcante e Santiane Arias (2019) observam que a maioria dos indivíduos de classe média que se manifestaram o fizeram pró-golpe (na proporção de 1 para 5) e que a classe média era a maioria nos atos pró-golpe (aproximadamente 40% ganhavam mais de dez salários mínimos e mais 75% possuíam ensino superior). Foi também nesse período que dizeres de cunho fascistas — “Quero meu país de volta” e “O meu partido é o Brasil” — começaram a ganhar força.

Finalmente, o bolsonarismo, assim como o fascismo, é uma ideologia a serviço do capital financeiro. Não há o que tergiversar sobre isso, uma vez que está fartamente documentado nos relatórios do Tribunal de Nuremberg o apoio da elite financeira alemã ao movimento e ao governo nazista (KONDER, 2009), apoio este que contou com nomes como Audi, Bayer, Basf, BMW, Deutch Bank, Hugo Boss, IBM, Siemens e Volkswagen.¹⁴ É importante que se diga: esses ca-

¹⁴MARCHESAN, R. Volks, BMW, Hugo Boss: essas e outras gigantes ajudaram Alemanha nazista. Uol, 12.set.2017. Disponível em: economia.uol.com.br.

pitalistas usaram trabalho forçado, confiscaram bens, desenvolveram uniformes, motores, armas e os gases usados nos campos de concentração porque o regime nazista atendia a seus interesses de classe.

Em setembro de 2018, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizou um evento com os presidentes. Robson Braga de Andrade, presidente da CNI, afirmou que sua categoria “não tem receio, de forma alguma, de um governo de Jair Bolsonaro”, candidato que foi o mais aplaudido do evento.¹⁵ Não seria a primeira vez que representantes do capital financeiro demonstravam simpatia por um líder de movimento fascista. Em 1932, após assistir à apresentação do programa de governo dele, a elite financeira alemã ovacionou Adolf Hitler (KONDER, 2009).

Se Hitler contou com o apoio do capital financeiro alemão para implementar os campos de concentração, o trabalho compulsório e a política de extermínio, Bolsonaro conta com a cumplicidade do capital financeiro brasileiro para sua política de desprezo à vida. É o que demonstra comparação pela forma como os mercados reagem a ações do governo em duas áreas distintas. Por um lado, são agressivos quando se fala em furar o teto de gastos para implementar uma política pública que mitigue minimamente a condição miserável à qual milhões de brasileiros foram conduzidos desde o golpe liberal-conservador de 2016.¹⁶ Por outro, o Congresso Nacional, Casa tão fiel aos interesses da burguesia e onde esta está super-representada, se mostrou extremamente tolerante com a escalada do número de mortes decorrentes da

Acesso: 28.set.2020.

¹⁵Não temos receio algum de um governo Bolsonaro, afirma presidente da CNI. Folha de São Paulo, 27.set.2018. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso: 28.set.2020.

¹⁶FERRARI, H. Dólar vai a R\$5,67 e Bolsa cai 2,75% com reação às mudanças no teto de gastos. *Poder 360*, 21.out.2021. Disponível em www.poder360.com.br. Acesso: 28.out.2021.

estratégia adotada pelo Planalto em relação à pandemia da COVID-19.

Conclusão

Ao articular ideias, valores e crenças a respeito de como a sociedade deve se organizar, a ideologia está na base do agir político. É por meio da ideologia que os indivíduos, os grupos, as classes ou frações de classe se mobilizam para defender ou transformar uma dada realidade política. Embora o engajamento seja a forma mais visível de envolvimento e participação política, muitas vezes a indiferença em relação à política hegemônica ou a uma transformação em voga pode ser anuência para com uma ou outra.

A ideologia dominante é a ideologia da classe dominante, e no capitalismo ela se mostra tolerante ao autoritarismo: aceita-se o uso da violência contra quem se oponha ao seu projeto de exploração. Não é novidade que o capitalismo e a democracia sempre foram incompatíveis, especialmente quanto à dependência do primeiro à acumulação do capital e o fundamento na igualdade da segunda. O liberalismo em sua vertente radicalizada, o neoliberalismo ou liberal-conservadorismo, atua como suporte ideológico à reprodução do capital na medida em que promove a subordinação do ser humano à sua lógica através do argumento de uma suposta racionalidade econômica: austeridade fiscal, redução das áreas de atuação do Estado ao mínimo, defesa do livre mercado e da propriedade privada. Sua face pública em defesa da liberdade disfarça seu caráter desumano de desprezo à vida, manifesto principalmente pelo viés autoritário do componente conservador do modelo, que não tolera a divergência e trata com violência todos que contra ele se levantem.

No caso Brasileiro, o liberal-conservadorismo e o fascismo operaram se auxiliando mutuamente. Para desfazer um Estado de bem-estar social — que nem bem chegou a ser implementado —, liberais-conservadores vêm se alimentando do fascismo; e os fascistas vêm se nutrindo do liberal-conservadorismo para impor um regime autoritário com apoio popular. Bolsonaro representa um projeto de corte neofascista que, para ter viabilidade, precisou que o liberal-conservadorismo lhe pavimentasse o caminho, gerando insegurança econômica, desamparo social e desagregação. Por outro lado, a eleição de Bolsonaro significa o fortalecimento do liberal-conservadorismo, que dificilmente teria chegado ao poder sem o desenvolvimento de uma ideologia anti-humanista que justificasse o desprezo pela vida a uma despidorada racionalidade econômica assentada no fundamentalismo de mercado.

Bolsonaro lidera um movimento neofascista e um governo com tendências ao autoritarismo e com matizes de fundamentalismo cristão. Porém, não se trata de “um raio vindo de um céu sem nuvens”, para usar a célebre frase de Marx para nos lembrar que fenômenos como esse não são obra do acaso. Bolsonaro chegou ao Planalto e lá se mantém por duas razões. Ele conta com apoio de uma parcela da população que, ainda que minoritária, lhe presta esse apoio de forma intensa e visceral. A segunda, e mais importante, é que Bolsonaro mantém aliança com segmentos importantes da classe dominante.

E aí está o mutualismo da relação entre o neofascismo e o liberal-conservadorismo. Por um lado, o bolsonarismo vem viabilizando a implementação de uma agenda de retirada de direitos — portanto, liberal — por meio de um apelo a valores familiares e religiosos — portanto, conservadora. Por outro lado, essa agenda liberal-conservadora precisou se apoiar em uma ideologia neofascista para ganhar corações

e mentes de forma a lhe conferir legitimidade.

Referências

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

BOITO JR., A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, [S. l.], v. 50, n. 1, p. 111–119, 2020. Disponível em: www.ifch.unicamp.br. Acesso em: 25 set. 2020.

BOTTOMORE, T. Fascismo. In: _____. (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012a. p. 217–218.

BOTTOMORE, T. Socialdemocracia. In: _____. (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012b. p. 497–499.

CASARA, R. R. R. *Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis*. 3a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAVALCANTE, S. Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro. *Crítica Marxista*, [S. l.], v. 50, n. 1, p. 121–130, 2020. Disponível em: www.ifch.unicamp.br. Acesso em: 25 set. 2020.

CAVALCANTE, S.; ARIAS, S. A divisão da classe média na crise política brasileira (2013-2016). In: BOUFFARTIGUE, P. et al. (org.). *O Brasil e a França na mundialização neoliberal: mudanças políticas e contestações sociais*. São Paulo, SP: Alameda, 2019.

EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2019.

ECO, U. *O fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

FARRANT, A.; MCPHAIL, E.; BERGER, S. Preventing the “Abuses” of Democracy: Hayek, the “Military Usurper” and Transitional Dictatorship in Chile? *American Journal of Economics and Sociology*, [S. l.], v. 71, n. 3, p. 513–538, 2012. Disponível em: onlinelibrary.wiley.com. Acesso em: 3 abr. 2021.

FRASER, N.; JAEGGI, R. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.

GRAMSCI, A. *Cadernos Do Cárcere — Vol. 2*. Rio de Janeiro: Civiliza-

ção Brasileira, 2017. Disponível em: public.ebib.com. Acesso em: 30 out. 2021.

HALL, S. *et al.* *Balancing Accounts: Cashing in on Handsworth*. [S. l.: s. n.], 1978.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

HEYWOOD, A. *Political ideologies: an introduction*. 5th ed. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; New York: Palgrave Macmillan, 1992.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX; 1914–1991*. 2. ed. 50. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. *A era do capital 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015a.

_____. *A era dos impérios: 1875-1914*. São Paulo (SP): Paz e Terra, 2015b.

IANNI, O. Neoliberalismo e nazi-fascismo. *Crítica Marxista*, [S. l.], v. 7, p. 112–121, 1998.

KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LARRAIN, J. Ideologia. In: BOTTOMORE, T. (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 271–274.

LENIN, V. I. *Que fazer??: a organização como sujeito político*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LIGUORI, G. Ideologia. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. (org.). *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer, Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MBEMBE, A. *The age of humanism is ending*. 22 dez. 2016. [Mail & Guardian — Africa's best read]. Disponível em: mg.co.za. Acesso em: 25 set. 2020.

MIGUEL, L. F. *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/ Expressão Popular, 2019. Coleção Emergências.

MONIZ BANDEIRA, L. A. *A desordem mundial: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias*. Rio

de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MÜLLER, A.; IEGELSKI, F. O Brasil e o tempo presente. In: FERREIRA, J. L.; DELGADO, L. de A. N. (org.). *O Brasil Republicano — O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016* (1985-2016). Nova edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. v. 5.

NEWMAN, M. *Socialism: a very short introduction*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2005. Very short introductions, 126.

PASSMORE, K. *Fascism*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

PINTO, C. R. J. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). In: SOLANO, E.; ROCHA, C. (org.). *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura*. Porto: Portocalense Editora, 1972.

ROCHA, C. “Imposto é roubo!” A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. In: SOLANO, E.; ROCHA, C. (org.). *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SCHWARZMANTEL, J. *Ideology and politics*. London, Thousand Oaks, CA: SAGE, 2008.

STANLEY, J. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: L & PM, 2018.

STOPPINO, M. Ideologia. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.). *Dicionário de política*. 13. Ed. Brasília, DF: Ed. Univ. de Brasília, 2010.

WILLIAMS, R. *Keywords: a vocabulary of culture and society*. Nachdr. London: Fontana Press, 2000.

MOUNK, Y. The End of History Revisited. *Journal of Democracy*, 31 (1), 2020. Disponível em: www.journalofdemocracy.org. Acesso em 25 set. 2020.

ZETKIN, C. *Como nasce e morre o fascismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

Resumo:

O objetivo do artigo é analisar a dimensão ideológica no Brasil contemporâneo a partir da identificação de uma sobreposição de ideologias na sociedade brasileira, que se tornou hegemônica a partir das eleições de 2018. O artigo combina discussão teórica com evidências factuais. Partimos de uma discussão epistemológica acerca do conceito de ideologia, categorizamos o fascismo e o liberal-conservadorismo e analisamos a evolução das disputas entre diferentes vertentes ideológicas, protagonizadas pela esquerda socialdemocrata e a direita neoliberal, na história recente do país. Concluimos, finalmente, que o quadro político brasileiro atual é resultado do mutualismo entre o liberal-conservadorismo e o fascismo.

Palavras-chave: Ideologia; Liberal-conservadorismo; Fascismo; Brasil.

Abstract:

The aim of the article is to analyse the ideological dimension in contemporary Brazil from the identification of an overlapping of ideologies in Brazilian society, which has become hegemonic since the 2018 elections. The article combines theoretical discussion with factual evidence. We started from an epistemological discussion about the concept of ideology, categorized fascism and liberal-conservatism, and analysed the evolution of the disputes between different ideological strands, led by the social-democratic left and the neoliberal right, in the country's recent history. We conclude, finally, that the current Brazilian political framework is the result of the mutualism between liberal-conservatism and fascism.

Keywords: Ideology; Liberal-conservatism; Fascism; Brazil.

Recebido para publicação em 26/08/2021.
Aceito em 01/02/2022.

Mulheres ultraconservadoras: elementos para uma reflexão feminista


Ana Livia Rodrigues

Universidade Federal da Bahia, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-3287-0142>
alvrodrigues6866@gmail.com

Ramayana Costa

Universidade Federal da Bahia, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-5831-2651>
rama.sc@hotmail.com

Introdução

Nos dias atuais temos presenciado importantes e crescentes debates em torno do avanço e aprofundamento dos conservadorismos em diferentes países do mundo. No Brasil, tal aprofundamento tem sido identificado por alguns/algumas autores/as (FILGUEIRAS; DRUCK, 2018; 2019; BOITO Jr., 2020; 2021), enquanto neofascista.

Umberto Eco ao apresentar seu conceito de *Ur-fascismo* ou *fascismo eterno*, aponta que o termo fascismo se adapta a diversos mo-

mentos históricos porque é possível eliminar um regime fascista, seus mais diferentes aspectos, e “ele continuará sempre a ser reconhecido como fascista”. (ECO, 2016, *n.p.*). Ou seja, o fascismo, enquanto um movimento político e filosófico, pode culminar/refletir ou não em um regime fascista, no entanto não é necessário um regime fascista para que o fascismo se apresente.

O fascismo, conhecido como fascismo histórico, é identificado a partir dos anos de 1920, na Itália, com Mussolini, Hitler, na Alemanha, e Salazar, em Portugal. Já no Brasil, que se encontra à margem do capitalismo, é possível identificar o movimento fascista especialmente com a Ação Integralista Brasileira (AIB) com Plínio Salgado nos anos de 1930 e, na atualidade, autoras e autores, como Luiz Filgueiras e Graça Druck (2018; 2019), Armando Boito Jr. (2020; 2021), identificam o bolsonarismo enquanto um fenômeno neofascista.¹

Para Armando Boito Jr (2021), no Brasil, “O movimento neofascista e suas organizações nasceram das manifestações pelo impeach-

¹Conforme Luiz Filgueiras e Graça Druck (2019), apesar de algumas diferenciações, neofascismo e “fascismo histórico” se aproximam nos seguintes aspectos: “1- o apelo ao autoritarismo e contra o sistema” e o Estado de Direito; 2- o uso da legalidade democrática e de suas instituições para constituição de um Estado de Exceção, por dentro da ordem democrática; 3- o ataque raivoso a todas as tendências de esquerda (comunistas, socialistas e socialdemocratas); 4- a defesa do nacionalismo (real ou apenas retórico) xenófobo, com a negação da existência de classes e conflitos de classe no interior da nação; 5- a desqualificação e, no limite, destruição das organizações dos trabalhadores (Partidos, sindicatos, associações etc.); 6- a escolha de algum “outro” como causador e bode expiatório de todos os males, fobias e ressentimentos; 7- o exercício de uma “guerra cultural-ideológica” permanente, na qual se destaca a adoção de narrativas e explicações de caráter místico-religioso e de natureza anti-intelectual, uma espécie de anti-iluminismo que agride a razão, e que procura desacreditar o conhecimento científico, histórico e cultural acumulados durante mais de cinco séculos, desde a época do “Renascimento”; 8- a exploração das emoções e afetos regressivos, com o estímulo e uso da violência, brutalidade e grosseria; 9- e, por fim, como instrumento de difusão e implementação deste “programa”, a mobilização política de massa, com a constituição de um movimento ativo, agressivo e, no limite, violento.” (FILGUEIRAS; DRUCK, 2019, *n.p.*)

ment de 2015-2016, manifestações estas que todos os levantamentos empíricos mostram que eram da alta classe média” (CAVALCANTE; ARIAS, 2019; GALVÃO, 2016).

Apesar de nascerem nesse período, é importante assinalar que a cooptação das manifestações de 2013 pelas direitas² e a Operação Lava-Jato, orquestrada especialmente contra o Partido dos Trabalhadores, em nome do combate à corrupção em 2014, abriram espaço para que a extrema direita se fortalecesse no período posterior, atrelada diretamente à classe média brasileira, de modo que

Os dados de 2017 mostram que a classe média é a base social precursora do bolsonarismo, enquanto os de 2019 mostram que ela é, também, sua base mais fiel.

A ideologia fascista, como não poderia deixar de ser, traz a marca de sua base social (...). A ideologia fascista pequeno-burguesa ou de classe média é uma ideologia crítica, mas de perspectiva conservadora. (...). O fato é que o fascismo original fazia a crítica ao grande capital, aos especuladores e aos financistas de uma perspectiva conservadora de pequeno proprietário; o neofascismo brasileiro, com

²Como apresenta Sabrina Aparecida da Silva: “De certa maneira, podemos dizer que a conjuntura política que acompanhou as Jornadas de Junho de 2013 reativou e impulsionou as forças reacionárias e neoconservadoras *adormecidas* desde o golpe militar de 1964, as quais permanecem motivadas às pautas antidemocráticas, como por exemplo, o *retorno da ditadura militar*. O regresso dos grupos de direita às ruas, após décadas de ostracismo, ‘demonstrou o inegável crescimento, junto aos setores médios da sociedade brasileira, do ideário reacionário, o qual coaduna aspectos ultraliberais com outros tradicionalistas’ (DEMIER; MELO, 2018, p. 267). Entretanto, convém destacar que essas manifestações reacionárias e neoconservadoras não estavam presentes no início das Jornadas de Junho de 2013, ‘antes da burguesia ter conseguido pautar o movimento -, e, de certa forma, os atos reacionários podem até ser considerados como uma ‘resposta de determinados setores das classes dominantes ao temor despertado’ em 2013’. (DEMIER; MELO, 2018, p. 267). Temos assim, um heterogêneo e novo movimento político composto por uma *direita* autoritária que contribuiu para o aprofundamento da crise capitalista, possibilitando a ascensão de grupos ultraliberais na direção do Estado e reproduzindo as velhas táticas políticas de opressão, de manipulação e de clientelismo, adeptas ao discurso do anticomunismo e do combate à corrupção” (SILVA, 2021, p. 121).

predomínio da classe média, critica a corrupção e a “velha política”, e o faz, no caso da corrupção, de uma perspectiva conservadora e moralista e, no caso da “velha política”, de uma perspectiva autortária que enaltece a concentração do poder no Executivo e aponta para o fim da política parlamentar, isto é, para o fim da democracia burguesa.

O aspecto crítico do discurso fascista e neofascista pode, de maneiras distintas, obter — e de fato obtém — impacto popular que transcende sua origem de classe. (BOITO Jr., 2021, p. 5-6)

Assim como o impacto popular transcende a sua origem de classe, não é diferente no campo do gênero. O fascismo — e o neofascismo — estão atrelados diretamente ao reforço da masculinidade — branca e cisheteronormativa — cujo lugar das mulheres é identificado no espaço privado e no lugar do cuidado. Do ponto de vista moralista e moralizador,³ importa dizer que o neofascismo bolsonarista, especialmente ao atrelar-se aos/às religiosos/as pentecostais e neopentecostais, tem intensificado as investidas na perpetuação de valores e ideologias antigênero, patriarcais e LGBTQIA+fóbicas.

Ao se apresentar então a partir de uma perspectiva machista, patriarcal, misógina e LGBTQIA+fóbia, nos chama atenção a presença de mulheres no bolsonarismo, especialmente após grandes avanço e

³Para Maria Lúcia Barroco (2010), a moral é construída, ou seja, ela não é natural, mas representa uma construção que corresponde a determinado período histórico. No entanto, esse processo de naturalização constitui-se a partir das normatizações, a partir de princípios universais. Ainda para a autora, “A família é um dos alicerces morais do conservadorismo e sua função é a manutenção da propriedade. A mulher exerce o papel de agente socializador responsável pela educação moral dos filhos; por isso, essa perspectiva é radicalmente contrária aos movimentos femininos, entendendo-os como elementos de desintegração familiar. A moral adquire, no conservadorismo, um sentido moralizador. É porque faz parte das propostas conservadoras buscar reformar a sociedade, entendendo que a *questão social* decorre de *problemas morais*. É assim que se apresentam sob diferentes enfoques e tendências, objetivando a restauração da ordem e da autoridade, do papel da família dos valores morais e dos costumes tradicionais”. (BARROCO, 2010, p. 163, *grifos da autora*)

articulação dos movimentos feministas, uma vez que o ultraconservadorismo impacta diretamente a vida das mulheres, a garantia, avanço e manutenção de seus direitos.

Paradoxalmente, as campanhas antigênero, que têm consequências nocivas para vários segmentos sociais, entre eles o feminino e o infantojuvenil, têm mobilizado mulheres de diferentes grupos cristãos. Às mulheres sempre coube a tarefa de transmitir as crenças religiosas para os familiares e para as novas gerações. Agora, como ativistas de movimentos neoconservadores, elas desempenham um papel simbólico importante no confronto com as feministas; afinal, são mulheres desqualificando e questionando teses emancipacionistas de outras mulheres. [...] (MACHADO, 2020, p. 131)

Maria das Dores Campos Machado identifica tais ativistas enquanto pertencentes a movimentos neoconservadores, indicando, junto à Flavia Biroli e Juan Marco Vaggione (2020), que o conceito de neoconservadorismo articula cinco dimensões que ajudam a compreensão do fenômeno que estamos vivenciando em relação a gênero e democracia, sendo elas:

[...] alianças entre atores adversos; juridificação dos conflitos políticos de caráter moral; desenvolvimento em contexto liberal-democrático, mas participando, no início do século, de processos iliberais e de erosão das democracias; caráter transnacional; e relação com o neoliberalismo, sobretudo na perspectiva da responsabilização das famílias em meio a processos amplos de privatização e mercantilização. (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020, p. 40).

No entanto, entendemos que, apesar desta articulação nos ajudar a compreender o fenômeno, o conceito de ultraconservadorismo seria mais apropriado à reflexão que estamos realizando neste trabalho. Isso porque, dentre outras coisas, o ultraconservadorismo “tende a estar mais associado à extrema-direita, fundamentalista com visões

radicais contra minorias e direitos conquistados na luta contra o patriarcado.” (MENEZES, 2017, *n.p.*). Por isso, a essas mulheres bolsonaristas (ou que, em algum momento o foram), denominaremos de mulheres ultraconservadoras.

Destacamos que a adesão de mulheres aos regimes totalitários não é novidade. Assim também ocorreu no fascismo histórico. Levando isso em consideração, este artigo tem por objetivo analisar a presença de elementos fascistas e ultraconservadores no século XX e na atualidade a partir da adesão de mulheres aos projetos em curso na sociedade.

Para tanto, inicialmente foi realizada uma contextualização sobre a participação das mulheres no fascismo italiano, no salazarismo português e no integralismo brasileiro no século XX; Para tentarmos compreender esse fenômeno no Brasil atual, foi realizada uma análise acerca da participação das mulheres no governo de Jair Bolsonaro enquanto presidente da República a partir de duas figuras de destaque nesse governo: Damare Alves (atual Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) e Sara Winter (“ex-feminista”, fundadora dos “300 do Brasil⁴”); por fim, realizamos uma reflexão da adesão e aliança entre mulheres e governos misóginos.⁵

⁴Conforme matéria produzida por Rayssa Mota, publicada pelo Estadão, em 16 de junho de 2020, “A criação dos ‘300 do Brasil’, que na verdade contavam com cerca de 25 manifestantes acampados na Esplanada dos Ministérios, foi anunciada na internet no final de abril. Pregando o nacionalismo, o combate à corrupção e à esquerda e defendendo a autonomia do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), um vídeo anunciava: “Nós somos os 300 do Brasil e viemos cobrar”. O nome foi escolhido em dupla referência aos 300 de Gideão, batalha relatada na Bíblia, e aos 300 guerreiros espartanos que, na Grécia Antiga, travaram uma batalha com milhares de soldados persas para atrasar uma invasão iminente e ganhar tempo para uma contra-ofensiva grega.” Para maiores informações ver: politica.estadao.com.br. Cabe ressaltar que no tópico 3 são apresentadas outras informações sobre tal Movimento.

⁵Segundo Yanna J. Carneiro (2019), a “misoginia é um sentimento de aversão patológico pelo feminino, que se traduz em uma prática comportamental machista,

Trata-se, portanto, de pesquisa bibliográfica (GIL, 2008), de cunho qualitativo (GIL, 2008; MINAYO, 2002), cujo método reflete uma aproximação com o materialismo histórico-dialético (DEMO, 1995; NETTO, 2009). As discussões se sustentam nas epistemologias feministas, ancoradas especialmente na teoria do “ponto de vista feminista”, a partir do qual, segundo Sandra Harding (1987, p. 31-33), mulheres e homens⁶ possuem experiências distintas, as quais influenciam diretamente na forma como se construiu e se constrói o conhecimento historicamente, sendo a teoria do ponto de vista feminista uma epistemologia que, a partir das vivências das mulheres, questione a naturalização das relações sociais e, ao mesmo tempo, possibilite a construção de conhecimento que seja útil às mulheres.

Partimos também da proposição de Donna Haraway (1995), no que tange aos saberes localizados, situando a nossa produção enquanto fruto de duas mulheres, uma historiadora e uma assistente social, que têm em comum, dentre outras coisas, a cisgeneridade,⁷ o fato sermos feministas, trabalhadoras e nordestinas, dentre tantos outros atra-

cujas opiniões e atitudes visam o estabelecimento e a manutenção das desigualdades e da hierarquia entre os gêneros, corroborando a crença de superioridade do poder e da figura masculina pregada pelo machismo” (CARNEIRO, 2019, s/p),

⁶Ao partirmos da teoria do ponto de vista, reconhecemos e concordamos com as críticas feitas por Patricia Hill Collins (2019) e Yuderkis Espinosa Miñoso (2020), por exemplo, acerca de como, inicialmente, tal teoria partiu da universalidade das experiências de mulheres, deixando de lado, de certa forma, questões raciais, de classe, territorialidades, dentre outras, que além de refletirem a diversidade e as diferenciações entre as “mulheres”, podem questionar a dicotomia estabelecida entre “mulheres e homens”.

⁷Segundo Eli Bruno do Prado Rocha Rosa: “Raíssa Grimm (2017) define a cisgeneridade como ‘um termo utilizado para se referir a pessoas que não são trans’. (p. 1) Ainda, acrescenta que ‘Segundo Viviane Vergueiro (2015) citando Jaqueline de Jesus (2012), a cisgeneridade pode ser compreendida como experiência individual de gênero que corresponde ao sexo que lhe foi atribuído no nascimento, ou seja, a pessoa cisgênera é aquela cuja identidade de gênero coincide com o gênero determinado no momento do seu nascimento’ ” (ROSA, 2020, p. 64-65).

vessamentos. Ainda, ressaltamos o fato de ambas termos feito pós-graduação nos estudos de gênero e feminismos — espaço, inclusive, que permitiu que a gente se conhecesse e pudesse partilhar conhecimentos, dúvidas e angústias — e que nos possibilitou a inserção no campo desta investigação de forma a refletirmos através das epistemologias feministas a realidade brasileira, tendo maior sensibilidade às trajetórias das mulheres, a luta em torno das suas vidas e de seus direitos e os ataques que tem sido realizado à elas e a estes, em especial no tempo presente, temas que dialogam diretamente com as perguntas de pesquisa propostas neste trabalho.

Mulheres e Fascismos contemporâneos

O fascismo pode ser entendido como um movimento político e filosófico ou como um regime, caso clássico do governo Mussolini na Itália (1922-1945). É a expressão mais radical das direitas conservadoras, lembrando que nem toda direita assume o extremismo do fascismo e que a esquerda também já produziu governos totalitários e ditatoriais como o de Josef Stalin (1927-1953), na União Soviética. Para entender melhor o que estamos chamando de fascismo vamos descrevê-lo conforme PAYNE (1995 *apud* ATHAIDES, 2014), a partir de cinco pontos:

- [1] tentativa de mobilização de massas e militarização das relações políticas e do estilo, objetivando instaurar uma milícia do partido de massas;
- [2] ênfase na estrutura estética unitiva, símbolos e liturgia política, acentuando os aspectos emocionais e místicos;
- [3] extrema acentuação no princípio masculino e sua dominação, ao mesmo tempo defendendo uma forte visão orgânica da sociedade;
- [4] exaltação da juventude acima de outras fases da vida, enfatizando o conflito de gerações, ao menos para efetivar a transformação política inicial;
- [5] específica tendência para um autoritário,

carismático e pessoal estilo de comando, mesmo que o comando seja, em certa medida, inicialmente eletivo (Payne, 1995, p. 7 *Apud* ATHAIDES, 2014, p. 1309).

Visando a mobilização das massas, as diferentes classes sociais são manipuladas e contribuem para que tais lideranças, geralmente masculinas carismáticas, cheguem ao poder, principalmente a pequena burguesia, aqueles e aquelas que ascenderam socialmente e se tornam ardorosos defensores do grande líder, repetindo discursos baseados em valores religiosos em defesa da família, eficazes combatentes da corrupção endêmica de cada nação e da crise econômica que só um governo forte e incorruptível irá resolver. Os ricos geralmente veem em tais líderes, de tal governo forte e incorruptível, um defensor de seus interesses e, também, ajudam a sua escalada ao poder, como o fizeram com Mussolini e Hitler.

Maria Macciocchi, jornalista, italiana, comunista, ao escrever sobre o fascismo na Itália, a partir da sua vivência em tal regime, salienta a importância da pequena burguesia para o fascismo tendo como base o pensamento de Gramsci, que diz ser, a pequena burguesia, uma classe cheia de veneno contra o operário e que prepara o caminho para a ascensão do líder fascista.

A pequena-burguesia, depois de ter arruinado o Parlamento, prepara-se para arruinar o Estado burguês: ela substitui, numa escala cada vez mais vasta, a autoridade da lei pela violência privada, ela exerce (e não pode agir de outra maneira) esta violência de uma maneira caótica, brutal, e ergue contra o Estado camadas da população cada vez mais importantes. (MACCIOCCHI, 1977, p. 28-29).

Então, a pequena burguesia alimentava o fascismo na Itália e fornecia novos/as adeptos/as que foram construindo o caminho para Mussolini chegar ao poder, usando da violência e meios ilícitos. No entanto, estrategicamente,

Os fascistas não querem ir para a prisão — e isto está na simples lógica dos fatos elementares —, mas querem, pelo contrário, utilizar a sua força, toda a força de que dispõem, para ganhar a impunidade e atingir o fim último de todo o movimento: a posse do poder político... (MACCIOCCHI, 1977, p. 31).

Na caminhada fascista para o poder político se percebia claramente quais grupos seriam os mais oprimidos, a tirania, analisada por Macciocchi, não se concentrou apenas na classe, incluiu a opressão das mulheres. Assim, como entender a adesão dos pobres contra os interesses dos trabalhadores? Da mesma forma, enquanto feministas, nos questionamos: como igualmente entender a adesão feminina a quem reprova as conquistas duramente conseguidas pelas mulheres? Uma vez que,

A mulher, enquanto propriedade privada a explorar, que não faz distinção de classe, pertence tanto ao pequeno burguês como ao chefe da empresa ou dignitário fascista, e nada os torna mais iguais, justamente, do que essa posse da mulher para quem não há, nunca, ameaça de expropriação. (MACCIOCCHI, 1977, 87).

Mesmo as mulheres sendo exploradas em todos os grupos sociais, como explica a autora, o que justifica as atitudes das fascistas italianas para levar Mussolini ao poder e contra outras mulheres, assim como elas oprimidas?

Conta-se que na primavera de 1922, numa pequena povoação da Província de Udine, um grupo de socialistas tentou vingar-se de um terrível golpe ocupando a sede do partido fascista... “Apoderar-se e pôr de pernas para o ar o seu covil teria sido empresa fácil se, de imprevisto, não tivesse saído daí, aos gritos A nós!, uma trintena de mulheres, armadas com bombas Sipe e matracas, equipadas de capacetes e cintos de munições, que se lançaram sobre o inimigo e o obrigaram a recuar. Estas amazonas eram comandadas por uma certa Signora Scarpa, que, mais tarde, durante a República de Salò,

foi nomeada tenente coronel das S. S. auxiliares”. (MACCIOCCHI, 1977, p. 90).

Em certa medida, Mussolini usou as mulheres como um primeiro passo da sua escalada ao poder (MACCIOCCHI, 1977, p. 96), no I Congresso dos Fasci Femininos das Três Venéncias, Mussolini discursou e a autora destaca alguns pontos, como: “Gosto de vos dizer, mulheres fascistas [...], que Mussolini e o fascismo são dois aspectos de uma mesma natureza, dois corpos e uma só alma ou, se preferirdes, as duas almas de um só corpo” (MACCIOCCHI, 1977, p. 102), seguindo os aplausos das mulheres e, o apelo dele que deveriam “servir com humildade” (MACCIOCCHI, 1977, p. 102). Em Roma, no dia 8 de dezembro de 1936, “[...] o Duce é obrigado a mostra-se pelo menos por sete vezes, saudando e sorrindo perante uma tão unânime expressão de devoção apaixonada” (p. 112). O que regia o Código Civil fascista sobre elas?

Em suma, a mulher nada possuía, nem mesmo os filhos que dava à luz, e o Código Civil fascista basear-se-á nesta discriminação radical, tão aberrante que uma mulher que enganasse o marido podia ser morta impunemente, em nome de uma pretensa “razão de honra”. (MACCIOCCHI, 1977, p. 108).

A relação das mulheres fascistas com Mussolini foi longa, o fascismo as oferecia, segundo as mesmas, conveniências, a conquista da África traria oportunidade de trabalho para os seus homens e seria também uma grande conquista, como nos tempos da Roma antiga (MACCIOCCHI, 1977, p. 129).

Para Macciocchi (1977), as leis dos fascismos, seja na Itália ou Alemanha, eram contrárias ao trabalho e às instruções das mulheres. “Por detrás das tomadas de posição de Hitler e de Mussolini, perfilava-se a longa história de uma ofensiva realizada para afastar as mulheres

da sociedade, graças a verdadeiras leis.” (p. 117). Como algumas das medidas de Mussolini, ela cita que, seus salários foram reduzidos para metade dos masculinos (1927), foram eliminadas do emprego público (1933), e a justificativa era a prioridade do exercício da maternidade (MACCIOCCI, 1977, p. 117). Hitler, por sua vez, dispensou todas as mulheres casadas de seus trabalhos (1933), somente 10% dos bacharelados poderiam pertencer às mulheres (1934), dentre outras atitudes. E tal regime totalitarista continuou se expandindo e com ele a tirania contra as mulheres.

Em Portugal, onde o fascismo também fez morada, o texto *O salazarismo e as mulheres, uma abordagem comparativa*, seus autores trazem a seguinte reflexão.

Se existe um traço comum às Ditaduras da Europa do Sul do período entre as duas guerras, ele refere-se às atitudes perante as mulheres. Instauradas na sequência de processos de democratização e da emergência de movimentos feministas; e num quadro geral de aumento significativo da presença das mulheres no mercado de trabalho, todas estas Ditaduras reafirmaram no campo ideológico e político a apologia do “regresso ao lar”, a glorificação da “maternidade” e de um certo modelo de “família” enquanto função primordial, ao mesmo tempo que se confrontaram com a questão da “integração” das mulheres no campo político, elevando algumas delas esta função à meta nacionalista e mobilizadora importante dos seus regimes. (COVA; PINTO, 1997, p. 71).

Segundo Cova e Pinto (1997), no salazarismo em Portugal, a valorização das mulheres é destacada como capaz de aglutinarem novos adeptos aos regimes totalitários, como citado acima. O contraditório é que os mesmos regimes não defendiam seus direitos enquanto cidadãs, mas reforçavam a defesa de uma suposta natureza feminina: donas de casa, cuidadoras, preservadoras dos valores cristãos e morais.

O Salazarismo permaneceu profundamente enraizado na ideia tra-

dicional de que as mulheres se situam do lado da “natureza” e os homens, implicitamente, do lado da cultura. Desta forma, o Estado Novo manteve-se fiel às mensagens inalteravelmente repetidas, com um intervalo de quarenta anos, pela Igreja Católica, nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), em que a “natureza” predispôs as mulheres a ficarem em casa a fim de educarem os seus filhos e de se consagrarem às tarefas domésticas. (COVA; PINTO, 1997, p. 71).

A encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, (1878-1903), é considerada um marco para a Doutrina Social da Igreja, traz discussões sobre a opressão dos trabalhadores, defende que o fruto do trabalho pertence ao trabalhador, denuncia a concentração de riquezas nas mãos de poucos, mas protege a inviabilidade da propriedade particular; não luta, mas concórdia entre as classes sociais, o Estado deve intervir e assegurar os direitos dos trabalhadores. Mas quanto ao trabalho feminino coloca:

Trabalhos há também quê [sic] se não adaptam tanto à mulher, a qual a natureza destina de preferência aos arranjos domésticos, que, por outro lado, salvaguardam admiravelmente a honestidade do sexo, e correspondem melhor, pela sua natureza, ao que pede a boa educação dos filhos e a prosperidade da família. (*RERUM NOVARUM*, 1891, *n.p.*).

Para tornar solene o 40º aniversário da *Rerum Novarum*, Pio XI (1922-1939), fez a encíclica *Quadragesimo Anno*, onde afirma que a Igreja no documento anterior defendeu os direitos da classe trabalhadora, da mulher e das crianças. Na mesma, a mulher continua sendo apresentada como uma não trabalhadora, voltada para o lar, mesmo a Igreja tendo consciência de que a mulher estava no mundo do trabalho, como descreve no seguinte trecho da carta.

Sentimo-Nos horrorizados ao pensar nos gravíssimos perigos a que estão expostos nas fábricas modernas os costumes dos operários (so-

bretudo jovens) e o pudor das mulheres e donzelas; ao lembrarmos de que muitas vezes o sistema econômico hodierno e sobre tudo as más condições da habitação criam obstáculos à união e intimidade da vida de família; [...]. (Quadragesimoanno, 1931, *n.p.*)

Assim, reafirmamos o peso que as Igrejas têm na construção das relações de gênero, ou seja, reafirmando diferenças que não são naturais entre mulheres e homens. Desde os anos 60 e 70 do século XX, as feministas discutem que sexo e gênero não são as mesmas coisas, sexo é uma categoria natural, gênero uma construção social, sendo assim, varia no tempo e no espaço. Para Joan Scott, gênero,

[...] tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral constitutivo de relação social baseada na diferença percebida entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 1990, p. 12).

Para a autora, na análise de gênero como relações de poder, deviam estar presentes as doutrinas e organizações sociais, a noção de político e a subjetividade (SCOTT, 1990, p. 12). Sendo assim, se faz necessário entender como uma instituição religiosa, caso da católica, atua na construção do simbólico, normatiza através de seus documentos e influencia no subjetivo das pessoas. Nas encíclicas citadas, as mulheres cristãs são apresentadas como as que devem respeitar a natureza, ser mães e se voltarem para as tarefas domésticas e, como exposto, o mesmo desejava o governo salazarista.

Desta forma, as funções das mulheres e dos homens não eram idênticas, mas complementares, coerentes com os princípios da encíclica *CastiConnubii* (1930), que enunciava «Um temperamento diferente do sexo feminino», que no seio da família o «marido é a cabeça, a mulher o coração», e que a mulher era a «sócia» do seu marido. O

Estado Novo⁸ desejava igualmente ver a complementariedade dos cônjuges como garante da estabilidade da família, a qual primava sobre os direitos individuais. O que predominava na ideologia salazarista era o interesse pela família, na qual os cônjuges não passavam de humildes servidores. (COVA; PINTO, 1997, p. 73).

Se o homem deveria ser a cabeça, sendo aquele que comanda, fora do lar, homem e mulher deveriam servir ao grande comandante. Nesse sentido, os autores destacam a importância de uma parlamentar chamada Maria Baptista dos Santos Guardiola, criadora de organizações femininas, para o salazarismo.

As suas intervenções na «Assembleia Nacional» foram sobretudo associadas ao ensino, nomeadamente propondo a introdução de cursos de higiene geral e puericultura nos liceus e escolas femininas, e a reforma do sistema escolar, guiada «pelos princípios da doutrina e da moral cristã, tradicional no país». (COVA; PINTO, 1997, p. 80).

E as mulheres que se colocaram a serviço de líderes totalitaristas em diversos outros lugares, dentro e fora do continente europeu, como pode ser visto na análise de Toni Morant i Ariño (2019), que compara a atuação das mulheres fascistas no Brasil e na Espanha, integralistas e falangistas, respectivamente, mostrando suas semelhanças e diferenças.

A proximidade não só cronológica como também ideológica entre estes acontecimentos (a formação de partidos fascistas e a incorporação de mulheres em suas fileiras de forma consciente e voluntária, quando não diretamente entusiasta) revela tendências paralelas apesar dos milhares de quilômetros que os (e as) separavam. Este paralelismo não foi nenhuma coincidência, mas sim algo que demarca e explica a ascensão das ideias fascistas dentro, mas também fora da Europa. (MORANT I ARIÑO, 2019, p. 122).

⁸Regime que vigorou em Portugal de 1933 até 1974, também é chamado de salazarismo, devido ao governante da maior parte do período, António de Oliveira Salazar.

Tomando como marco inicial do fascismo o ano de 1922, com Mussolini no poder italiano, e o ano de 1933, com a chegada de Hitler no poder alemão, o autor explica o fascismo como um fenômeno que rapidamente se alastrou pelo continente europeu e na sequência pelo mundo. Retomando que um dos pontos elencados para o entendimento desse movimento é o fato de defenderem a salvação da economia, não pode ser esquecido que a quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, assinalou um fracasso dos regimes democráticos e fortaleceu o discurso de que só líderes fortes poderiam evitar tais catástrofes. O terreno foi propício para alastrar os ideais fascistas pelo mundo e trazer também as mulheres para suas fileiras de adesão, devido ao desemprego em alta e fome, que marcaram o período de grande depressão provocada pela crise.

Segundo Morant i Ariño (2019), fatores externos levaram muitas mulheres ao fascismo, como a influência de seus pais e demais parentes, a crise econômica mundial, a primeira grande guerra, no entanto, a análise do autor está mais voltada para a adesão pessoal das mesmas, muitas sofreram resistência da família para que não fizesse parte de tal movimento e, os homens fascistas rejeitaram a entrada delas tanto na Espanha como no Brasil, como afirma (MORANT I ARIÑO, 2019, p. 131). Independente da rejeição dos adeptos masculinos, elas foram desejadas por seus líderes, eram importantes colaboradoras na escalada ao poder dos mesmos.

E o que aproximava e distanciava integralistas e falangistas? O grau de desenvolvimento organizacional foi um fator de distinção, sendo mais avançado o partido das brasileiras, as quais tiveram mais tempo para se estruturar até a iniciativa de seus líderes tentarem tomar o poder e caírem na ilegalidade. Em comum, é possível identificar que:

Suas primeiras funções foram aquelas tradicionalmente consideradas ‘femininas’, ou seja, de apoio aos homens. Com a missão de “manter por todas as formas o lar puro”, as brasileiras elaboravam utensílios decorados com os símbolos da AIB (xícaras, broches, caixas de fósforos cuja venda servia, também, como financiamento), ensinavam a ler e a escrever nas suas Escolas de Alfabetização, e, por último, formavam — significativamente — as juventudes do partido, os denominados Plinianos, meninos e meninas entre 4 e 15 anos. Por sua vez, as falangistas assumiram, inicialmente, tarefas semelhantes: costuravam camisas para seus ‘camaradas’, costuravam bandeiras, visitavam os cada vez mais numerosos presos ou seus familiares, cuidavam dos doentes e feridos; e, por último, distribuíam propaganda, faziam coletas em atos do partido ou pelas casas e negócios de simpatizantes e vendiam selos, flores e sabonetes com o símbolo da Falange para arrecadar fundos. (MORANT I ARIÑO, 2019, p. 132-133).

Assim como ocorreu em outros lugares, as atividades das mulheres, enquanto integrantes dos partidos fascistas, eram as de reprodutoras das tarefas domésticas, cuidadoras dos doentes, sem em nada modificar o que era esperado delas, ao menos inicialmente, como salienta o autor, pois ocorreu certa ampliação dos papéis considerados femininos.

As mulheres que atuavam nas sedes dos seus partidos políticos, espaços até então masculinos de politização, podiam se uniformizar, vale lembrar que uniforme era o hábito das freiras ou as roupas das enfermeiras de então.

Para as brasileiras, a camisa verde constituía o “símbolo máximo integralista” e, assim como a saudação ou o grito de terror, era também um duplo marcador político: externamente, diferenciava-as do restante da sociedade, enquanto, internamente, reconhecia-as como integrantes de um mesmo movimento, também para seus camaradas masculinos. Vestir uniforme equivalia a uma profissão pública de fé política, um “orgulho, porque embora mulher, desejo contribuir para a salvação de minha pátria”. (MORANT I ARIÑO, 2019, p. 133).

E a ampliação do papel feminino não parou por aí, elas exerceram atividades fora do âmbito doméstico e cargos políticos, o que representou uma quebra de padrão do que era esperado para as mulheres naquele contexto.

As integralistas não foram apenas mães, esposas e professoras: podiam trabalhar (fora de casa) escritoras, oradoras públicas, propagandistas, diretoras de revistas ou autoras de artigos em publicações da AIB, não apenas sobre assuntos ou para um público exclusivamente femininos. Além disso, algumas *Blusas Verdes* obtiveram, nas eleições, cargos de representação política, como vereadoras, por exemplo, algo que suas homólogas espanholas nunca conseguiram. O que algumas falangistas fizeram foi discursar aos seus companheiros de partido, como foi o caso de Rosario Pereda, que, durante os comícios, costumava dirigir-se aos seus ‘camaradas’, e da Secretária nacional, Dora Maqueda, pelo menos em uma ocasião ante as milícias de Valladolid. (MORANT I ARIÑO, 2019, p. 134).

Guardando as diferenças espaciais das pesquisas, assim como do período que escreveram, a visão de MACCIOCCHI (1977) traz uma manutenção dos papéis de gênero e a de MORANT I ARIÑO (2019) certa desconstrução, a partir da ampliação das atividades partidárias, pois para este autor, as mulheres fascistas também viajavam sozinhas ou com outras mulheres, organizavam congressos, dirigiam carros etc. (MORANT I ARIÑO, 2019, p. 134).

Apesar disso, Macciocchi também ressalta que tanto as fascistas italianas ou as nazistas alemãs não foram meras manipuladas “não são sem voz, sem palavras, corpos mudos e ouvidos tapados [...]” (MACCIOCCHI, 1977, p. 92-93). Ressaltamos que, para nós, esta desconstrução apresentada por ambos/as autores/as sobre a atuação das mulheres em tais movimentos, estão majoritariamente atrelados ao desenvolvimento de atividades e/ou comportamentos distintos ao imposto às mulheres naqueles períodos históricos, e não a um enfren-

tamento à ordem patriarcal de gênero, de modo que, mesmo esse lugar de desconstrução era utilizado para reforçar o lugar de mãe, cuidadora e da família.

Entendemos ser importante pontuar isso porque na atualidade, mesmo desempenhando alguns espaços de liderança — como, por exemplo, espaços de destaque na política ainda proporcionalmente menor para as mulheres em relação aos homens — também é possível identificar mulheres utilizando destes espaços para reproduzir a opressão sobre nós, conforme veremos a seguir.

Mulheres, Ultraconservadorismo e Neofascismo no Brasil hoje

Assim como no fascismo histórico, o neofascismo pode ser considerado um fenômeno que atravessa diferentes localidades do mundo, podendo ser identificado enquanto “um produto político” que advém do modo de produção capitalista, em seu aprofundamento neoliberal (FILGUEIRAS; DRUCK, 2019, *n.p.*). Michel Lowy (2019) identifica

[...] como “neofascistas”, líderes, partidos, movimentos ou governos que têm semelhanças significativas com o fascismo clássico dos anos 1930 — e com frequência, raízes históricas nesse passado — mas também algumas diferenças substanciais. Trata-se de fenômenos novos, que não são idênticos aos que conhecemos no passado. Alguns exemplos: o partido de Marine Le Pen na França, o FPÖ (“Liberal”) da Áustria, o partido Vlams Belang na Bélgica, Salvini e a Legga italiana, Jair Bolsonaro (sem partido orgânico), etc. Trump tem alguns aspectos neofascistas, mas misturados com o reacionarismo tradicional. (LOWY, 2019, *n.p.*)

Assim como o neofascismo apresenta elementos diferentes do fascismo histórico, apesar das semelhanças, em cada país tal fenômeno

também apresenta particularidades. Michel Lowy (2019, *n.p.*) sinaliza que o neofascismo no Brasil tem a religião no papel de destaque, especialmente com as “Igrejas neopentecostais, com seu discurso homofóbico e antifeminista ultrarreacionário” (LOWY, 2019, *n.p.*), fundamentais para a vitória de Jair Bolsonaro em 2018. Diferentemente do papel da religião na “ascensão da extrema direita europeia (salvo na Polônia e Hungria)” (LOWY, 2019, *n.p.*).

No Brasil, o neofascismo estrutura um “movimento de apoio a Bolsonaro, bem como o seu governo [...]” (BOITO Jr., 2020, p. 111), através do bolsonarismo, um movimento de massa que começa a se configurar durante a campanha para o *impeachment* da presidenta Dilma, em 2016.

Jair Bolsonaro, atual presidente do Brasil, teve ampla visibilidade na denúncia do chamado *kit* contra a homofobia — construído pelo Ministério da Educação para combater práticas homofóbicas — distorcendo seu conteúdo e fazendo, junto com outros setores reacionários, um alarde moral em torno de um suposto “*kit gay*” no ano de 2011. Além disso, teve participação ativa no *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, com ampla repercussão de seu voto a favor do *impeachment* em homenagem ao torturador da então presidente durante o período da ditadura militar: Brilhante Ustra.

A campanha eleitoral para a presidência da república, em 2018, foi marcada por notícias falsas (conhecida como *fake news*) e sem a participação do candidato Bolsonaro em debate político. Ao ser eleito, em seu discurso de posse afirmou que uma de suas missões é “(...) unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um País livre das amarras ideológicas.” (Folha de São Paulo, 2019, *n.p.*)

Dentre tantas bandeiras ultraconservadoras levantadas pelo presidente, destacamos o seu discurso familista — em defesa da denominada “tradicional família brasileira” que traz em seu ideário a família cisheteronormativa composta por pai, mãe e filhos (brancos). Além de tal defesa, ou na verdade, como uma estratégia também de tal defesa, o combate à “ideologia de gênero” nos chama atenção.

Rogério Junqueira (2017; 2018), Sônia Correa (2018), Flavia Biroli, Maria das Dores Campos Machado e Juan Vaggione (2020), dentre outros/as estudiosos/as, apresentam que tal “ideologia” é um constructo da Igreja Católica que surge nos anos de 1990 em meio às Conferências da Organização das Nações Unidas e que ganham corpo e impulso em diferentes lugares do mundo, agregando diferentes setores dentre eles, por exemplo, político partidários e religiosos — como pentecostais, neopentecostais, espíritas etc. Tal “combate” é parte de uma agenda antigênero que se constrói em um período de avanços, mesmo que ainda não suficientes, dos direitos e discussões feministas, LGBTQIA+ e antirracistas.

Nesse sentido, como apontam Sarah Bracke e David Paternotte (2018),

Essa reação contra o gênero assume diferentes formas e modos, alguns dos quais são mais sutis e insidiosos e podem depender do uso continuado do gênero, enquanto outros rejeitam completamente a própria noção de gênero. As visões e ativismos antigênero que se reúnem em torno do termo “ideologia de gênero” são expressões desta última. Nesse contexto, o termo “ideologia” desempenha um papel retórico específico, porque invoca uma visão na qual os campos de crenças e ideias são separados do campo da realidade, e o gênero estaria localizado no primeiro, portanto, a produção de conhecimento e as reivindicações sobre a realidade de décadas de pesquisa em estudos de gênero são prejudicadas. Como tal, essas oposições ao gênero podem ser lidas como projetos alternativos de produção de conhecimento. (BRACKE; PATERNOTTE, 2018, p. 9-10. *Tra-*

dução nossa)⁹

Assim, uma das sustentações contrárias a gênero é a “resistência ao politicamente correto” (BRACKE; PATERNOTTE, 2018, p. 9-10. *Tradução nossa*). Trata-se de uma “Cruzada” moralizante, familista e baseada, conforme apontam as autoras, numa ideia de inimigos/as que precisam ser combatidos/as por defenderem a “ideologia de gênero”, sendo tal “ideologia” também alvo de ataques.

Nesse sentido, é possível afirmar que, no Brasil, a “cruzada antigênero” tem sido fortalecida e articulada ao neofascismo brasileiro, apresentando então relação direta com o bolsonarismo, especialmente na disputa do campo da moral. Vale trazer que tal cruzada ganha força num cenário em que as políticas de direitos sexuais e reprodutivos e o debate de gênero e diversidades sexuais ganhavam espaço no país, sendo tais discursos e práticas políticas ultraconservadoras defendidas por mulheres.

Nessa direção, Butler aponta que

[...] o neofascismo hoje é produzido por uma precariedade econômica radical, uma condição na qual o trabalho, o abrigo, a assistência à saúde nem sempre são garantidos. São muitas as formas: a oposição aos migrantes, ao socialismo, aos direitos LGBT, e também ao movimento feminista. Na minha opinião, o neofascismo é uma rea-

⁹Esta reacción contra el género adquiere diferentes formas y modos, algunos de los cuales son más sutiles e insidiosos y pueden depender em un uso continuo del género al tiempo que otros rechazan de plano la noción misma de género. Las miradas y activismos antigênero que se reúnen en torno al término “ideología de género” son expresiones de esto último⁷. En este contexto, el término “ideología” cumple un rol retórico específico, porque invoca una visión em la cual los ámbitos de las creencias y las ideas están separados del ámbito de la realidad, y el género estaria ubicado em los primeros, por lo tanto se socava la producción de conocimiento y las afirmaciones sobre la realidad de varias décadas de investigación em estudios de género. Como tales, estas oposiciones al género pueden ser leídas como proyectos de producción alternativa de conocimientos. (BRACKE; PATERNOTTE, 2018, p. 9-10).

ção, não uma regressão. Aqueles que se levantam contra o gênero e a liberdade e igualdade sexual estão tentando impedir os avanços feitos pelos movimentos sociais para estabelecer a igualdade de gênero e a despatologização (e descriminalização) da sexualidade gay, bissexual ou lésbica ou das vidas das pessoas trans. Somos acusados de desestabilizar seu mundo, mas a desestabilização que eles sentem é induzida pelo sistema econômico que abraçam e pela ascensão do autoritarismo neofascista. Esta última é uma forma de governança que explora e induz a instabilidade entre a população. (BUTLER, 2019, *n.p.*)

Apesar de uma forte oposição feminina e feminista a esse avanço ultraconservador — cuja maior expressão pode ser considerada o movimento *Ele Não*,¹⁰ realizado às vésperas das eleições de 2018 — se apresenta também a visibilidade de mulheres que não só apoiam esse governo, como contribuem para o desmonte dos direitos das mulheres, das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer... (LGBTQ+), indígenas e da população negra. Muitas dessas mulheres encontram-se vinculadas às denominações pentecostais das Igrejas Evangélicas. Maria das Dores Campos Machado (2020) afirma que:

Uma enquete conduzida pelo instituto Datafolha em 2019 em mais de uma centena de municípios do Brasil revelou que a representação de negros e mulheres entre os evangélicos era de 59% e 58%, res-

¹⁰Segundo matéria publicada na BBC News Brasil, em 30 de setembro de 2018, por Amanda Rossi, Julia Dias Carneiro e Juliana Gragnani “O #EleNão saiu das redes sociais para as ruas. A ideia teria surgido no grupo de Facebook Mulheres Unidas Contra Bolsonaro, que tem hoje 3,88 milhões de membros. A partir daí, o movimento se espalhou pelas redes. Mulheres, anônimas e famosas, brasileiras e estrangeiras, começaram a postar a hashtag nas redes sociais — entre elas, a cantora Madonna. Homens também aderiram.” Na mesma matéria, é destacado que “Céli Regina Jardim Pinto, da Federal do Rio Grande do Sul, se debruçou sobre a história do feminismo no Brasil e afirma que o #EleNão de 29 de setembro foi a maior manifestação de mulheres da história do país.” Disponível em: www.bbc.com. Acesso em 19 de junho de 2021.

pectivamente. A representação feminina nesses segmentos é superior à encontrada na população brasileira (52%) e entre os católicos (50%), sugerindo uma grande capacidade de atração das denominações evangélicas junto às mulheres. Destacamos a maior proporção das mulheres entre os evangélicos porque esse fato torna mais complexa a análise das disputas ideológicas travadas em torno da agenda de gênero. Afinal, embora a liderança cristã continue sendo majoritariamente do sexo masculino, são as mulheres que enchem os templos, assumem a tarefa de transmitir os valores religiosos para as novas gerações e vêm sendo mais mobilizadas para o ativismo conservador contra a “ideologia de gênero”. (MACHADO, 2020, p. 84)

A autora também apresenta, a partir de pesquisa realizada junto à Cecília Mariz, que a adesão das mulheres populares com o pentecostalismo, pautado na teologia da prosperidade,¹¹ tem relação, dentre outras questões, com o acolhimento nesses espaços com sociabilidades que impulsionavam/impulsionam certa “autoridade moral” e o próprio estímulo das lideranças religiosas para que assumam certa posição de proatividade “frente às adversidades econômicas e, conseqüentemente, para uma maior participação na esfera pública.” (MACHADO, 2020, p. 84).

Machado identifica que a maioria das mulheres que se mobilizam nas campanhas antigênero se engaja “por sentir seus valores ameaçados e por se preocupar com suas famílias, em especial com seus filhos” (MACHADO, 2020, p. 131). Pois, há um discurso e uma campanha marcadamente antigênero que associa a “ideologia de gênero” à pe-

¹¹“Para os defensores da TP, a expiação do Cordeiro libertou os homens da escravidão do Diabo e das maldições da miséria, da enfermidade, nesta vida, e da segunda morte, no além. Os homens, desde então, estão destinados à prosperidade, à saúde, à vitória, à felicidade. Para alcançar tais bênçãos, garantir a salvação e afastar os demônios de sua vida, basta o cristão ter fé incondicional em Deus, exigir seus direitos em alta voz e em nome de Jesus e ser obediente a Ele acima de tudo no pagamento dos dízimos.” (MARIANO, 1996, p. 27-28. *Grifo do autor*).

dofilia, homossexualidade compulsória (como se isso fosse possível numa sociedade marcada pela cisheteronormatividade compulsória), o fim da família, o fim do casamento e da religião, em última instancia ao fim da própria humanidade, forjando uma ideia de que

A salvação das crianças e da própria nação depende dos evangélicos. Essa é uma questão importante, pois abre uma brecha para entendermos a mobilização do segmento feminino evangélico nas campanhas antigênero. Isso porque tal tipo de formulação aciona o sentimento internalizado pela maioria das mulheres cristãs relacionados com o cuidado das crianças e da família. (MACHADO, 2020, p. 99)

Nesse sentido, como já sinalizado, o lugar e da responsabilidade do cuidado destinado como se naturalmente às mulheres, não é recente. Tal correlação tem relação direta com a divisão sexual do trabalho, a qual também está relacionada com a separação entre o público e privado, quando o lugar do cuidado está atrelado ao espaço privado (mais diretamente relacionado à esfera doméstica — destinada às mulheres) e o espaço público está atrelado ao espaço das decisões, da “política” — destinado aos homens.

No entanto, o que podemos identificar nessa campanha antigênero a qual as mulheres (especialmente neoconservadoras e ultraconservadoras) têm contribuído de forma efetiva, é que muitas delas têm utilizado o espaço público para reproduzir a naturalização do cuidado das crianças e da família, como se elas fossem as responsáveis para proteger as famílias desse mal que é a “ideologia de gênero”. Por isso, não são as mulheres populares que chamamos necessariamente de ultraconservadoras,¹² apesar de elas o poderem ser, mas sim, àquelas que

¹²Conforme sinalizado na Introdução deste trabalho, reforçamos que, apesar de usarmos bibliografias que analisam questões que perpassam esse trabalho sob a perspectiva do neoconservadorismo, entendemos que o conceito de ultraconserva-

ao ocuparem espaços de destaque — especialmente espaços públicos — se utilizam de tal mobilização para gerar ainda maior pânico moral, discursos e enfrentamentos antifeministas, com o objetivo de perpetuar — o que para nós se dá de forma estratégica — o patriarcado e o antifeminismo, exercendo papel central no desmonte dos direitos das mulheres.

Para contribuir com esse desmonte e realizar o combate à denominada “ideologia de gênero”, por exemplo, o atual presidente convocou para ocupar o cargo de Ministra da Mulher da Família e dos Direitos Humanos, a pastora Damares Alves.

Maria das Dores Campos Machado (2020) afirma que,

Deve-se reconhecer (...) que a liderança evangélica feminina de maior destaque tanto na aliança entre os legisladores evangélicos e católicos no Congresso Nacional quanto na promoção da racionalidade neoconservadora na campanha de Bolsonaro foi (...) Damares Alves. Advogada e pastora — inicialmente da Igreja Quadrangular e depois da Igreja Batista da Lagoinha -, Damares atuou na assessoria jurídica de vários políticos no Congresso Nacional, bem como da Frente Parlamentar Evangélica, e foi secretária-geral do Movimento Nacional Brasil sem Aborto, que tem militantes de vários segmentos religiosos. Esta liderança desempenhou e segue desempenhando um papel fundamental na difusão entre os evangélicos brasileiros da lógica normativa centrada na família, na educação religiosa das crianças e no combate às perspectivas de gênero e da diversidade sexual. (MACHADO, 2020, p. 98-99).

Damares fortaleceu e impulsionou a crescente onda do discurso antigênero no Brasil, de modo que podemos afirmar que ela tem sido uma representante brasileira desta Cruzada. Apesar de revelar já ter sido vítima de estupro quando criança,¹³ é uma defensora ferrenha de

dorismo seria mais apropriado à reflexão que estamos realizando, uma vez que, para nós, estamos lidando com fenômenos de extrema-direita.

¹³Ver: www1.folha.uol.com.br. Publicada em dezembro de 2018. Acesso em 19

que seja promovida a abstinência sexual como método contraceptivo a ser abordado enquanto proposta de educação sexual e reprodutiva nas escolas,¹⁴ na contramão de propostas de uma educação sexual que rompa com o modelo cisheteronormativo e patriarcal, chegando, inclusive a fazer palestra (antes de assumir o ministério) na qual afirmava a existência de projetos no Brasil que estimulavam a masturbação infantil por parte dos pais e professores.¹⁵ Além disso, a ministra é contrária às políticas que garantam o aborto — em qualquer situação — e combate à homossexualidade em nome de Deus, da família e da vida.

Acrescente-se a isso, a conjuntura pandêmica que tem contribuído para um índice expressivo nos dados referentes à violência doméstica contra as mulheres¹⁶ e tem sido evidenciado muitos relatos de crianças e jovens vítimas de estupro.¹⁷ Em meio a esse cenário, em 22

de junho de 2021.

¹⁴Ver: www.bbc.com.

¹⁵Para maiores informações, ver: www.youtube.com.

¹⁶Segundo relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil — 3ª edição”, publicado em 2021, “1 em cada 4 mulheres brasileiras (24,4%) acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, durante a pandemia de covid-19. Isso significa dizer que cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano.” (p. 10) Ainda, “4,3 milhões de mulheres (6,3%) foram agredidas fisicamente com tapas, socos ou chutes. Isso significa dizer que a cada minuto, 8 mulheres apanharam no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus.” (p. 11) Para maiores informações ver: forumseguranca.org.br

¹⁷Segundo documento “Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil” organizado pela UNICEF e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2021, em análise de dados referente aos registros de violência sexual contra crianças e adolescentes de 2017 a 2020, “Nesses quatro anos, foram registrados 179.277 casos de estupro ou estupro de vulnerável com vítimas de até 19 anos — uma média de quase 45 mil casos por ano. Crianças de até 10 anos representam 62 mil das vítimas nesses quatro anos — ou seja, um terço do total. A grande maioria das vítimas de violência sexual é menina — quase 80% do total. Para elas, um número muito alto dos casos envolve vítimas entre 10 e 14 anos de idade, sendo 13 anos a idade mais frequente. Para os meninos, os casos de vio-

de abril de 2020, houve uma reunião ministerial para apresentação do que o general Braga Netto¹⁸ chamou de Plano de “retomada do crescimento socioeconômico em resposta aos impactos relacionados ao coronavírus” — Plano intitulado de Pró-Brasil — a qual contou com a presença dos/a ministros/a que compunham o governo federal até aquele momento.

Fruto de muitas polêmicas, especialmente por conta da fala do então ministro do meio ambiente Ricardo Salles, que afirmou que era necessário aproveitar o momento da pandemia para “passar a boiada” e, dentre outras coisas, aprovar reformas e mudar regramentos e normas, uma vez que a imprensa estava com foco na Covid-19,¹⁹ Damares Alves também marcou presença em tal reunião chamando atenção para a pauta dos valores do governo de Jair Bolsonaro.

Nesta reunião a ministra afirmou, dentre outras coisas que:

Esse governo tem o pilar dos valores, não se pode construir nada neste governo sem a gente trazer valores. Nós estamos sabendo e a gente está falando o tempo todo que nós não seremos os mesmos depois dessa pandemia. [...] A questão, os nossos quilombos estão crescendo e os... e os meninos estão nascendo nos quilombos e seus valores estão lá. Então, tudo vai ter que ver a questão dos valo-

lência sexual concentram-se especialmente entre 3 e 9 anos de idade. Nos casos em que as vítimas são adolescentes de 15 anos ou mais, as meninas representaram mais de 90% dos casos. A maioria dos casos de violência sexual ocorre na residência da vítima e, para os casos em que há informações sobre a autoria dos crimes, 86% dos autores eram conhecidos das vítimas. Em 2020 — ano marcado pela pandemia de covid-19 — houve uma pequena queda no número de registros de violência sexual. No entanto, analisando mês a mês, observamos que, em relação aos padrões históricos, a queda se deve basicamente ao baixo número de registros entre março e maio de 2020 — justamente o período em que as medidas de isolamento social estavam mais fortes no Brasil. Esta queda provavelmente representa um aumento da subnotificação, não de fato uma redução nas ocorrências” (p. 6)

¹⁸À época da reunião ocupava o cargo de ministro-chefe da casa civil, porém, desde março de 2021 ocupa o cargo de ministro da defesa.

¹⁹Para maiores informações, ver: noticias.uol.com.br.

res. [...] Então, tudo isso tem que vir para este pacote. Nós vamos ter que fazer algumas revisões de políticas públicas no Brasil, então, por favor ministro, coloque aí a questão de valores. Quando eu falo valores, aí, eu quero olhar para o nosso novo ministro aqui da saúde e dizer: “ministro, valores estão lá no seu ministério também”. Neste momento de pandemia a gente está vendo aí a palhaçada do STF em trazer o aborto de novo para a pauta e lá tava a questão de... as mulheres que são vítimas do zica vírus vão abortar, e agora, vem do coronavírus? Será que vão querer liberar que todas que tiveram coronavírus poderão abortar no Brasil? Vão liberar geral? O seu ministério, ministro, tá lotado de feminista que tem uma pauta única que é a liberação de aborto. Quero te lembrar, ministro, que tá chegando agora, este governo é um governo pró-vida, é um governo pró-família. [...] E eu quero citar aqui o exemplo da política indigenista, como esse governo estava construindo: todo mundo começou a dizer, a esquerda começou a falar, que o coronavírus iria dizimar os povos indígenas no Brasil. O primeiro óbito, dia 12 de abril. Sabe o que é que é isso? A forma como nós estávamos conduzindo a política indígena no Brasil. [...]. Então, tá aí a resposta: valores, por favor, valores. (ALVES, 2020).²⁰

É possível perceber, a partir de tal discurso, que a ministra aponta a necessidade de manutenção do pilar dos valores desse governo, a saber: pró-vida e pró-família. Tal defesa explicitada, reiteradas vezes, pela ministra pode ser identificada também, por exemplo, na aliança que ela fez, em 2019, com a intitulada *Nova frente pela vida*, a qual defende, dentre outras questões o estatuto do nascituro, reforçando — e ampliando — a criminalização de mulheres que cometem aborto, e a concepção de família enquanto formada por um homem e uma mulher — ou seja, não se trata da defesa de qualquer família, mas sim, do modelo cristão, cisheteronormativo, de família.²¹

²⁰Para assistir à reunião ministerial completa, acessar: CNN Brasil. STF divulga íntegra do vídeo da reunião ministerial de 22 de abril. Disponível em: www.youtube.com.

²¹Para maiores informações ver: jornalggn.com.br.

Mas não é só essa a defesa. Damares tem se apresentado enquanto uma das principais cabeças do bolsonarismo, contribuindo para a destruição dos direitos das mulheres, ao passo que ocupa ministério central no que deveria defender tais direitos, realizando uma ruptura deste governo com o Estado Laico em nome de um Estado teocrático.

Débora Diniz ao analisar a gestão da ministra de 2018 até 2020 aponta que

A ministra Damares é um dos que está ali no olho desse redemoinho. Ela nunca foi uma “cortina de fumaça”. Não é à toa que agora circula a possibilidade de ela ser vice de Bolsonaro em 2022. Ela movimenta o que propriamente elegeu o Bolsonaro como presidente, que é uma narrativa de abjeção às mulheres, às questões reprodutivas e de sexualidade, aos direitos humanos, à própria questão indígena. Uma abjeção a todas as questões que consideramos conquistas democráticas recentes de novas formas de se viver a vida para além do binarismo cristão e da norma heterossexual de reprodução de família. Ela é a voz que movimenta esse patriarcado naturalizado e dá o sentido dos valores ao bolsonarismo. Ela move o redemoinho com os valores “suaves”. Enquanto os outros vão mover as armas, o ódio, ela vai dizer “a família”, “as crianças”, “a pedofilia.” Ela nos mostra, afinal, que queremos representatividade das mulheres na política, mas não de qualquer mulher. Precisamos de mulheres que fizeram a pergunta: o que o patriarcado faz em nós? (DINIZ, 2020, *n.p.*)

Nesse sentido, faz-se fundamental reforçarmos a reflexão, já existente nos movimentos feministas, de que se identificar enquanto mulher, por si só, não é elemento que garanta a defesa dos direitos das mulheres frente ao patriarcado. Pelo contrário, por vezes são mulheres que são, não apenas utilizadas pelo patriarcado, como se apropriam deste — dentro de muitas limitações, já que acabam por esquecer que uma das manifestações mais radicais do patriarcado é a misoginia e, portanto, a aversão, o ódio às mulheres — para contribuir com o for-

talecimento de um sistema que não apenas nos oprime, mas nos mata cotidianamente.

Por isso também, ao falar do fascismo no Brasil, Carlos Eduardo Rebuá, (2019) nos aponta que

O Brasil de Bolsonaro, Moro, Damares e Guedes é um país que já não estranha o medo há muito, tornando-o capital político e diapação entre e intra classes e aperfeiçoando um *habitus* que é encontrar justificativas estapafúrdias e cínicas, porque todas elas são, para a tortura, a execução de negras e negros pobres, a expulsão dos indesejáveis de seus locais de moradia, o fim das aposentadorias, o estupro de quem merece, metralhar adversários, esterilizar quilombolas, *uberizar* o trabalho, condenar o aborto em todos os casos, armar o professor a fim de se evitar massacres em escolas (e nunca matamos tanto nos espaços de saber), prender mais gente, internar mais gente, corroer mais gente. (REBUÁ, 2019, *n.p*)

Além de Damares, cabe citar também outra mulher bolsonarista que ganhou ampla visibilidade por conta de suas posições: Sara Fernanda Giromini — vulgo Sara Winter, uma das fundadoras do grupo “300 do Brasil”, junto com Desire Queiroz.

Sara Winter,²² que se apresenta enquanto ex-feminista, foi membro do FEMEN²³ — considerado por muitas feministas enquanto um movimento femista²⁴ — e, ao sair de tal movimento, passou a defen-

²²Ver *No forrobodó do balacobaco: As muitas vidas da extremista Sara Winter*, de Renato Alves (2020). Disponível em: piaui.folha.uol.com.br. Acesso em 05 de setembro de 2020.

²³Segundo Júlia Francisca Moita (2013, p. 1-2) “O Femen é um grupo que apareceu na Ucrânia em 2008 visando combater o turismo sexual e a prostituição no país. Marcado pela performance, as ativistas misturam política e teatro para realizar suas ações. Quase sempre seminuas, elas atuam em espaços públicos de forte apelo simbólico (monumentos nacionais, parlamentos, praças públicas), afirmam que o elemento erótico contido nos protestos é intencional e visa chamar a atenção da mídia para as causas em combate. Fortemente internacionalizado, o movimento está presente em dezenas de países, sempre repetindo o *modus operandi* original.”

²⁴Ver *Antifeminismo na luta pela emancipação das mulheres: o Femen Brazil*

der os valores da família, contrários ao aborto e aos direitos humanos, defesa esta que a fez ser convidada pela ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para ocupar um cargo na Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), conforme aponta Carolina de Assis (2019).

Não é por acaso que Sara Winter foi chamada pela ministra Damares Alves a ocupar um cargo na Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A cruzada antifeminista está no cerne do atual governo federal, eleito com uma plataforma baseada na reação aos avanços movidos pelos movimentos feministas e ao fortalecimento desses e de outros movimentos sociais na última década.

Um dos avanços destes movimentos é justamente o espaço ocupado por Alves, e futuramente por Winter, no governo. A instituição da SPM em 2003 foi um marco na história do país por ser o primeiro órgão estatal no primeiro escalão do governo voltado para a elaboração de políticas públicas em prol das mulheres. Sofreu reveses desde então, que culminam em seu encolhimento em um ministério que se diz “da mulher”, mas somente daquela que está junto à “família” — a cristã, a única digna de reconhecimento em um governo que se colocou acima tudo, inclusive da lei, com seu deus acima de todos. (ASSIS, 2019, *n.p*)

Cabe apontar que, apesar de trazer em seu discurso um nacionalismo exacerbado, vide o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” do governo federal, o bolsonarismo apresenta-se enquanto “falso nacionalista”, uma vez que trata-se de um “neofascismo na periferia do capitalismo” (FILGUEIRAS; DRUCK, 2019, *n.p.*) e, portanto, subalterno aos interesses imperialistas do grande capital, cuja retórica nacionalista serve para tentar forjar a inexistência de classes sociais antagônicas e de seus interesses diametralmente opostos. “Em

revisita o essencialismo de Júlia Francisca Gomes Simões Moita. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

síntese, a dimensão nacional substitui e apaga a dimensão social, inclusive deslegitimando distinções étnicas, de gênero e de orientação sexual.” (FILGUEIRAS; DRUCK, 2019, *n.p.*). Sara Winter é uma parte dessa campanha nacionalista retórica que realiza esforços no processo de deslegitimar as distinções étnicas, de gênero e de orientação sexual.

Apesar de ela ter permanecido em um cargo na Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos por apenas cinco meses, Sara tem uma trajetória de relação com Damares que antecede este período no governo, a ponto de, na campanha eleitoral de 2018, Winter ter se candidatado a Deputada Federal pelo Rio de Janeiro, pelo PSL — partido de Bolsonaro à época — e ter tido a presença da atual ministra em sua campanha, que chegou a chamá-la de filha.

Ao sair do governo, Sara organizou os “300 do Brasil”, grupo que em 2020 realizou uma marcha — identificada enquanto neofascista — de apoio a Jair Bolsonaro. No entanto, por conta das ameaças à democracia, em especial, a ameaças realizadas a Alexandre de Moraes, ministro do STF, Sara chegou a ser presa.

Quinze dias antes de ser presa, Sara liderou, na madrugada do domingo 31 de maio, um protesto na frente do STF. Era uma manifestação de um grupo que se denomina 300 do Brasil, uma organização de extrema direita que apoia o presidente Jair Bolsonaro e cujos integrantes, em alguns casos, andam armados. O ato não reuniu mais do que trinta pessoas, mas chamou a atenção pela estética. Reunidos à noite em frente ao tribunal, os manifestantes trajavam roupas pretas e máscaras brancas, e carregavam tochas, lembrando a Ku-KluxKlan (KKK), grupo terrorista da ultradireita norte-americana que prega a supremacia branca. Enquanto caminhavam, em passos marcados como se marchassem, gritavam: “Viemos cobrar, o STF não vai nos calar.” Criadora do grupo, Sara estava de cara limpa, à frente dos manifestantes. (ALVES, 2020, *n.p.*)

Tratou-se, portanto, de um movimento ultraconservador, neofascista e, por assim dizer, racista, supremacista, cuja protagonista principal é uma mulher. Além desses eventos, importa trazer que, em 2020, Sara Winter e Damares Alves estiveram envolvidas em uma situação de ampla repercussão midiática nacional: uma criança de dez anos foi engravidada após ser estuprada por seu tio — estupros que ocorriam desde que a menina tinha seis anos de idade. Ao solicitar a realização do aborto e ter tido a autorização para a realização do mesmo pela justiça, conforme previsto pela legislação nacional, Sara Winter vazou os dados da criança em suas redes sociais, indicando, inclusive onde a criança realizaria tal procedimento. Tal ação fez com que, tanto a criança quanto sua família, fossem perseguidas e ameaçadas, tendo inclusive que mudar de instituição para realizar o aborto — uma vez que a primeira instituição pública que realizaria tal procedimento se recusou.

A ministra Damares Alves, além de ter sido questionada acerca do vazamento dos dados sigilosos a Sara Winter, também teve seu nome estampado em matéria publicada na Folha de São Paulo,²⁵ no dia 20 de setembro de 2020, a qual afirmava que “Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto em criança de 10 anos”, sinalizando que a ministra não apenas enviou uma equipe para tentar retardar o procedimento, como também participou de reuniões visando evitar a realização do aborto. Vale assinalar que, após tais denúncias, o Ministério Público acionou o Tribunal de Contas da União para apuração do caso.²⁶

Apesar desses envolvimento com Damares Alves, em outubro

²⁵Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Publicada por Carolina Vila-Nova, em 20 de setembro de 2020. Acesso em 17 de maio de 2021.

²⁶Para maiores informações ver: oglobo.globo.com. Publicada por Paula Ferreira e Constança Tatsch, em 21/09/2020. Acesso em 17 de maio de 2021.

de 2020, Sara publicou em sua rede social uma mensagem na qual dizia não reconhecer algumas ações de Bolsonaro, bem como apontando que não vem sendo defendida por Damares Alves.²⁷ Na mesma mensagem, Sara ainda disse: “Saudades, Coronel Ustra, ‘não faço acariação com comunista’. Obs: eu não quero atirar no Bolsonaro. Eu quero menos ‘estratégia’ e mais conservadorismo”. Nessa perspectiva, é possível identificarmos certo afastamento — pelo menos aparente — entre Sara e Damares e entre Sara e o próprio Jair Bolsonaro.

Sara Winter traz em seu discurso uma central articulação organizada na cruzada antigênero, que é articulação entre o comunismo e a “ideologia de gênero”, de modo a acionar uma velha bandeira brasileira pautada no pânico da instalação do comunismo no Brasil. A ideia antipetista trazida pelo bolsonarismo está diretamente relacionada à ideia anti-comunista a qual se associa todos e qualquer projetos, movimentos, sujeitos que minimamente defendam os direitos humanos, das mulheres, da população LGBTQIA+, antirracistas, de modo que as feministas estão diretamente atreladas a esse conjunto “esquerdista” e, portanto, comunista. A ideia de que comunista comia criancinha, fortemente difundida no Brasil — especialmente na ditadura de 1964 — retorna com a ideia da ditadura gayzista, pedófila, fim da família, homossexualidade compulsória, que o discurso antigênero difunde amplamente pelas redes sociais.

Longe de querermos personificar as mulheres ultraconservadoras — sabemos que elas não se resumem aos dois exemplos apresentados — trouxemos estes casos específicos para retratar a existência dessas mulheres (expressivamente cisgêneras e brancas) nesse período histó-

²⁷Para maiores informações ver: noticias.uol.com.br. Publicada em: 04 de outubro de 2020. Acesso em 28 de agosto de 2021.

rico e para apresentar a agenda ultraconservadora de mulheres.

Além delas, há uma bancada antifeminista na Câmara Federal brasileira, que tem, dentre algumas representantes, a atuação de “Alê Silva, Aline Sleutjes, Bia Kicis, Carla Zambelli, Caroline de Toni, Chris Tonietto, Dra. Soraya Manato, Joice Hasselmann, Major Fabiana e Professora Dayane Pimentel” (MENDONÇA; MOURA, 2021, p. 12-13). Apesar da ruptura de Joice Hasselmann, Alê Silva e professora Dayane com Bolsonaro, não houve necessariamente uma ruptura com o ultraconservadorismo.

Amanda Mendonça e Fernanda Moura ao analisarem o perfil dessas mulheres, cujo recorte central foi o fato de terem sido eleitas inicialmente pelo PSL (Partido Social Liberal), o mesmo partido ao qual Jair Bolsonaro estava associado quando das eleições de 2018 (com exceção de Bia Kicis, a qual se filiou ao PSL apenas em 2019), apresentam que, apesar das diferenciações de suas trajetórias e perfis identificados, o que existe de semelhança entre elas — que vem construindo uma agenda que, para nós, é ultraconservadora — diz respeito à atuação e defesa do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, pautarem o discurso anticorrupção, especialmente antipetistas, apoiarem o militarismo e questões envolvendo a segurança pública, o patriotismo, contrárias à “ideologia de gênero” e ao aborto, dentre outros alinhamentos. (MENDONÇA; MOURA, 2021, p. 21-22).

Além disso, apontam que

Estas parlamentares se apresentam como mulheres fortes, corajosas, capazes e lutadoras. Se entendem e referem a si mesmas como empoderadas. Se utilizam do discurso do empoderamento como oposto ao feminismo. Segundo a fala de algumas delas, mesmo o feminismo seria a ideologia que tenta convencer às mulheres de que elas são frágeis e incapazes e que por isso precisariam de políticas públicas específicas. Assim, qualquer denúncia sobre as desigualdades es-

truturais de gênero da nossa sociedade são naturalizadas, apontadas como “MIMIMI”. (MENDONÇA; MOURA, 2021, p. 22).

Por isso, conforme aconteceu no fascismo histórico, é importante pensarmos que no bolsonarismo também o patriarcado tem se utilizado das mulheres para se perpetuar. No entanto, por outro lado, também essas mulheres não são ingênuas, nem deixam de utilizar tais articulações para ter voz e certo poder, mesmo que, para isso, reproduzam discursos de opressão e defendam uma agenda antifeminista, na contramão do avanço dos direitos das mulheres. Nesse sentido, tais articulações também ampliam o capital político dessas ultraconservadoras.

Sobre isso, Maria das Dores Campos Machado chama atenção para o fato de que

Diversas mulheres que constituem a opinião pública no meio evangélico — cantoras gospel, pastoras, empresárias, políticas, assessoras parlamentares etc. — desempenham papel importante nas alianças dos evangélicos com outros grupos religiosos neoconservadores — católicos e judeus -, assim como na campanha de Bolsonaro. Já foi analisado em publicações anteriores como a política de cotas favoreceu a indicação pelas igrejas pentecostais de lideranças femininas para as disputas eleitorais pelo poder Legislativo, embora a grande maioria das candidaturas evangélicas continue masculina. Na maioria das vezes, filhas ou esposas de pastores são estimuladas a entrar nas disputas eleitorais para aumentar capital político das famílias que lideram as igrejas. Na realidade, raras são as legisladoras evangélicas que passaram por movimentos sociais (sindicais, estudantis, associação de moradores etc.) antes das disputas eleitorais. Uma vez eleitas, essas mulheres tendem a seguir o modelo de atuação parlamentar dos políticos evangélicos do sexo masculino. (MACHADO, 2020, p. 98)

Nessa direção, Amanda Mendonça e Fernanda Moura nos alertam para “a importância dessas antifeministas no cenário político atual,

para legitimação das pautas neoliberais e neoconservadoras” (MENDONÇA; MOURA, 2021, p. 22), sinalizando que, através de pautas moralizantes e religiosas, contrárias aos direitos humanos, atuam de forma a ameaçar a “liberdade de expressão, crença e consciência das famílias” (MENDONÇA; MOURA, 2021, p. 22).

Concordamos com as autoras, e acrescentamos que essas mulheres não só contribuíram para a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, a partir da ideia de um líder forte — que reproduz o ideal masculinista no patriarcado capitalista (cisheterossexual, branco, cristão e ultraliberal) —, como tem sido fundamentais para a manutenção do bolsonarismo, na posição, dentre outras, de reforçar o lugar “natural” da mulher: “mãe, cuidadora e da família”. Aqui, qualquer semelhança com o fascismo clássico, entendemos, não deve ser considerada mera coincidência.

Considerações Finais

Este artigo pretendeu analisar a presença de elementos fascistas e ultraconservadores no século XX e na atualidade a partir da adesão de mulheres a tais movimentos. Para tanto, identificamos como o fenômeno do fascismo se fortaleceu no século XX e como, no Brasil, o ultraconservadorismo e elementos neofascistas tem se apresentado.

Em ambos os tempos é possível identificar como a adesão de mulheres contribui, de maneira ativa, para o fortalecimento e perpetuação do domínio masculino. Trata-se, em última instância, de mulheres que defendem as suas condições de mulheres “belas, recatadas e do lar”, mas que ocupam os espaços públicos para reforçar tais ideais, utilizando o Estado como este lugar de imposição autoritária de uma moral cristã, de um ideal familista burguês.

A partir do exposto, é possível identificar que estas mulheres antifeministas que defendem “o feminino”, veem em nós, feministas, algum tipo de ameaça para o seu modelo ideal de feminilidade, de família, de sociedade. Nesse sentido, consideramos que a reflexão proposta aqui contribui com elementos capazes de auxiliar na criação de estratégias coletivas no campo político bem como para as reflexões sobre as relações entre mulheres, conservadorismos e política nas teorias sociais.

Referências

ALVES, Renato. No forrobodó do balacobaco: As muitas vidas da extremista Sara Winter, a extremista de ideias zigodátilas. *Revista Piauí*. Edição 167, Agosto de 2020. Disponível em: piaui.folha.uol.com.br. Acesso em 05 de setembro de 2020.

ARINO, Toni. Uma primeira aproximação comparada ao fascismo feminino no Brasil e na Espanha, 1932-1937. *Revista de História*, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 121-137, 2019.

ASSIS, Carolina de. A cruzada antifeminista do governo Bolsonaro. Gênero e Número. 2019. Disponível em: www.generonumero.media. Acesso em: 29 de agosto de 2020.

ATHAIDES, Rafael. O fascismo genérico e o Integralismo: uma análise da Ação Integralista Brasileira à luz de recentes teorias do fascismo. *Revista Diálogos* (Maringá. Online), v. 18, n. 3, p. 1305-1333, set.-dez./2014.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Congresso Antifeminista une cristãs, ‘amiga pessoal’ de Bolsonaro e ‘homem mais machista’. Folha de São Paulo. 2018. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 29 de agosto de 2020.

BARROCO, Maria Lucia S. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOITO Jr., Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo? *Crítica Marxista*, n. 50, p. 111-119, 2020.

BOITO Jr., Armando. O caminho brasileiro para o fascismo. Caderno CRH, Salvador, Vol. 34, p. 1-23, 2021.

BRACKE, Sarah; PATERNOTTE, David. Desentrañando el pecado del género. ¡Habemus Género! La Iglesia Católica y Ideología de Género. G&PAL — Género & Política em América Latina, 2018.

BUTLER, Judith. O neofascismo é uma reação, não uma regressão. Entrevista. DOMÍNGUEZ, Juan Manuel P.; YANCY, George. Mídia Ninja. Publicada em 13 de julho de 2019. Disponível em: midianinja.org. Acesso em: 17 de junho de 2021.

CARNEIRO, Yanna J. Misoginia: Você sabe o que é? *Politize!*. Publicado em: 05 de agosto de 2019. Disponível em: www.politize.com.br. Acesso em: 17 de junho de 2021.

CNN Brasil. STF divulga íntegra do vídeo da reunião ministerial de 22 de abril. *CNN Brasil*. Youtube. Disponível em: www.youtube.com. Acesso em 29 de outubro de 2021. 1:54:57.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORREA, Sônia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, n. 53, 2018.

COVA, A.; PINTO, A. O salazarismo e as mulheres uma abordagem comparativa. *Penélope* 17, 1997, p. 71-94.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DINIZ, Debora. “Um redemoinho de ódio se move na sociedade brasileira”, diz uma das principais pesquisadoras do aborto. O globo. Disponível em: oglobo.globo.com. Publicado em 04 de setembro de 2020. Acesso em 17 de maio de 2021.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça. Análise de conjuntura: O governo

Bolsonaro, o neofascismo e a resistência democrática. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Acervo online Brasil, 2018. Disponível em: diplomatique.org.br. Acesso em: 29 de agosto de 2020.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça. Labirinto. Para entender a conjuntura: Neoliberalismo, Neofascismo e burguesia no Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Acervo online Brasil, 2019. Disponível em: diplomatique.org.br. Acesso em: 29 de agosto de 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Bolsonaro promete unir o Brasil, valorizar a família e libertar país do socialismo. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Publicado em: 1 de janeiro de 2019. Acesso em 01 de junho de 2021.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5). 1995: p. 07-41.

HARDING, Sandra. ¿ Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli (org.). *Debates em torno a uma “metodologia feminista”*. México: UNAM, 1998, p. 09-34.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. (Org. Heloisa Buarque de Hollanda). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 95–118.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária — ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. (Orgs.) *E24 Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

_____. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária anti-gênero. *Psicologia Política*. vol. 18. n° 43. p. 449-502 set.–dez. 2018.

LEÃO XIII. *Rerumnovarum*. Disponível em www.vatican.va. Acesso em 16 de agosto de 2020.

LOWY, Michael. Neofascismo: um fenômeno planetário — o caso Bolsonaro. *A terra é redonda*. Disponível em aterraeredonda.com.br. Acesso em 29 de agosto de 2020.

MACCIOCCHI, Maria. *Elementos para uma análise do fascismo*. Lisboa: Bertrand, 1977.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In: *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 83-133.

MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. *Novos Estudos*, CEBRAP nº 44, 1996. Pp: 24-44.

MENDONÇA, Amanda; MOURA, Fernanda. Mais empoderada que eu? Antifeminismo e desdemocratização no Brasil atual. *Revista Communitas* v. 5, n. 9 (Jan.-Mar./2021) Políticas públicas e igualdade de gênero: estratégias de resistência, p. 9-23.

MENEZES, Jean. *REPORTER UNESP*. Ascensão de movimentos da extrema direita refletem crise do sistema. Reportagem: Beatriz Milanez e Victoria Dogliani; Produção Multimídia: Maiara Freitas; Edição: Bianca Moreira. Disponível em: reporterunesp.jor.br. Acesso em 17 de junho de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: wp.ufpel.edu.br. Acesso em 17 de junho de 2021.

MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). *Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 96–118.

MOITA, Júlia Francisca Gomes Simões. Antifeminismo na luta pela emancipação das mulheres: o Femen Brazil revisita o essencialismo. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

MORANT I ARIÑO, Toni. Uma primeira aproximação ao fascismo feminino na Espanha e no Brasil, 1932-1937. *Revista de história*, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 121-137, 2019.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. *Serviço Social: Direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PIO XI. *Quadragesimoanno*. Disponível em www.vatican.va. Acesso em

16 de agosto de 2020.

PORTAL GELEDES. As lições de Umberto Eco para identificar o neofascismo. Umberto Eco, *O Fascismo Eterno*, In: *Cinco Escritos Morais*. Tradução: Eliana Aguiar, Editora Record, Rio de Janeiro, 2002. Publicado em: 29 de fevereiro de 2016. Acesso em: 29 de agosto de 2020.

REBUÁ, Carlos Eduardo. Das normalidades: fascismo e o Brasil sob Bolsonaro. Blog da Boitempo. Publicado em 25/07/2019. Disponível em: blogdaboitempo.com.br. Acesso em: 08 de dezembro de 2020

ROSA, Eli Bruno do Prado Rocha. Cisheteronormatividade como instituição total. *Cadernos Pet de Filosofia* — UFPR, v. 18, n. 2, agosto 2020, p. 59-103.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1990.

SILVA, Sabrina Aparecida da. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 119-126, jan./abr. 2021.

UFJF NOTÍCIAS. Neofascismo à brasileira. Publicado em 04 de junho de 2020. Disponível em www2.ufjf.br. Acesso em 29 de agosto de 2020.

VILA-NOVA, Carolina. Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto de criança de 10 anos. Folha de São Paulo. Publicada em 20 de setembro de 2020 Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em 17 de maio de 2021.

Resumo:

Este artigo tem por objetivo analisar a presença de elementos ultraconservadores e fascistas no século XX e na atualidade a partir da adesão de mulheres aos mesmos. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, com base em discussões presentes nas epistemologias feministas, ancoradas no “ponto de vista”. Realizamos uma contextualização sobre a participação das mulheres nos diferentes fascismos europeus e no integralismo brasileiro no século XX; adentramos no fenômeno no Brasil atual, quando foi realizada uma análise acerca da participação das mulheres no governo de Jair Bolsonaro, enquanto presidente da República, bem como de apoiadoras desse governo e suas atividades/ações em defesa do ultraconservadorismo no Brasil. Por fim, mas não menos importante, realizamos uma reflexão da adesão e aliança entre mulheres e governos misóginos na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Ultraconservadorismo; Mulheres; Antifeminismo; Fascismo.

Abstract:

This article aims to analyze the presence of ultraconservative and fascist elements in the twentieth century and nowadays from the women's support to them. This is a qualitative research, based on discussions present in feminist epistemologies, anchored in the "standpoint theory". To this end, we carried out a contextualization about the participation of women in the different European fascisms and Brazilian integralism in the twentieth century. Then, we go into the phenomenon in Brazil today, when an analysis was carried out on the participation of women in the government of Jair Bolsonaro, as president of the Republic, as well as those of supporters of that government and their activities/actions in defense of ultraconservatism in Brazil. Last but not least, we reflect on the membership and alliance between women and misogynistic governments in Brazilian society.


Keywords: Ultraconservatism; Women; Anti-feminism; Fascism.

Recebido para publicação em 06/07/2021.
Aceito em 01/02/2022.

Bola de Neve Church, empreendedorismo e o diálogo com o Ideário das políticas neoliberais

Fabio Lanza


Universidade Estadual de Londrina, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-2807-9075>

lanza1975@gmail.com

Maryana Marcondes

Universidade Estadual de Londrina, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-8378-1700>

maryanaemarcondes@gmail.com

Introdução¹

O presente artigo se propõe a analisar o diálogo da Bola de Neve Church (BNC) com o ideário das políticas neoliberais. Para isso,

¹Parte da discussão desenvolvida neste trabalho foi apresentada no Seminário Internacional de Práticas Religiosas no Mundo Contemporâneo, da Universidade Estadual de Londrina, no ano de 2019. As contribuições trazidas pelos pares de pesquisa participantes do evento permitiram a reelaboração da discussão presente neste artigo.

são observadas as formulações explicativas da Igreja acerca da crise econômica e do papel do Estado na economia apresentadas em atividades do Ministério Recrie, setor da BNC responsável pelas atividades voltadas a assuntos econômicos da vida do fiel, como trabalho e planejamento financeiro. Dessa forma, é utilizado, como fonte de análise, o vídeo, publicado na plataforma do *YouTube*, da palestra intitulada “Como enfrentar a atual crise política/financeira”,² proferida pelo fundador e líder da BNC, Rinaldo Seixas, conhecido como Apóstolo Rina, em um culto do Congresso Nacional Recrie realizado em São Paulo, em 02 de maio de 2016.

O problema de pesquisa deste trabalho consiste em entender se existe um diálogo da BNC com o imaginário neoliberal. Tal entendimento é buscado por meio da identificação de explicações religiosas da BNC no debate político e econômico. Para isso, estuda-se o discurso “Como enfrentar a atual crise política/financeira”, que foi ministrado no Congresso Nacional do Ministério Recrie e abordou formulações orientadoras da denominação para os fiéis do Brasil inteiro. Esse discurso possui significativa importância na comunidade da BNC por acumular elementos de autoridade como: o tom instrucional indicado já no título; estar presente em um evento nacional da BNC; ser apresentado pelo fundador da Igreja; ser veiculado no canal oficial da Bola de Neve; e ter sido elaborado no ano de 2016, período de alterações decisivas nos rumos político e econômico do país. Assim, essa fonte foi selecionada de forma intencional porque fornece elementos que indicam o posicionamento da denominação nos debates públicos da época, na qual diferentes projetos de país estavam em disputa, assim como aponta caminhos para responder a questões que orientam esse trabalho.

²Disponível em: www.youtube.com. Acesso em: 13 jun. 2020.

Frente ao universo da pesquisa e ao contexto nacional brasileiro, cabe problematizar: Quais as explicações sobre a crise econômica são elaboradas pela BNC? Quais as alternativas propostas pela Igreja como forma de amenizar tal cenário? Qual a concepção de empreendedorismo defendida pela denominação e em que medida ela se diferencia da abordagem secular? O discurso da denominação se dirige a alguma classe social específica?

Para contextualizar a discussão, são apresentados, inicialmente, aspectos históricos e características da referida Igreja, relacionando suas atividades com o contexto político contemporâneo brasileiro, com recorte temporal dos anos de 2015 a 2017.

A análise bibliográfica é conduzida por estudos das sociologias das religiões e religiosidades e contribuições de estudos sobre o neoliberalismo. Como abordagem metodológica, é utilizada a técnica categorias de análise:

Categorias são estruturas analíticas construídas pelo pesquisador que reúnem e organizam o conjunto de informações obtidas a partir do fracionamento e da classificação em temas autônomos, mas inter-relacionados. Em cada categoria, o pesquisador aborda determinado conjunto de respostas dos entrevistados, descrevendo, analisando, referindo à teoria, citando frases colhidas durante as entrevistas e tornando um conjunto ao mesmo tempo autônomo e articulado [...]. Para ajudar na redação e na compreensão, pode ser útil fazer uma introdução em cada categoria, definindo e explicando o que será tratado e, ao final, fazer um fecho conclusivo (DUARTE; BARROS, 2006, p. 78-79).

Assim, as categorias de análise elencadas neste trabalho buscaram identificar as referências e interpretações da BNC sobre o cenário econômico atual, especificamente suas elaborações acerca dos temas crise econômica e redução dos gastos públicos na economia.

BNC e o movimento neopentecostal

A Bola de Neve Church é considerada nesse trabalho participante do movimento neopentecostal. Esse movimento despontou no Brasil na década de 1970 e possui como diferencial das demais práticas religiosas até então existentes no país as seguintes atividades: utilização de meios de comunicação para proferir mensagens religiosas; liberalização dos usos e costumes; prática da teologia da prosperidade³ e participação na vida política institucional.⁴ Assim, o movimento neopentecostal inovou o campo religioso brasileiro, mais especificamente, os setores protestantes, que passaram a concorrer decisivamente com os católicos no número de fiéis, aumentando sua influência na sociedade brasileira (MARIANO, 1999).

A BNC foi idealizada em 1999, no litoral paulista, pelo Apóstolo Rinaldo Seixas, publicitário e ex-participante da Igreja Renascer em Cristo. Sua trajetória de líder espiritual é marcada pelo trabalho religioso com praticantes de esportes radicais como *surf* e *skate*. A Bola de Neve é reconhecida no campo religioso brasileiro por ser uma igreja voltada para o ideário juvenil, pois sua identidade apresenta uma estética informal comparada às demais denominações do segmento (MA-

³A teologia da prosperidade é entendida como: (...) “Teologia da Prosperidade”, segundo a qual todos os fiéis, ao se converterem, “nascidos de novo” em Cristo, são reconhecidos como “filhos de Deus”. Ora, o Criador, Senhor do universo, tem direito sobre todas as coisas por ele criadas e, ao reconhecer os homens como seus filhos, no momento da conversão, colocam todas as coisas ao dispor deles, porque os tomou sob sua proteção para serem abençoados e terem êxito em seus empreendimentos. Como Rei e Senhor, Deus já lhes deu tudo no próprio ato de reconhecê-los como filhos e assim, aos homens só resta tomar posse do que, desde já, lhes pertence. (MONTES, 1998, p. 120).

⁴Essas práticas, hoje, configuram-se como uma tradição entre as denominações neopentecostais. Elas se modernizaram e se adaptaram às mudanças sociais e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas. Um exemplo dessa abordagem religiosa sofisticada do segmento neopentecostal na contemporaneidade é a Bola de Neve Church.

RANHÃO FILHO, 2013). Segundo dados apresentados no *Site* nacional da Bola de Neve,⁵ hoje, a denominação conta com 470 igrejas pelo mundo e está presente em 34 países. Sua organização é consolidada por uma estrutura hierárquica, sendo o Apóstolo Rina sua autoridade maior.

A performance de seus pastores nos cultos, por exemplo, é repleta de falas marcadas por gírias de surfistas, e as músicas tocadas no ambiente, embora cristãs, em sua maioria, são de estilos como o *reggae* e o *rock*.

Segundo a tradição das denominações neopentecostais, a BNC está alinhada à lógica de funcionamento urbana, realizando cultos e reuniões em uma grade de horários variados. Isso permite que os fiéis participem das atividades religiosas com maior intensidade e diversas vezes na semana, diferentemente das igrejas protestantes históricas e de denominações mais “fechadas”, que possuem um cronograma fixo e reduzido para suas atividades. Essa postura reflete-se no número de fiéis, como salienta Cunha:

Adaptadas à lógica urbana, boa parte delas está aberta durante 15 a 18 horas por dia, algumas por 24 horas. A programação varia entre cultos e reuniões de oração. As pessoas que frequentam essas igrejas escolhem os horários que lhes são convenientes [...]. A pouca ênfase na vinculação formal e de compromisso com uma igreja local e específica possibilita o trânsito e o acesso ao local mais próximo, na hora de conviver. As igrejas pentecostais que buscam manter a tradição da programação com poucos horários respondem às demandas urbanas definindo apenas um horário aos domingos (à noite, na maioria dos casos) e um ou dois encontros vespertinos durante a semana, voltados para grupos específicos (casais, mulheres ou jovens). As noites de sábado são normalmente dedicadas a encontros musicais, festas e festivais destinados preferencialmente aos jovens (CUNHA, 2007, p. 66).

⁵Disponível em: www.boladeneve.com. Acesso: 27 mar. 2021.

No caso da BNC, em diversas cidades brasileiras, existem atividades ministeriais para vários segmentos de fiéis: mulheres, jovens e crianças, além de atividades esportivas dentro e fora da igreja (MARANHÃO FILHO, 2013). Tais práticas ampliam a sensação de pertencimento do fiel, pois suas atividades de lazer também são desenvolvidas na igreja, com os demais membros. Essa convivência frequente propicia laços de fraternidade e consolidação de valores cristãos. Nesse contexto, o Ministério Recrie se insere como significativa alternativa para fiéis em situação de desemprego ou à procura de orientações profissionais.

Ministério Recrie e o empreendedorismo religioso

O Ministério Recrie é um setor da BNC voltado para interessados em orientações profissionais com perspectiva cristã, como empresários, empreendedores e desempregados. Esse ministério, que apresenta atividades desde, aproximadamente, 2009,⁶ está presente nas BNCs de diversos estados do Brasil. Ele possui intensa atividade nas redes sociais (*Instagram*, *Facebook* e na plataforma de vídeos *YouTube*), nas quais são disponibilizados aconselhamentos profissionais, divulgação de eventos, fotografias das atividades, palestras e depoimento de fiéis.

O Ministério Recrie realiza encontros mensais, organizados em formato de cultos acompanhados de reflexões religiosas aplicadas ao meio empresarial. Nessas celebrações, costumam ocorrer interações entre fiéis, divulgação de empresas e de produtos comercializados

⁶Não foi encontrada fonte oficial que afirme a data de início das atividades do Ministério Recrie. No entanto, os estudos realizados para essa pesquisa identificaram que os registros mais antigos do Ministério datam de 2009.

pelos participantes e apresentação de pessoas em situação de desemprego. Além desses encontros, desde 2012, a BNC promove congressos nacionais, sem periodicidade definida, na sede da Igreja, em São Paulo, com diversos palestrantes da denominação e personalidades religiosas internacionais. As palestras desses congressos estão disponibilizadas integralmente na Internet (MARCONDES, 2018).

O Recrie também se destaca pela atuação no meio virtual. Uma das suas expressões é a plataforma digital *PipePro*, que permite ao fiel, seja empregador/a ou interessado/a em procurar um emprego, divulgar suas atuações no mercado visando construir uma rede de contatos. Nessas redes, como incentivo ao consumo dos serviços e produtos fornecidos pelos fiéis, há um sistema de bônus no qual é barateado o valor da mercadoria desejada. Essa plataforma oferece pacotes de soluções que variam de acordo com o usuário — empregador/a ou à procura de emprego —, bem como com o período de utilização do serviço e as diversas possibilidades de anúncio do seu empreendimento.

A prática de rede de contatos entre fiéis é identificada nos estudos de João Boechat, Roberto Dutra e Fábio Py (2018), nos quais foi observado que a Teologia da Prosperidade passou por reformulações e produziu novas formas de sociabilidade entre seus fiéis em denominações específicas. Na pesquisa, os autores analisaram as relações entre religião e economia estabelecidas na Igreja Semear, situada no município de Campos de Goitacazes, no Rio de Janeiro, e foram identificadas orientações fornecidas por pastores para os/as fiéis, visando auxiliar a educação financeira da comunidade. Além do aconselhamento financeiro, a pesquisa observou também que a Igreja conta com uma rede de contatos para solucionar casos de desemprego entre seus membros. Os autores consideram essas práticas como parte das características que se diferenciam do paradigma predominante dentre

as igrejas neopentecostais contemporâneas, por não atribuir exclusivamente a solução das dificuldades financeiras dos/as fiéis ao campo sagrado. Em iniciativas como as da Igreja Semear e também da BNC, por meio do ministério Recrie, como é observado neste trabalho, as denominações específicas criam ferramentas de circulação de informações, possibilidades de negócios e ou empregos entre os/as fiéis e propagam seus preceitos religiosos em outros meios, como o empresarial e ou mercado de trabalho.

As intenções do Recrie, ao elaborar um mecanismo interno de geração de consumo e empregos dentro do grupo religioso, podem ser consideradas economia de rede. Conforme Boltanski e Chiapello (2009), essa iniciativa de microeconomia é uma prática relativamente antiga em países da Europa e envolve grupos minoritários politicamente como uma forma de inserção produtiva e de respaldo comunitário à ausência de políticas públicas para esses segmentos. Assim, os grupos, imigrantes, comunidade LGBTQIA+⁷ e religiosos, elaboram essas práticas como uma espécie de proteção entre iguais da sua comunidade.

As práticas empreendedoras incentivadas pelo Ministério Recrie tornaram-se mais frequentes em um contexto no qual ocorreram processos de redução de setores industriais em grandes economias capitalistas, como nos Estados Unidos e na Inglaterra em meados da década de 1970. Como consequência desse contexto, a perda de estabilidade empregatícia e de plano de carreira, a desvalorização do salário-mínimo e o enxugamento das vagas no mercado de trabalho formal levaram à necessidade de os/as trabalhadores/as procurarem variadas formas de atividades remuneradas. Conforme aponta Po-

⁷LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, outros grupos de gênero e sexualidade).

chmann (2002), a valorização da pequena empresa e do desenvolvimento local desponta no neoliberalismo:

No momento em que o paradigma técnico-produtivo é palco de mudanças significativas, que implicam enxugamento ocupacional, externalização de parte de atividades, constituição de redes de produção, entre outras medidas, as micro e pequenas empresas parecem ganhar maior importância. Com isso, não se está querendo dizer que as grandes empresas perdem o papel de protagonista no desenvolvimento material do capitalismo, mas sim que as micro e pequenas empresas podem assumir maior relevância no interior do processo produtivo e da geração de emprego e renda, bem como na difusão das novas tecnologias (POCHMANN, 2002, p. 48).

Um das expressões de formas de trabalho mais promovidas nesse contexto neoliberal é o movimento/ideário empreendedor, conforme explicam Vieira e Jacinto (2013):

O empreendedorismo tem adquirido importante *status* no último século, porém as diversas definições de empreendedor e empreendedorismo existentes na literatura não chegam a um consenso sobre os elementos definidores do empreendedor. Schumpeter (1954), por exemplo, sugere uma abordagem pela inovação, enquanto Knight (1921), baseado nas ideias de Cantillon (1755), considera o risco como sendo o fator mais importante para a definição do empreendedor. Existe também uma diferenciação importante definida pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM), que chama a atenção para a forma com a qual se dá o empreendedorismo, diferenciando oportunidade de necessidade (VIEIRA; JACINTO, 2013, p. 4).

No imaginário social, a atividade empreendedora⁸ possui como

⁸Conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), uma entidade privada sem fins lucrativos, o empreendedorismo é: “[...] a capacidade que uma pessoa tem de identificar problemas e oportunidades, desenvolver soluções e investir recursos na criação de algo positivo para a sociedade. Pode ser um negócio, um projeto ou mesmo um movimento que gere mudanças reais e impacto no cotidiano das pessoas”. Disponível em: blog.sebrae-sc.com.br. Acesso em: 23 out. 2020.

máxima a capacidade do indivíduo de desenvolver seu próprio negócio, encontrando oportunidade de investimentos em setores pouco explorados no mercado ou em situações de necessidade (crise econômica). Essas iniciativas de caráter individual, segundo vertentes favoráveis, contribuem para o dinamismo e o crescimento da economia nacional (DORNELAS, 2007). Cabe, neste trabalho, identificar a concepção da BNC de empreendedorismo com base em reflexões que consideram algumas características presentes no ideário atribuído a esse conceito, como a criatividade, a necessidade material e a sensação de autonomia em relação ao próprio trabalho.

Dentro da perspectiva que reconhece a capacidade criativa como elemento diferenciador da ação empreendedora, destaca-se a teoria de Schumpeter, conforme aponta Gomes, Lima e Capelle (2013):

A construção do conceito de empreendedor pela corrente dos economistas e dos seus adeptos está alicerçada numa noção considerada fundamental, a inovação. O conceito de inovação adotado pela maioria dos economistas e mais conhecido no Brasil é aquele derivado de Schumpeter e diz respeito ao processo de destruição da ordem econômica existente por meio da introdução de novos produtos e serviços, da criação de novas formas de organização ou de exploração de novos recursos materiais (GOMES; LIMA; CAPELLE, 2013, p. 205).

Essa definição secular é explorada neste trabalho devido à sua aproximação semântica da versão religiosa de empreendedorismo defendida pela BNC, presente no livro “Segredos da economia do Reino”, do norte-americano Paul Cuny. Fragmentos dessa obra são disponibilizados no aplicativo *PipePro* para serem utilizados enquanto orientação financeira e religiosa:

É importante entendermos que Deus é criativo. Ele pode criar algo do nada — isso é criatividade. Sua criatividade não é limitada à ex-

pressão artística, mas se estende aos negócios, educação, finanças, tecnologia, medicina e governo. Sua criatividade não tem limites ou fronteiras. Você pode dizer que Ele criou a criatividade [...]. Eu conheço vários homens de negócio que têm reputação de serem criativos negociadores. São pessoas que amam passar tempo na presença do Senhor. Eles passam tempo em adoração, oração e estudo da Palavra de Deus. Em cada caso eles atribuem esta reputação ao tempo com o Senhor. Eles não presumem que sua criatividade vem por meios naturais. O desejo de Deus é de nos guiar pelo Seu Espírito. A pergunta sempre é: “Como nós achamos a direção do Espírito?” (CUNY, 2014, s/p).

Outra motivação para a ação empreendedora presente no imaginário social se dá pela “necessidade”, que está associada ao contexto de desemprego e à desvalorização salarial que ocorre nos rendimentos da população trabalhadora devido à inserção de tecnologias produtivas. Essa ideia também não delimita o que se entende como empreendedorismo, não diferenciando, por exemplo, o pequeno empresário, trabalhador autônomo ou os inúmeros trabalhadores que atuam em atividades informais decorrentes da busca pela sobrevivência fora do mercado formal e legal, tampouco os empregadores sem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Uma característica presente no imaginário social relacionado à figura do empreendedor se baseia na ideia de “ser seu próprio patrão”. Além da possibilidade de aumentar ou complementar a renda, essa ideia incentiva a máxima do trabalhador de se tornar gestor de suas atividades e se sustenta em uma espécie de repulsa à exaustiva disciplina do trabalho formal e ao rompimento com a hierarquia e as rigorosas regras que compõem esse modelo.

O discurso empreendedor ganha significativa força com as políticas neoliberais, que despontam no Brasil desde a década de 1990 e que se caracterizam pela privatização dos serviços públicos acompa-

nhada pela redução de direitos trabalhistas, visando maior atuação do mercado na economia. Esse processo refletiu-se também na redução dos empregos nas indústrias, ampliando o peso econômico do setor de serviços,⁹ caracterizado por atividades comerciais e de entretenimento. Assim, ganham força as ideias associadas ao empreendedorismo como possibilidade de ascensão social, a partir de um trabalho mais autônomo e criativo. Dessa forma, a responsabilidade recai ideologicamente sobre o indivíduo, que passa a ser o sujeito da sua empregabilidade em tempos de desemprego e instabilidade econômica.

Nesse contexto, as religiões, principalmente cristãs, aderem ao movimento de pautar discussões pela empregabilidade e pelo mercado de trabalho, agregando a moral cristã como importante variável nessa discussão (SERAFIM, 2008). Esse mecanismo proporciona eficácia material às promessas religiosas, já que favorece uma circulação econômica dentro do grupo, e a criação de consensos, pois os locais de trabalho são ocupados por fiéis da mesma igreja, que podem compartilhar ensinamentos e valores religiosos.

Políticas neoliberais no Brasil

As políticas neoliberais são conhecidas pela redução do papel do Estado na economia. Alguns exemplos conhecidos são as experiências ocorridas em países como Chile, Inglaterra e Estados Unidos, no século passado, onde ocorreram processos de privatizações de empresas públicas e retirada de direitos trabalhistas¹⁰ que foram conquistas

⁹Segundo o IBGE, em 2018, o setor de serviços correspondia a 75,8% do PIB nacional. Disponível em: agenciadenoticias.ibge.gov.br. Acesso em: 13 jun. 2020.

¹⁰Conforme Sung (2019), a teoria neoliberal almeja uma mudança de pensamento social acerca de valores como os Direitos sociais, haja vista que, dentre os Direitos Humanos, os de cunho social são os que dependem da intervenção estatal. A ideia é desnaturalizar o consenso construído nas últimas décadas do século XX que apon-

históricas dos movimentos de trabalhadores para reduzir os danos da desigual relação entre capital e trabalho.

As políticas neoliberais são estabelecidas de maneiras singulares e configuram-se conforme a trajetória política de cada país, formando o que Saes (2001) considera o neoliberalismo possível. Essas “reformas” esbarram em interesses divergentes das classes sociais e na reação dos setores desfavorecidos com essas medidas, como a burguesia da indústria nacional brasileira frente às desvantagens acarretadas pelo barateamento de produtos internacionais no mercado:

Por mais que os agentes condutores da política estatal nas sociedades capitalistas atuais se inspirem na doutrina econômica liberal, e por maior que seja o apoio social conquistado pelas ideias econômicas liberais, é inevitável a emergência de *resistências* — mais ou menos localizadas (e emanadas, variavelmente, de certos setores do capital, da classe média ou das classes trabalhadoras) — a certos aspectos da política estatal neoliberal. Essas resistências também contribuem para que se estabeleça uma certa distância entre o liberalismo econômico dos manuais e as políticas estatais concretas inspiradas nos princípios aí contidos. Ou seja: os Estados capitalistas atuais praticam o “neoliberalismo possível” nas condições socioeconômicas vigentes (SAES, 2001, p. 83).

No contexto brasileiro, nas últimas três décadas, houve uma mudança do trabalho formal, que se tornou mais barato devido à diminuição da necessidade de trabalhadores especializados, à redução dos salários e do poder de barganha dos trabalhadores/as em razão da ampliação das terceirizações e da migração estratégica de indústrias de transformação para regiões com baixa tradição de conflitos trabalhis-

tam que os seres humanos “naturalmente” devam ter acesso a trabalho, moradia e alimentação. Segundo os neoliberais estudados por Sung (2019), esses valores vão na contramão do ideal da “sociedade dos indivíduos”, formato necessário para a consolidação das políticas liberais, assim o conceito de cidadão é substituído pelo de consumidor.

tas (SILVER, 2005; DAL ROSSO, 2008). Esse processo proporcionou a expansão do chamado terceiro setor, composto por prestação de variados serviços: comércio, serviços de escritório, pesquisas, lazer e saúde.

Apesar de não contar historicamente com o Estado de Bem-Estar Social, como o existente na Europa, no Brasil, há algumas legislações de proteção aos trabalhadores/as, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída no governo de Getúlio Vargas (1943), e a Constituição Cidadã, de 1988. Essas leis não proporcionaram rompimentos na ordem capitalista, mas forneceram regulamentações nas relações trabalhistas e asseguraram serviços públicos para a população, como a educação como responsabilidade estatal, o Sistema Único de Saúde, entre outros.

Todavia, essas leis foram e são alvos de políticas neoliberais para reduzir gastos estatais e torná-las mais flexíveis, permitindo maior lucratividade para o empresariado a partir dos anos de 1990, tendo como ícone o governo de Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social-Democracia Brasileira — PSDB) (1995-2002):

A política estatal desde logo anunciada pelo novo governo, recém-empossado, exprimia claramente essa hegemonia. Era visível que o governo federal buscava implementar, por múltiplas vias (medidas do Executivo, iniciativas políticas no Congresso, declarações oficiais, negociações com governos estrangeiros) uma estratégia neoliberal. Essa orientação era evidenciada por um conjunto de atitudes. Em primeiro lugar, o novo governo fixou um extenso programa de privatizações. Em segundo lugar, ele assumiu, dentro do Parlamento, a condução da luta por uma ampla reforma constitucional de feição claramente neoliberal: quebra de monopólios estatais (como os do petróleo e das telecomunicações), “saneamento” da Previdência Social e da administração pública (implicando a liquidação de direitos conquistados, respectivamente, pelas classes trabalhadoras e pela massa do funcionalismo público) etc. Em terceiro lugar, o go-

verno federal tomou medidas conducentes à abertura da economia brasileira ao capital internacional, como a assinatura, perante a Organização Mundial do Comércio, de protocolo que na prática abre o sistema financeiro nacional a *novos* bancos estrangeiros (SAES, 2001, p. 85).

Durante os governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-2016), ambos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), houve um retorno às medidas de intervenções estatais, mas com outra roupagem, denominada como novo desenvolvimentismo.¹¹ Entre as medidas, estavam a ampliação do mercado interno e o aumento dos bens de consumo por parte da população brasileira e a valorização do salário mínimo (FERREIRA, 2012). Esse processo, associado à maior inserção da população em universidades públicas e particulares e a valorização e expansão dos serviços públicos, alterou qualitativamente as condições de vida de setores historicamente excluídos da população brasileira. No entanto, essas políticas não foram capazes de conter o processo neoliberal, conforme aponta Cavalcante:

O ciclo político do período foi marcado pela existência de uma frente neodesenvolvimentista que tinha como objetivo melhorar a posição da grande burguesia interna brasileira no interior do bloco no poder e, ao mesmo tempo, obter concessões, com medidas anticíclicas e pró-consumo, às classes populares. Porém, como tudo isso foi feito sem que fossem atacados diretamente os pilares da política neoliberal macroeconômica, há uma distância enorme entre a existência de uma frente neodesenvolvimentista e a consecução de seus objetivos. Com o ciclo em crise e possivelmente em seus estertores, é possível

¹¹Entre as políticas expressivas desse período, houve o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), em que, conforme Ferreira (2012), o Estado em parceria com o setor privado realizou diversas modificações no país nas áreas social e urbana; obras nos setores de transporte e energia; e o PMCMV (Programa Minha Casa, Minha Vida), que se destacou na construção de casas populares e disponibilização de crédito para compra de habitações.

dizer que o limite foi justamente não conseguir abalar (ou sequer ter se proposto a tanto) os fundamentos que garantem a hegemonia da fração bancário-financeira, cujos interesses limitam tanto o desenvolvimento no longo prazo quanto projetos mais substantivos de distribuição de riqueza. E, por estar baseado fortemente em setores exportadores de *commodities*, há pouca alteração da estrutura produtiva nacional.

Ainda que numa formulação paradoxal, pensamos ser pertinente caracterizar esse ciclo como um modelo neoliberal modificado parcialmente por políticas desenvolvimentistas (CAVALCANTE, 2015, p. 181-182).

Antônio e Lahuerta (2014) apontam a conexão entre os valores privatistas das denominações neopentecostais e a valorização do consumo vinculada aos governos de projetos neodesenvolvimentistas, associada à histórica ausência de educação formal das classes subalternas e à retração das organizações políticas religiosas e dos sindicatos. Essas condições favoreceram uma exacerbação de um individualismo cultural.

Após o golpe/*impeachment* presidencial sofrido pela então presidente, Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores — PT), em 2016, a partir do qual tomou posse o então vice-presidente Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro — MDB), que permaneceu no poder nos anos de 2016 e 2017, intensificaram-se as políticas neoliberais com a aprovação da lei das terceirizações, mudanças na legislação trabalhista e o teto de gastos públicos.

Com a mudança nas relações de trabalho e no papel do Estado como provedor de seguridade social, emergiram as práticas empreendedoras como modalidade de trabalho alternativa ao desemprego. Assim, nesse contexto, parte das denominações religiosas formulam iniciativas e bens de salvação, visando fornecer elementos interpretativos para as mudanças na realidade. Nesse cenário, desenvolve-se o

discurso empreendedor com versões cristãs, conforme é apresentado neste trabalho.

Em linhas gerais, a Teologia da Prosperidade tem uma afinidade de sentido com a informalidade e a precariedade do trabalho, como as que ocorreram no Brasil nos anos de recessão econômica nos anos 1980 e 1990, e também com os momentos de aumento de consumo, como nos anos 2000. Em ambas as situações, a doutrina religiosa é capaz de gerar disposições empreendedoras de caráter individualista. O mérito decorre do esforço ativo e da atitude empreendedora, e não propriamente do capital social e de suas distinções sociais. Isso não significa que os evangélicos não usufruam dos programas sociais do governo federal, mas o discurso da prosperidade material, resultante de sacrifícios rituais monetários e de atitude empreendedora, é valorizado religiosamente e adotado como ética econômica (ALMEIDA, 2017, s/p).

Iniciativas como o Ministério Recrie, da BNC, fazem essa alternativa empreendedora se tornar viável na medida em que reúne pessoas com objetivos semelhantes em um processo que fornece uma espécie de proteção para os fiéis.

Interpretações da crise política e econômica pela perspectiva da Bola de Neve Church

O Brasil viveu, em 2016, uma instabilidade política em nível institucional com a mudança de governo presidencial sem a ocorrência de novas eleições.

Tal cenário foi assimilado por parte das religiões, que utilizaram a realidade como “matéria-prima” para a realização de suas atividades. Assim, cabe, neste tópico, explorar as elaborações explicativas da BNC sobre esse cenário, bem como a forma como a denominação dialoga com o contexto econômico brasileiro vivenciado nos últimos

anos.

Conforme apontado na apresentação da Igreja anteriormente, a Bola de Neve Church é uma Igreja que se dirige aos praticantes de esportes radicais,¹² que, por sua vez, particularizam-se por ser um grupo de, majoritariamente, alto poder aquisitivo, dados os valores dos materiais utilizados para práticas do *skate* e *surf*, por exemplo (MARANHÃO FILHO, 2013). Nas atividades do Ministério Recrie, o diálogo é direcionado para empresários, profissionais liberais e trabalhadores ligados às atividades intelectuais, que compartilham o *status* das classes médias (SAES, 2005).

O vídeo: “Como enfrentar a atual crise política/financeira”,¹³ proferida pelo fundador e líder da BNC Apóstolo Rina, no culto do Congresso Nacional Recrie realizado em São Paulo, em 02 de maio de 2016, também foi utilizado como fonte neste trabalho com o objetivo de compreender o diálogo da Bola de Neve com o ideário das políticas neoliberais. Esse vídeo foi selecionado de forma intencional, como fonte de análise, por ser uma espécie de explicação oficial da BNC sobre as transformações políticas e econômica que o país passava naquele período.

É importante contextualizar historicamente esse vídeo, pois, naquele momento, ocorria no Brasil o processo de golpe/*impeachment* da então presidente Dilma Rousseff. Para além dos debates sobre a validade dos argumentos favoráveis ou não ao processo que considerava crime de responsabilidade fiscal, havia a discussão sobre a mudança da postura do Estado em relação à economia que o impedimento do Partido dos Trabalhadores poderia trazer. Nesse sentido,

¹²Para maiores informações sobre o diálogo da BNC com as culturas juvenis, ver Maranhão Filho (2013).

¹³Conforme mencionado anteriormente, a fonte analisada encontra-se disponível em: www.youtube.com. Acesso em: 13 jun. 2020

foi reivindicado por diversos setores da sociedade brasileira um projeto de governo de menos intervenção na economia, utilizando como justificativas casos de corrupção envolvendo a classe política durante os governos petistas nos anos de mandato (2002-2016). Criou-se uma narrativa pela imprensa brasileira de tratamento desproporcional das situações de corrupção praticadas pelos partidos políticos, associando a prática como uma “espécie de inovação” do PT¹⁴ quando chegou ao poder executivo federal com a eleição de Lula (2002, 2006) e Dilma Rousseff (2010, 2014). A ideia de que a maior intervenção do Estado na economia favorece a corrupção é compartilhada por Rina no vídeo analisado. Ele afirma, como parte das estratégias que apoiam o golpe parlamentar-jurídico-midiático contra a presidente Dilma Rousseff e que abriria espaço para as reformas trabalhista, previdenciária, tributária, dentre outras.

[...] isso foi anunciado, essa crise foi predita, Deus vem para alinhar o Cosmos aos seus propósitos, ele vem para julgar e abater ou recompensar e promover, o Brasil não vai quebrar [...]. A crise que nós vivemos aqui no Brasil atual já está entre os 10 maiores riscos para 2016, e em oitavo lugar, segundo a consultoria *Eurasia group*, que publicou o seu *ranking* de situações de maior risco no mundo para esse ano. Empresas hoje estão quebrando, taxas de juros subindo, taxa de desemprego crescendo, câmbio desfavorável [...]. Na verdade, amados, o que hoje nós estamos vivendo aqui é que o Brasil está sendo punido por sua falta de capacidade de fazer reformas e por sua crise moral, pela falta de crédito que a imoralidade, a corrupção nesse Brasil estão demonstrando para investidores no mundo todo[...] (SEIXAS, 2016).

Além da questão bíblica, Apóstolo Rina ressalta a importância de reformas no Estado, no entanto ele não aprofunda sua definição. A complementação explicativa de sua fala acerca da redução de gastos

¹⁴Para maior aprofundamento ver Cavalcante (2015).

não especifica uma ordem prioritária de investimentos que cabem ao Estado em uma perspectiva que preze por considerar a questão social.

A crise econômica é interpretada como uma realização divina, conforme os apontamentos do pastor. Para sobreviver a tal período, é preciso ser respaldado pelos ensinamentos bíblicos associados a discursos recorrentes no meio empresarial, como o controle de gastos:

[...] Estou vindo para cá, pego o meu filhinho de 11 anos no banheiro, aí eu vejo ele com rolo de papel higiênico assim, que devia ter uns cinco metros de papel higiênico enrolado na mão dele, e eu olho na privada tem três bolinhas de cabrito [...] E aí que você tem que começar a fazer e impor uma cultura. Então, vem aqui filhinho aprenda que duas folhinhas do papel higiênico são suficientes para limpar seu bumbunzinho, não precisa mais do que isso. Então, é hora de você virar para sua empresa e implementar uma cultura... Quando a torneira está aberta, quando o mercado está crescendo ninguém faz conta, mas agora é hora de adaptar, agora é hora de ver, fazer orçamento, amém? Só que apesar desse cenário assustador [...]. No ano passado, Deus me deu uma palavra para Igreja Bola de Neve no Brasil, era palavra do congresso de final de ano e essa palavra dizia: “Alarga as estacas da sua tenda”, e eu cheguei a discutir com Deus dizendo: “Mas, pai, como é que chama e pede para alargar as estacas no cenário de crise e recessão?” Sabe qual foi a resposta que ele me deu? “Filho, eu nunca precisei do aval dos economistas para realizar os meus planos” [...]. (SEIXAS, 2016).

Em uma das exposições sobre a redução de postos de trabalho, é possível perceber na fala de Apóstolo Rina o público que ele deseja atingir com seus discursos. O pastor aponta, de maneira negativa, a possibilidade de pedreiros e empregadas domésticas¹⁵ escolherem

¹⁵A referência ao trabalho doméstico e o desconforto com a valorização econômica dessas profissionais foram compartilhados por parte da sociedade brasileira, principalmente os setores econômicos médios e altos com a votação da PEC (Emenda Constitucional nº 72/2013), aprovada no ano de 2013, que equiparou os direitos das trabalhadoras domésticas com as demais profissões. Representantes desses setores na época protagonizaram em veículos midiáticos diversas manifestações

empregos com salários maiores, demonstrando uma defesa do setor contratante desses serviços e apontando valores meritocráticos, pois a “escolha de salário” nessa abordagem deve ser alinhada a profissões com maior escolaridade. Na fala do pastor, os trabalhadores/as braçais são retratados de maneira caricata ao terem uma valorização salarial entre os anos de 2002-2010.

[...] quando o mercado está aquecido, falta mão de obra. Com o aquecimento, por exemplo, do setor de construção e imobiliário alguns anos atrás, que começou em 2007/2008, você não conseguia achar mão de obra. Construtoras abrindo capitais, filas em alguns lançamentos de prédios e apartamentos... Setor rindo à toa, não se achava mais pedreiro para trabalhar [...]. Pedreiro virou estrela, todo pedreiro agora já queria ser mestre de obras. Faltava peão para obra... hoje o cenário mudou. [...] naqueles poucos anos atrás, aqui, de economia aquecida, que, por exemplo, empregada doméstica era uma espécie em extinção, porque com a economia aquecida elas iriam arrumar outros empregos e ninguém ia querer mais trabalhar servindo outros em seus lares e que em breve muito pouca gente mesmo ia poder contar com essa prestação de serviço. Que que aconteceu naqueles dias? Parecia o Ronaldinho Gaúcho, no prédio com as vizinhas disputando o passe dela cada hora, uma proposta melhor, não sabiam nem em que apartamento trabalhar, como é que é hoje? Pelo amor de Deus, senhor, garante meu trabalho porque o mercado mudou (SEIXAS, 2016).

As políticas públicas, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), possibilitaram, entre outras atividades, empregos na área da construção civil entre os anos de 2006 e 2010. Segundo Carvalho (2018), esse tipo de política voltada para esses trabalhadores é de suma importância, pois a categoria de pedreiros, mestre de obras e demais funções da área tem uma tradição de baixa escolaridade e, por consequência, encontra maior dificuldade de colocação no mercado

contrárias a essa PEC, apontando os impactos econômicos que a regulamentação do trabalho doméstico causaria a seus contratantes.

de trabalho formal em outras funções. Além disso, esse tipo de contratação e a manutenção de renda dessa categoria causam efeito multiplicador em diversos setores da economia, contribuindo para o melhor funcionamento do mercado interno do país. Na fala de Apóstolo Rina, identifica-se uma espécie de incômodo com esse movimento de valorização salarial do trabalho pago a profissionais de trabalho braçal. Nesse tópico é possível observar que o religioso destina seu discurso a um público-alvo específico, que contrata serviços, vinculado a partir das camadas médias da sociedade brasileira.

Após apontar um cenário de grandes dificuldades na esfera econômica, Apóstolo Rina promove um discurso muito empolgado a uma máxima repetida em meios empresariais e palestras de motivação, que é a capacidade que contextos de crise econômica proporcionam para a expansão financeira dos fiéis. No entanto, Apóstolo Rina aponta a aproximação desse contexto com as práticas religiosas como grande diferencial, remetendo à Teologia da Prosperidade, conforme foi exposto anteriormente. Para tanto, exhibe situações de membros da Igreja que prosperaram em um período de redução do consumo:

Um irmão que tinha três lojas veio me contar agora que vai abrir a quarta loja, porque quando você está em Cristo você não está em crise, quem cuida de você é o próprio Deus [...]. As pessoas não vão parar de comer, não vão parar de se alimentar, não vamos parar de se vestir [...] o mercado não para, mas ele diminui, a pizza diminui, proporcionalmente, o seu pedaço da pizza também. Então, o que você precisa é de visão e estratégia para que o seu pedaço da pizza fique maior do que o dos outros [...]. (SEIXAS, 2016).

Portanto, o discurso da BNC afirma e naturaliza os valores de concorrência de mercado, apontando caminhos para o/a empreendedor/a ou o/a funcionário/a, que devem ser voltados para a dedicação, a disciplina e o trabalho duro, um discurso muito aproximado das máximas

protestantes identificadas por Weber (2004), nas quais uma ética laboral proporcionaria um diálogo com os anseios divinos para o fiel realizar na Terra.

Esse é o tempo de se reinventar, esse é um tempo de reciclar [...]. Você ficar em casa acomodado esperando que um dia Deus vai te fazer rico, vai te fazer prosperar, é tão ilusório quanto você achar que um dia vai jogar na Mega-Sena e vai ganhar e vai passar toda a vida, então, apostando enquanto deveria estar produzindo. Amém, amados! Deus tem bênçãos para nos dar, Deus tem o melhor para nos dar, mas nós precisamos criar atmosfera para que essa bênção nos alcance, nós precisamos criar a oportunidade para que o Senhor possa nos honrar, amém? Ninguém tem sucesso sem trabalho. Essa é a primeira lição de Daniel. Escolhe alguém do seu lado e diz assim para ele: Sucesso só vem antes do trabalho no dicionário (SEIXAS, 2016).

O pastor sugere a adesão de práticas flexíveis nas relações comerciais e de trabalho visando melhores resultados nas acirradas disputas no cenário de crise econômica. É possível visualizar uma naturalização dessa “guerra de sobrevivência”, dessa postura ideal. Nesse contexto, a religião se coloca como única proteção.

Como é que eu vou fazer a diferença no mercado em recessão sendo indispensável, acima da média, extraordinário [...] porque que isso é fundamental, amado, porque no cenário de recessão ninguém mantém negócios por amizade e relacionamento, no cenário de recessão o que faz a diferença são os resultados [...] os seus resultados vão te levar posições de honra e promoção. [...] em tempos de crise como essa que nós vivemos, o mercado passa por mutações e reestruturação é a palavra de ordem. Como é que isso acontece? Geralmente, os cargos com os maiores salários são os primeiros alvos, normalmente são substituídos por funcionários mais novos que vão ganhar menos para fazer o mesmo, os fornecedores mais baratos são os mais competitivos [...], você não pode dar espaço para que esse espaço seja ocupado por outro que vem depois de você. Tudo bem? Primeira lição, se o espírito de excelência de sabedoria estiver so-

bre mim, eu sei que apesar das reestruturações que o mercado está vivendo, eu ali serei diferenciado. [...] Ali, haverá uma benção, eu vou me tornar alguém que não pode ser trocado, alguém essencial, alguém fundamental, podem cortar a empresa inteira, mil cairão do seu lado, dez mil à tua direita, mas sobre você vão ter que dizer: Nesse cara não dá para mexer, que se mexer nessa peça vai melar, se mexer aqui desanda, se mexer nesse a gente perdeu o negócio [...]. (SEIXAS, 2016).

Portanto, realiza-se um misto de discurso motivacional e empresarial de valorização da empresa ou do mercado, atrelando a competitividade em tempos de crise aos elementos religiosos como uma espécie de diferencial dos cristãos.

O discurso de responsabilização do indivíduo considera o contexto econômico como um elemento contornável frente à possibilidade de ascensão social. Uma exaustiva jornada de trabalho é incentivada e associada ao planejamento das atividades laborais. Assim como aponta Weber (2004) em “A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo”, elementos de racionalidade e disciplina presentes na moral capitalista estão nesse discurso. Ele utiliza a história de Daniel, personagem judeu do Antigo Testamento, que foi escravizado no Império Babilônico, aproximadamente em 605 a.C., e colocado diante de diversos desafios para provar a sua fé. Esse personagem costuma ser utilizado como ícone de perseverança e obediência religiosa em narrativas cristãs.

O seu nome e o nome da sua empresa são seus maiores patrimônios [...]. Resultados são disciplina com horário, planejamento de tempo... Má administração de tempo contribui para procrastinação, você vai trabalhar, trabalhar, trabalhar e sem um planejamento você não sai do lugar, você só vai ficar apagando fogueira, você não tá produzindo, você não tá criando, você não tá conquistando, você não está edificando, você tá apagando fogueira. Porque não houve planejamento. Daniel trabalha focado, sabe o que ele faz, ele recebe

a missão, ele reúne a equipe de trabalho e ele não apaga a luz do escritório até ter uma solução (SEIXAS, 2016).

Portanto, a disciplina em relação aos resultados do trabalho e à obediência à moralidade religiosa são fundamentais para que o/a fiel tenha uma vida próspera em um cenário de crise econômica.

Considerações finais

No contexto vivenciado no Brasil, de significativos índices de desemprego e políticas de redução estatal da economia, os valores do empreendedorismo se apresentam como alternativa à crise de empregabilidade, apontando soluções individuais para a sobrevivência e mobilidade social dos setores atingidos negativamente por esses processos. Conforme as análises de Sung (2019), na era do neoliberalismo, a ideia do direito social básico, como no caso do trabalho, deixa de ser uma responsabilidade coletiva e de intervenção estatal, para ser uma responsabilidade individual, adquirida e mantida conforme as leis de concorrência impostas pelo mercado. Esse cenário possibilitou que as religiões também se apropriassem desse discurso atrelando as dificuldades econômicas à esfera sagrada.

Formam-se, assim, iniciativas, como os objetivos do Ministério Recreie, que visam formular redes de trabalho, consumo e contatos empresariais para proporcionar uma ampliação dos ganhos econômicos dos/das fiéis: contatos para emprego e orientações religiosas para as relações de trabalho, possibilitando um amortecimento nas situações de conflitos.

Ao identificar o discurso da BNC como destinado às classes médias da população brasileira, encontra-se um forte diálogo de valorização do profissional liberal e de incentivos para sua disciplina econô-

mica diante do cenário de recessão, dialogando com uma forte crítica à intervenção estatal na economia por meio da associação dessa prática a uma crise moral, quando se refere às questões de corrupção vivenciadas no país nas duas últimas décadas. Esse discurso de “demonização” da intervenção estatal legítima (contra) reformas políticas no que tange à proteção das camadas desassistidas da sociedade brasileira, mas procura substituir essa “proteção” do Estado pelo atendimento divino e a concorrência de mercado.

Assim, as elaborações ante a crise econômica feitas pela Bola de Neve Church trazem duas vertentes: a questão dos aconselhamentos profissionais e a liderança, que disputa um forte mercado com consultorias seculares. Essa disputa da Igreja se qualifica na autoridade religiosa como poder discursivo. Aponta-se o contexto de emergência desse mercado de formação constante de motivação e orientação, que se torna demanda no cenário de reestruturação produtiva que ocorreu na última metade do século XX.

Iniciativas como o Ministério Recrie e o aplicativo PipePro permitem à BNC ampliar seu poder de influência sobre seu público-alvo. Com o mecanismo de rede, ampliam em alguma medida as promessas contidas na Teologia da Prosperidade e qualificam a BNC como participante desse mercado de orientações profissionais. Têm, como diferencial, um bem de salvação religioso, configurando-se, também, como um instrumento de proteção entre iguais em contexto de crise econômica.

É importante salientar que grupos religiosos de vertente cristã, e principalmente do meio neopentecostal, como é o caso da BNC, tiveram significativa participação na eleição do então presidente do Brasil Jair Bolsonaro (Partido Liberal) no ano de 2018 (ALMEIDA, 2019). Esse governo vem sendo marcado por políticas de redução dos direi-

tos sociais, avanço institucional no conservadorismo e casos de corrupção. Nos anos de 2020/2021, o Brasil, assim como o mundo, vive uma pandemia de Covid-19, e a atuação do governo de Bolsonaro nesse contexto é marcada por ausência de investimentos nas áreas de saúde pública e negacionismo científico. Seu governo utilizou de narrativas religiosas para fornecer uma interpretação ao cenário de caos social na área da saúde e de agravamento da crise econômica. Apesar da perda de popularidade advinda da gestão ineficaz da pandemia, os setores cristãos fundamentalistas, com significativa participação neopentecostal permanecem sendo a base (inclusive no parlamento) do seu governo.¹⁶

Referências

ALMEIDA, R. A onda quebrada — evangélicos e conservadorismo. *CADERNOS Pagu*. Campinas, v. 50, e175001. 2017. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 1 jun. 2021.

_____. Deus acima de todos. In: ABRANCHES, S. H. et al. (ed.). *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 35-51.

ANTÔNIO, B. A. G.; LAHUERTA, M. O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 14, p. 57-82, mai./ago. 2014.

BOECHAT, J. R.; DUTRA, R.; PY, F. “Teologia da prosperidade campista: Apóstolo Luciano e suas ressignificações religiosas na Igreja Pentecostal Semear”. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 198-220. 2018.

BOLA DE NEVE CHURCH. Disponível em: www.boladeneve.com. Acesso em: 27 mar. 2021.

¹⁶Para maiores informações sobre o respectivo processo, que foi analisado e categorizado como a “Pandemia Cristofascista”, ver Fabio Py (2020).

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CARVALHO, C. *Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.

CAVALCANTE, S. Classe média e conservadorismo liberal. In: CRUZ, C. V.; KAYSEL, A. A.; CODAS, G. (org.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 177-196.

COMO enfrentar a atual crise política/financeira. Disponível em: www.youtube.com. Acesso em: 13 jun. 2020.

CUNHA, M. N. *A explosão gospel: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X: Instituto Mysterium, 2007.

CUNY, L. P. *As economias do Reino*. São Paulo: Shumbert, 2014.

DAL ROSSO, S. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

DORNELAS, J. C. *Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DUARTE, J.; BARROS, A. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

FERREIRA, S. A. L. O papel do Estado brasileiro e o “novo-desenvolvimentismo”: mais do mesmo ou uma nova sociedade? Análise preliminar a partir da experiência histórica e as relações de classe. In: Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, 15, 2012, São Gonçalo, RJ. *Anais [...]*. São Gonçalo, RJ: UFRJ, 2012. Disponível em: www.encontro2012.rj.anpuh.org. Acesso em: 1 jun. 2021. p. 1-12.

GOMES, A. F.; LIMA, J. B.; CAPPELLE, M. C. A. Do empreendedorismo à noção de ações empreendedoras: reflexões teóricas. *Revista Alcance* (eletrônica), v. 20, n. 2, p. 203-220, abr./jun. 2013. Disponível em: siaiap32.univali.br. Acesso em: 1 jun. 2021.

MARANHÃO FILHO, E. M. A. *A Grande onda vai te pegar: Marketing, espetáculo e ciberespaço na Bola de Neve Church*. São Paulo: Fonte, 2013.

MARCONDES, M. “*Quem está com Cristo não fica em crise*”: um estudo

sobre o empreendedorismo religioso na Bola de Neve Church (2015-2017). Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

MARIANO, R. *Neopentecostais, Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

MAS afinal, o que é empreendedorismo? Disponível em: blog.sebrae-sc.com.br. Acesso em: 23 out. 2020.

MINISTÉRIO RECREIE. Disponível em: recrie.com. Acesso em: 21 out. 2020.

NOVA PREVIDÊNCIA. Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso: 13 jun. 2020.

MONTES, M. L. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, L. M. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PY, F. *Pandemia Cristofascista*. São Paulo: Recriar, 2020.

PIB cresce 1,1% pelo segundo ano seguido e fecha 2018 em R\$ 6,8 trilhões. Disponível em: agenciadenoticias.ibge.gov.br. Acesso em: 14 jun. 2020.

PIPEPRO. Disponível em: pipepro.com.br. Acesso: 21 out. 2020.

POCHMANN, M. *E- trabalho*. São Paulo: Publisher Brasil, 2002.

SAES, D. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Classe média e escola capitalista. *Crítica Marxista*, São Paulo: Revan, v. 1, n. 21, p. 97-112, 2005.

SERAFIM, M. C. Religião e o “Espírito” Empreendedor. In: ENCONTRO DA ANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. Disponível em: www.anpad.org.br. Acesso em: 1 jun. 2021.

SILVER, B. J. *Forças do Trabalho: movimentos de trabalhadores/trabalhadoras e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SUNG, J. M. Direitos humanos, neoliberalismo e religião. *Caminhos*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 81-95, 2019. Disponível em: seer.pucgoias.edu.br. Acesso em: 18 nov. 2021.

VIEIRA, J. P. V. S.; JACINTO, A. P. Religião e empreendedorismo no Brasil:

uma análise utilizando modelos de escolha ocupacional. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 16., 2013, Curitiba. *Anais* [...]. Curitiba: ANPEC; PPGDE/UFPR, 2013. p. 1-21. Disponível em: www.anpec.org.br. Acesso em: 1 jun. 2021.

WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

Resumo:

Este artigo faz uma análise do diálogo da Bola de Neve Church (BNC) com o ideário das políticas neoliberais. Para isso, foram elaboradas reflexões acerca do vídeo publicado na plataforma do *YouTube*, intitulado: “Como enfrentar a atual crise política/financeira”, um discurso do fundador da BNC, Apóstolo Rinaldo Seixas, realizado no Congresso Recrie, em 2016. A metodologia utilizada neste trabalho apoia-se em categorias de análise para compreender e interpretar a fonte videográfica já mencionada e em pesquisa bibliográfica em obras das sociologias das religiões e estudos sobre o neoliberalismo. Como resultado, identificou-se uma aproximação da BNC com o ideário neoliberal a partir de uma perspectiva religiosa, com um discurso que fornece explicações místicas da crise econômica e política brasileira e soluções inspiradas na economia de rede para proteger os fiéis do desemprego.

Palavras-chave: neoliberalismo; neopentecostalismo; Bola de Neve; empreendedorismo.

Abstract:

This article deepened the studies on the dialogue of the Bola de Neve Church (BNC) with the ideals of neoliberal policies. Reflections were elaborated on the video published on the YouTube platform, entitled: “How to face the current political/financial crisis”, a speech by the founder of BNC, Apostle Rinaldo Seixas, held at the Recre Congress, in 2016. The methodology used in this work was based on analysis categories to understand and interpret the videographic source already mentioned and on bibliographical research in works of the sociology of religions and studies on neoliberalism. As a result, it was identified an approximation of the BNC with the neoliberal ideals from a religious perspective, with a discourse that provides mystical explanations about the Brazilian economic and political crisis and solutions inspired by the network economy to protect the faithful from unemployment.

Keywords: neoliberalism; neo-Pentecostalism; Bola de Neve; entrepreneurship.


Recebido para publicação em 30/09/2021.

Aceito em 01/02/2022.

**O desmonte dos direitos trabalhistas e
a imposição de limites à ação
reivindicatória dos trabalhadores
(2011–2021): uma análise da “agenda”
conservadora da Confederação Nacional
das Instituições Financeiras (CNF)**

Danilo Enrico Martuscelli


Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-8769-6762>

daniлоenrico@gmail.com

Nayara Letícia Sartori da Silva

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-4681-8185>

nayara.uffs@gmail.com

Introdução¹

Após o golpe de Estado perpetrado contra a presidente Dilma Rousseff em 2016,² assistimos a um processo de implementação de uma série de contrarreformas neoliberais que promoveram mudanças significativas na legislação social e trabalhista brasileira e impactaram regressivamente as condições de reprodução da força de trabalho no país. As contrarreformas neoliberais mais importantes foram as seguintes: a) a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos (EC nº. 95/2016), que impôs um caráter contracionista à política fiscal, estabelecendo limitações draconianas às despesas primárias por vinte anos, ao mesmo tempo que excluiu de tal restrição os gastos governamentais relacionados ao pagamento e à rolagem da dívida pública (TAVARES; SILVA, 2020);³ b) a Reforma Trabalhista que foi

¹* Agradecemos a Andréia Galvão pelo envio de materiais referentes à Reforma Trabalhista de 2017, que foram bastante úteis para a construção deste artigo.

²Para um balanço das polêmicas sobre a caracterização do impeachment de Dilma Rousseff e para uma análise deste acontecimento como golpe de Estado, ver: Martuscelli (2020). Sobre o conceito de golpe de Estado, ver Martuscelli (2018).

³De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, os grupos de detentores da DPMFi são constituídos pelas seguintes instituições: Instituições financeiras (carteira própria de bancos comerciais e de investimentos, nacionais ou estrangeiros, corretoras e distribuidoras, além de bancos estatais e BNDES); Fundos de investimentos (aplicações de títulos da dívida pública feitos por Fundos de investimentos, excetuando as aplicações feitas pelas instituições financeiras); Fundos de Previdência (Previdência aberta, fechada e Regime Próprios de Previdência Social); Não residentes (“contas de pessoas físicas ou jurídicas, dos fundos ou de outras entidades de investimento coletivo, com residência, sede ou domicílio no exterior”, reguladas pela Carta-Circular nº 3.278, de 18 de junho de 2007); Seguradoras (seguradoras e resseguradoras) e Outros. Na análise dos “dealers” das negociações da dívida pública interna brasileira no período de 2011 a 2021, pudemos identificar a presença destacada das seguintes instituições: Banco Bradesco (banco comercial nacional), BTG Pactual (banco de investimentos nacional), Banco do Brasil (banco estatal nacional), Banco Santander (banco comercial estrangeiro), Bank of America Merrill Lynch (banco de investimentos estrangeiros), Caixa Econômica Federal (banco estatal nacional), Goldman Sachs (banco de investimentos estrangeiro), Itaú Unibanco (banco comercial nacional), Renascença (distribuidora nacional) e XP investimen-

regulamentada pela lei de terceirização (Lei nº. 13.429/2017) e por uma nova legislação trabalhista (Lei nº. 13.437/2017), estabelecendo cortes de direitos trabalhistas e desmonte da proteção social, e enfraquecendo os sindicatos dos trabalhadores nas negociações com as entidades patronais e empresas (TEIXEIRA et al., 2017); e c) a Reforma Previdenciária (EC nº. 103/2019), que desestruturou as bases solidárias e o potencial distributivo do sistema de seguridade social constituído a partir da Constituição Federal de 1988 (FAGNANI, 2019).

Ainda que apresentadas pelos governos e organizações patronais sob a promessa de modernização do país, de ampliação da eficiência e da competitividade das empresas e de aumento do bem-estar da sociedade em geral ou mesmo como soluções inevitáveis para superar a crise econômica e social, todas essas alterações na legislação trabalhista e social podem ser caracterizadas como contrarreformas pelas seguintes razões:

- a) por possuírem um conteúdo regressivo do ponto de vista dos direitos sociais e trabalhistas, ou seja, são regulamentações que visam a conter os gastos do Estado e/ou das empresas com o pagamento de direitos sociais e trabalhistas e a desmontar as políticas de proteção social no país, garantindo, assim, uma espécie de remuneração “ótima” para o conjunto dos capitalistas; e
- b) por contemplarem, de modo geral, os interesses econômicos do conjunto da burguesia — que almeja reduzir os encargos decorrentes dos custos da reprodução da força de trabalho e impor uma tributação regressiva — e, de modo particular, os interesses do capital financeiro nacional e internacional — que reivin-

tos (corretora nacional). Ver: Banco Central (2021) e Tesouro Nacional (2021).

dicam a constituição de um ambiente econômico favorável ao cumprimento de contratos⁴ oriundos da obtenção de empréstimos por parte do Estado e das empresas junto aos principais credores os quais, como podemos observar na tabela abaixo, são os grandes bancos comerciais e os fundos de investimentos.

⁴Na linguagem dos credores da dívida, o cumprimento dos contratos é interpretado muitas vezes como um dos meios de garantir a segurança jurídica. A redução de direitos trabalhistas pode ser considerada outro meio fundamental para tal atingir tal objetivo.

TABELA 1 — Evolução anual da base de detentores da
Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) — em %

Detentores da dívida/ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Instituições financeiras	31,5*	30,1	30,2	29,8	25,0	23,1	22,3	22,7	24,7	29,6
Fundos de investimento	25,3	24,7	21,7	20,3	19,6	22,1	25,2	26,9	26,7	26,0
Fundos de previdência	15,4	16,0	17,1	17,1	21,4	25,1	25,5	25,0	24,9	22,6
Não residentes	11,3	13,7	16,1	18,6	18,8	14,3	12,1	11,2	10,4	9,2
Governo	8,8	7,3	6,6	5,7	5,8	5,5	4,8	4,2	4,0	3,8
Seguradoras	4,1	3,9	4,0	4,1	4,6	4,6	4,6	4,1	3,9	3,7
Outros	3,6	4,3	4,3	4,4	4,9	5,4	5,6	5,9	5,4	5,1

Fonte: Relatório Anual da Dívida Pública — 2012–2021

* Em negrito, destaca-se por ano o principal grupo de instituições detentoras da DPMFi.

Na análise dessas contrarreformas sociais de orientação neoliberal, torna-se fundamental debater a dimensão dos conflitos de classe: afinal, como se posicionaram as diferentes frações de classe e seus órgãos de representação no processo de aprovação desse conjunto de legislações?

Seria inviável no espaço deste artigo examinar todas as contrarreformas supracitadas e a posição de todos os agentes implicados em suas regulamentações. Com vistas a oferecer uma contribuição para esse debate, julgamos oportuno fazer um recorte analítico e eleger uma das contrarreformas e um dos agentes que desempenhou papel decisivo em sua implementação.

Nesse sentido, propomo-nos a examinar a posição adotada pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) diante da contrarreforma trabalhista, tomando como referência a conjuntura de 2011 a 2021. Tal amplitude temporal nos permitirá observar quais reivindicações foram mobilizadas no período prévio à aprovação da reforma trabalhista de 2017, identificar em que medida foram atendidas e analisar quais objetivos a CNF continuou a perseguir após a aprovação da nova legislação trabalhista.

Atualmente, ainda que a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) possua maior presença no debate político nacional,⁵ é a CNF que exerce o papel de principal órgão de representação das instituições financeiras no país, em especial, dos grandes bancos comerciais nacional e estrangeiros — que não só assumiram uma posição de destaque diante das demais instituições financeiras na presidência da CNF, como podem ser considerados as entidades financeiras que mais empregam força de trabalho quando comparados às demais entidades.

⁵Cabe salientar que a própria FEBRABAN é uma das entidades associadas à CNF.

Propomo-nos, neste artigo, a demonstrar a tese de que a CNF apoiou e ajudou a elaborar a legislação que promoveu o desmonte dos direitos trabalhistas com vistas a reduzir os custos das empresas com a reprodução da força de trabalho, além de sustentar como bandeira política o primado do negociado sobre o legislado nas relações de trabalho com o objetivo de limitar o alcance e disciplinar a ação reivindicatória das classes trabalhadoras.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: na primeira parte, abordamos a questão da representação da CNF; na segunda, expomos a centralidade que as questões trabalhista e sindical possuem em seus documentos oficiais; por fim, analisamos o conteúdo das propostas da CNF a partir dos quais podemos observar não só a defesa da contrarreforma trabalhista como também de propostas que visam a neutralizar a ação reivindicatória dos trabalhadores.

A CNF como representante do capital financeiro em geral e dos grandes bancos comerciais em particular

Desde já é preciso destacar que a própria criação da CNF, ocorrida em 1985, esteve ligada às conflituosas relações das entidades financeiras com o crescente movimento grevista, em especial, dos trabalhadores bancários, e aos processos de alteração da legislação do sistema financeiro previstos pela Assembleia Constituinte, na segunda metade dos anos 1980. Como observa Minella:

Desde o fim dos anos 70, os trabalhadores bancários retomam a cena com importantes movimentos grevistas associados a uma influência cada vez maior das “oposições sindicais” na organização dos bancários [...]. O movimento dos trabalhadores bancários levantaria, tam-

bém, resistência aos planos de privatização ou liquidação dos bancos estaduais. [...] Novos desafios foram colocados, o Congresso Nacional passou a receber maior atenção, e a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte forçou o empresariado a uma ação minimamente coordenada no sentido de resguardar seus interesses na elaboração da Carta Magna. (MINELLA, 1994, p. 511–512).

Tal postura responsiva aos problemas relacionados ao conflito distributivo de classe nos permite entender a centralidade que as questões trabalhistas e sindicais passaram a ter nos documentos oficiais da CNF a partir de 2011, momento em que se observa no país uma retomada do movimento grevista e os primeiros efeitos da crise econômica mundial de 2008 — crise que ganha contornos mais claros a partir de 2015 (SOUZA, TRÓPIA, 2016; MARCELINO; GALVÃO, 2020). Cabe salientar a importância que teve o conflito de classes e a emergência de um cenário de crise econômica para que as demandas pelas contrarreformas sociais passassem a ganhar centralidade nas posições tomadas por importantes representações do capital financeiro no país. Em 2010, por exemplo, na transição do governo Lula para o governo Dilma, Roberto Setúbal, então presidente do Itaú, afirmava não ser hora de grandes reformas:

Para Setúbal, grandes reformas, como a tributária, a trabalhista e a política, “param” o país, e não necessariamente servem para alterar “tanto” as relações no país. “Imagina uma reforma trabalhista? O Brasil iria parar para discussões intermináveis que, ao final, poderiam nem alterar tanto as coisas” [...] “se não fizermos nada, ainda assim cresceremos forte no curto prazo” (VILLAVERDE, 2010, s.p.).

Na mesma conjuntura, Luiz Carlos Trabuco Cappi, então presidente do banco Bradesco, e Fábio Barbosa, que exercia a presidência da FEBRABAN e da CNF e era vinculado ao banco Santander, manifestavam mais preocupação com a defesa da manutenção do tripé

macroeconômico — câmbio flutuante, metas de inflação e disciplina fiscal (Cf. VACCARI; PEREZ, 2017) —, ainda que não descartassem a necessidade de realizar reformas no futuro próximo. Mesmo reconhecendo as dificuldades políticas para tratar das “grandes reformas” trabalhista, previdenciária e tributária naquela conjuntura, Barbosa (2010) e Cappi (2010) sustentavam que seria inviável adiá-las por muito tempo.

Esse posicionamento de representantes dos grandes bancos comerciais mudou rapidamente ao longo do primeiro governo Dilma com o “acirramento” do conflito distributivo.⁶ Em 2015, no contexto de crise econômica do segundo governo Dilma, Roberto Setúbal (2015) demonstrava ter mudado significativamente de posição, passando a tratar a reforma trabalhista como um tema incontornável. Para ele, ter-se-ia configurado no país uma “indústria de ação trabalhista”, e, para evitar isso, seria necessário fortalecer as negociações coletivas entre sindicatos dos trabalhadores e empresas: “Não é mudar a lei, mas permitir que setores diferentes negociem em função das suas características, das suas peculiaridades, permitir negociação setor a setor”.

Observamos, no entanto, que, mesmo antes desse pronunciamento, o acompanhamento de propostas de reformas já era algo que preocupava as entidades patronais e aparecia na primeira Agenda da CNF em 2011, sendo reiterado durante todos os anos seguintes. Torna-se, assim, relevante demonstrar qual foi a posição da CNF, a partir do início do primeiro governo Dilma, e a evolução dos debates promovidos por esta entidade sobre as questões trabalhista e sindical na conjuntura de emergência de uma crise econômica que se combina com uma

⁶Para uma análise dos conflitos envolvendo o primeiro governo Dilma e os representantes do capital financeiro, ver: Singer (2015), Vaccari (2016) e Vazquez (2020). Valle (2019) analisa o papel do capital financeiro no *impeachment* de Dilma.

crise política, produzindo como resultado um golpe de Estado contra o governo Dilma e as condições fundamentais para a implementação de um novo ciclo de contrarreformas constitucionais neoliberais.

O exame das entidades financeiras representadas pela CNF possibilita-nos observar quais mudanças ocorreram ao longo dos anos 2010. Entre abril de 2011 e março de 2014, as seguintes entidades tinham assento como membros natos no Conselho de Representantes da CNF: Associação Brasileira de Bancos (ABBC); Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP); Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL); Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (ACREFI); Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos de Valores, Câmbio e Mercadorias (ANCORD); e Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

A partir de abril de 2014, a Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI) passou a integrar a CNF. Em abril de 2017, outra entidade ingressou em seu Conselho de Representantes: a Brasil, Bolsa, Balcão ([B]³), resultante da fusão, em março de 2017, da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados (CETIP) e da BM&F Bovespa, empresa que se situa como uma das cinco maiores bolsas do mercado de capitais e financeiro do mundo.⁷

De modo geral, as entidades associadas à CNF tendem a representar os seguintes segmentos do sistema financeiro: bancos de médio porte (ABBC), grandes bancos comerciais (FEBRABAN), bancos estrangeiros (ABBI), bancos de investimento (ANBIMA), corretoras (ACORD), operadoras de leasing (ABEL), empresas de crédito e financeiras (ABECIP e ACREFI) e empresas de mercado de capi-

⁷Informações extraída de: cnf.org.br e cnf.org.br

tais (B³). No entanto, ao observarmos o histórico das presidências da CNF no período de 2011 a 2021, constatamos que prevalece a representação dos grandes bancos comerciais (FEBRABAN), alternando-se, com o passar dos anos, a presença de dirigentes mais vinculados a um banco nacional ou a um banco estrangeiro: Fabio Coletti Barbosa/Santander/FEBRABAN (abril a outubro de 2011), Luiz Carlos Trabuco Cappi/Bradesco/FEBRABAN (outubro de 2011 a março de 2017) e Sérgio Agapito Lires Rial/Santander/FEBRABAN (abril de 2017 a março de 2023). Na vice-presidência, figurou a presença de Marcelo Fidêncio Giufrida, vinculado à ANBIMA (abril de 2011 a março de 2014), e de Érico Sodré Quirino Ferreira, dirigente da ACREFI (abril de 2014 a março de 2017).⁸ A presidência da Direção Executiva da CNF seguiu a mesma alternância da presidência do Conselho de Representantes até março de 2017, sendo assumida a partir de então por José Ricardo da Costa Aguiar Alves, que vinha atuando na vice-presidência dessa Diretoria desde 2007 e se caracteriza como uma espécie de CEO da CNF, desempenhando também a função de Conselheiro Sênior do Banco Mundial e de representante do Brasil no Conselho Econômico e Social da ONU.⁹

Na condução política da CNF, salta à vista a predominância dos representantes dos grandes bancos comerciais. Este setor é marcado por um forte processo de concentração e centralização de capitais (MINELLA, 2007; METZNER; MATIAS, 2015; MACIEL *et al*, 2021) e emprega um número maior de trabalhadores quando comparado aos demais segmentos do sistema financeiro — na lista das 50 empresas que mais contratam trabalhadores no país, se observarmos as empresas que integram o sistema financeiro nacional, é possível verificar a

⁸A partir de abril de 2017, a CNF deixou de contar com a figura da vice-presidência no Conselho de Representantes.

⁹Ver dados desse diretor da CNF em: br.linkedin.com.

presença de três bancos privados (Itaú Unibanco, Bradesco e Santander) e um banco estatal (Banco do Brasil) (ALVARENGA, 2019).¹⁰

A centralidade das questões trabalhista e sindical nas Agendas do Setor Financeiro

Em sua relação com os trabalhadores e enquanto representante dos interesses do capital financeiro, a CNF adota uma postura socialmente conservadora que visa a conter qualquer tipo de ampliação dos direitos sociais e trabalhistas. A partir do exame dos documentos da CNF referentes às questões trabalhista e sindical, é possível afirmar que a entidade desempenhou um papel decisivo na aprovação da contrarreforma trabalhista e, após a implementação da nova legislação, continuou atuando em prol do desmonte dos direitos trabalhistas. Ademais, a CNF atuou fortemente para aprovar o primado do negociado sobre o legislado, com o objetivo de obstruir e criar dificuldades à ação reivindicatória dos trabalhadores, em especial das categorias profissionais que demonstraram historicamente ter menor capacidade de mobilização e de organização perante as entidades patronais.

No levantamento bibliográfico que fizemos sobre as pesquisas que abordam as entidades de representação do capital financeiro, identificamos apenas três trabalhos monográficos que tomam a CNF como objeto de estudo principal, sendo um mestrado (AGUIAR JR., 2015) e dois trabalhos de conclusão de curso da graduação (SILVA, 2015; HAMON, 2016), mas nenhum deles dá centralidade ao debate sobre as questões trabalhista e sindical.¹¹ Os demais trabalhos de que tive-

¹⁰Dados extraídos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/2019.

¹¹Em dissertação concluída em dezembro de 2021, Nayara L. S. da Silva (2021) analisou as demandas históricas e conjunturais e o discurso de legitimação empre-

mos ciência referem-se à CNF de maneira muito pontual (DIAS, 2012; VALLE, 2019) ou como parte de um conjunto de entidades que representam as instituições financeiras no país, como, por exemplo: Minnella (1994, 2007). Nestas quatro últimas referências, os direitos trabalhistas não ocupam um lugar de destaque, sendo priorizados temas mais relacionados à política econômica ou à representação do setor financeiro. Nos estudos sobre a reforma trabalhista mais recente, identificamos apenas um artigo e uma tese do mesmo autor que se dedicou à análise do posicionamento de entidades patronais em audiência realizada na Câmara dos Deputados, em março de 2017, da qual participou um representante da CNF/FEBRABAN (BEVILAQUA, 2018; 2020).

Chama-nos a atenção também que num dos principais documentos de análise crítica à reforma trabalhista, formulado pelo Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT/Unicamp), os redatores observam que vários argumentos que deram subsídio ao projeto de lei e ao texto substitutivo, estavam presentes em documentos de entidades patronais como: a Confederação Nacional da Indústria (CNI) — “101 Propostas de Modernização Trabalhista”, 2012; “Agenda Legislativa da Indústria”, 2014; “Caminhos da Modernização Trabalhista”, 2016 — e a Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária (CNA) — “Proposta da Bancada de Empregadores”, 2016; “Balanço 2016” e “Perspectivas 2017” (Cf. TEIXEIRA *et al.*, 2017). O que se evidencia nestes exemplos é a ausência de qualquer referência às representações das instituições financeiras, em geral, ou à CNF, em particular.

No entanto, ao nos debruçarmos sobre os documentos produzidos

gado pelos representantes dos grandes bancos comerciais no Brasil na conjuntura de 2016 a 2020. Neste trabalho, as reivindicações da CNF foram examinadas juntamente com as apresentadas por outras representações dos banqueiros, tais como: a Febraban e os principais bancos privados em exercício no país (Bradesco, Itaú Unibanco e Santander).

pela CNF na conjuntura mais recente, em especial, suas agendas que receberam inicialmente o nome de Agenda Legislativa do Setor Financeiro (2011–2014) e, posteriormente, de Agenda do Setor Financeiro (2015–2021),¹² deparamo-nos com um amplo material que traduz as reivindicações de amplos segmentos financeiros e que é estruturado em mais de vinte temas, e aproximadamente duas centenas de subtemas que são ratificados, atualizados ou alterados anualmente.

Nas Agendas de 2012 a 2014, a CNF apresenta dados quantitativos acerca das proposições que a entidade vinha acompanhando no Congresso Nacional. Chamam-nos a atenção, aqui, os números de proposições referentes às questões trabalhistas e sindicais. No ano de 2012, a CNF chegou a acompanhar a tramitação de 119 proposições sobre o tema; em 2013, esse número passou para 455; e, em 2014, atingiu 583 proposições. A tabela abaixo revela esse interesse pronunciado da entidade pelas questões trabalhistas e sindicais quando comparadas às demais temáticas.¹³

TABELA 2 — Número de proposições monitoradas pela CNF entre 2012 e 2014

Temas monitorados	2012	2013	2014
Questões trabalhistas e sindicais	119	455	583
Direitos do Consumidor	64	200	267
Segurança Jurídica	16	111	153
Questões tributárias	32	124	146
Questões bancárias	58	101	136

¹²De acordo com Aguiar Jr. (2015), quando questionada sobre a mudança da nomenclatura da Agenda, a assessoria da CNF afirmou que ela teve o objetivo de demonstrar que os temas que constam na agenda não são restritos à área legislativa, mas expressam uma série de reivindicações do setor financeiro a serem apresentadas para diferentes ramos do Estado, como: o Legislativo, o Judiciário e o Executivo.

¹³As áreas de interesse apontadas sofrem alteração quando comparamos os dados de 2012 e 2013-2014, pois a própria CNF passou a adotar uma nova nomenclatura a partir de 2013, e isso impactou a distribuição do número de temas monitorados.

Eficiência econômica e competitividade	—	96	114
Crédito Imobiliário	40	77	106
Questões de Segurança	—	90	105
Crédito	—	70	81
Seguros e Resseguros	—	39	52
Questões Sociais	12	39	45
Questões Previdenciárias	—	41	43
Cartões de Crédito	—	44	42
Taxa de juros e Margens Bancárias	—	17	26
Isonomia de tratamento	—	7	14
Regulamentação do artigo 192 da CF	—	6	12
Outros	—	27	51

Elaboração própria. Dados: CNF (2012, 2013, 2014)

Esse maior interesse pelas questões trabalhistas e sindicais é confirmado quando observamos a distribuição dos temas pelas Agendas da CNF. Nos documentos de 2011 a 2016, as questões trabalhista e sindical sempre marcaram presença como um dos três tópicos da seção “Reformas estruturais”, na qual também apareciam em destaque a “Reforma previdenciária” e a “Reforma fiscal” (concebida principalmente como controle dos gastos públicos). A partir de 2017, ano da aprovação da Lei de Terceirização e da Reforma Trabalhista, o tópico “Reformas estruturais” transforma-se em “Avanços estruturais para o desenvolvimento”, ampliando-se para sete o número de subtemas: 1. Reforma da previdência; 2. Atualização da legislação trabalhista e sindical; 3. Reforma fiscal; 4. Desindexação da economia; 5. Reformas microeconômicas; 6. Desconsideração da personalidade jurídica; 7. Reforma do processo administrativo fiscal. Em 2018, o subtema 7 passa a ser nomeado como: “Fortalecimento das instâncias administrativas tripartites”. Tais nomenclaturas se mantêm inalteradas em 2019. Nas Agendas de 2020 e 2021, a CNF volta a elaborar uma lista mais enxuta dos assim chamados “avanços estruturais”, elencando os

seguintes subtemas: 1. Reforma da Previdência Social; 2. Atualização da legislação trabalhista e sindical; 3. Reforma fiscal; e 4. Qualidade e eficiência dos gastos públicos.

Além de serem tratadas como uma das reformas ou avanços estruturais, as questões trabalhista e sindical ocuparam um espaço especial nas Agendas da CNF, obtendo destaque no rol de mais de 20 temas das agendas, alcançando quase sempre o maior volume de páginas de todas suas edições anuais e reunindo um número significativo de subtemas.

Essas informações e o nível de detalhamento das propostas são suficientes para atestar a importância que as questões trabalhista e sindical têm para a atuação e o engajamento da CNF nas diferentes esferas de decisão do Estado.

Para ratificar essa compreensão, acrescentamos a esses dados a matéria publicada no site *The Intercept Brasil* que aferiu, pouco antes da aprovação da reforma trabalhista, que, das 850 emendas de alteração da Reforma Trabalhista apresentadas por 32 deputados na comissão especial da Câmara Federal, 34,4% delas (isto é, 292 propostas) haviam sido integralmente redigidas pela CNF e por outras três entidades patronais: a Associação Nacional de Transportes de Cargas e Logística (NT&C Logística), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Transporte (CNT). Além disso, a matéria chama a atenção para o fato de que três deputados proponentes das emendas — Júlio Lopes (PP-RJ); Paes Landim (PTB-PI), o único membro da comissão especial, ainda que suplente; e Ricardo Izar (PP-SP) — haviam recebido doações de campanha de empresas como: Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, Safra, entre outras instituições ligadas ao setor financeiro (MAGALHÃES *et al.*, 2017). Esses elementos evidenciam o forte interesse e empenho da CNF pela

aprovação da Reforma Trabalhista.

A CNF, o desmonte dos direitos trabalhistas e a imposição de limites à ação reivindicatória dos trabalhadores

Como observamos acima, as questões trabalhista e sindical sempre foram tratadas pela CNF como temas estruturais, sendo inseridas em todos os documentos analisados como item da seção “Reformas estruturais” (2011–2016) ou da seção “Avanços estruturais para o desenvolvimento” (2017–2021). Esta é uma parte da Agenda da CNF em que os princípios mais gerais sobre o tema trabalhista e sindical são publicizados e que orientam o detalhamento das propostas que aparecerão em outra seção, intitulada “Questões trabalhista e sindical”.

Analisando essa parte dos princípios, notamos a manutenção de praticamente o mesmo texto base, que sofrerá uma alteração mais significativa apenas a partir da Agenda de 2017, ano em que é aprovada a Reforma Trabalhista. Quais são os princípios orientadores que a CNF defende para discutir as questões trabalhista e sindical no Brasil?

A abrangência dos direitos trabalhistas é uma das questões que mais preocupam a CNF. Na visão dessa entidade, o excesso de direitos trabalhistas compromete a geração de empregos, a competitividade das empresas e o crescimento econômico, devendo, portanto, esses direitos serem flexibilizados e debatidos por meio de negociações coletivas. Isto se traduz claramente nas seguintes passagens das agendas: “No cenário inverso [cenário de crise], a exacerbação desmesurada de direitos trabalhistas aumentaria exageradamente os custos de contratação e reduziria tanto a oferta de emprego quanto o próprio

crescimento econômico” (CNF, 2011, p. 42; 2012, p. 50; 2013, p. 59; 2014, p. 62; 2015, p. 64; 2016, p. 74; 2017, p. 30); ou, com a alteração da redação, a partir de 2018, “No cenário inverso [cenário de crise], o excesso de regramentos trabalhistas engessa a economia e aumentaria os custos de contratação, reduzindo tanto a oferta de emprego quanto o próprio crescimento econômico” (CNF, 2018, p. 34; 2019, p. 30; 2020, 26; 2021, p. 25).

Em outros trechos, a visão negativa da CNF acerca dos direitos trabalhistas é reforçada na medida em que reivindicam uma reforma trabalhista e sindical: “sem implicar custos de contratação irrealistas e exorbitantes que prejudiquem a geração de empregos e o crescimento econômico” (CNF, 2011, p. 45; 2012, p. 50; 2013, p. 59; 2014, p. 62; 2015, p. 64; 2016, p. 74; 2017, p. 29–30). Tal trecho passa a receber a seguinte redação após a aprovação da Reforma Trabalhista: “sem implicar custos de contratação, pois prejudicam a geração de empregos e o crescimento econômico” (CNF, 2018, p. 33; 2019, p. 30; 2020, p. 25; 2021, p. 25).

De acordo com a CNF, os direitos trabalhistas devem ser tratados como algo “desmesurado”, “exagerado”, “excessivo”, “irrealista” e “exorbitante” e, portanto, como prejudiciais para o bom funcionamento da economia. Ocorre que dados do relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no período base de 2015 a 2019, indicam que os problemas ligados às questões trabalhistas não decorrem do excesso de direitos, mas de seu não cumprimento por parte das empresas. A grande maioria dos processos ingressados tanto na Justiça do Trabalho quanto no Poder Judiciário concentra-se no assunto “Rescisão do contrato de trabalho/verbas rescisórias”, designando o não pagamento de verbas rescisórias (CNJ, 2016; 2017; 2018; 2019; 2020).

Tais dados nos levam a observar que o que há de “desmesurado” e “exorbitante” são as exigências da CNF que apontam para mudanças na legislação trabalhista a fim de legitimar não só o não cumprimento dos direitos assegurados aos trabalhadores, como também a primazia do negociado sobre o legislado — primazia que, distante de garantir compromissos entre partes em condição de igualdade, possibilita às entidades patronais e às empresas exercerem maior pressão sobre os trabalhadores com vistas a contemplarem seus interesses particulares e imporem medidas que resultem na deterioração das condições de reprodução da força de trabalho no país, em particular dos trabalhadores que manifestam no plano da luta sindical menor capacidade de mobilização e de organização.

Como nos lembra Miliband (1972), em sua crítica à teoria pluralista, seja no interior do Estado ou no âmbito da empresa, a competição entre capitalistas e trabalhadores é sempre “imperfeita”, desigual, na sociedade capitalista. Poderíamos acrescentar a essa tese o argumento de que no seio das próprias classes trabalhadoras há desigualdades de força nas lutas de resistência que travam contra os ataques dos capitalistas e/ou nas lutas pela ampliação dos direitos sociais e trabalhistas, a tal ponto que o primado do negociado sobre o legislado pode ser sustentado por certas categorias que conseguem obter vantagens econômicas, dada a capacidade de luta que lograram construir histórica e territorialmente.

Possivelmente ludibriando essa realidade dos fatos, a CNF salienta que a criação de empregos e a organização de uma economia “dinâmica e competitiva” poderão ser garantidas mediante a flexibilização da legislação trabalhista e o estabelecimento do primado do negociado sobre o legislado nas relações trabalhistas. No entendimento dessa entidade, há uma correlação direta entre flexibilização das leis

trabalhistas e redução dos níveis de desemprego.

Tal entendimento é ratificado pelo representante da CNF/FEBRABAN, Damião Cordeiro, em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, em 8 de março de 2017.¹⁴ Para ele, o aumento do desemprego seria resultado de uma legislação que “protege muito o trabalhador, mas, por outro lado, retira dele exatamente o maior bem que ele tem: o emprego” (CORDEIRO, 2017, p. 3). Cordeiro argumenta que a legislação trabalhista rígida só contribuiria para o crescimento de ações judiciais na Justiça do Trabalho, o que encareceria os custos de contratação: “Quanto maior o ativismo judicial, mais cara será a contratação de um empregado” (CORDEIRO, 2017, p. 45). Para esse representante do capital financeiro, os trabalhadores terão que escolher entre ter direitos ou ter empregos, ou seja, o emprego é considerado aqui como uma alternativa aos direitos trabalhistas, ou ainda, como observa Bevilaqua (2018), é tratado sob o prisma da lógica mercantil como um “bem”, uma “coisa” ou uma “posse”, discurso que reapareceria pouco tempo depois na campanha eleitoral e nos pronunciamentos públicos do presidente Jair Bolsonaro (2018; 2019; 2020; 2021).

Sobre a relação entre redução de direitos e aumento de emprego, a CNF incorre na apresentação de argumentos falaciosos, tendo em que vista que as taxas de desemprego se mantiveram altas e estáveis mesmo após a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017, oscilando da seguinte forma nos quatro trimestres dos anos considerados, conforme dados da PNAD Contínua (2021): 2015 (mín. de 7,9%, máx.

¹⁴Participaram desta audiência as seguintes representações de entidades patronais: Damião Cordeiro (CNF/FEBRABAN), Danielle Bernardes (CNT), Alexandre Venzon Zanetti (Confederação Nacional da Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços — CNS), Ivo Dall’Acqua Júnior (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo — CNC), Cristiano Zaranza (CNA) e Alexandre Furlan (CNI).

de 8,9%), 2016 (mín. de 10,9%, máx. de 12,0%), 2017 (mín. de 11,8, máx. de 13,7%), 2018 (mín. de 11,6%, máx. de 13,1%), 2019 (mín. de 11,0%, máx. de 12,7%), 2020 (mín. de 12,2%, máx. de 14,6%). Como podemos observar, a menor taxa mínima trimestral de desemprego registrada desde 2017 foi de 11,0%, número 3,1% superior à taxa mínima de desemprego registrada em 2015, antes do golpe contra o governo Dilma Rousseff. Ressaltamos ainda que, no primeiro trimestre de 2021, o desemprego atingiu a maior marca: 14,7%, considerando-se a série desde o primeiro trimestre de 2021.

Se analisarmos dados dos três maiores bancos comerciais privados (Bradesco, Itaú Unibanco e Santander) no período de 2011 a 2020, é possível constatar um crescimento expressivo do lucro líquido obtido por essas instituições financeiras, ao mesmo tempo que há uma tendência de queda gradual do número de empregados desses bancos — vejam-se as tabelas 3 e 4 abaixo. Tais dados sugerem que o interesse maior dos grandes proprietários desses bancos não é o de garantir o emprego dos trabalhadores, mas de auferir lucros “exorbitantes”, mesmo em situação de crise econômica, aumentar a produtividade de seus empregados e exercer maior controle e disciplina sobre os trabalhadores nas empresas pela via da adoção de políticas recessivas que estimulam o crescimento do desemprego.

Se, como já destacamos, a primazia do negociado sobre o legislado tende a enfraquecer a posição dos trabalhadores na defesa de seus direitos, na medida em que as negociações coletivas entre capitalistas e trabalhadores são atravessadas por partes desiguais em termos de recursos econômicos e políticos, o crescimento do desemprego tanto numa categoria específica quanto na sociedade brasileira em geral (como tem ocorrido desde 2015) tende a criar significativas dificuldades para a organização sindical dos trabalhadores, uma vez que as

ameaças de desemprego e de corte salariais geram no trabalhador uma indisposição para a luta sindical, produzindo um cenário de queda do número de greves.

No Brasil, os números de greves e de horas paradas caíram significativamente desde que atingiram um pico em 2016, ano em que se registraram 2.093 greves e 140.214 horas paradas. Nos anos seguintes, esses números foram, respectivamente, de: 1.566/94.066 (2017), 1.453/69.233 (2018), 1.118/44.650 (2019) e 649/19.486 (2020), além de se manifestarem predominantemente como greves defensivas, visto que estavam voltadas para a defesa da manutenção e do cumprimento dos direitos e condições de trabalho vigentes (DIEESE, 2018a; 2019a; 2020a; 2021a).

TABELA 3 — Número de empregados dos três maiores bancos no Brasil (2011–2020)

Banco	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Bradesco	104.684	103.385	100.489	95.520	92.861	108.793	98.808	98.605	97.329	89.575
Itaú Unibanco	98.258	90.323	95.696	93.175	83.481	80.871	85.537	86.801	81.691	83.919
Santander	54.564	53.992	49.621	49.309	50.024	47.254	47.404	48.012	47.819	44.599

Elaboração própria. Fonte: DIEESE (2013; 2015; 2016; 2017b; 2018b; 2019b; 2020b; 2021b)

TABELA 4 — Lucro líquido dos três maiores bancos privados em exercício no Brasil (2011–2020) — em bilhões R\$

Banco	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Bradesco	11,1	11,5	12,2	15,4	17,8	17,1	19,0	21,5	25,8	19,4
Itaú Unibanco	14,6	14,3	15,8	20,6	23,8	22,1	24,8	25,7	28,3	18,9
Santander	6,6	6,3	5,7	5,9	6,6	7,3	9,9	12,3	14,5	13,8

Elaboração própria. Fonte: DIEESE (2013; 2015; 2016; 2017b; 2018b; 2019b; 2020b; 2021b)

Analisando os temas mais recorrentes nas Agendas da CNF, observamos que, na seção “Reformas estruturais” da Agenda de 2011, a CNF destaca o que pode ou não ser flexibilizado nos dispositivos ligados aos direitos trabalhistas e previstos no art. 7º da Constituição Federal. De acordo com essa entidade, 20 incisos poderiam ser flexibilizados:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos; V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo; VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei; XII - salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; XIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva; XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei; XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei; XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei; XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-

escolas; XXVII - proteção em face da automação, na forma da lei; XXXIV - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso (CNF, 2011, p. 44-45)

Já, para a entidade, outros 13 incisos do mesmo artigo da Constituição Federal não deveriam ser flexibilizados:

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; III - fundo de garantia do tempo de serviço; IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias; XXIV - aposentadoria; XXVI - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho; XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa; XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; XXXII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos; XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (CNF, 2011, p. 45).

Nas Agendas seguintes, a CNF prega a construção de “relações de trabalho flexíveis, compatíveis com uma economia dinâmica e competitiva” (CNF, 2012, p. 51; 2013, p. 60; 2014, p. 63; 2015, p. 65;

2016, p. 75; 2017, p. 31). A partir de 2018, a CNF passa a sustentar que a aprovação da Lei 13.467/2017, ou seja, que a contrarreforma trabalhista do governo Temer, garantirá tais resultados e trará segurança jurídica para as relações de trabalho, não devendo se tornar “objeto de reapreciação” (CNF, 2018, p. 34; 2019, p. 30-31; 2020, p. 26; 2021, p. 26). Sobre a segurança jurídica, é importante salientar que a CNF sempre reitera o entendimento de que ela só poderia ser assegurada, se os contratos de trabalho fossem flexibilizados — o que implicaria redução de direitos trabalhistas e de encargos deles decorrentes para as empresas — e a negociação coletiva tivesse primazia sobre a legislação trabalhista — o que envolveria reduzir o máximo possível a intervenção do Estado sobre as relações de trabalho e garantir, assim, maiores possibilidades para os capitalistas disciplinarem os trabalhadores, dadas as assimetrias de poder e de pressão que possuem as entidades patronais e os sindicatos dos trabalhadores nas negociações e acordos coletivos.

No que se refere à questão mais propriamente sindical, a CNF faz a defesa enfática da unicidade sindical, criticando a Portaria nº 186 do Ministério do Trabalho, de 10 de abril de 2008, que teria criado as condições para a abertura de mais de um sindicato por base territorial. Isto leva a entidade a não reconhecer a legalidade dessa portaria (CNF, 2011; 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019).

Cabe salientar que todas as Agendas da CNF publicadas a partir de 2012 indicam uma lista mais enxuta de temas prioritários, os quais são apresentados na seção “Reformas estruturais” ou “Avanços estruturais para o desenvolvimento”. O modo de apresentação desses temas é distinto do presente na Agenda de 2011, na qual a entidade elenca todos os incisos do art. 7º da Constituição Federal que precisam ou não ser alterados.

QUADRO 1 — Propostas de reforma trabalhista defendidas pela CNF (2012–2021)

Ano	Propostas de reforma trabalhista	Alterações em relação ao ano anterior
2012	<ol style="list-style-type: none">1. despedida arbitrária ou sem justa causa2. participação nos lucros ou resultados3. duração da jornada de trabalho4. fracionamento de férias5. proteção do mercado de trabalho da mulher6. adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas7. igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador terceirizado8. multa sobre o fundo de garantia do tempo de serviço	

2013	<ol style="list-style-type: none"> 1. despedida arbitrária ou sem justa causa 2. participação nos lucros ou resultados 3. duração da jornada de trabalho 4. fracionamento de férias 5. proteção do mercado de trabalho da mulher 6. adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas 7. igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador terceirizado 8. multa sobre o fundo de garantia do tempo de serviço 	<i>Nenhuma</i>
2014	<ol style="list-style-type: none"> 1. participação nos lucros ou resultados 2. duração da jornada de trabalho 3. fracionamento de férias 4. proteção do mercado de trabalho da mulher 5. terceirização 6. multa sobre o fundo de garantia do tempo de serviço 	<p><i>Os seguintes itens deixaram de ser mencionados:</i></p> <p>“despedida arbitrária ou sem justa causa”</p> <p>“adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas”</p> <p><i>A redação do seguinte item foi modificada:</i></p> <p>“igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador terceirizado”</p> <p><i>Nova redação:</i></p> <p>“terceirização”</p>

2015	<ol style="list-style-type: none"> 1. duração da jornada de trabalho 2. fracionamento de férias 3. proteção do mercado de trabalho da mulher 4. terceirização 5. multa sobre o fundo de garantia do tempo de serviço 	<p><i>Os seguintes itens deixaram de ser mencionados:</i> “participação nos lucros ou resultados”</p>
2016	<ol style="list-style-type: none"> 1. duração da jornada de trabalho 2. fracionamento de férias 3. proteção do mercado de trabalho da mulher 4. terceirização 5. multa sobre o fundo de garantia do tempo de serviço 	<p><i>Nenhuma</i></p>
2017	<ol style="list-style-type: none"> 1. fortalecimento das negociações coletivas 2. flexibilização da jornada de trabalho 3. fracionamento de férias 4. proteção do mercado de trabalho da mulher 5. terceirização 6. multa sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) 	<p><i>O seguinte item foi incluído:</i> “fortalecimento das negociações coletivas” <i>A redação do seguinte item foi modificada:</i> “duração da jornada de trabalho” <i>Nova redação:</i> “flexibilização da jornada de trabalho”</p>

2018	<ol style="list-style-type: none"> 1. fortalecimento das negociações coletivas 2. flexibilização da jornada de trabalho 3. fracionamento de férias 4. proteção do mercado de trabalho da mulher 5. teletrabalho (Home Office) 6. rescisão de contrato de trabalho “de Comum Acordo” 7. cláusula de arbitragem 8. trabalho em regime de tempo parcial 9. terceirização 	<p><i>O seguinte item deixou de ser mencionado: “multa sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)”</i></p> <p><i>Os seguintes itens foram incluídos:</i></p> <p>“teletrabalho (Home Office)”</p> <p>“rescisão de contrato de trabalho ‘de Comum Acordo’ ”</p> <p>“cláusula de arbitragem”</p> <p>“trabalho em regime de tempo parcial”</p>
2019	<ol style="list-style-type: none"> 1. fortalecimento das negociações coletivas 2. flexibilização da jornada de trabalho 3. fracionamento de férias 4. proteção do mercado de trabalho da mulher 5. teletrabalho (Home Office) 6. rescisão de contrato de trabalho “de Comum Acordo” 7. cláusula de arbitragem 8. trabalho em regime de tempo parcial 9. terceirização 	<p><i>Nenhuma</i></p>

2020	<ol style="list-style-type: none"> 1. fortalecimento das negociações coletivas 2. flexibilização da jornada de trabalho 3. fracionamento de férias 4. proteção do mercado de trabalho da mulher 5. teletrabalho 6. rescisão de contrato de trabalho “de Comum Acordo” 7. cláusula de arbitragem 8. trabalho em regime de tempo parcial 9. terceirização 	<p><i>Nenhuma</i></p> <p><i>A expressão Home Office foi retirada do item 5</i></p>
2021	<ol style="list-style-type: none"> 1. fortalecimento das negociações coletivas 2. flexibilização da jornada de trabalho 3. fracionamento de férias 4. proteção do mercado de trabalho da mulher 5. teletrabalho 6. rescisão de contrato de trabalho “de Comum Acordo” 7. cláusula de arbitragem 8. trabalho em regime de tempo parcial 9. terceirização 	<p><i>Nenhuma</i></p>

Elaboração própria. Fonte: CNF (2012–2021).

Como já observamos, desde 2017, a parte referente às questões trabalhista e sindical da seção das mudanças estruturais ganha outro nome e passa a incluir o detalhamento de uma série de medidas, tais como: 1. Código do trabalho; 2. Criação do conselho administrativo de recursos trabalhistas e suas juntas de julgamentos; 3. Utilização dos recursos do FGTS; 4. Contribuição social sobre o FGTS; 5. Ter-

ceirização; 6. Trabalho temporário; 7. Trabalho intermitente; 8. Suspensão de contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira. Quais são as noções estruturantes que orientam o conjunto desses oito eixos sustentados pela CNF?

No geral, os oitos eixos acima podem ser agrupados da seguinte maneira:

- a) *fortalecimento do poder patronal sobre a regulamentação das relações de trabalho* — o que pode ser observado nos itens referentes ao código de trabalho, que toma como questão central o “fortalecimento da negociação coletiva”, e à criação do conselho administração de recursos trabalhistas e suas juntas de julgamentos o qual questiona o poder “monocrático” do Ministério do Trabalho de autuar as empresas e julgar os processos e indica como alternativa a constituição de um órgão paritário formado por representantes dos empresários e dos trabalhadores a partir de listas tríplexes a serem enviadas ao Ministério do Trabalho, a quem caberia “a escolha dos componentes do órgão e a designação de membro para a presidência dos trabalhos” (CNF, 2017, p. 32). O item 8 também se enquadra nesse primeiro grupo e se refere à suspensão do contrato de trabalho mediante acordo coletivo em situação de crise econômico-social;
- b) *transferência de recursos do FGTS para o pagamento de dívidas e compra ações*, como prevê o item sobre a utilização dos recursos do FGTS. Isto poderia favorecer fundamentalmente as instituições financeiras, na medida em que contribuiria para conter a inadimplência dos trabalhadores endividados e aquecer a procura pelo mercado acionário;
- c) *precarização dos contratos de trabalho* por meio da aplicação

da terceirização às atividades meio e fim (itens 1 e 5), da desvinculação do pagamento do vale-transporte dos salários (item 1), da adoção do contrato temporário e intermitente (itens 6 e 7), da flexibilização da jornada de trabalho, via parcelamento das férias (item 1) ou ajuste da jornada de trabalho de acordo com as demandas do empregador (item 7);

- d) *desoneração fiscal das empresas* por meio da retirada de encargos trabalhistas sobre a PLR (item 1) e da extinção da contribuição de 10% sobre a multa rescisória do FGTS (item 4).

Como os conteúdos dos itens 1 (código do trabalho), 5 (terceirização), 6 (trabalho temporário) e 7 (trabalho intermitente) foram em grande medida atendidos pela Lei de Terceirização e pela Reforma Trabalhista de 2017, eles deixam de figurar na Agenda de 2018, sendo os demais mantidos. A Agenda de 2019 retira o item Suspensão de contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira, muito provavelmente por conta de o país apresentar uma leve recuperação econômica, conforme o PIB registrado em 2017 (1,3%) e em 2018 (1,8%), e pelo fato de o debate sobre o projeto de lei referente à matéria apresentado em 2015 não avançar internamente nas decisões da Câmara dos Deputados. Em 2020, a CNF insere na Agenda o “Contrato Verde e Amarelo”, Medida Provisória nº 905, editada pelo governo Bolsonaro em 2019, e mantém os itens: criação do conselho administrativo de recursos trabalhistas e suas juntas de julgamentos e utilização dos recursos do FGTS, e incorpora o item contribuição social sobre o FGTS à discussão sobre o Contrato Verde e Amarelo. Na Agenda de 2021, a entidade mantém os mesmos itens reivindicados em 2020.

O “Contrato Verde e Amarelo” é defendido pela CNF como uma maneira de reduzir a informalidade. Ainda segundo a entidade, esse

modelo de contrato “sem excluir direitos clássicos do trabalhador tais como férias, 13º salário e descanso semanal, [...] apresenta novas tratativas para essas mesmas questões à luz das mudanças advindas das recentes reformas aprovadas pelo Congresso Nacional” (CNF, 2020, p. 27; 2021, p. 26).

Entre outras medidas, o “Contrato Verde e Amarelo” reduziria para 2% a contribuição para o FGTS; promoveria isenção das alíquotas do Sistema S, do salário-educação e da contribuição patronal de 20% para a Seguridade Social; e extinguiria a obrigatoriedade da multa em caso de rescisão sem justa causa. José Ricardo Alves, presidente-executivo da CNF e Murilo Portugal, presidente da FEBRABAN, acompanharam o evento de lançamento do “Contrato Verde e Amarelo” promovido pelo Governo Federal (CNF/PODER EXECUTIVO, 2019).

Na seção “Questões trabalhista e sindical”, a quantidade de subtemas abordados varia de 22 a 35, sendo que 15 subtemas marcaram presença em todas as agendas: 1. participação dos trabalhadores na gestão da empresa; 2. jornada de trabalho; 3. fixação do piso salarial; 4. estabilidade da relação empregatícia; 5. estabilidade provisória da relação empregatícia; 6. acidente de trabalho; 7. seguro acidente de trabalho (SAT); 8. Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); 9. licença maternidade; 10. outras licenças trabalhistas; 11. adicional de pensidade; 12. assédio moral; 13. acesso das entidades sindicais às informações das empresas; 14. ultratividade dos acordos; e 15. convenções e contratos coletivos de trabalho.

Apesar de haver pouca mudança na redação dos textos das agendas legislativas ao longo dos anos, é possível perceber que a CNF acompanha de perto a questão, já que, quando um tópico ou parte dele é contemplado por uma mudança na legislação, a reivindicação

é retirada ou reformulada na Agenda.

Nas Agendas de 2011 a 2017 (publicada antes da concretização da Reforma Trabalhista), o texto introdutório do tópico sobre a Reforma Trabalhista era o seguinte:

Para a Confederação Nacional das Instituições Financeiras, podem ser introduzidas profundas melhorias na legislação que rege as relações de trabalho, por meio de uma proposta de reforma trabalhista ou por intermédio de projetos pontuais. Tais melhorias, sem reduzir os direitos dos trabalhadores, devem estar voltadas para relações de trabalho transparentes, lastreadas em segurança jurídica para todas as partes e flexíveis, que estimulem as empresas a inovar, a aumentar sua produtividade, a crescer e a que se tornem mais competitivas. Com isso, gera-se maior número de empregos formais e promove-se o trabalho decente e produtivo, a extensão da proteção social, bem como o fortalecimento do diálogo social. Os instrumentos mais adequados para atingir esses objetivos são as convenções e os acordos coletivos de trabalho, ao lado de dispositivos legais que incentivem a concessão voluntária de direitos trabalhistas por parte dos empregadores. (CNF, 2011, p. 105; 2012, p. 126; 2013, p. 183; 2014, p. 185; 2015, p. 207; 2016, p. 235; 2017, p. 259).

Na Agenda de 2018, a introdução das questões trabalhista e sindical já aponta para as “melhorias” que serão geradas pela Reforma Trabalhista de 2017:

Para a Confederação Nacional das Instituições Financeiras, a nova lei trabalhista trará profundas melhorias nas relações de trabalho. Tais melhorias possuem como objetivo a garantia de relações de trabalho transparentes, lastreadas em segurança jurídica para todas as partes e flexíveis, estimulando o crescimento econômico e a competitividade. Os instrumentos mais adequados que irão ajudar a atingir esses objetivos são as convenções e os acordos coletivos de trabalhos (CNF, 2018, p. 257).

O texto introdutório da seção “Questões trabalhista e sindical”, modificado em 2018, permanece inalterado até a Agenda de 2021. En-

tre os anos de 2016 e 2018, uma série de temas-chave para a CNF foi alvo de reformulações por parte do Congresso Nacional. O tema da terceirização, por exemplo, esteve presente nas Agendas de 2011 a 2016. Na Agenda de 2017, a temática já não aparece mais como um tópico destacado, pois tal Agenda foi publicada em período posterior à sanção presidencial da lei 13.429/2017 (Lei da Terceirização).

A aprovação da lei da terceirização, que permitiu a contratação de trabalhadores terceirizados para a execução de atividade-fim da empresa, atendeu em grande parte às reivindicações da CNF no que se referia ao tema. Para a entidade as regras para terceirização deveriam, entre outras coisas, conceder às empresas uma ampla margem para decidir quais atividades terceirizar; atribuir responsabilidade subsidiária aos contratantes pelas obrigações trabalhistas; e também admitir a hipótese de empresas contratadas prestarem serviços especializados não limitados a um único objeto social (CNF, 2012, p. 129; 2013, p. 189; 2014, p. 187; 2015, p. 209; 2016, p. 237)

Outra temática que deixa de ter um tópico específico na Agenda de 2017 é a “contribuição social sobre o FGTS”, sendo mencionada apenas no texto referente aos “avanços estruturais”. Segundo a CNF, a cobrança da multa de 10% em demissão sem justa causa teria perdido seu propósito quando foram recuperadas as perdas geradas com os planos Verão e Collor I. Em outubro de 2013, as confederações patronais ajuizaram ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (CNF, 2016). A cobrança foi extinta com a Lei nº 13.932/2019.¹⁵

Outro tópico suprimido a partir das Agendas de 2017 refere-se à suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira, que permanece como subtema da seção “avanços estruturais”

¹⁵www.planalto.gov.br

até a Agenda de 2018. A CNF reivindicava a introdução na legislação trabalhista de um dispositivo que permitisse a suspensão do contrato em momentos de crise financeira, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo. Em maio de 2015, foi aprovada a tramitação no Senado do Projeto de Lei do Senado nº. 62, de 2013, transformado em Projeto de Lei 1.875, que autoriza tal suspensão. Em março de 2021, foi designado um novo relator para esse PL na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público do Senado.

Nas Agendas de 2012 a 2016 aparece o tópico “Contribuição negocial” que trata da contribuição sindical obrigatória. A CNF manifesta sua contrariedade ao desconto obrigatório da contribuição sindical. Na Reforma Trabalhista de 2017, foi aprovada a suspensão da cobrança compulsória para todos os trabalhadores, sendo o financiamento das entidades sindicais feito apenas por trabalhadores sindicalizados e com cobrança autorizada. Na Agenda de 2018, foi introduzido o tópico “financiamento e representatividade de entidades sindicais”, que, em grande parte, reforça o que vinha sendo defendido nas Agendas anteriores sobre a importância da “liberdade” de associação sindical; e deixa de aparecer a reivindicação pela unicidade sindical.

As duas temáticas centrais que aparecem na Agenda da CNF após a reforma trabalhista são o financiamento e representatividade de entidades sindicais, e o fortalecimento das negociações coletivas. A partir da Agenda de 2018, a CNF passa também a chamar atenção, positivamente (apesar da pouca modificação de texto de um ano para o outro), para a redução das ações trabalhistas ajuizadas geradas com a nova legislação trabalhista.

Por fim, cabe esclarecer que a minirreforma trabalhista, apresentada pelo governo Bolsonaro por meio da Medida Provisória nº. 1045, de 27 de abril de 2021, aprovada e convertida no Projeto de Lei de

Conversão nº. 17/2021 pela Câmara dos Deputados e rejeitada pelo Senado Federal, procurava atender algumas das reivindicações da CNF, ainda que não tenhamos conseguido identificar um posicionamento público da entidade sobre o assunto. Entre as medidas previstas que atendiam as reivindicações da CNF, destacamos duas: a) o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que previa a redução da jornada de trabalho e do salário e a suspensão temporária dos contratos de trabalho. Tal programa se aprovado atenderia um princípio e uma das reivindicações que aparecem em várias Agendas da CNF, respectivamente: a “escolha” entre ter direitos e ter emprego (princípio) e a suspensão do contrato de trabalho em situações de crise econômico-financeira (reivindicação); e b) o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore), destinado a jovens entre 18 e 29 anos, com primeiro emprego com registro em carteira, e a pessoas com mais de 55 anos sem vínculo formal há mais de 12 meses. Este programa previa também uma redução dos 8% previstos na CLT da contribuição do FGTS a ser pago pelas empresas aos trabalhadores. O conteúdo deste programa já estava previsto no Contrato Verde e Amarelo, que foi apoiado pela CNF, mas não chegou a ser votado no Congresso Nacional, perdendo assim validade. Novamente, notamos aqui a tentativa de mudar a legislação trabalhista com vistas a aprofundar a retirada de direitos dos trabalhadores e que coincidem com demandas apresentadas pela CNF em suas Agendas anuais.

Conclusões

Ao fazermos um balanço geral das principais medidas aprovadas pela Reforma Trabalhista de 2017, é possível observar que várias rei-

vindicações da CNF foram atendidas. Isto demonstra a influência dessa entidade no debate político nacional referente às questões trabalhista e sindical, e à prevalência de duas orientações gerais básicas na aprovação dessa contrarreforma: a política de desmonte dos direitos trabalhistas e a política de desarticulação e neutralização da ação reivindicatória dos trabalhadores via negociação coletiva.

Os debates inicialmente travados sobre a Reforma Trabalhista no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) tendem a confirmar o diagnóstico sobre o caráter regressivo dessa contrarreforma. Quando estava tramitando como projeto de lei no Congresso Nacional, a Reforma Trabalhista brasileira foi inserida pela Comissão de Peritos da OIT como tema de discussão da 106^a. Conferência Internacional do Trabalho, ocorrida em 2017, por violar as Convenções da OIT n.º. 98, 151 e 154, que tratam do direito de sindicalização e da negociação coletiva, mas o debate só foi retomado no ano seguinte, na 107^a. Conferência da OIT, ocorrida em 2018, quando a Reforma Trabalhista já havia sido aprovada. Conforme afirma Conforti (2021):

Na Conferência Internacional do Trabalho de 2018, o Brasil foi incluído na *short list* dos 24 países com suspeita de impor as piores condições de trabalho, tema que desperta grande interesse na OIT devido não só ao descumprimento das normas internacionais do trabalho, mas também à possibilidade de *dumping* social.

Considerando as alegações do governo de que a discussão sobre “o caso Brasil” era prematura e em face da controvérsia estabelecida, sobre se o país tinha ou não submetido às alterações legislativas à participação das entidades sindicais de trabalhadores, a OIT concedeu prazo para que o Brasil prestasse informações detalhadas sobre a “Reforma Trabalhista”.

Na 108^a. Conferência da OIT, realizada em 2019, o Brasil continuou fazendo parte da referida *short list* por conta da suspeita de graves violações cometidas pela Reforma Trabalhista de 2017, mas o

tema não chegou a ser apreciado pela OIT (CONFORTI, 2021). Nessa ocasião, a comitiva de empresários brasileiros foi liderada pela CNF — o que indica o interesse e o papel destacado dessa entidade no debate sobre o tema.¹⁶ Sete confederações patronais¹⁷ chegaram a publicar nota questionando essa decisão da OIT, alegando que a referida reforma só teria contribuído para modernizar as relações de trabalho e para reforçar a proteção ao trabalhador (CNA *et al.*, 2019).

No ano seguinte, por conta da pandemia, a OIT cancelou a realização de sua Conferência anual. Em 2021, o Brasil deixou de integrar a *short list*, voltando a integrar a lista dos 40 países que poderiam ter cometido algum tipo de violação contra as Convenções da OIT. Isso não indica que a OIT teria retificado completamente sua posição inicial e passado a considerar que as mudanças promovidas pela Reforma Trabalhista de 2017 não teriam violado os acordos internacionais. Como novamente observa Conforti (2021), o governo brasileiro ainda não deu respostas a questões de considerável importância, tais como:

- 1) necessidade de alteração do artigo 611-A da CLT, com a redação dada pela Reforma Trabalhista, para deixar claras as situações em que as negociações coletivas prevalecerão sobre a lei e com que alcance, assim como o pedido de informações precisas sobre o número de acordos e convenções coletivas realizadas após as alterações legislativas; 2) necessidade de alteração do parágrafo único, do artigo 444 da CLT, acerca da prevalência de acordos individuais sobre negociações coletivas para os empregados com diploma de nível superior e salário superior ao dobro do teto da Previdência Social; 3) in-

¹⁶Cinco representantes da CNF participaram dessa Conferência: José Ricardo da Costa Aguiar Alves (Presidente Executivo), Roberta Jacarandá Moreira Azevedo (Relações Institucionais), Guilherme de França Teixeira (Relações Institucionais), Renan Brambila Bressan (Advogado) e Sara Maciel Bezerra Diniz (Relações Institucionais) (OIT, 2019).

¹⁷CNA, CNC, CNI, CNT, CNSaúde, CNSeg e CONSIF. A Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CONSIF) é a representação sindical máxima das entidades financeiras.

formações sobre negociações coletivas formalizadas por entidades que representem trabalhadores autônomos; d) informações acerca do alcance e efeitos concretos dos artigos 620 e 623 da CLT, sobre a prevalência de acordos coletivos em relação às convenções coletivas de trabalho e nulidades de cláusulas convencionais que contrariam normas de política econômico-financeira do governo ou política salarial vigente no país, respectivamente (CONFORTI, 2021).

Tais questionamentos contribuem para colocar em dúvida o caráter supostamente modernizador da Reforma Trabalhista de 2017 e reforçam o entendimento sobre seu papel na desconstrução dos direitos trabalhistas e na imposição de severos limites à ação reivindicatória dos trabalhadores, políticas que foram e são apoiadas com entusiasmo pela CNF e pelas entidades que conformam o assim chamado “Setor financeiro”.

Referências

AGUIAR JÚNIOR, Edilson Montrose. *Interesses da fração bancário-financeira no Congresso Nacional (2003–2015)*. São Paulo, Dissertação de mestrado em Ciência Política, PUC-SP, 2015.

ALVARENGA, Darlan. Empresas de teleatendimento, alimentos e saúde lideram listas de maiores empregadores do país; veja ranking. *Portal G1*, 24 abr. 2019. Disponível em: g1.globo.com Acesso em: 25 ago. 2021.

BANCO CENTRAL. *Dealers do Mercado Aberto* — Períodos. Disponível em: www.bcb.gov.br Acesso em: 3 set. 2021.

BARBOSA, Fábio Coletti. Hora da reforma de valores. *Folha de S. Paulo*, 11 jul. 2010. Disponível em: www1.folha.uol.com.br Acesso em: 9 set. 2021.

BEVILAQUA, Vinícius Foletto. *As gramáticas sociais do conflito capital versus* trabalho no Congresso Nacional*:* uma análise das coalizões de defesa durante o processo legislativo da reforma trabalhista brasileira de 2017. Porto Alegre, Tese de doutorado em Sociologia, UFRGS, 2020.

_____. Entre direitos e redução de custos trabalhistas: a reforma trabalhista justificada pelos representantes empresariais. *Século XXI*, Revista de Ciências Sociais, vol. 8, Edição especial, p. 1051–1084, 2018.

BOLSONARO, Jair. Bolsonaro critica “rigidez” e defende mudanças na CLT: “Como gera emprego?”. *Brasil Econômico (Portal IG)*, 26 ago. 2021, 2021. Disponível em: economia.ig.com.br Acesso em: 30 ago 2021.

_____. “Não adianta ter um montão de direitos e não ter emprego”, diz Bolsonaro. *Band Jornalismo*, 18 jul. 2020. Disponível em: www.youtube.com Acesso em: 30 ago. 2021.

_____. “Os trabalhadores querem menos direitos e mais trabalho”, diz Bolsonaro. *Carta Capital*, 25 out. 2019. Disponível em: www.cartacapital.com.br Acesso em: 30 ago. 2021.

_____. Bolsonaro diz no JN que trabalhador terá de escolher entre direitos e emprego. *Infomoney*, 28 ago. 2018. Disponível em: www.infomoney.com.br Acesso em: 30 ago. 2021.

CAPPI, Luiz Carlos Trabuco. Dilma não precisa de propostas grandiosas. *Valor Econômico*, 3 nov. 2010. Disponível em: jornalggn.com.br. Acesso em: 9 set. 2021.

CNA *et al.* *Nota conjunta*. 11 jun. 2019. Disponível em: cnf.org.br. Acesso em 9 set. 2021.

CNF. *Agenda Legislativa do Setor Financeiro*. Brasília, Confederação Nacional das Instituições Financeiras, 2011 a 2014.

CNF. *Agenda do Setor Financeiro*. Brasília, Confederação Nacional das Instituições Financeiras, 2015 a 2021.

CNF/PODER EXECUTIVO. *Governo lança Programa Verde e Amarelo*, 11 nov. 2019. Disponível em: cnf.org.br. Acesso em: 13 set. 2021.

CNJ. *Justiça em Números*. Brasília, CNJ, 2016 a 2020.

CONFORTI, Luciana de Paula. A reforma trabalhista e o Brasil na OIT: guerra de ideias ou disputas de narrativas? *Conjur*, 9 jun. 2021. Disponível em: www.conjur.com.br Acesso em: 9 set. 2021.

CORDEIRO, Damião. *Comissão especial PL — 6797/2016 — Reforma Trabalhista* (Audiência pública realizada em 8 de março de 2017). Brasília, Câmara dos Deputados, 2017.

DIAS, Rodolfo Palazzo. *Organização e posicionamento político dos bancos no governo Lula*. Campinas, Dissertação de mestrado em Ciência Política, Unicamp, 2012.

DIEESE. *Balanço das greves* (Estudos & Pesquisas). São Paulo, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2017a, 2018a, 2019a, 2020a e 2021a. Disponível em: www.dieese.org.br Acesso em: 3 set. 2021.

_____. *Desempenho dos Bancos*. São Paulo, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2013, 2015, 2016, 2017b, 2018b, 2019b, 2020b e 2021b. Disponível em: www.dieese.org.br Acesso em: 3 set. 2021.

FAGNANI, Eduardo. *Previdência: o debate desonesto*. São Paulo, Ed. Contracorrente, 2019.

HAMON, Victor Thierry Feldmann Hermeto. *A eficácia do lobby no legislativo brasileiro: estudo de caso sobre a eficácia do lobby da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF)*. Brasília, Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciência Política), Universidade de Brasília, 2016.

MACIEL, Jéssica *et al.* O setor bancário brasileiro: centralização de capitais e alterações na composição orgânica do capital. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, vol. 40, n. 1, p. 127-151, 2021.

MAGALHÃES, Alline *et al.* Lobistas de bancos, indústrias e transportes estão por trás das emendas da reforma trabalhista. *The Intercept Brasil*, 26 abr. 2017. Disponível em: theintercept.com Acesso em: 25 ago. 2021.

MARCELINO, Paula; GALVÃO, Andréia. O sindicalismo frente à ofensiva neoliberal restauradora. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 32, n. 1, p. 157-182, 2020.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. O conceito de golpe de Estado como fenômeno indissociável dos conflitos de classe. *Revista Demarcaciones*, n. 6, p. 1-15, 2018.

_____. Polêmicas sobre a definição do impeachment de Dilma Rousseff como golpe de Estado. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília, vol. 14, n. 2, p. 67-102, 2020.

METZNER, Talita Dayane; MATIAS, Alberto Borges. *O setor bancário*

brasileiro de 1990 a 2010. Barueri, Minha Editora, 2015.

MILIBAND, Ralph. Competição imperfeita. In: _____. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

MINELLA, Ary Cesar. O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, vol. 15, n. 2, p. 505-546, 1994.

_____. Maiores bancos privados no Brasil: um perfil econômico e sociopolítico. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 18, p. 100-125, 2007.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. *Dívida pública: relatório anual*. Brasília, Secretaria do Tesouro Nacional, 2019 a 2021.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Dívida pública: relatório anual*. Brasília, Secretaria do Tesouro Nacional, 2012 a 2018.

OIT. *Liste finale des délégations*. Genebra, Conférence internationale du Travail (108^a. Session), 2019. Disponível em: www.ilo.org Acesso em: 9 set. 2021.

PNAD CONTÍNUA. Taxa de desocupação, por idade, 1º. trimestre de 2012 a 1º. trimestre de 2021. *IBGE*, 2021. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 30 ago. 2021.

SILVA, Nayara Letícia Sartori da. *Banqueiros e política no Brasil: um estudo sobre as propostas da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) no período de 2011 a 2015*. Chapecó, Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências Sociais), UFFS, 2015.

_____. *A posição dos banqueiros no processo político brasileiro: análise da CNF, da Febraban e dos principais bancos privados no Brasil (2016 a 2020)*. Erechim, Dissertação de mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas, 2021.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011–2014). *Novos Estudos Cebrap*, n. 102, jul. 2015.

SOUZA, Davisson C. Cangussu; TRÓPIA, Patrícia. Greves, conjuntura político-econômica e transformações ideológicas no sindicalismo brasileiro recente (1989-2013) In: CORBERA, Marín *et al* (orgs.). *III International Conference Strikes and social conflicts: combined historical approaches to conflict*. Proceedings. Barcelona, CEFID-UAB, p. 127-147, 2016.

TAVARES, Francisco; SILVA, Gustavo. A Ciência Política brasileira diante do Novo Regime Fiscal: para uma agenda de pesquisas sobre democracia e austeridade. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 63, n. 2, p. 1-39, 2020

TEIXEIRA, Marilane Oliveira *et al* (orgs.). *Contribuição crítica à reforma trabalhista*. Campinas, Unicamp/CESIT, 2017.

TESOURO NACIONAL. *Histórico das Instituições Financeiras credenciadas para atuar como dealers** da CODIP/STN*. Disponível em: sisweb.tesouro.gov.br Acesso em: 3 set. 2021.

VACCARI, Gabriel da Silva; PEREZ, Reginaldo Teixeira. A *doxa* política das finanças: o discurso dos banqueiros diante da Nova Matriz Econômica do governo Dilma Rousseff (2011–14). *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 8, n. 3, p. 89-111, 2017.

VACCARI, Gabriel da Silva. *Empresariado e política no Brasil contemporâneo: o discurso da FIESP e dos banqueiros frente à política econômica do primeiro governo Dilma (2011–2015)*. Santa Maria, Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, UFSM, 2016.

VALLE, André Flores Penha. *Divisão e reunificação do capital financeiro: do impeachment ao governo Temer*. Campinas, Dissertação de mestrado em Ciência Política, Unicamp, 2019.

VAZQUEZ, João Pedro Pereira. *Grupos financeiros e entidades de representação de classe: posicionamentos sobre a nova matriz econômica do primeiro governo Dilma Rousseff (2011–2014)*. Florianópolis, Dissertação de mestrado em Sociologia Política, UFSC, 2020.

VILLAVERDE, João. País “não precisa de reformas”, diz Setubal. *Valor Econômico*, 22 out. 2010. Disponível em: www2.senado.leg.br Acesso em: 30 ago. 2021.

Resumo:

O objetivo deste artigo é examinar a posição do capital financeiro diante da questão trabalhista e da questão sindical na conjuntura brasileira de 2011 a 2021. Para tanto, analisamos o conteúdo a “Agenda do Setor Financeiro” produzida pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), órgão máximo de representação das instituições financeiras no país. Ao longo do referido período, a CNF tratou os direitos trabalhistas como inibidores do crescimento econômico, causadores do desemprego e obstáculos para a competitividade das empresas. Tal posicionamento conservador desempenhou papel relevante no debate e na elaboração de medidas que promoveram a redução de direitos trabalhistas e impuseram limites à ação reivindicatória dos trabalhadores, por meio do primado do negociado sobre o legislado, nas relações de trabalho.

Palavras-chave: Capital financeiro; direitos trabalhistas; negociação coletiva; Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); contrarreformas sociais.

Abstract:

The purpose of this article is to examine the position of finance capital in relation to labor and union issues in the Brazilian context from 2011 to 2021. To do so, we analyze the content of the “Financial Sector Agenda” produced by the National Confederation of Financial Institutions (CNF), the highest representation office of the Brazilian financial institutions. Throughout this period, the CNF treated labor rights as inhibitors of economic growth, causes of unemployment and obstacles to the competitiveness of companies. This conservative position played a relevant role in the debate and in the elaboration of measures that promoted the reduction of labor rights and imposed limits to the workers’ claiming action through the primacy of the negotiated over the legislated in labor relations.


Keywords: Financial capital; labor rights; collective bargaining; National Confederation of Financial Institutions (CNF); social counter-reforms.

Recebido para publicação em 17/09/2021.
Aceito em 01/02/2022.

Os empresários comerciais e o governo Bolsonaro: da eleição de 2018 às medidas de isolamento social durante a pandemia de Covid-19 (2020)

Gabriel S. Vaccari


Faculdade Integrada de Santa Maria, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-9904-1125>

gabriel.vaccari360@gmail.com

Mateus C. M. de Albuquerque

Universidade Federal do Paraná, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0003-3015-2227>

mateusmartinsdealbuquerque@gmail.com

Introdução

Quando pensamos nos mais destacados apoiadores do governo Bolsonaro no meio empresarial, provavelmente alguns dos primeiros nomes que vêm à mente são os de Luciano Hang (*Lojas Havan*), Flávio Rocha (*Grupo Guararapes/Lojas Riachuelo*), João Apolinário

(*Polishop*), Sebastião Bonfim (*Lojas Centauro*). Em comum entre eles, o fato de serem todos oriundos do setor do grande comércio varejista. Estamos diante de mera coincidência de casos aleatórios ou de indícios representativos de um fenômeno que faz parte da dimensão estrutural e do caráter de classe do que convencionou-se chamar de “bolsonarismo”?

A relação política da elite do empresariado¹ comercial brasileiro com o governo Bolsonaro constitui o objeto deste artigo. Quais são as demandas da elite do comércio? O que os empresários do setor disseram e dizem sobre o governo Bolsonaro, nas suas diferentes fases? Como o avaliam e como se posicionam politicamente diante dele? Em relação a essas questões, as entidades apresentam unidade de discurso ou se dividem? O conjunto dos segmentos do empresariado comercial apresenta uma agenda unificada de interesses e possui grau de coesão política na sua ação frente ao Estado que permita considerá-lo, em termos poulantzianos, uma fração burguesa autônoma em luta pela hegemonia dentro do bloco no poder²?

¹Seguimos a sugestão de Codato e Perissinoto (2009) de que, ainda que sejam originários de tradições teóricas e epistemológicas distintas, os conceitos de elite e de classe social podem se complementar — mesmo que com desajustes e defasagens entre si. De um lado, esta junção conceitual nos permite abandonar de vez a ideia de que a classe como um todo possa, enquanto “lugar objetivo nas estruturas sociais”, sem mediações, se constituir em ator político. Na verdade, a classe é uma coletividade socioeconômica representada politicamente por uma elite de classe. O conceito de elite, assim, nos permite operacionalizar o conceito de classe para a análise política. Por outro lado, a junção com o conceito de classe retira o potencial voluntarismo presente nas análises elitistas que desconsideram o peso dos “constrangimentos estruturais” dos conflitos de interesses materiais sobre as lutas políticas no interior do Estado. Desse modo, podemos escapar do “vácuo social” implícito nas análises elitistas que supõem a independência radical do campo da política.

²Para Poulantzas (2019), embora o econômico seja “determinante em última instância”, a posição objetiva na estrutura produtiva da sociedade não é suficiente para caracterizar um grupo, em si, como fração de classe politicamente relevante. Para tanto, é preciso haver na ação do grupo, enquanto classe, a sobredeterminação das dimensões econômica, ideológica e política que o faça constituir uma *força*

Buscamos, em primeiro lugar, identificar as demandas de política econômica presentes na agenda do setor comercial. Após, analisamos como as entidades associativas do comércio avaliam e se posicionam politicamente diante do atual governo, em especial no que diz respeito à condução da economia e da pandemia. Como ponto de partida para a pesquisa, assumimos a hipótese de que o governo Bolsonaro representa um ganho de posições dos empresários comerciais dentro do bloco de poder de Estado, evidenciado pelo atendimento sistemático por parte do governo das demandas apresentadas pelo setor, o qual reconhece explicitamente em seu discurso tal relação.

Metodologicamente, realizamos uma análise de conteúdo (AC) das manifestações discursivas das entidades dos comerciantes. Análises de produções discursivas envolvem o estudo de toda manifestação, escrita ou falada, em texto ou em vídeo, de lideranças/organizações empresariais em defesa explícita de determinados interesses, valores e concepções: artigos de jornais, intervenções em periódicos, falas em eventos, entrevistas concedidas à imprensa, campanhas publicitárias, publicações de imprensa das entidades de classe (CODATO; PERISSINOTO, 2009). A AC pode ser definida como uma “técnica de análise de comunicações que busca classificá-las em temas ou categorias que ajudem a desvendar o que está por trás do discurso, com intuito de produzir inferências de um texto para seu contexto social de forma objetiva” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 32). Para Bardin (1979), tal método envolve iniciativas de explicitação, sistematização e ex-

social com efeitos pertinentes na cena política. Sem ação coordenada, consciência de seus interesses e projeto político-econômico próprio, um conjunto agentes sociais é uma classe apenas em sentido virtual e potencial. Devemos a inclusão dessa questão teórica no artigo ao professor Armando Boito Jr., que a sugeriu, em sua arguição crítica como debatedor, quando apresentamos os resultados preliminares desta pesquisa no *XII Workshop* “Empresas, empresários e Sociedade”, realizado virtualmente em junho de 2021, na Universidade de São Paulo.

pressão do conteúdo de mensagens, com a finalidade de efetuarem-se deduções lógicas e justificadas a respeito da origem, do significado e do alvo dessas mensagens (quem as emitiu, em que contexto e/ou quais efeitos se pretende causar por meio delas), buscando explicitar o que está subentendido na mensagem. O enfoque é “revelar intenções e diretrizes políticas e suas possíveis relações com os contextos históricos e conjunturais. Parte-se da estrutura do texto para interpretá-lo, considerando-o como ilustração de uma situação limitada ao seu próprio contexto” (SILVA; RIBEIRO; CARVALHO, 2015, p. 349).

A AC combina as dimensões quantitativa e qualitativa. Quantitativamente, a preocupação é a frequência com que surgem determinados elementos nas comunicações, mensurando as significações identificadas. Em termos qualitativos, a atenção volta-se para a presença ou a ausência de um conjunto de características nas mensagens analisadas, ultrapassando o alcance meramente descritivo das técnicas quantitativas e atingindo interpretações mais profundas com base em inferências (BARDIN, 1979). Temos consciência de que as opiniões/posições/avaliações/valores/ideologias presentes no discurso empresarial, por mais significativas que possam ser, não nos autorizam, porém, a fazer inferências mais amplas sobre as formas de ação política concreta dos comerciantes. Esta é uma limitação do nosso recorte do objeto.

A pesquisa divide-se em três ciclos temporais: a campanha do candidato Bolsonaro em 2018; o primeiro ano de governo, em 2019; e a pandemia de Covid-19, em 2020. Partimos da suposição de que os comerciantes (i) constituem uma fração burguesa autônoma que disputa ativamente a hegemonia no interior do bloco no poder; (ii) prestaram apoio público e/ou velado à candidatura de Bolsonaro; (iii) apostaram fortemente na agenda de austeridade/reforma liberais prometida pela

equipe econômica capitaneada pelo ministro Paulo Guedes; e (iv) formaram parte importante da base social de sustentação à estratégia do governo federal diante da pandemia de Covid-19.

Nossas fontes são (a) matérias, artigos de opinião, declarações e entrevistas de empresários do setor veiculadas na imprensa; e (b) os materiais extraídos dos sites da *Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo* (CNC), da *Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas* (CNDL), da *Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil* (CACB) e do *Instituto para o Desenvolvimento do Varejo* (IDV). Seguimos as sugestões metodológicas de Schmitter (1971) e Leopoldi (2000) de tomar as entidades e associações representativas como objetos privilegiados para o estudo do comportamento político empresarial em sua forma institucionalizada.

O texto está organizado em cinco partes, inclusa esta *Introdução*. No próximo excerto, tratamos brevemente do histórico da agenda de pesquisa “empresários na política”, passando pelos poucos estudos sobre a burguesia comercial brasileira. Na terceira parte, descrevemos a organização das quatro associações que nos servem de objeto. Na quarta, de maneira sucinta, apresentamos uma caracterização geral do governo Bolsonaro. Após, um tópico expositivo de nossas fontes e métodos de pesquisa, acrescidos da exposição dos resultados que encontramos. Por fim, as conclusões e as questões que permanecem abertas na agenda de pesquisa.

Empresariado como ator político: breve revisão de literatura

Há uma longa e rica tradição de pesquisas nas Ciências Sociais brasileiras sobre os empresários como atores políticos. Troiano (2014) divide a história da literatura desse campo em quatro ciclos temporais, marcados pela correlação entre as conjunturas políticas atravessadas pelo Brasil no século XX e as ênfases/temas das análises. A primeira ênfase dos estudos recaiu sobre as relações entre empresários e Poder Executivo Federal no contexto do sistema corporativista inaugurado com o Governo Vargas, que institucionalizou a presença dos empresários na arena estatal. A segunda ênfase esteve vinculada ao período do golpe de 1964 e à ditadura civil-militar, quando o foco das análises se concentrou na atuação dos empresários nas agências estatais, formando “anéis burocráticos” dentro do aparelho de Estado. A terceira destacou o período da transição política da década de 1980, quando, com a redemocratização, a representação empresarial se prolifera em uma série de associações civis alternativas ao modelo corporativo e passa a atuar com mais força junto ao Poder Legislativo. A quarta e última ênfase deu sequência à terceira, evidenciando a permanência da atuação empresarial no Legislativo ao longo da República de 1988 na forma de *lobbies* e grupos de pressão.

Mancuso (2007) considera que, desde a década de 1950, uma questão fundamental a estruturar o debate tem sido estabelecer se o empresariado que atua no Brasil é um ator político forte ou fraco. Partindo da definição de ator político “forte” como sendo aquele “cujos interesses coletivos são refletidos sistematicamente pelas decisões não-ilegais do poder público”, o autor identifica cinco ondas sucessivas de trabalhos “em que a visão predominante sobre a força política do em-

presariado nas obras que formam uma onda é questionada pela visão prevalecente na literatura que compõe a onda posterior” (MANCUSO, 2007, p. 3).

A primeira onda remete a autores ligados ao *Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)* que consideravam o empresariado industrial nacional um ator político com força suficiente para liderar uma aliança com os trabalhadores em torno de uma revolução “nacional e democrática” contra as forças do latifúndio e do imperialismo. Trata-se do debate clássico, com fortes consequências políticas, sobre a existência e o papel da “burguesia nacional”. Já na segunda onda, que se estende do pós-golpe de 1964 até a década de 1970, o argumento dominante passou a ser que o empresariado nacional seria fraco e não almejaria a aliança com os trabalhadores, pois aliado do atraso, preferindo o papel de “sócio menor do imperialismo”.

Na terceira onda de interpretações, gerada no contexto da crise da ditadura e da transição para a democracia, os trabalhos passam a sustentar a força do empresariado, manifestada, no longo prazo, no sucesso da burguesia em influenciar o processo de industrialização em todas suas fases, na sua unidade e organização para derrubar o governo João Goulart e, posteriormente, na campanha pela “desestatização” da economia e no apoio à redemocratização. Iniciada nos anos 1990, a quarta onda é a de autores brasilianistas que atestam a fraqueza política do empresariado, resultante da dificuldade crônica de eles, enquanto grupo, construírem ações coletivas em torno de plataformas unificadas. Tal debilidade política é atribuída ao sistema corporativista de representação de interesses, o qual, por sua estrutura, geraria lideranças e entidades pouco representativas dos seus setores e impediria a formação de uma entidade de cúpula capaz de agregar o conjunto dos setores empresariais.

Por fim, na quinta e mais recente onda, os trabalhos publicados na década de 2000 se contrapõem às teses brasilianistas, mostrando que, no processo de abertura econômica neoliberal dos anos de 1990, os empresários teriam apresentado, inclusive em suas entidades corporativistas, capacidade de formação de uma agenda unificada e de empreendimento de ações coletivas. Em acréscimo temporal à sistematização de Mancuso (2007), nos parece que, considerando a produção do campo na década de 2010, o foco das análises foi dirigido especialmente à relação política dos empresários com os governos petistas e a maior parte da literatura deu continuidade à tendência da quinta onda, ou seja, permaneceu interpretando o empresariado como ator político forte (BOITO, 2012, 2018; BRESSER-PEREIRA, 2015; DINIZ, 2010; IANONI, 2018; SINGER, 2015, 2018).

Outra dimensão a ser considerada na avaliação da literatura é a distribuição desigual da atenção dos estudiosos sobre os diferentes segmentos empresariais (BOITO, 2007). O setor industrial é o maior foco das análises. O setor agrário vem em seguida. Assim como o setor financeiro, a burguesia comercial, nosso objeto, é tema de um número de análises relativamente bastante reduzido. No tocante aos comerciantes como atores políticos, destacam-se os trabalhos de Paulo Roberto Costa que analisam as relações entre os padrões de ação coletiva desse segmento empresarial e os arranjos político-institucionais de diferentes momentos da história brasileira, enfocando, em um primeiro estudo, a ação da *Federação Comercial do Estado de São Paulo* junto ao Legislativo Federal na década de 1950 (COSTA, 1998) e, após, as ações daquela mesma entidade e da *Associação Comercial do Estado de São Paulo* no contexto do processo de transição política da redemocratização e início da Nova República, entre 1984 e 1994 (COSTA, 2003). Diferentemente dos trabalhos desse autor, cujo foco é concen-

trado nas relações entre organizações empresariais e regimes políticos, nosso problema se alinha a um tema mais tradicional na literatura, a saber, a relação de empresários com a política econômica de governos específicos. Em comum com Costa, a tentativa de contribuir com a diminuição da carência de pesquisas a respeito da elite empresarial do comércio.

CNC, CNDL, CACB, IDV: quem são?

Nesta seção, de forma sintética, resgatamos a história, descrevemos a organização e identificamos os principais porta-vozes das entidades representativas do empresariado comercial sobre as quais dirigimos o foco da pesquisa.

CNC

A *Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo* é a entidade sindical de grau máximo, a cúpula corporativa dos empresários do setor terciário da economia. Fundada em 1945, a entidade coordena o *Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio (Sicomércio)*, formada por 34 federações patronais (27 estaduais e 7 nacionais), que agrupam mais de mil sindicatos de diversos segmentos, entre os quais o comércio atacadista e varejista, agentes autônomos, comércio armazenador, turismo e hospitalidade e estabelecimentos de serviços de saúde. A CNC também administra o *Serviço Social do Comércio (Sesc)* e o *Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)*, que integram o chamado “Sistema S”. Como porta voz oficial do comércio diante do Estado, a CNC tem participação em diversos órgãos burocráticos, tais como o *Banco Central*, o *Conselho Interministerial de Preços*, o *Conselho Nacional de Petró-*

leo, a *Escola Superior de Guerra* e o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*.

A administração da CNC é exercida pelo conselho de representantes, formado por delegações das federações filiadas; pela diretoria, eleita trienalmente pelo conselho de representantes e composta de 50 membros; e pelo conselho fiscal, integrado por três elementos, também trienalmente eleitos pelo conselho de representantes. A diretoria é formada por um presidente, 12 vice-presidentes, três secretários, três tesoureiros e seis diretores sindicais, além dos membros suplentes. No período em tela neste trabalho, 2018-2020, a entidade é presidida por José Roberto Tadros, cujo mandato vai até 2022.

CNDL

Fundada em 1960, a *Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas* é a entidade civil de Cúpula do Sistema CNDL, que congrega as *Federações Comerciais de Dirigentes Lojistas (FDCL)* dos 27 estados brasileiros e 2.000 *Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDLs)* municipais, contando com cerca de 500 mil empresas filiadas em sua base. A entidade estipula como seus objetivos uma “representação eficiente e unificada dos interesses do varejo”, formulando “diretrizes econômicas, políticas e sociais” para dirigir o setor. Sua diretoria é composta por um presidente, 7 vice-presidentes, 23 diretores e 10 Conselheiros. A presidência é ocupada desde 2017 pelo empresário mineiro José César da Costa.

CACB

Fundada em 1912, a *Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil* é uma associação civil que congrega 27 federações estaduais de associações comerciais, industriais e agrárias, as

quais, por sua vez, são constituídas de 2.300 associações municipais, totalizando em torno de dois milhões empresários. As duas principais instâncias da entidade são o Conselho Diretor, órgão deliberativo máximo, constituído pelos presidentes das federações estaduais, e pela Diretoria, órgão executivo-administrativo formado pelo presidente e dez vice-presidentes. Desde 2016, a CACB é presidida pelo empresário acreano George Pinheiro. Os artigos de sua autoria, publicados no *website* da entidade, são a fonte que utilizamos para analisar as posições da associação.

IDV

O Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) foi fundado em 2004 por iniciativa dos empresários Flávio Rocha (*Riachuelo/Guararapes*), Luíza Trajano (*Magazine Luíza*), Marcos Gouvêa de Souza (*consultoria GS&MD*) e Artur Grynbaum (*Boticário*), unidos pela “insatisfação diante do silêncio das entidades que representavam o setor de varejo” (IDV, 2014). Inspirado no modelo do *Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria (IEDI)*, o IDV surgiu para representar o varejo como grupo de interesse frente ao poder público e também para produzir e difundir conhecimentos sobre assuntos estratégicos, com vistas a influenciar transformações sociais, políticas, econômicas, ou seja, um *think thank*.

Atualmente, o IDV conta com 74 empresas associadas,³ todas de

³São elas: *AleSat, Arezzo, Avon, B2W, Bio Ritmo, Bob's, C&A, C&C, Cacau Show, Caedu, Calvin Klein, Carrefour, Casas Pedro, Cencosud, Centauro, CSD, Cia Hering, Cybelar, Dafiti, Decathlon, DPaschoal, DPSP, Estée Lauder, Ferreira Costa, GPA, Gouvea ecosystem, Grupo Avenida, Grupo BIG, Grupo Boticário, Habib's, Inbrands, Itapuã Calçados, Kalunga, Leo Madeiras, Leroy Merlin, Livraria Cultura, Lojas Americanas, Lojas Bemol, Lojas Cem, Lojas Leader, Lojas Pompéia, Lojas Renner, Lyon, Magazine Luiza, Marisa, Marisol, McDonald's, Movida, Mundo do Cabeleireiro, Netshoes, Novo Mundo, Óticas Carol, Pague Menos, Pan-*

grande porte, o que garante significativo peso à entidade, mesmo que sua base tenha um número pequeno de empresários quando se considera o conjunto de empresas que formam setor comercial brasileiro.

A diretoria do Instituto conta com um presidente e dois vice-presidentes. No recorte temporal deste trabalho, o IDV foi presidido por Antônio Carlos Pipponzi (até abril de 2019) e Marcelo Silva, que segue no comando. O Conselho é formado por 14 membros.

Caracterização geral do governo Bolsonaro

Antes de expormos os resultados da análise dos dados, cabe uma pequena caracterização geral do governo Bolsonaro em termos de projeto e de coalizão social de sustentação.

Resultante da crise de legitimidade que acometeu o sistema político e partidário no contexto da combinação de crises e forte instabilidade experimentadas pelo país entre 2013 e 2018, o governo Bolsonaro encampa como projeto uma forma radicalizada de *neoliberalismo autoritário*. Reacionário nos costumes, autoritário na política, mercadista na economia (LYNCH, 2020). De um lado, a agenda ultra-regressiva em termos de políticas de reconhecimento, buscando restaurar as hierarquias tradicionais rígidas de dominação patriarcal e racial e reverter as tendências de modernização cultural dos costumes, *corpus* ideológico que passou a ser identificado como “olavismo” (em referências às ideias de Olavo de Carvalho) e que apresenta grande afinidade com o discurso de extrema-direita encampado por Bolsonaro em suas quase três décadas como parlamentar. De outro, a agenda econômica de aprofundamento da ofensiva neoliberal

dora, PanVel Farmácias, Pernambucanas, Petz, Polishop, Quero-Quero, Ráscal, RD, Reserva, Restoque, Ri Happy, Riachuelo, Roldão, Saraiva, Sephora, Telhanorte, Tok&Stok, Via Varejo, Via Veneto, Vivara e Zara.

iniciada no governo Temer, que visa abrir espaço para novo ciclo de acumulação de capital por meio de reformas constitucionais, desregulações, privatizações e políticas de austeridade orientadas para a redução dos custos da força de trabalho e para a desconstrução do ensaio de Estado de Bem Estar Social projetado na Constituição Federal de 1988, a qual, por “não caber no orçamento”, seria responsável estrutural pelo desequilíbrio fiscal crônico que marcaria o Estado brasileiro, conforme o diagnóstico da ortodoxia liberal (CARVALHO, 2019; DWECK, 2020).

Cimentada pela fórmula neoliberal-reacionária e pela rejeição à experiência petista, a coalizão sócio-política de sustentação do governo reúne evangélicos neopentecostais, militares, partidos de direita tradicional, mercado financeiro, ruralistas e empresários (ANDERSON, 2019; COUTO, 2021). Os evangélicos foram decisivos para a eleição de Bolsonaro e formam a principal base de apoio popular de seu mandato. Os militares, especialmente do Exército, formam a espinha-dorsal da administração federal, ocupando milhares de cargos na máquina estatal e com maior presença no gabinete ministerial do que nos próprios governos da ditadura de 1964-85. Os partidos fisiológicos de direita tradicional do Congresso Nacional, designados comumente sob a alcunha de “centrão”, preteridos ao longo de 2019 pelo governo, que em um primeiro momento não buscou formar base parlamentar estável, passaram a dar sustentação legislativa a Bolsonaro a partir da metade de 2020, quando a hipótese *impeachment* apareceu no debate público.

Entre diferentes frações do empresariado, a equipe liberal liderada pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, e pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, aparentemente ainda inspira confiança e garante grau significativo de apoio do capital a Bolso-

naro (BOITO, 2021; DEL PASSO; VALLE, 2021; ROCHA, 2020). Por conta de ser um fenômeno muito recente, com pouco mais de dois anos de duração até o momento da redação deste artigo, a literatura sobre a relação entre empresariado e o atual governo é ainda bastante incipiente. Contribuição importante para essa agenda de pesquisa é o artigo de Bortone (2020) sobre o apoio empresarial à Bolsonaro ao longo da disputa eleitoral e que apresenta como um de seus resultados a constatação de que o candidato do PSL foi “apoiado e financiado por frações empresariais, mais precisamente a burguesia comercial, do varejo” (BORTONE, 2020, p. 63). A análise que segue é, pois, em alguma medida, uma continuidade do esforço analítico iniciado por Bortone.

Os empresários do comércio e o Governo Bolsonaro: Materiais e Métodos

Para realizar este estudo, utilizamos como fonte de pesquisa materiais diversos: o *website* da CNC, onde buscamos os índices de confiança dos empresários do comércio e as “Sínteses de Conjuntura”; o *website* da CNDL, no qual buscamos as “Cartas do Presidente” desta entidade; a subseção “IDV na Mídia”, parte da seção “Sala de Imprensa” do site IDV; a subseção “Artigos”, do *website* da CACB. Nesta base empírica, buscamos comentários relativos à política econômica do governo contidos nos textos disponibilizados pelas associações. Os comentários foram então categorizados em três rótulos, que podem ser visualizados abaixo:

Também diferenciamos a nossa coleta pelo recorte temporal abarcado pelo artigo. Nesse sentido, inserimos como marco inicial o dia 05/08/2018, começo da campanha presidencial de 2018; como data

Quadro 1 — Rótulos usados na coleta do posicionamento do empresariado

Rótulo	Significado
Positivo “p”	Comentário positivo sobre a política econômica do governo
Negativo 1 “n1”	Comentário crítico à política econômica do governo
Negativo 2 “n2”	Comentário crítico a uma política econômica específica do governo, mantendo-se vinculado discursivamente ao governo

Elaborado pelos autores.

Quadro 2 — Períodos abarcados no estudo

Rótulo	Período abarcado
Período 1 “p1”	05/08/18 – 31/12/2018
Período 2 “p2”	01/01/2019 – 10/03/2020
Período 3 “p3”	11/03/2020 – 31/12/2020

Elaborado pelos autores.

inauguradora do segundo período o dia 01/01/2019, posse presidencial de Jair Bolsonaro; e o estabelecimento da Covid-19 como pandemia no território nacional como o marco do terceiro período, no dia 11/03/2020. Encerramos o período da análise ao fim do segundo ano do governo Bolsonaro.

No caso das associações empresariais, identificamos 21 temáticas referentes a proposições e demandas direcionadas ao governo. Essa identificação se deu a partir da leitura do próprio texto, conforme a construção de unidades de codificação proposta por Bardin (1979). Assim, ao invés de a unidade de análise ser uma ferramenta de busca no texto, o próprio texto produz a unidade de análise. Categorizamos estas proposições e demandas nos seguintes rótulos: a) Reforma da Previdência; b) Reforma Tributária; c) Teto de gastos; d) Reforma Trabalhista; e) Concessões e Privatizações; f) Contra a independên-

cia do BC; g) Defesa do Sistema S; h) MP da Liberdade Econômica⁴; i) Redução dos Juros; j) Reforma Administrativa; k) Alargamento do Crédito; l) Proteção às Empresas na Pandemia; m) Reabertura do Comércio na Pandemia; n) Renda Brasil; o) Gestão das Estatais; p) Cadastro Positivo; q) Combate à falsificação; r) Regulação dos Bancos; s) Regulação dos Free Shops; t) Pacto Federativo; u) Gestão das Estatais.

Resultados: As percepções dos empresários tomados individualmente

Para observar um posicionamento mais generalizado dos empresários enquanto indivíduos, incluindo todos os setores do comércio, utilizamos o “Índice de Confiança dos Empresários do Comércio” (ICEC), indicador calculado mensalmente pela CNC, tendo como base seis mil empresários localizados em todas as capitais do país. O ICEC é uma soma de três outros indicadores: o Índice de Confiança Atual dos Empresários do Comércio (ICAEC, que mede a confiança no cenário presente); o Índice de Expectativas dos Empresários do Comércio (IEEC, que mede as expectativas dos empresários quanto ao futuro) e o Índice de Intenção de Investimentos dos Empresários do Comércio (IIIEC, que mede a intenção em investir). Calculamos as médias dos quatro índices nos três períodos analisados neste artigo, como se pode ver no gráfico abaixo.

É visível, nos três ciclos, a permanência do sentimento de desconfiança. Entretanto, ele é consideravelmente menor no período do pri-

⁴Medida Provisória 881/2019. Propunha diminuir a intervenção do Estado sobre a atividade econômica, através do estabelecimento de princípios e garantias do particular sobre o público; além de flexibilizar as normativas sobre o estabelecimento de contratos privados, a abertura de pequenos negócios e sobre os preços.

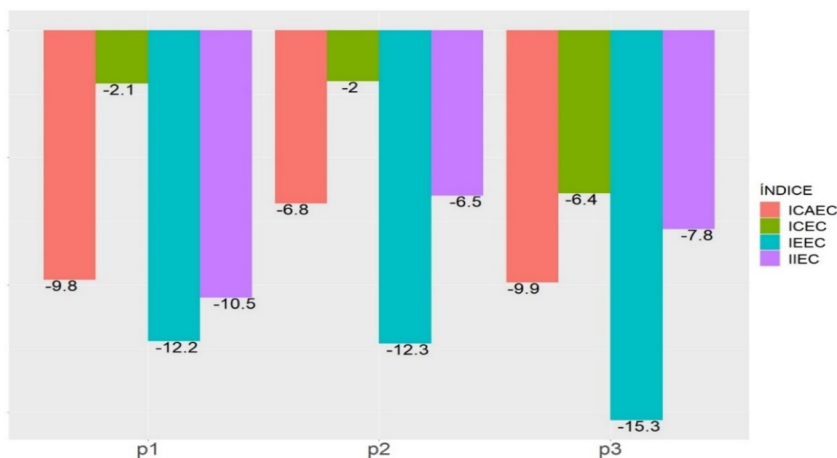


Gráfico 1 — Variação nos índices que compõem o Índice de Confiança dos Empresários do Comércio nos três períodos elencados no artigo
Fonte: CNC (2021a). Elaborado pelos autores.

meiro ano de governo, anterior à pandemia. A partir disso, é possível robustecer a ideia de que havia considerável simpatia às reformas e às medidas do governo, especialmente quando observados os índices referentes ao presente (ICAEC e IIEC), os que mais variam no inter-regno p2. Ou seja, o que mais variou durante todo o período de agosto de 2018 até dezembro de 2020 foi o desejo de investir e a confiança na situação política corrente.

As percepções das associações

Para medir a percepção geral das associações comerciais em relação ao governo Bolsonaro, selecionamos os seguintes documentos. No caso da CNC, analisamos as 53 “Sínteses de Conjuntura” publicadas no período. As Sínteses, de autoria do ex-ministro da Fazenda Ernane Galvêas, são publicadas quinzenalmente no site da entidade. Em relação ao CNDL, nos debruçamos sobre 24 documentos intitu-

lados “Palavra do Presidente”, escritos mensais do líder executivo da entidade. Também analisamos as notícias presentes no “IDV na Mídia”/“Sala de Imprensa”, do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV). Enfocamos 43 destas notícias, de diferentes veículos de mídia, em que dirigentes do IDV ou varejistas associados ao Instituto dão declarações quanto à conjuntura econômica. No caso do IDV, encontramos notícias apenas a partir do ano de 2019, ou seja, nos recortes “p2” e “p3”. Por último, escrutinamos os textos publicados na seção “Artigos”, do *website* da CACB, os quais são assinados pelo empresário acreano George Pinheiro, presidente da entidade.

Com base nesse conjunto de fontes de coleta de declarações, chegamos à identificação da evolução valorativa do discurso empresarial que se observa no segundo gráfico:

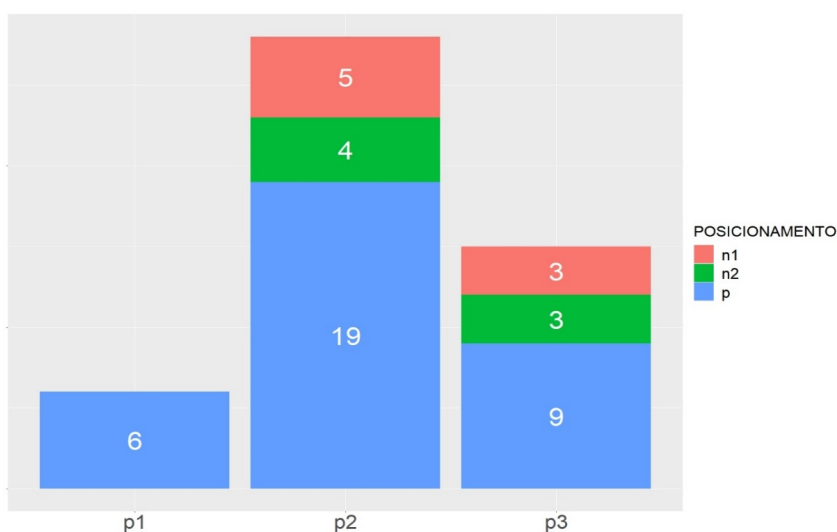


Gráfico 2 — Evolução do tipo de posicionamento apresentado nos documentos estudados da CNC, do CND, do IDV e do CACB
Fonte: CNC (2021), CNDL (2021), IDV (2021), CACB (2021). Elaborado pelos autores.

É possível notar no discurso das associações uma elevada presença de comentários positivos em relação à política econômica do governo. O indicador positivo tem presença maior que a soma dos dois indicadores negativos. O período “p1” aparece integralmente positivo, mas cabe frisar que, pela não presença do IDV no *corpus*, o seu *n* de análise é muito pequeno. Nos casos “p2” e “p3” há um aumento na proporção de comentários negativos em relação aos positivos, embora seja notável a redução no volume de posicionamentos a partir de “p3”. Em comparação ao primeiro ano de mandato, no período pandêmico, aparentemente, as associações optaram por uma postura mais silenciosa, portanto.

Nos excertos seguintes, passamos a abordar as proposições apresentadas por cada uma das associações durante os três recortes temporais. É importante fazer esta separação no eixo propositivo pelo alto grau de diferença substantiva existente entre as diferentes entidades analisadas. Assim, também, pode-se compará-las e identificar o grau de unidade e/ou divergência que apresentam.

“Síntese de Conjuntura”, da Confederação Nacional do Comércio (CNC)

As “Sínteses” da CNC são escritas pelo ex-ministro da Fazenda Ernane Galvêas. No seu corpo, além de comentários axiomáticos quanto à política econômica, existem também seções de indicadores econômicos e a apresentação de notas noticiosas, sem exposição de posicionamento do autor. São publicadas quinzenalmente. Algumas das edições circulam como parte de outro documento da CNC, a “Carta Mensal”, que apresenta também textos de natureza histórica e filosófica sobre a política e o comércio brasileiro. Nas “Sínteses”, é notória a presença da defesa das reformas, especialmente a previdenciária e tributária, como agenda imperante da Confederação no período

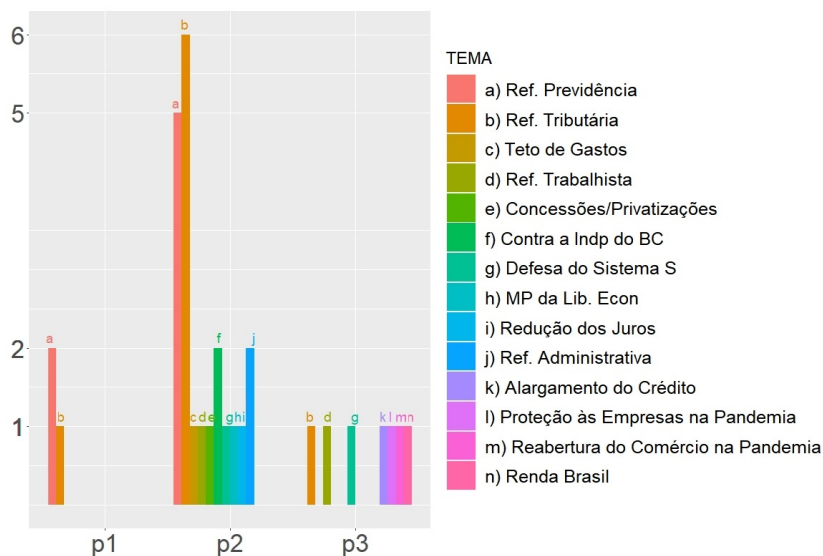


Gráfico 3 — Proposições econômicas presentes nas "Sínteses de Conjuntura" da CNC

Fonte: CNC (2021). Elaborado pelos autores.

pré-eleitoral e durante o primeiro período do mandato de Bolsonaro, em 2019. A Confederação defende suas próprias visões de reforma. Quanto à previdência, defende a junção dos regimes públicos e privados e a idade mínima. Quanto à reforma tributária, é partidária da fusão de impostos, além da priorização da desoneração da folha. Com a aprovação da reforma da previdência, em 2019, Galvêas chegou a afirmar que a reforma tributária seria ainda mais relevante que a previdenciária. Outro elemento importante é o apoio à MP da Liberdade Econômica.

Além das reformas, Galvêas faz defesas de interesse de fração de classe específicos. A CNC, parte do Sistema S, elabora críticas tenazes às propostas do governo de reduzir os repasses ao Sistema, apresentando argumentos econômicos em favor dos benefícios de manter

o Sistema. É digna de nota também a presença, nos textos, de críticas à proposta de independência formal do Banco Central, indício de conflitos com a fração financeira da burguesia, principal defensora da medida.

No que tange à pandemia, são poucas as situações em que a CNC defende de maneira propositiva medidas de socorro ao comércio ou reabertura do comércio. Como é perceptível no gráfico 3, o fenômeno mais notável é o silêncio público: diminuem consideravelmente as proposições e os diálogos diretos com o governo em relação ao período anterior.

“Palavra do Presidente”, da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL)

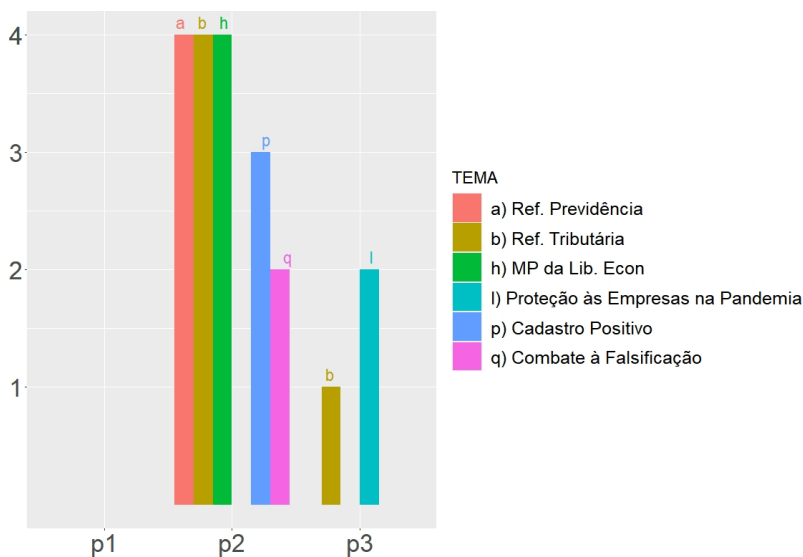


Gráfico 4 — Proposições econômicas elencadas pela “Palavra do Presidente” da CNDL

Fonte: CNDL (2021). Elaborado pelos autores.

A “Palavra do Presidente” é um texto curto, de caráter institucio-

nal. Nele, o presidente se dirige aos associados, tratando de muitos temas específicos não-políticos, como a importância de certas datas comemorativas para o comércio, a “força da mulher lojista” etc. Entretanto, é possível identificar algumas reivindicações nestes documentos.

No período eleitoral, o CNDL se absteve dos debates eleitorais, limitando-se à defesa genérica do retorno do crescimento econômico. No primeiro ano de mandato, porém, o presidente da associação deixa claro que conta com “um governo e um Congresso Nacional alinhados aos nossos ideais, favoráveis ao nosso setor e às nossas demandas” (COSTA, 2019a). Esse alinhamento se dá por um endosso repetido às reformas da previdência e tributária e à MP da Liberdade Econômica. Há também a publicização de pautas específicas de interesse corporativo dos lojistas, como o combate à pirataria e a implementação do Cadastro Positivo, programa de cadastros unificados das centrais de cobrança para reduzir a inadimplência. No relato de uma reunião com o governo sobre essa pauta, encontramos uma passagem significativa: “Pautas importantes para o Sistema CNDL (...) nos conferiram um status inédito junto às autoridades políticas, ao alto escalão do Governo Federal e à mídia nacional” (COSTA, 2019b).

No período 3, com a Covid-19, o discurso da CNDL reduziu sua dimensão propositiva. Um ponto notório é que, somado à solicitação por auxílio da parte do governo para as empresas, o CNDL propôs que o comércio se mantivesse fechado: “Tornou-se fundamental sensibilizar o setor varejista para o fato de que o número de pessoas infectadas só será baixo se o contato for evitado” (COSTA, 2020). Como socorro aos empresários, o CNDL demandou a suspensão do recolhimento de impostos como o ICMS e o ISS e a suspensão dos contratos de trabalho, com acesso ao seguro-desemprego.

Tabela 1 — Quantidade de declarações por empresário declarante nas notícias presentes na “Sala de Imprensa” do IDV

Declarante	N
Marcelo Silva (pres IDV 19/20)	11
Flávio Rocha (<i>Riachuelo</i>)	10
Antonio C. Pipponzi (<i>Drogasil</i> / pres IDV 18/19)	6
Luiza Trajano (<i>Magazine Luiza</i>)	5
Sérgio Zimmerman (<i>Petz</i>)	2
Abílio Diniz (<i>Península</i>)	1
Marcelo Pimentel (<i>Marisa</i>)	1
João C.Brega (<i>Whirpool</i>)	1

Fonte: IDV (2021). Elaborado pelos autores.

“Sala de Imprensa”, do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV)

Como as notícias compiladas no *clipping* “IDV na mídia” da “Sala de Imprensa” do IDV não contemplam apenas declarações dos presidentes da entidade, mas também de empresários filiados ao Instituto, elaboramos uma tabela que demonstra quem fez as declarações e em que quantidade.

Excetuando Marcelo Silva e Antônio Pipponzi, presidentes do IDV durante os períodos avaliados, nota-se a ampla participação de Luiza Trajano e, especialmente, de Flávio Rocha como porta-vozes do grupo.

No período 2, primeiro ano do mandato de Bolsonaro, é possível identificar um enfoque intenso na agenda das reformas, especialmente a previdenciária e tributária. Algumas das notícias selecionadas indicam pressões para que governo e Congresso acelerem a aprovação e implementação delas: “o adiamento das reformas econômicas prometidas pode, aos poucos, minuar o capital político adquirido pelo governo Jair Bolsonaro (PSL)” (CUNHA; SOPRANA, 2019). Em al-

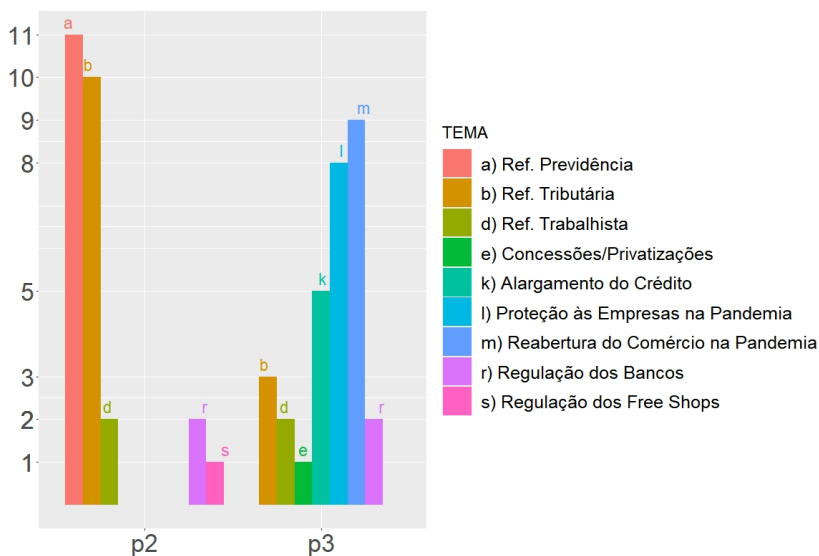


Gráfico 5 — Proposições econômicas trazidas pelas notícias encontradas na "Sala de Imprensa" do IDV

Fonte: IDV (2021). Elaborado pelos autores.

gumas das notícias, os empresários apontam como "relativo" o apoio a Bolsonaro, temendo que ele não constitua maioria para conseguir as reformas (SCARAMUZZO et al, 2019). Quanto à Reforma Tributária, os varejistas do IDV se apresentam como contrários às propostas circulantes na Câmara, defendendo a proposição do então secretário da Receita Federal Marcos Cintra: o retorno de uma espécie de CPMF e a desoneração da folha de pagamentos (ROCHA, 2020).

Durante o período pandêmico, a agenda das reformas segue sendo pautada, mas é bastante ofuscada pelas questões impostas pela emergência sanitária. De início, os empresários do IDV demandaram auxílio ao setor e abertura gradual e segura (MATTOS, 2020). Em pouquíssimo tempo, o tom dos empresários ligados ao IDV passou a ser dotado de maiores tons de impaciência, chegando ao ponto de ame-

açar demissões em massa caso o comércio não pudesse abrir (WIZI-ACK, 2020). Todas as notícias posteriores apontam uma cobrança intensa pela reabertura, criticando a adoção do isolamento como estratégia de combate.

Outro elemento que se acentuou na pandemia foi a crítica do Instituto ao setor financeiro. Em 2019, o IDV já havia criticado o excesso de concentração do setor bancário e seus efeitos para o encarecimento do crédito fornecido ao setor produtivo (EMPRESÁRIOS, 2019). Em 2020, o *think thank* passou a defender a intervenção do governo para forçar o setor financeiro a alargar o crédito fornecido (ESTÃO, 2020; ANDRADE, 2020). Também aparecem, no discurso dos empresários ligado ao instituto, questões corporativas específicas, como a defesa de restrição para a atuação de *free shops* em aeroportos.

“Artigos”, da *Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)*

No período eleitoral, o CACB foi claramente a entidade mais explícita em seu apoio ao candidato da extrema-direita, se apresentando publicamente como “aliada de primeira hora ao candidato Jair Bolsonaro” (PINHEIRO, 2018). Há nesses textos forte reivindicação das reformas, colocadas no plural e sem especificar quais, afirmando que, sem elas, a economia não andaria.⁵ Cabe notar um elemento excepcional dessa entidade: a defesa de uma melhor gestão das estatais, sem mencionar a sua privatização (PINHEIRO, 2019a), distintamente que aparece em entidades como o IDV e a CNC, que pautam diretamente as privatizações. No primeiro ano do governo, o apoio ao governo é mantido. Em relação à reforma da previdência, George Pinheiro de-

⁵Em relação aos dados apresentados no gráfico 6, contamos as citações pelas “reformas” como a Reforma Administrativa, a Reforma da Previdência e a Reforma Tributária. Após a aprovação da Reforma da Previdência, contamos apenas a Administrativa e a Tributária.

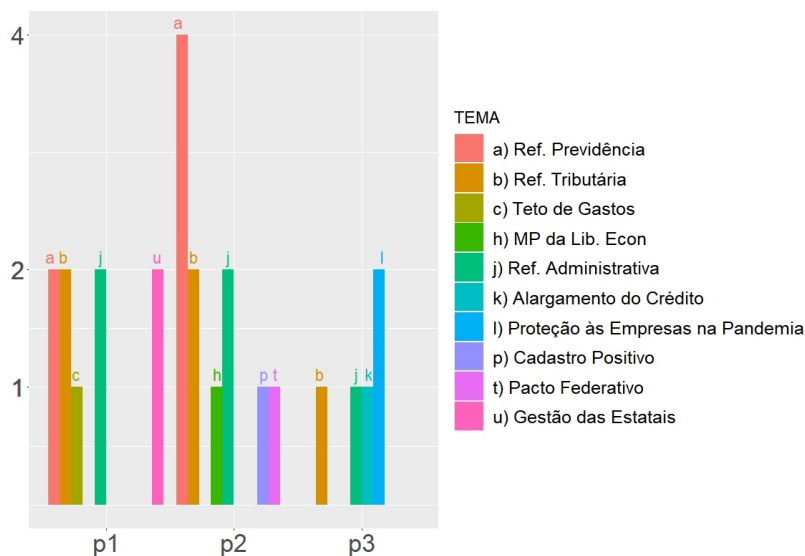


Gráfico 6 — Proposições econômicas trazidas pelos textos da seção "Artigos", da CACB

Fonte: CACB (2021). Elaborado pelos autores.

fende a integridade do modelo proposto pelo governo, pleiteando que ele não seja desidratado (PINHEIRO, 2019b). Também comemoraram a aprovação do Cadastro Positivo, pauta setorizada dos varejistas (PINHEIRO, 2019c). Outro elemento importante, que aparece com frequência particularmente forte nessa entidade, é a defesa da reforma do pacto federativo (PINHEIRO, 2019d).

Assim como a CNC, o período 3, da pandemia, representou uma considerável queda na quantidade de posicionamentos da CACB. Neste, foram publicados apenas dois textos, ambos defendendo o uso de recursos públicos para salvar empresas da falência, inclusive traçando um paralelo entre essa transferência de recursos e o auxílio emergencial (PINHEIRO, 2020a; 2020b). Estes dois textos foram publicados nos meses de março e maio de 2020, ou seja, na fase ini-

cial da pandemia. A seção de artigos só voltou a ser atualizada em 2021, fora de nosso recorte temporal. Em resumo, não há demanda pelo retorno das atividades comerciais porque o CACB se absteve de se posicionar publicamente durante todo o primeiro ano da pandemia.

Conclusões

Abrimos este trabalho questionando se há uma coesão entre os empresários do comércio brasileiro em relação ao governo Bolsonaro que nos permita considerá-los como uma fração autônoma da burguesia que disputa hegemonia no bloco do poder. A partir da análise dos documentos de quatro entidades comerciais, não conseguimos chegar a um resultado conclusivo. Há, por um lado, grande multiplicidade de pautas circulantes que parecem não garantir uma unidade. Por outro, a pauta unitária que aparece no discurso das associações é a defesa das reformas neoliberais, mas estas não podem ser consideradas o programa específico de uma burguesia comercial, pois são bandeiras gerais das frações da burguesia em seu conjunto, visando a ampliação de sua acumulação, como apresentado por Wetherly (2008), em sua polêmica com autores de matrizes poulantzianas. Pode-se considerar também, como hipótese interpretativa, que essa dificuldade de identificar uma agenda unitária própria do setor comercial que não se reduza a um miríade de demandas corporativas específicas de determinados segmentos nem se dilua em pautas gerais da burguesia no seu todo, resulte de uma espécie de divisão de trabalho político interna tácita entre as associações, em que algumas entidades vocalizam publicamente as demandas e outras, embora nem sempre se manifestem diretamente, prestam apoio passivo velado a elas.

Aqui ainda restam, portanto, mais dúvidas que certezas para nossa

pesquisa. Tampouco é possível observar uma ação coordenada que unifique os comerciantes como fração de classe que disputa hegemonia do bloco no poder — porém, isso talvez diga mais respeito ao limite de nosso método de análise de conteúdo de produções discursivas do que aos desdobramentos concretos do fenômeno em si. Ausência de evidência não é necessariamente evidência de ausência. Desse modo, os dados empíricos levantados na pesquisa, até o presente momento, não nos permitem nem corroborar nem falsear completamente nossa primeira hipótese: a dimensão discursiva da atuação política das entidades do empresariado comercial, objeto de análise deste artigo, não nos permite conceituá-la nem descartá-la como uma fração de classe com efeitos políticos pertinentes. Para tanto, precisamos aprofundar a pesquisa e utilizar também outros métodos que permitam captar as formas concretas de ação coordenada dos empresários do segmento diante do Estado.

No período eleitoral de 2018 é visível que, entre as entidades, a postura é institucional e mais comedida, mas não se verificam críticas ao candidato e elas manifestam forte otimismo com a agenda de reformas neoliberais prometidas por Paulo Guedes. Uma exceção notória é a CACB, que expressa publicamente seu apoio efusivo à eleição de Bolsonaro.

Durante o primeiro ano de mandato, 2019, se por um lado a média dos índices de confiança registram uma avaliação negativa do setor sobre o desempenho da atividade econômica, por outro, há oscilação positiva nos índices presentes em relação ao ano anterior. Nesta toada, as entidades associativas demonstram grande apoio à agenda econômica do governo, especialmente no caso da Reforma da Previdência e da MP da Liberdade econômica. Outra reivindicação constante e explícita é por uma Reforma Tributária capaz de simplificar e desbu-

rocratizar o sistema de impostos, bem como diminuir a carga de tributos. A postura dos comerciantes em relação à reforma tributária não é meramente de apoio passivo aos desenhos projetados pelo governo. São ativos e propositivos, pautando medidas mais detalhadas. Além das reformas econômicas gerais, interesses específicos e corporativos movem as entidades, como a defesa do Sistema S, o Cadastro Positivo, a regulação dos *Free Shops* e o combate à pirataria. Observa-se, também, uma fricção do setor com a fração bancária da burguesia em torno de demandas como a ampliação do acesso ao crédito. A CNC se insurge em mais de um momento contra a proposta de independência formal do Banco Central. Os empresários do IDV defendem a redução da concentração do setor bancário através de regulação estatal.

No contexto da pandemia de Covid-19, as entidades e os empresários individuais são uníssonos na demanda por socorro estatal diante da paralisia da atividade econômica produzida pelo vírus e pelas políticas de isolamento. Aumento da oferta e redução do custo do crédito, flexibilidade na cobrança de tributos, ajuda governamental no pagamento de salários e flexibilizações emergenciais da legislação trabalhista são algumas das pautas unificantes do setor no período 3 da análise.

Quanto às medidas de isolamento, os dados em um primeiro momento contrariam e em um segundo momento atestam nossa hipótese inicial. Nos primeiros meses, entidades e empresários apoiaram as medidas de isolamento e adotaram um discurso de respeito às recomendações científicas, considerando que seria inócuo reabrir as empresas sem controlar o vírus, pois o medo da população deprimiria a demanda. Porém, em um segundo momento, quando começa a ficar evidente que a pandemia teria uma duração maior do que se supunha no início, o setor começa a dividir-se, e uma parte cada vez mais ex-

pressiva dos empresários passa a ser crítica às medidas de isolamento por conta de seu impacto econômico — postura vocalizada especialmente pelo IDV.

Há uma tendência de apoio passivo ao modo Bolsonaro de tratar a pandemia. É um momento em que se observa também um silêncio público maior por parte de porta-vozes das entidades, talvez por conta da divisão de posições em suas bases de associados. Podemos aqui extrair um novo caminho investigativo interessante, tendo em vista que o IDV parece ser o grupo de pressão que mais se adequa aos postulados apresentados nas hipóteses investigativas desse estudo.

Temos consciência, porém, que esses resultados são apenas a primeira de uma série de aproximações sucessivas que devemos fazer para entender a complexidade do nosso objeto. Restam, ademais, uma série de questões que não temos condições de responder até o presente momento e que formam uma agenda de pesquisa para nós e para os demais pesquisados com interesse no tema. O governo foi responsivo às demandas apresentadas pelos empresários do comércio? Qual o grau de sucesso da agenda do setor? Caso não tenha sido, as ações do governo foram mais alinhadas com outra fração da burguesia que não o empresariado comercial? Se compararmos a relação do governo com as diferentes frações burguesas, o comércio de fato apresenta uma relação especial? Os empresários agiram de alguma forma para pressionar por suas demandas? Se sim, como? Se não, por quê?

Referências

ANDERSON, Perry. “O Brasil de Bolsonaro”. *Novos Estudos — CEBRAP*, São Paulo, v. 38, nº1, jan-abr. 2019, p. 215-254.

ANDRADE, Lucas Emanuel. “Retomada vai depender da eficiência das medidas econômicas”, diz presidente do IDV. *MoneyReport*. São Paulo, 08

de abr de 2020. Disponível em: www.idv.org.br. Acesso em: 18/05/2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1979.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. “Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: Poder estrutural, contradição e Ideologia”. *Revista de Economia Política*, Rio de Janeiro: UFRJ, n. especial, p. 1-63, mar. 2017.

BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes; 2002.

BOITO JR, Armando. “Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder”. In BOITO JR, A. (Org.); GALVÃO, A. (Org.). *Política e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. “O caminho brasileiro para o fascismo”. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 34, p. 1-23, 2021.

_____. *Reforma e crise política no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

_____. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. *Revista de Sociologia Política*, nº 28, Curitiba, Junho, 2007.

BORTONE, Elaine de Almeida. “Frações do empresariado em campanha pró-Bolsonaro”. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 14, nº 1, p. 60-83, jan.–abr., 2020. Disponível em: seer.ufrgs.br. Acesso em: 07. dez. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2015.

CARVALHO, Laura. Fundamentalismo de mercado pode ser calcanhar de Aquiles de Bolsonaro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 dez. 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 07 mai. 2021.

CNC. *Website* da Confederação Nacional do Comércio de bens, serviços e turismo. *Índice de Confiança dos Empresários do Comércio*. Disponível em: www.portaldocomercio.org.br. Acesso em: 17/05/2021.

CNC. *Website* do Sindicombustíveis Resan. *Síntese de Conjuntura da CNC*. Disponível em: www.resan.com.br. Acesso em: 17/05/2021.

CNC. *Website* da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). *Quem somos? Páginia Inicial*. Disponível em: www.portaldocomercio.org.br. Acesso em: 03 ma. 2021.

CNDL. *Website da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL). Palavra do Presidente*. Disponível em: site.cndl.org.br. Acesso em: 17/05/2021.

CNDL. *Website da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL). Quem somos?. Página Inicial*. Disponível em: site.cndl.org.br. Acesso em: 02 mai. 2021.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise socialista da política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, p. 243-270.

COSTA, Paulo Roberto Neves da. *Democracia nos anos 50: burguesia comercial, corporativismo e parlamento*. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. *Empresariado e democracia no Brasil (1984-1994)*. Campinas, Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2003.

COSTA, José César da. “Destravando as amarras que travam o desenvolvimento do varejo”. *Palavra do Presidente*. 01 de ago. de 2019a. Disponível em: site.cndl.org.br. Acesso em: 18/05/2021.

_____. “Um salto em 2019 com desafios superados”. *Palavra do Presidente*. 03 de dez. de 2019b. Disponível em: site.cndl.org.br. Acesso em: 18/05/2021.

_____. “Passaremos por mais esta crise”. *Palavra do Presidente*. 02 de abril de 2020. Disponível em: site.cndl.org.br. Acesso em: 18/05/2021.

COUTO, Cláudio. Do governo-movimento ao pacto militar-fisiológico. In: AVITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021, p. 35-50.

CUNHA, Joana; SOPRANA, Paula. Há receio de que ocorra paralisia no país, diz presidente do conselho da Raia Drogasil. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 28 de mar de 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 18/05/2021.

DEL PASSO, Octávio Fonseca; VALLE, André Flores Penha. As frações burguesas e o governo Bolsonaro. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Edição 168, 1. Jul. 2021. Disponível em: diplomatique.org.br. Acesso em: 02/08/2021.

DINIZ, Eli. Empresariado industrial, representação de interesses e ação polí-

tica: trajetória histórica e novas configurações. *Revista Política e Sociedade*, Florianópolis, Ano 9, n. 17, out. 2010. Disponível em: www.plataformademocratica.org. Acesso em: 20 jun. 2020.

DWECK, Esther. A agenda liberal em marcha forçada. In: AVITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (Orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021, p. 241-254.

EMPRESÁRIOS de varejo apresentaram proposta de simplificação tributária a Guedes. *Isto é*. São Paulo, 01 de fev de 2019. Disponível em: istoec.com.br. Acesso em: 18/05/2021.

ESTÃO apagando fogo com gasolina. *Agência Estado*. São Paulo, 07 de mai de 2020. Disponível em: www.idv.org.br. Acesso em: 18/05/2021.

IANONI, Marcus. *Estado e coalizões no Brasil (2003-2016): social-desenvolvimentismo e neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2018.

IBEVAR. *Website* do Instituto Brasileiro de Executivos do Varejo e de Mercados de Consumo (IBEVAR). *Ranking IBEVAR-FIA 2019*. 2019. Disponível em: www.ibevar.org.br. Acesso em: 21/05/2021.

IDV. *Website* do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV). *Sala de Imprensa, IDV na Mídia*. Disponível em: www.idv.org.br. Acesso em: 17/05/2021.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. *Política e interesses: as associações industriais, a política econômica e o Estado na industrialização brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LYNCH, Christian. A utopia reacionária do governo Bolsonaro (2018-20). *Revista Intelligentsia*, Rio de Janeiro, Ed. 89, p. 21-44, abr.-jun. 2020. Disponível em: insightinteligencia.com.br. Acesso em: 08. mai. 2021.

MANCUSO, Wagner Pralon. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 28, p. 131-146, jun. 2007.

MATTOS, Adriana. Varejo cobra retomada de operação veloz “assim que houver esperança”. *Valor Econômico*. São Paulo, 24 de mar de 2020. Disponível em: www.idv.org.br. Acesso em: 18/05/2021.

PINHEIRO, George. “#Confiamos nele”. *Artigos do Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil*. 31 de out

de 2018. Disponível em: cacb.org.br. Acesso em: 19/05/2021.

_____. “Chegou a hora do desapego”. *Artigos do Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil*. 11 de jan de 2019a. Disponível em: cacb.org.br. Acesso em: 20/05/2021.

_____. “A reforma não pode ser desidratada”. *Artigos do Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil*. 13 de mar de 2019b. Disponível em: cacb.org.br. Acesso em: 20/05/2021.

_____. “O efeito multiplicador do Cadastro Positivo”. *Artigos do Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil*. 31 de mai de 2019c. Disponível em: cacb.org.br. Acesso em: 21/05/2021.

_____. “O Brasil voltará a crescer, mas ainda é preciso comprometimento”. *Artigos do Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil*. 06 de nov de 2019. Disponível em: cacb.org.br. Acesso em: 22/05/2021.

_____. “O risco do coronavírus às empresas brasileiras”. *Artigos do Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil*. 13 de mar de 2020a. Disponível em: cacb.org.br. Acesso em: 23/05/2021.

_____. “O Brasil precisa assumir os riscos da guerra do Coronavírus”. *Artigos do Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil*. 09 de mai de 2020b. Disponível em: cacb.org.br. Acesso em: 23/05/2021.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2019.

ROCHA, Marco Antônio. As frações de classe que sustentam o bolsonarismo. *Revista Jacobin Brasil*, 28. mai. 2020. Disponível em: jacobin.com.br. Acesso em: 02/08/2021.

SCARAMUZZO et al. Empresários entram no corpo a corpo para fazer pressão pela Previdência. *Istoé*. São Paulo, 31 de mar de 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 18/05/2021.

SCHMITTER, Phillipe. *Interest Conflict and Political Change in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1971.

SILVA, Danielle Costa; RIBEIRO, Renata Aluquerque; CARVALHO, Tássica Camila de Oliveira. A análise de conteúdo de pronunciamentos oficiais

como metodologia interpretativa da política externa brasileira. *Revista Eletrônica de Ciência Política — RECP*, v. 6, nº 2, p. 346-363, 2015.

SINGER, André Vitor. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos — CEBRAP*, São Paulo, n. 102, p. 39-67, jul. 2015.

_____. *O Lulismo em crise: um quebra-cabeça do Governo Dilma*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

TROIANO, Mariele. O que tem sido produzido sobre empresários no Brasil?. In: II Semana de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar, 2014, São Carlos. *Anais da II Semana de Pós-Graduação em Ciência Política*, 2014.

WETHERLY, Paul. Can capitalists use the state to serve their personal interests? In: WETHERLY, Paul; BARROW, Clyde W.; BURNHAM, Peter. *Class, Power and the State in Capitalist Society Essays on Ralph Miliband*. Nova York: Palmgrave Macmillian, 2008.

WIZIACK, Júlio. Varejistas informam Bolsonaro de que vão demitir se lojas não forem abertas. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 29 de mar de 2020. Disponível em: www.idv.org.br. Acesso em: 18/05/2021.

Resumo:

Neste trabalho buscamos analisar a relação do empresariado comercial com o governo Bolsonaro, entre os anos de 2018 e 2020. Metodologicamente, o artigo realiza uma análise de conteúdo das manifestações discursivas de quatro das mais importantes associações do empresariado comercial do Brasil. Como resultado, identificamos haver forte apoio às reformas liberais, de maneira ativa, pautando formas específicas nestas reformas e um engajamento favorável ao governo, no período eleitoral e em seu primeiro ano. Também identificamos que os comerciantes se mobilizaram ativamente por pautas específicas do setor. Quanto à pandemia foi possível observar que todas as associações defenderam a necessidade de ajuda por parte do governo para os empresários, mas somente no Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) identificamos pressão pela reabertura do comércio.

Palavras-chave: Bolsonaro; Comércio; Empresários; Economia; Pandemia

Abstract:

In this essay, we seek to analyze the relationship of Brazilian commercial entrepreneurs with the Bolsonaro government, between the years 2018 and 2020. Methodologically, the article carries out a content analysis of the discursive manifestations of four of the most important associations of commercial entrepreneurs in Brazil. As a result, we identified that there was strong support for liberal reforms, actively guiding specific forms of these reforms and a favorable engagement with the government, in the electoral period and in its first year. We also identified that merchants were actively mobilized for specific agendas in the sector. As for the pandemic, it was possible to observe that all associations point to the need for help from the government for businessmen, but only at the Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) we identify pressure for the reopening of tail stores.

Keywords: Bolsonaro; Trade; Entrepreneurs; Economy; Pandemics.


Recebido para publicação em 25/08/2021.
Aceito em 01/02/2022.

// Artigos

O controle de recursos públicos como dimensão da “guerra cultural”: o caso do Edital PRODAV

Henrique Rodrigues Moreira

Universidade Federal Fluminense, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-0731-4315>

henriquerm@id.uff.br

Introdução

Dia primeiro de janeiro de 2019. O senhor de 63 anos e de poucas habilidades com as palavras sobe ao púlpito do Congresso Nacional para se dirigir à Nação e às demais autoridades republicanas presentes na cerimônia de posse. Em seu discurso de aproximados dez minutos, fala em “unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores”; diz, em sequência, que “o Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas” (BOLSONARO, 2019). Neste trecho, Jair Messias Bolsonaro, o recém-eleito trigésimo oitavo Presidente da República, oitavo desde a redemocratização, resumia o

seu “programa” da corrida eleitoral, um pouco da sua atuação política em décadas de vida pública, e os desafios que imporia às instituições republicanas a partir daquele primeiro dia de mandato.

A eleição de Bolsonaro é mais um episódio demonstrativo de que o Brasil tem passado por transformações aceleradas e profundas nos últimos anos. Fruto de embates políticos dramáticos e processos sociais complexos, o Brasil recente oferece tantas alternativas de análises possíveis quantos problemas a investigar, compreender e intervir. Por vezes, não só nossas formas de aproximação e mensuração divergem, mas, também, nossas conclusões e assertivas. É com base numa dessas divergências que busco estabelecer algumas discussões a seguir.

As últimas eleições presidenciais, ocorridas em 2018, trouxeram fortes embates de opiniões sobre problemas nacionais de longa data, tais como a pobreza, a injustiça social e econômica, o desemprego, o trabalho informal e indigno que afeta parcelas significativas da população; a derrocada da economia, o desvio indevido e criminoso de recursos públicos por políticos e agentes públicos em conluio com instituições privadas corruptas, as deficiências do serviço público e o papel do Estado ante todos esses problemas.

Por outro lado, a agenda pública também foi tomada por assuntos que se antes pareciam periféricos, agora se apresentam no centro das discussões políticas. Deste modo, principalmente após os desdobramentos dos levantes sociais em 2013, pautas como a legalização do aborto, da maconha, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e políticas públicas destinadas à população LGBTQI+, o uso do nome social por pessoas transgênero, os conflitos étnico-raciais, conflitos religiosos e outras pautas entendidas como sendo da ordem dos “costumes”, da “moral” e do “comportamento” passaram a ter demasiada relevância na disputa política, nas corridas eleitorais e nas relações

sociais estabelecidas tanto no âmbito privado quanto no âmbito público, bem como a traçar espaços de conflito nas políticas de Estado. Não é que essas discussões sejam completamente novas; é que nesta conjuntura elas foram assuntos incontornáveis.

Foi assim que em 2018 termos como “ideologia de gênero”, “mameadeira de piroca”, “kit *gay*”, “conservadorismo”, “esquerdismo”, “marxismo cultural” e tantos outros fizeram a farra no vocabulário nacional, disputando espaço com assuntos considerados usuais, tais como: orçamento público, economia, emprego, saúde, segurança pública, educação etc.

Nítido que a corrida eleitoral de 2018 e de todos os processos e desdobramentos políticos dos últimos anos que montaram o cenário, personagens, ritos e códigos dos anos recentes foram fortemente ditados por estas “pautas dos costumes”. A surpresa é que após o pleito de 2018 alguns/algumas comentaristas ainda encarem estas pautas e declarações públicas em sua órbita com certa descrença e com um papel secundário. De variáveis possíveis que ajudaram a definir o resultado eleitoral estas pautas ganharam — da parte de alguns/algumas analistas — o *status* de mera estratégia de distração das pautas tradicionais. É do incômodo com este rótulo e com uma possível miopia sociológica que o trabalho a seguir toma corpo e forma.

O presidente que em seu discurso de posse disse que iria livrar o país das “amarras ideológicas”, da “submissão ideológica” e que comporia um governo “técnico” (BRASIL, 2019) demonstrou incansável disposição em recorrer a atos administrativos, ele próprio e o time de Ministros e Ministra nomeados/as por ele, para impor suas próprias ideologias na agenda governamental e utilizar de instrumentos e instituições do governo para constranger ou perseguir aqueles/as cujas “ideologias” são divergentes.

Ante os impasses do programa de governo e com a pauta dos “valores” explícita e escancarada, surgiu-se a interpretação de que o governo seria resumido em uma “guerra cultural” e ao uso frequente de “cortinas de fumaça” que, ora mascaravam a incompetência do chefe do executivo em propor ações governamentais, ora roubava a atenção da opinião pública desviando o foco de ações governamentais que poderiam ensejar grandes resistências.

O caso do BRDE/FSA PRODAV de 2018 é bastante ilustrativo da discussão. No centro do debate há acaloradas disputas ideológicas e morais, mas, também, uma disputa pela distribuição dos recursos públicos. Uma face cultural, moral, simbólica, ideológica; uma face econômica.

Recuperando o caso do edital, pretende-se demonstrar que a atuação da gestão Bolsonaro e do bolsonarismo como um todo é composta por essa bivalência, cuja disputa em torno de temas controversos, “morais”, ou o que se tem chamado de “guerra cultural”, também tem uma agenda econômica muito própria, sendo um desperdício teórico seccionar a discussão em dois polos distintos que não tenham nunca um a ver com o outro.

Em primeiro lugar, iremos localizar um pouco a discussão que tem sido feita e demarcar algumas das conclusões teóricas; em segundo lugar, para demonstrar que os ataques do governo Bolsonaro aos grupos LGBTQI+ não podem ser lidos como mera estratégia de comunicação, “cortina de fumaça” ou “distração”, apontaremos o longo processo histórico de oposição do próprio Bolsonaro com tais grupos, demonstrando que as medidas tomadas pelo governo que os afetem são a consumação, possibilitada pelo acesso ao poder, de um processo de construção relacional de longa data.

Num terceiro momento, iremos apontar os fatos em torno do caso

do edital; num quarto momento, iremos traçar algumas discussões sobre o caso a partir da Sociologia econômica relacional, apontando que não só a economia não pode ser lida isenta de discussões sobre elementos não-econômicos que afetem a vida econômica, como também é possível dizer que a “guerra cultural” tem sua própria agenda econômica — sendo um tema, dentre outros, a disputa por recursos públicos.

Por fim, observa-se que o trabalho foi organizado de modo que as reportagens e artigos de opinião retirados de jornais *online* estão referenciados em notas de rodapé; as referências teóricas e acadêmicas na seção de referências bibliográficas; os documentos oficiais, em notas de rodapé. Acreditamos que isso além de facilitar a leitura, também facilitará as consultas.

Debates e tentativas de definição

Inúmeros são os desafios que a eleição e a atuação de Bolsonaro impuseram ao debate público. Para lidar com o plano do enfrentamento de narrativas e da especificidade do bolsonarismo, as declarações controversas, as ofensas abertas contra adversários/as políticos/as e assertivas em torno da pauta dos costumes e dos comportamentos passaram a ser vistas sob o conceito de “guerra cultural”.

Não caberá aqui realizar uma revisão sistemática do conceito e nem de sua trajetória no meio acadêmico-científico — sendo um marco a publicação do sociólogo norte-americano James D. Hunter (1991), responsável por disseminar este termo. Faremos apenas um resgate sobre como ele vem sendo utilizado, contemporaneamente, para enquadrar determinadas características de disputas políticas.

Há quem recorra à “guerra cultural” para demarcar as discussões

sobre temas como a legalização do aborto; o casamento *gay* [homofetivo]; a definição jurídica que seria mais ou menos adequada de “família”; o ensino religioso; a educação sexual; e uma possível doutrinação ideológica nas escolas e universidades. O conceito abarcaria os choques sociais que indicam conflitos culturais profundamente enraizados com reverberação nas políticas públicas, na vida cotidiana, e cujas expressões radicais sobre temas polêmicos teriam por finalidade ganhar espaço na imprensa e mobilizar seguidores (FREITAS, 2017)¹ — tendo, assim, enquadramentos populistas (ORTELLADO; MORETTO, 2019).²

Do ponto de vista da linguagem, por exemplo, a “guerra cultural” seria uma tentativa de alguns grupos de anular as visões de mundo que sejam adversárias, apagando da sociedade os valores que elas carregam, silenciando as vozes que as carregam e impondo elementos relacionados à sua própria pauta ideológica (SANTOS, 2020).

Justamente este ponto que, segundo o sociólogo Roberto Dutra (2020), seria crucial para entender a movimentação política de Bolsonaro. Em sua interpretação, o bolsonarismo se destaca pela incessante tentativa de definir “o outro”, destacando a oposição como um “mal a ser eliminado moral ou fisicamente”. Este processo, então, caracterizar-se-ia como o eixo principal de governo, sendo a “construção incessante de inimigos, de bodes expiatórios, a serem combatidos e eliminados como método de manutenção do poder, ainda que isso impossibilite a construção de políticas públicas [...]” (DUTRA, 2020, s.p.).

¹FREITAS, Guilherme. “A sociedade como campo de batalha”. Revista Serrote, 2017. Disponível em: www.revistaserrote.com.br. Acesso em: 15 de abril de 2020.

²ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Márcio. “O combate cultural que move o bolsonarismo, na estatística”. Época, 2019. Disponível em: epoca.globo.com. Acesso em: 15 de abril de 2020

Desta narrativa de guerra não escapam nem os/as adversários/as políticos/as, nem as instituições e arranjos político-institucionais, incluindo determinações constitucionais. O que faz o conceito emergir como característica definidora do bolsonarismo é o fato de ter feito com que as “controvérsias morais” — que nunca foram ausentes na disputa política — tenham passado a ser o eixo principal das disputas (DUTRA, 2020).

Em direção semelhante, o professor João Cezar de Castro Rocha (2020) também conclui que essa “incitação permanente ao ódio como forma de ação” levaria não só ao colapso da gestão pública, mas também ao esgarçamento do tecido social (ESTADO DA ARTE, 2019; ROCHA, 2020). Na interpretação de Rocha, a “guerra cultural”, que recorre ao “massacre de reputações” e à “desqualificação que nulifica a pessoa” (no caso, adversários/as políticos/as), também instrumentaliza ou destrói instituições a fim de concretizar seus objetivos ideológicos (SIMÕES, 2020).

Na esteira dessas análises mais gerais, de um lado houve quem dissesse que todo o debate político teria sido dominado por discursos de ódio, centrados em temas morais como a homossexualidade e o endurecimento penal, subordinando as questões econômicas às pautas morais (ORTELLADO, 2014),³ e que a estratégia simbólica do governo Bolsonaro é usar a “cortina de fumaça” para forçar uma polarização com setores ditos “identitaristas”, numa estratégia para “obliterar” outras ações que estariam sendo realizadas “a toque de caixa” em “setores estratégicos”, e que declarações de cunho moral serviriam para roubar a atenção de outras pautas (ALESSI, 2019).⁴

³ORTELLADO, Pablo. “Guerras culturais no Brasil”. *Le Monde*, 2014. Disponível em: diplomatieque.org.br. Acesso em: 15 de abril de 2020

⁴ALESSI, Gil. “Batalha ideológica é a ponta de lança da estratégia de Bolsonaro”. *El País*, 2019. Disponível em: brasil.elpais.com. Acesso em: 16 de abril de 2020

Nessas análises, manter o confronto do “nós x eles” — isto é, “a permanente produção de antagonismos” que Idelber Avelar (2020), num ensaio importantíssimo, chamou de “a rebelião do *eles*” — seria péssimo à sociedade por desviar o foco de “temas relevantes”, tais como a reforma da previdência (ORTELLADO, 2019),⁵ as várias reformas na seara econômica e a segurança pública (RODRIGUES, 2019).⁶

Portanto, nessas versões, posicionamentos sobre a expressão da sexualidade, religiosidade, raça e comportamento a partir de valores morais não seriam divergências profundas quanto a “leis” ou “políticas públicas”, e que essa moralização do debate público, consequentemente a moralização do debate político, acabam sendo desviadas de “questões programáticas” e “importantes” à “vida pública”, como, por exemplo, a “agenda econômica” (SAYURI, 2019).⁷

Deste modo, o governo usaria desta estratégia de mobilização de sua ala “ideológica” para manter o eleitorado ativo enquanto distrai a atenção pública das ações do Ministro da Economia Paulo Guedes, o qual tocaria a “agenda real” do governo; a política econômica seria “blindada” por meio das confusões e da guerra cultural, que substituiria a incapacidade do governo de legitimar uma política econômica específica (IHU, 2020).⁸ Também houve quem reforçasse a ideia de

2020

⁵ORTELLADO, Pablo. “Não é a economia, estúpido”. Folha de São Paulo, 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 15 de abril de 2020.

⁶RODRIGUES, Mário Vitor. “Azul e rosa definidos, falta o laranja (e chega de distração)”. Gazeta do Povo, 2019. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br. Acesso em: 16 de abril de 2020

⁷SAYURI, Juliana. “O que é guerra cultural. E por que a expressão está em alta”. Nexo Jornal, 2019. Disponível em: www.nexojornal.com.br. Acesso em: 17 de abril de 2020.

⁸IHU Online. “O primeiro ano do governo Bolsonaro e a força do seu modelo de fazer política. Entrevista especial com Roberto Dutra”. IHU Online, 2020. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br. Acesso em: 16 de abril de 2020

agendas separadas que não se misturam e nem deveriam se misturar, só que entendendo que ao invés de servir como distração para o ministro Guedes, na verdade, o inviabilizaria (CAMPOS, 2019).⁹

Em oposição, também houve quem afirmasse que separar a “pauta dos costumes” da economia seria uma “falsa dicotomia” que simplifica a discussão a respeito da “cidadania contemporânea” (MAIA, 2018)¹⁰ — e que tanto a discussão sobre temas “tradicionais” como salário, economia, emprego, fome, aposentadoria quanto as discussões da dita “guerra cultural” constituem uma “guerra única” (LOPES, 2019)¹¹; que a corrente política governista é uma convergência de várias e diferentes visões político-ideológicas (conservadorismo, liberalismo...), o que faria de Bolsonaro uma “hidra de muitas cabeças” (GOMES, 2019)¹²; bem como que uma ordem econômica não se resume em sua dimensão propriamente econômica, abrangendo, também, valores e ideologias.¹³ Sendo assim, seria um equívoco (GONÇALVES, 2019)¹⁴ tratarmos o assunto como mera “cortina de fumaça” (ROVAI, 2019).¹⁵

⁹CAMPOS, João Pedroso de. “Guerra cultural de Bolsonaro inviabiliza Guedes no governo, diz sociólogo”. *Veja*, 2019. Disponível em: veja.abril.com.br. Acesso em: 17 de abril de 2020.

¹⁰MAIA, Tatiana Vargas. “A falsa dicotomia entre pautas identitárias e economia”. *El País*, 2018. Disponível em: brasil.elpais.com. Acesso em: 16 de abril de 2020

¹¹LOPES, Mauro. “Guerra cultural é sobre comida e sexualidade; oposição sobre temas é um erro”. *Brasil 247*, 2019. Disponível em: www.brasil247.com. Acesso em: 16 de abril de 2020

¹²GOMES, Wilson. “Distraction, Deception & Damars”. *Revista Cult*, 2019. Disponível em: revistacult.uol.com.br. Acesso em: 16 de abril de 2020

¹³QUINALHA, Renan. “Menino veste azul, menina veste rosa: uma polêmica inútil?”. *Revista Cult*, 2019. Disponível em: revistacult.uol.com.br. Acesso em: 16 de abril de 2020

¹⁴GONÇALVES, Marcos Augusto. “Posts bizarros de Bolsonaro não são apenas cortina de fumaça”. *Folha de São Paulo*, 2019. Disponível em: blogdo-mag.blogfolha.uol.com.br. Acesso em: 17 de abril de 2020

¹⁵ROVAI, Renato. “Cortina de fumaça e lacreção, podemos e devemos ser me-

Os argumentos das análises que colocam declarações polêmicas como sendo “cortina de fumaça” e estratégia de comunicação têm suas razões e suas parcelas de verdade. Contudo, a análise das declarações polêmicas e das estratégias comunicativas não se pode encerrar sob a perspectiva de desvio de foco, muito menos como apenas instrumentos de contextos eleitorais; tem-se que entendê-las a partir das consequências e objetivos que elas têm na construção ou manutenção da relação com os grupos hostilizados, ofendidos etc.

Que reste claro que o ponto central aqui não é rejeitar as características que são enquadradas como uma “guerra cultural”; pelo contrário, são leituras fundamentais para compreendermos o tempo presente e a função deste trabalho é buscar complementá-las a partir de um ponto que nos parece frágil. Isto é, não cabe separar as duas agendas como se uma fosse mais importante do que a outra, ou como se uma fosse meramente um desvio de foco, colocada somente como estratégia para encobrir a outra. Como apontado por Fabiano Santos e Talita Tanscheit (2019), era sabido ao longo de todo o processo eleitoral que:

Bolsonaro e o PSL optaram por conjugar o autoritarismo e o neoliberalismo de forma inovadora e acrescida de agenda de forte conservadorismo comportamental e de cunho religioso. O seu programa de governo, denominado “O caminho da prosperidade”, e os primeiros anúncios de sua equipe ministerial prometem salvar o Brasil da corrupção e da ineficiência. O autoritarismo, presente também no debate da segurança pública, propõe a redução da maioria penal, o fim da progressão de penas e saídas temporárias para presidiários e a legalização do porte de armas de fogo, além de tipificar como terrorismo a tomada de propriedades rurais (como as realizadas pelo MST), e a promessa de investimento em escolas militares [...] O neoliberalismo é marcado por uma campanha que recebeu forte apoio do mercado financeiro e de empresários, atraídos pelas promessas

lhores do que isso”. Revista Fórum, 2019. Disponível em: revistaforum.com.br. Acesso em: 16 de abril de 2020

econômicas de Paulo Guedes, como a realização da reforma da Previdência e o “enxugamento do Estado”, a redução da dívida pública e das despesas com pagamentos de juros através da realização de privatizações, concessões e vendas de propriedades da União [...] A sua vinculação ao conservadorismo é exemplificada no slogan de sua campanha eleitoral, “Brasil acima de tudo-Deus acima de todos”, e identificada em seu programa pelo não reconhecimento de direitos à população LGBT e pelas iniciativas de supressão de direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (SANTOS; TANSCHKEIT, 2019, p. 179-180).

Dito isso, longe de mero instrumento de política eleitoreira, o “bolsonarismo” caracterizou “o ódio político [que] se manifestou na estigmatização de políticos a simples eleitores de esquerda e na criminalização dos movimentos sociais”; uma “lógica do inimigo” onde os afetos sociais são “pouco abertos às diferenças, muito voltados sobre si mesmos como medida para a vida pública e, por vezes, simbólica e fisicamente agressivos com os que [a] renegam” (ALMEIDA, 2019, p. 210). Como escreve Rodrigo Nunes, não se trata de uma característica exclusiva, e sim, própria da extrema-direita global: “crer ou não em tudo o que se diz sobre os inimigos é menos importante do que acreditar que há um inimigo a ser combatido” (NUNES, 2021, p. 9. Tradução minha).

Para o autor, essa lógica de guerra é transposta para o “conflito distributivo” (ponto importante para nossa discussão). Isto é, globalmente se pode perceber o casamento entre conservadorismo nos costumes e liberalismo econômico quando estes grupos se apropriam de um (res)sentimento de “perda de direitos” e/ou de “privilégios” e localizam essas perdas no contraposto progressivo ganho de direitos de minorias e outros grupos, associando esse ressentimento a características como nacionalidade, etnicidade, religiosidade, cultura, gêneros, sexualidades etc. Desta forma, a reação conservadora contra a perda

de certos privilégios — Nunes (2021) cita “branco, masculino, heteronormativo” como exemplos — encontra um aliado na rejeição (liberal) a políticas redistributivas (NUNES, 2021, p. 7-13).

Teria sido a partir desta convergência que Bolsonaro, que até então demonstrava convicções menos liberais e mais “estatistas”, foi empurrado para uma agenda “ultraliberal” (NUNES, 2021, p. 7). Como nos lembra Perry Anderson (2019), a tentativa de superar o histórico de “opositor de privatizações e avesso a investimentos estrangeiros” e buscar o apoio da elite empresarial se deu através da escalação de Paulo Guedes como ministro da Economia — anunciado ainda durante a corrida eleitoral e que se demonstra ser um dos mais longevos do alto escalão —, a quem Anderson chama de “neoliberal puro sangue” (ANDERSON, 2019, p. 242-243).

Além dos representantes do conservadorismo e do liberalismo de mercado, ainda se destacam os atores militares e religiosos que iriam dar apoio ao então candidato e futuro presidente (ANDERSON, 2019; NUNES, 2021). Estes diferentes atores se identificam e convergem a partir de gramáticas morais compartilhadas em “matrizes discursivas”, as quais atravessam, de alguma maneira e algum sentido, todas as classes sociais: militarismo, anti-intelectualismo (que os autores associam ao fenômeno religioso), empreendedorismo, anticomunismo, liberalismo de mercado e conservadorismo (FELTRAN, 2020; NUNES, 2021).

Por fim, ressaltamos o conselho da antropóloga Letícia Cesarino (2019) de que há estes dois pilares fundamentais do “bolsonarismo”, um econômico e um moral/cultural que, na leitura dela, recorrendo ao conceito de “bivalência” da teoria sociológica de Nancy Fraser, são entendidos como o eixo da “redistribuição” (“liberal na economia”) e o eixo do “reconhecimento” (“conservador nos costumes”). Con-

forme pleiteado no trabalho dela, reduzir a “guerra cultural” a um dos eixos é “uma aparência enganadora” (CESARINO, 2019, p. 539). A partir do trabalho da pesquisadora, podemos inferir que a própria ala econômica, vitoriosa com Bolsonaro na eleição, foi beneficiária do ataque às identidades de gênero, raça e sexualidade, da criação de inimigos e “contraposições estéticas binárias que atuam diretamente no plano dos afetos” as quais geram “efeitos viscerais de atuação por um grupo e repulsa por outro” (CESARINO, 2019, p. 542).

Desrespeito cultural e hostilidade: Bolsonaro e a comunidade LGBTQI+

Jair Bolsonaro sempre esteve em situações de confronto com a comunidade LGBTQI+. O político chegou, inclusive, a ser condenado por declarações consideradas ofensivas às pessoas da comunidade.¹⁶ A condenação diz respeito ao caso de uma entrevista, no ano de 2011, dada pelo então deputado a um programa de TV. Bolsonaro foi questionado sobre o que faria caso descobrisse que um dos filhos era “gay”, ao que respondeu que isso não aconteceria porque seus filhos teriam recebido “boa educação” e, portanto, ele não “correria esse risco”; Bolsonaro, em outro momento da mesma participação no programa, disse que não participaria de um desfile *gay*, porque não promoveria “maus costumes” e por acreditar “em Deus” e “na preservação da família”. Pelas declarações, foi condenado pela 6ª Vara Cível do Fórum de Madureira a pagar a quantia de R\$ 150 mil — tendo a decisão de

¹⁶“Jair Bolsonaro é condenado a pagar R\$150 mil por declarações homofóbicas”. Consultor Jurídico, 2019. Disponível em: www.conjur.com.br. Acesso em: 14 de março de 2020.

condenação mantida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.¹⁷

Conforme já destacado, é público que Bolsonaro e a comunidade LGBTQI+ possuem uma relação causada pela hostilidade, dado que o político já deu declarações como: “O Brasil não pode ser um país do mundo gay, de turismo gay. Temos famílias”¹⁸; ou: “Eles querem é se impor como uma classe à parte. Não vão encontrar sossego. E eu tenho imunidade parlamentar pra falar que sou homofóbico, sim, com muito orgulho se é pra defender as crianças nas escolas”¹⁹; e também: “Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo”²⁰.

O historiador Eduardo Borges (2020) também nos traz à memória que Bolsonaro foi o autor do Projeto de Decreto Legislativo nº 18/2015.²¹ O objetivo do decreto era sustar duas resoluções feitas pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, subordinado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República: a Resolução nº 11 de 18 de dezembro de 2014, que estabelecia parâmetros e

¹⁷“Justiça mantém condenação de Bolsonaro por declarações homofóbicas”. Consultor Jurídico, 2019. Disponível em: www.conjur.com.br. Acesso em: 14 de março de 2020.

¹⁸EXAME. “Brasil não pode ser país do mundo gay; temos famílias”, diz Bolsonaro. Exame, 2019. Disponível em: exame.abril.com.br. Acesso em: 15 de março de 2020

¹⁹GRAMINHA, Pedro. Relatos de 3 LGBTs que adiaram voltar ao Brasil com medo de ataques homofóbicos. Uol, 2018. Disponível em: noticias.uol.com.br. Acesso em: 15 de março de 2020.

²⁰TERRA. Bolsonaro: “prefiro filho morto em acidente a um homossexual”. Terra, 2011. Disponível em: www.terra.com.br. Acesso em: 15 de março de 2020.

²¹BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de decreto legislativo de sustação de atos normativos do poder executivo nº 18 de 2015*. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 11 de agosto de 2018.

entendimentos sobre o que seria “orientação sexual”, “identidade de gênero” e “nome social”, a fim de que esses itens pudessem ser incorporados nos Boletins de Ocorrência emitidos por autoridades policiais em todo o território nacional; e a Resolução nº 12 de 16 de Janeiro de 2015, que determinava parâmetros sobre o uso do “nome social” em instituições de ensino, garantindo a permanência e o reconhecimento social de travestis e transexuais nestes espaços. O projeto foi apensado ao PDC nº 17/2015 de autoria do deputado Marco Feliciano e que se encontra parado na Câmara.

O apelo ao “direito” a discriminar pessoas LGBTQI+ também aparece em um comentário ao Projeto de Lei 122/2006 (conhecido como “lei anti-homofobia”), onde Bolsonaro questiona se seria justo uma pessoa ser penalizada por se recusar a alugar um imóvel a um “gay”, ou recusar os serviços de um motorista “gay” contratado para levar o filho à escola.²²

Em 2002, discordando do apoio dado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso à união civil entre pessoas do mesmo sexo, Bolsonaro não só realizou um protesto simbólico na porta de seu gabinete, como também disse a jornalistas: “Não vou combater nem discriminar, mas, se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater”.²³

Em 2010, durante sua participação no programa “Participação Popular”, da TV Câmara, no qual se discutia o Projeto de Lei 7672/2010 (conhecido como “lei da palmada”), Bolsonaro, em defesa do uso de castigo e violência físicos na educação de menores, afirmou que “tem

²²O PL 122 NÃO MORREU. [S.l.; s.n.]. Publicado pelo canal Jair Bolsonaro. 1 vídeo (4min 38seg). Disponível em: www.youtube.com. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

²³SUWWAN, Leila. Apoio de FHC à união gay causa protestos. Folha de São Paulo, 2002. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

caso gravíssimo em que o filho começa a ficar assim meio gayzinho... leva um couro, ele muda o comportamento dele, tá certo?!”. Confrontado por outro debatedor sobre a conclusão de que o emprego do castigo físico mudaria ou não uma orientação sexual, rebateu: “ou tu acha que um garoto adotado por um casal homossexual, um careca e um bigodudo, qual vai ser o futuro desse garoto? A princípio vai ser homossexual também”.²⁴

A passagem anterior serve como exemplo para demonstrar que, na leitura de Bolsonaro, a homossexualidade é vista como um desvio moral cujas práticas sexuais e afetivas colocariam em risco a estrutura familiar e, portanto, a conduta seria passível de violência física como medida de correção. As práticas homoafetivas não só seriam uma degradação e uma má influência na vida íntima familiar (como, a exemplo, a possibilidade de um filho de um casal *gay* vir a ser homossexual por pura influência dos pais), como também na vida pública. Tomado por esse imaginário, a educação de crianças e jovens passou a ser encarada como uma trincheira de onde pudessem partir ataques à comunidade LGBTQI+ e às tentativas de traçar políticas públicas que tivessem como beneficiários os membros da comunidade.

Exemplo disso: em outubro de 2012, Bolsonaro fez diversas declarações no plenário da Câmara contra o ex-Ministro da Educação Fernando Haddad, a quem atribuiu a tentativa de distribuir um “*kit gay*” em escolas públicas do país. O então deputado fez afirmações apontando que um possível material didático que tivesse como temática a educação sexual seria um “convite ao homossexualismo infantil”²⁵ e que “ninguém quer [...] que ativistas homossexuais trabalhem

²⁴PARTICIPAÇÃO POPULAR 2010-11-18 BOLSONARO COMPLETO. [Brasília: TV Câmara, 2010. 1 vídeo (28min 6seg). Disponível em: www.youtube.com. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

²⁵BOLSONARO, Jair. [*Pronunciamento proferido no plenário da câmara dos*

dentro das escolas”.²⁶ Por fim, ainda em alusão ao “*kit gay*”, afirmou que o ex-ministro Haddad teria “uma política de estímulo à pedofilia”,²⁷ numa tentativa de associar a imagem de pessoas LGBTQI+ à violência sexual contra menores de idade.

Ainda em 2012, numa sessão da Comissão de Seguridade Social e Família, durante uma Audiência Pública encarregada de debater o Projeto de Decreto Legislativo 234/2011, o qual tinha por objetivo sustar artigos da Resolução nº 1 do Conselho Federal de Psicologia que impediam os profissionais da área de empenharem práticas de reorientação sexual, o deputado disse: “o que está em jogo neste País é a esculhambação da família [...] e são tão covardes que atacam logo as criancinhas”. Em mais uma declaração que mostra que o político reduz a identidade, as práticas e vivências de pessoas LGBTQI+ a meros atos sexuais e obscenos e cujas práticas afetivas seriam nocivas à educação e ao bem-estar de menores de idade, disse, em tom exacerbado: “Vai queimar a sua rosquinha onde você bem entender, porra! Não tenho nada a ver com isso! Não queiram estimular crianças, filhos de vocês aqui, humildes que ganham um salário mínimo. Estão recebendo uma carga de material homoafetivo nas escolas”. O deputado também menosprezou a violência sofrida por pessoas LGBTQI+ afirmando haver “uma pequena discussãozinha de homossexuais, como se fossem pobres coitados”, sendo necessário “[...] desmistificar essa historinha mentirosa de que existe homofobia, de que estão matando

deputados, sessão 204.2.54.o] Brasília, Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

²⁶BOLSONARO, Jair. [*Pronunciamento proferido no plenário da câmara dos deputados, sessão 269.2.54.o*] Brasília, Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

²⁷BOLSONARO, Jair. [*Pronunciamento proferido no plenário da câmara dos deputados, sessão 271.2.54.o*] Brasília, Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

homossexuais”.²⁸

Logo em seguida, o deputado aponta para uma questão crucial deste trabalho: não se trata só de um caso de desrespeito cultural e hostilidade relacional, mas uma disputa sobre grupos mercedores ou não de políticas que direcionem verbas do erário público. Afirmou o deputado:

Vocês estão destruindo a família com essa hipocrisia de homofobia, essa palavra fácil. Vivem das tetas do Governo. Sabem por que não há aplausos aqui? Porque o chefe de família — quem é pai, quem é mãe, quem tem responsabilidade — está trabalhando agora e não está vivendo das tetas do Governo.

O Deputado Chico Alencar não gosta que eu fale isso, mas ele patrocinou uma emenda [...] em 2010, pela Comissão de Direitos Humanos, de 11 milhões de reais, para movimentos LGBT. Ah! Pelo amor de Deus, vão catar coquinho!.²⁹

O deputado João Campos, então autor do Projeto de Decreto Legislativo em debate, apoiou Bolsonaro afirmando:

Agora, não vamos aceitar que se imponha um pensamento para a Nação. E não vamos aceitar que esse pensamento seja imposto com financiamento público, como bem disse aqui o Deputado Jair Bolsonaro [...]. Estão buscando utilizar o dinheiro público, estão buscando usar as estruturas públicas para impor um comportamento e um pensamento, inclusive para as nossas crianças. Isso não é razoável.³⁰

A questão sobre uso de dinheiro público para financiar políticas com a temática LGBTQI+ também aparece, em 2013, no âmbito da

²⁸BOLSONARO, Jair. [*Pronunciamento proferido em audiência pública na comissão de seguridade social e família, 28/06/2012*] Brasília, Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

²⁹Op. Cit.

³⁰CAMPOS, João. [*Pronunciamento proferido em audiência pública na comissão de seguridade social e família, 28/06/2012*] Brasília, Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, presidida pelo então deputado Marcos Feliciano. Em elogio à nova gestão, Bolsonaro sinalizou que daquela Comissão não partiriam, em diante, “emendas para financiar kit gay”³¹ e nem mais

milhões no Orçamento destinados a paradas gays; não veremos mais lançamentos de filmes pornográficos infantis, patrocinados pelo MEC, para passar em escolas do ensino fundamental, estimulando o homossexualismo nas escolas; não teremos mais seminários de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, para o público infanto-juvenil, estimulando a pedofilia; não teremos mais parcerias com o MEC para confecção de kit gay.³²

Esse imaginário, como era de se esperar, também desembocou na disputa eleitoral. Em entrevista com eleitores/as de Bolsonaro, meses antes do pleito, a antropóloga Esther Solano (2018) também identificou que no centro da hostilidade com a comunidade LGBTQI+ há não só um desrespeito cultural, mas uma disputa pelo controle da distribuição de recursos públicos. Na visão dos/as entrevistados/as, os grupos LGBTQI+ são identificados por marcadores como exibicionismo, provocação, perversão, exagero quanto ao “vitimismo” e que, embora reconheçam que tais pessoas sofram preconceito e discriminação, recorreriam a essa posição para “obter regalias” e privilégios do Estado (SOLANO, 2018, p. 19). Se tais interpretações tiveram efeitos na corrida eleitoral, também teriam nas ações governamentais. Na próxima seção trago um exemplo ilustrativo disso para complementar as análises.

³¹BOLSONARO, Jair. [*Pronunciamento proferido em reunião ordinária da comissão de direitos humanos e minorias, 07/03/2013*] Brasília, Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

³²BOLSONARO, Jair. [*Pronunciamento proferido em plenário da câmara dos deputados, sessão 031.3.54.o*] Brasília, Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

Os fatos sobre o caso do edital BRDE/FSA PRODAV de 2018

Em março de 2018 a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) lançou uma chamada pública³³ para apoio financeiro ao desenvolvimento de produções audiovisuais a serem transmitidas nas programações de TVs públicas. O montante de R\$ 70 milhões é proveniente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), por meio do Fundo Setorial de Audiovisual (FSA). O FSA, por sua vez, é uma categoria integrante do Fundo Nacional de Cultura (FNC). Dentre as três linhas do FSA, os investimentos seriam feitos por meio da linha *PRODAV* — Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual Brasileiro.³⁴

Enquanto o Banco assume o financiamento dos projetos, o Comitê Gestor do Fundo Setorial de Audiovisual (CGFSA) se responsabiliza pela suplementação ou a retirada dos recursos previstos em edital, a ANCINE entra no empreendimento enquanto Secretaria Executiva do FSA, e a Empresa Brasileira de Comunicações com as decisões de critérios e parâmetros técnicos da escolha e com a mediação entre os projetos contemplados e a distribuição entre as TVs públicas interessadas na exibição dos mesmos. A chamada foi organizada em torno de 14³⁵ eixos temáticos, cada qual correspondendo a uma fatia que

³³Íntegra do edital *Chamada pública brde/fsa — prodav — tvs públicas — 2018* disponível em: www.brde.com.br. 15 de março de 2020.

³⁴As outras duas linhas são *PRODECINE* — Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Brasileiro; e *PROINFRA* — Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Infraestrutura.

³⁵Embora Bolsonaro tenha restringido suas críticas somente aos eixos cunhados como “LGBT”, o edital previa uma lista variada de blocos temáticos, a saber: Livre; Ficção-Profissão; Ficção Histórica; Sociedade e Meio-Ambiente; Raça e Religião; Diversidade de Gênero; Sexualidade; Biográfico; Manifestações Culturais; Qualidade de Vida; Jovem; Documentário Infantil; Animação Infantil; Animação

podia variar de R\$ 400 mil a R\$ 2 milhões por projeto.

No dia 23 de março de 2019, a ANCINE liberou uma listagem preliminar dos finalistas.³⁶ Em 15 de agosto do mesmo ano, já em exercício da presidência e durante uma das tradicionais “*lives* de quinta-feira” (nas quais o presidente tomou o hábito de falar, em transmissão ao vivo em suas redes sociais, sobre algumas das pautas em andamento no governo), Bolsonaro citou algumas das produções selecionadas no resultado preliminar. Convenientemente, fez questão de citar 4 produções dentro de um universo de 289 projetos — todas as quatro produções correspondendo ao que seriam os eixos “Diversidade de Gênero” e “Sexualidade” (NIKLAS, 2019).³⁷

As obras citadas levam o título de “Afronte”, “Transversais”, “Religare Queer” e “Sexo Reverso”. Sobre elas, Bolsonaro fez as seguintes afirmações³⁸:

[...] fomos garimpar na ANCINE filmes³⁹ que estavam já prontos para serem captados recursos no mercado. [...] Um dos filmes aqui chama “Transversais”. Olha o tema: “sonhos e realizações de cinco pessoas transgêneros que moram no Ceará” [...]. Então, o filme é este daqui, conseguimos abortar essa missão aqui. Outro filme aqui: “Sexo Reverso. Bárbara é questionada pelos índios sobre sexo grupal, sexo oral, sobre certas posições sexuais”. É o enredo do filme. Com dinheiro público. E outra, geralmente esses filmes não têm

Infanto-Juvenil.

³⁶Resultado preliminar disponível no site da ANCINE: www.ancine.gov.br. Acesso em: 15 de março de 2020.

³⁷NIKLAS, Jan. Projetos de série que Bolsonaro que ‘abortar’ são finalistas na linha ‘Diversidade de Gênero’ de edital público. O Globo, 2019. Disponível em: oglobo.globo.com. Acesso em: 15 de março de 2020.

³⁸O vídeo no qual Bolsonaro faz essas afirmações pode ser consultado no link: www.facebook.com. Acesso em: 15 de março de 2020

³⁹Além do teor das declarações ser questionável, o Presidente também demonstrou desinformação ao afirmar que as produções seriam “filmes”, quando na verdade se tratavam de produções seriadas que variavam de 13 a 26 episódios, cada, conforme informado pelo Anexo I do Edital de Chamada.

audiência, não têm plateia, têm meia dúzia ali. Agora, o dinheiro é gasto. São milhões de reais que são gastos com esse tipo de tema. Agora é um dinheiro jogado fora. Não tem cabimento fazer um filme com esse enredo. Outro filme aqui: “Afronte. Mostrando a realidade vivida por negros, homossexuais no Distrito Federal”. Não entendi nada, confesso. [...] Olha, a vida particular de quem quer que seja não tem nada a ver com isso. Agora, fazer um filme sobre negros, homossexuais no DF, confesso que não dá pra entender. Então mais um filme que foi para o saco aí. Se a ANCINE não tivesse a sua cabeça toda, mandato, já tinha degolado todo mundo. Mais um filme aqui. Este aqui é de cair para trás. Você é evangélica? Eu sou cristão, a minha esposa é evangélica. Vamos lá. O nome é “Religare Queer”. O filme é sobre uma ex-freira lésbica. Tá ok?! Daí, são vários episódios, são dez episódios. Tem a ver com religiões tradicionalmente homofóbicas e transfóbicas. Tudo tem a ver sexualidade LGBT com evangélicos, católicos, espíritas, testemunha de Jeová, umbanda, budismo, candomblé, islamismo e Santo Daime. Confesso que não entendi por que gastar dinheiro público com um filme desses. O quê que vai agregar no tocante à nossa cultura, às nossas tradições no Brasil? Não tô perseguindo ninguém, cada um faça o que bem entender no seu clube, vá ser feliz. Agora, gastar dinheiro público para fazer esse tipo de filme... Esses filmes aí a iniciativa privada não vai investir, porque não têm plateia, não têm audiência. É jogar dinheiro fora, além de divulgar... isso aí não tem cabimento.

Dando sequência e colocando em prática a ameaça, Bolsonaro convocou o Ministro da Cidadania Osmar Terra para interferir no processo de seleção. O mesmo foi feito através da publicação da Portaria Nº 1576, publicada no Diário Oficial da União no dia 21 de Agosto de 2019.⁴⁰ Através da portaria, o Min. Osmar Terra suspendeu o Edital de chamada por 180 dias, prorrogáveis por igual período, alegando a “necessidade de recompor os membros do Comitê Gestor do Fundo

⁴⁰A Portaria nº 1576 de 21 de agosto de 2019 pode ser consultada no Diário Oficial da União. Disponível em: www.in.gov.br. Acesso em: 15 de março de 2020

Setorial de Audiovisual — CGFSA”, conforme registra o Artigo 1º da portaria. Osmar Terra, responsável por encabeçar o CGFSA,⁴¹ dada a sua posição como Ministro de Estado da Cidadania, encontrou no fato de que a nova gestão do CGFSA ainda não havia sido formalmente estabelecida o pretexto para interromper o edital.

A despeito da justificativa dada pelo ministro, as intenções eram atuar arbitrariamente na escolha das produções, já que nem ele, nem o Presidente da República e ninguém do CGFSA poderia retirar por vontade própria as produções que causaram o desagrado do Chefe do Executivo. A alternativa, então, foi interromper o processo por inteiro, garantindo ao ministro e ao CSFSA reestabelecer critérios de escolha, conforme adianta o Artigo 2º da referida portaria: “Após a recomposição do CGFSA, fica determinada a revisão dos critérios e diretrizes para a aplicação dos recursos do FSA, bem como que sejam avaliados os critérios de apresentação de propostas de projetos [...]” (PORTARIA 1576).

Após esta intervenção, o Ministério Público Federal (MPF-RJ) entrou com uma Ação Civil Pública⁴² pleiteando a nulidade do ato administrativo e a obrigação da União e da ANCINE em retomar o processo de seleção dentro do curso e dos termos que já estavam previstos. O MPF-RJ também denunciou que a intervenção não possuía a devida justificativa e que tinha como fundamentação o desagrado do presidente com dois dos eixos temáticos do edital, bem como denunciando detalhadamente que houve movimentação interna no Ministério

⁴¹A gestão do FSA competia ao Min. da Cultura, passando a ser competência do Min. da Cidadania a partir do início de 2019, mudança anunciada desde 2018: O GLOBO. “Bolsonaro extingue Cultura e Esportes e deixa ministérios de Mulheres e Direitos Humanos para depois”, 2018. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 15 de março de 2020

⁴²Íntegra da Ação civil pública nº 5067900-76.2019.4.02.5101/rj disponível em: www.mpf.mp.br. Acesso em: 15 de março de 2020.

da Cidadania para atender a vontade do Presidente.⁴³

A resposta veio no dia 7 de Outubro, quando a juíza Laura Bastos Carvalho, da 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro, concedeu liminar em concordância com o pedido do MPF-RJ, determinando a suspensão da Portaria e obrigando a União e a ANCINE a retomarem o certame.⁴⁴ A Advocacia Geral da União recorreu da decisão e perdeu, conforme decisão do juiz Alfredo Jara Moura do Tribunal Regional Federal da 2ª Região,⁴⁵ que manteve a decisão do tribunal de primeira instância.

Enquanto o juiz de segunda instância manteve a liminar por considerar que os intimados (União e ANCINE) não apontaram no recurso novos elementos que justificassem a nulidade da liminar, nem a falta de recursos para cumprir o Edital e nem a denúncia de possíveis irregularidades no processo, a juíza de primeira instância não só considerou que a recomposição do CGFSA não era justificativa plausível (já que o edital estava em fase final e, naquele momento, conforme o próprio Edital determinava, não era de competência do Comitê a reavaliação dos projetos contemplados preliminarmente) e que a suspensão do processo causaria prejuízos ao erário público, como também considerou a denúncia de ato baseado em discriminação, conforme argumenta: “A alegação de uma necessidade que, em uma primeira análise, é ir-

⁴³Recentemente, Osmar Terra virou réu por improbidade administrativa nesta ação movida pelo MPF-RJ. O magistrado Vigdor Teitel entendeu que ficou comprovada violação “[d]os deveres de legalidade, impessoalidade e lealdade às instituições”, cujo ato teria sido “sem motivação e contrariando pareceres técnicos, com propósito discriminatório, em prejuízo do Erário e de todos os concorrentes do edital público suspenso”. A decisão pode ser consultada no *Boletim 2021500321* de 03 de fevereiro de 2021 do Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região, 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: dje.trf2.jus.br. Acesso em: 01 de abril de 2021.

⁴⁴Íntegra da decisão disponível em: www.mpf.mp.br. Acesso em: 15 de março de 2020.

⁴⁵Íntegra da decisão *Agravo de instrumento nº 5009199-02.2019.4.02.0000/rj* disponível em: www.mpf.mp.br. Acesso em: 15 de março de 2020

relevante para o prosseguimento do certame suspenso, traz indícios de que a discriminação alegada pelo Ministério Público Federal pode estar sendo praticada”.⁴⁶

Em ocasião, o MPF-RJ denunciou que a portaria teria sido um ato administrativo “consistente na edição de ato gerador de dano ao Erário e também discriminatório contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais — LGBTT”.⁴⁷

Esse trecho em questão, presente na denúncia encaminhada pelo MPF-RJ, é de grande valia porque reconhece que a portaria teria causado danos tanto na ordem econômico-financeira quanto do ponto de vista cultural-moral.

O caso do edital BRDE/FSA PRODAV a partir da Sociologia econômica relacional

Como abordou a jornalista Naiara Galarraga Gortázar (2019) em um comentário sobre este caso e alguns outros, o “governo utiliza o financiamento público para vetar a cultura que não encaixa em sua visão ultraconservadora do mundo”, e que “Bolsonaro lançou essa guerra cultural contra um dos flancos frágeis do setor, o financiamento público [...]”.⁴⁸ Análise bastante promissora.

Quando Bolsonaro busca interromper uma transferência de ordem econômica entre um programa governamental e os projetos audiovisuais, está estabelecendo “limites” a respeito das atividades, trocas e transações econômicas envolvendo o poder e o erário públicos;

⁴⁶Trecho da decisão quanto ao processo *Ação civil pública nº 5067900-76.2019.4.02.5101/rj*. *Op. cit.*

⁴⁷Trecho da denúncia encaminhada pelo MPF-RJ, página 3. *Op. cit.*

⁴⁸GORTÁZAR, Naiara Galarraga. “Cidade de São Paulo anuncia um festival com as obras censuradas por Bolsonaro”. *El País*. Disponível em: brasil.elpais.com. Acesso em: 15 de abril de 2020.

neste caso, este limite é demarcado, por Bolsonaro, com a categoria de classificação “desperdício” (embora tenhamos debatido anteriormente que, em outras situações similares, também aparecem categorias como “privilégio” e “regalias”).

Tais demarcações servem tanto para justificar moralmente a ação de estabelecimento ou interrupção da transação, quanto para demarcar, a partir dos significados dos conceitos a que lançam mão, as relações com os demais atores ou grupos envolvidos no processo. É desta forma que os entendimentos de Bolsonaro e os códigos culturais que ele mobiliza para identificar, descrever e se relacionar com as comunidades LGBTQI+ — e como busquei demonstrar, tendo este relacionamento um fundamento hostil — são transpostos aos processos em que recursos econômicos, bens ou serviços são transferidos através de ações governamentais, políticas públicas etc.

Este ponto é crucial na discussão que estamos travando porque sinaliza que a ação é não só econômica ao interromper uma relação de transferência de recursos, bens ou serviços, como também uma ação social que se volta aos significados atribuídos à relação de Bolsonaro com as comunidades LGBTQI+, e vice e versa.

Este processo de “demarcação de limites” e de classificação das relações faz parte do que a socióloga Viviana Zelizer (2012) define como “trabalho relacional”. Segundo ela, o conceito compreende que:

[...] em todas as ações econômicas [...] as pessoas se engajam em processos que diferenciem os significados das relações. Para cada categoria distinta de relações sociais as pessoas erigem limites, marcam este limite por meio de nomes e práticas, estabelecem um conjunto de entendimentos distintos que operam por meio deste limite, designam certos tipos de transação econômica como sendo apropriada para esta relação, barram outras transações que considerem inapropriadas e adotam certas mídias para recalcular e facilitar transações econômicas por meio destas relações. Eu chamo este processo

de trabalho relacional (ZELIZER, 2012, p. 146. Tradução minha).

O conceito de trabalho relacional elaborado e utilizado por Zelizer propõe, desta forma, duas discussões importantes que devemos fazer ao pensarmos em qualquer atividade econômica:

[...] como negociações interpessoais na realidade transformam tanto a cultura disponível quanto as relações pessoais em si, e como essas relações interpessoais, negociadas, dão forma à realização de atividades econômicas concretas (ZELIZER, 2012, p. 146. Tradução minha).

No caso do edital, Bolsonaro mobilizou outros atores para que as atividades do edital que lhe desagradaram, isto é, a provisão de recursos econômicos a projetos envolvendo as temáticas de sexualidade e gênero, fossem de alguma forma interrompidas — nas palavras dele, “abortar a missão”; deste modo, as justificativas que envolvem essa ação têm por intuito realizar o processo de “marcação do dinheiro” envolvido na operação (ZELIZER, 2012, p. 157) — neste caso, o dinheiro público.

Na teoria de Zelizer, esse processo de marcação do dinheiro consiste “tanto em distinções simbólicas quanto práticas”, recorrendo-se a um juízo moral com base nas referências culturais disponíveis aos atores para se definir quais destinos são passíveis e não passíveis de serem dados ao dinheiro. Portanto, conforme temos sustentado, também é um processo de gerenciamento das próprias relações sociais em si, na medida em que se debruçam sobre os significados destas relações e o reconhecimento mútuo das partes envolvidas (ZELIZER, 2012, p. 157 e 162).

Estabelecendo um debate a partir de Zelizer, o sociólogo Frederick Wherry (2016) nos informa que tal procedimento diz respeito a “[...] um conjunto de processos culturais e sociais usados pelos in-

divíduos [...] para organizar, avaliar, justificar e observar atividades financeiras”, deste modo, “preocupações morais e códigos culturais compartilhados informam, energizam e delimitam as tentativas dos atores de marcar o dinheiro”; esses sentidos “atuam como prismas através dos quais os tipos de relacionamentos e obrigações relacionais são refratados” (WHERRY, 2016, p. 2-4. Tradução minha). Num outro trecho ele complementa: “crenças morais sobre o certo e o errado e outras considerações morais operam como uma hierarquia de entendimentos [...]” (WHERRY, 2016, p. 11. Tradução minha). Desta forma, marcar o dinheiro com essas categorias de classificações “[...] é agir como se fronteiras pudessem ser colocadas ao redor de somas numéricas, e que essas contas podem ser combinadas às categorias específicas de gasto” (WHERRY, 2016, p. 14. Tradução minha).

É sabido entre leitores/as da literatura de Sociologia Econômica que a versão “relacional” do trabalho de Viviana Zelizer é resultado de seus estudos sobre a interface entre as relações íntimas e a vida econômica⁴⁹; contudo, os conceitos elaborados e utilizados por ela foram pensados de forma a serem aplicáveis a todas as atividades econômicas, incluindo aquelas que digam respeito às relações públicas e governamentais, conforme destacado nos dois trechos em que diz que:

[...] não somente as pessoas, mas também o Estado e as organizações criam usos altamente distintos do dinheiro, e eles trabalham duro (embora nem sempre bem-sucedidos) para manter fundos segregados, marcados [...] Através de frequentes processos elaborados e contestados, a marcação, portanto, bloqueia a fungibilidade do dinheiro tanto na vida privada quanto na vida pública. Variando técnicas, governos, organizações e pessoas, estilizam o dinheiro e o combina com tipos distintos de relações e transações. Como re-

⁴⁹Para considerações teóricas sobre o uso do conceito na interface entre intimidade e atividade econômica, ver o estudo de caso de Maria de Dios (2020).

sultado, o dinheiro marcado se torna uma ferramenta às relações interpessoais, assim como o trabalho relacional político. O resultado deste esforço, como vimos, pode ser consequente para políticas públicas tanto quanto para transações pessoais (ZELIZER, 2012, p. 162. Tradução minha).

Em todos os tipos de situações, das predominantemente íntimas às predominantemente impessoais, as pessoas diferenciam fortemente vários tipos de relações interpessoais, caracterizando-as com distintos nomes, símbolos, práticas e meios de troca [...]. Tanto em empresas quanto em espaços domésticos, assim como em quaisquer outros, as pessoas constantemente administram múltiplos conjuntos de relações sociais (ZELIZER, 2009, p. 240).

A socióloga Nina Bandelj (2020), que foi aluna e orientanda de Zelizer, também destaca este ponto lembrando que “reguladores” — e aqui podemos ler como “agentes públicos” em geral — “igualmente se engajam em trabalho relacional quando eles instituem políticas e provisões sobre pagamentos (ou a falta deles) apropriados para relações econômicas em particular” (BANDELJ, 2020, p. 13. Tradução minha).

A aplicação do conceito em contextos organizacionais e institucionais também é defendida em textos de Alfredo García (2014, p. 642), Katherine Chen (2019), Nina Bandelj (2015), Kieran Healy (2013) e Healy em coautoria com Marion Fourcade (2016, p. 17). Aliás, vem de Healy uma ressalta contundente de que as dimensões organizacionais e institucionais da teoria de Zelizer são ignoradas pelos próprios acadêmicos que trabalham com os conceitos, permanecendo muito atados à dimensão cultural em si.

A abordagem parte do princípio de que as transações econômicas são fundamentalmente interações sociais, o que implica considerar que o esforço criativo que as pessoas empreendem para estabilizar, manter, negociar, transformar ou até mesmo terminar relações sociais

(ZELIZER; TILLY, 2006, p. 7), bem como o conteúdo e as características dessas relações em curso, limitam ou facilitam a atividade econômica. O que implica reconhecer que as ligações dos múltiplos domínios da vida social, incluindo a religião, a política, a vida cívica e outros tipos de laços (ZELIZER, 2012, p. 149) não só possibilitam ou impossibilitam transações econômicas, como também determinam suas características, práticas, meios de troca, quantidades, recorrência etc.

O trabalho relacional, portanto, é feito pelos atores a partir dos “[...] recursos culturais disponíveis e crenças” (BLOCK, 2013, p. 2013. Tradução minha); isto é, quando Zelizer nos informa que “as relações sociais, transações e meios de troca, cada qual vem com histórias e pacotes culturais”, ela está argumentando que “as adaptações criativas das pessoas operam entre limites dados por sentidos historicamente acumulados, limites legais e limites estruturais” (ZELIZER, 2012, p. 164. Tradução minha). Isto abre uma janela para compreender o esforço criativo e as liberdades que possibilitam as negociações e as trocas, porém, entendendo que isto só ocorre a partir de suportes institucionais, modelos culturais instituídos e práticas disponíveis ou recorrentes.

Levantado este ponto, faz-se necessário abrir, aqui, um “parêntese” — necessário para não ser contraproducente em nossas análises sobre os aspectos sociológicos da vida econômica. Influenciada pela obra “*Why?*”, de Charles Tilly (2006), Zelizer se empenhou em reconhecer o esforço criativo e as justificativas mobilizados para se estabelecer laços diferenciados, bem como sua manutenção, sua reformulação, sua distinção de outras relações e até mesmo sua terminação; o processo de estabelecimento de “fronteiras morais” que facilitem ou limitem o fluxo de recursos, bens e serviços; e o nexos entre os

significados compartilhados das relações e as estratégias para realizar objetivos econômicos e satisfazer necessidades materiais — conformando os resultados das transações e negociações com os próprios significados dessas relações (ZELIZER; TILLY, 2006).

Assim, a teoria de Zelizer tem grande potencial para nos auxiliar nas situações em que as pessoas tenham mais ou menos liberdade de ação para recorrer ao “trabalho relacional” como forma de alcançar e realizar os seus próprios interesses e necessidades materiais num dado momento ou num dado relacionamento; contudo, não podemos enxergar a economia de uma sociedade como meros “atos individuais agregados”: Karl Polanyi (1957) já nos avisava no século passado que só faz sentido olharmos para “interrelações pessoais” e para o “comportamento econômico individual” se levarmos em consideração de que são resultantes de um “padrão estrutural” ou “formas de integração” (POLANYI, 1957).

O comportamento individual só ocorre diante de “suportes institucionais definidos”, sendo eles formados tanto pelas instituições econômicas, quanto por aquelas propriamente não-econômicas. Não por mera coincidência é que o célebre trabalho de Zelizer, no qual surge o conceito de “trabalho relacional”, decorre de pesquisas em situações nas quais envolvem instituições: o direito, a justiça, o mercado, agências reguladoras, o Estado, a família...

Outro ponto curioso é que a falta de referências a Polanyi em Zelizer talvez seja uma consequência de sua tentativa explícita (ZELIZER, 2012; HEALY 2013) de se manter distanciada de Mark Granovetter, que entre a década de 1980 e o início dos anos 2000 ainda fazia entender que seu conceito de *embeddedness* seria uma referência estritamente polanyiana (GRANOVETTER, 1985). O que ela chamou de “vidas conectadas” e “relações constitutivas” para tratar da relação so-

cidade e economia, Polanyi também já havia adiantado décadas antes quando escreveu, por exemplo:

i) Que [...] “a economia humana existe envolvida pelas relações sociais que os seres humanos mantêm entre si” (POLANYI, 2012a, p. 135).

ii) Que “O homem não age tanto de maneira a salvaguardar o seu interesse pessoal na posse de bens materiais, como com vista a garantir a sua posição social, as suas ambições sociais, o seu valor social”; de forma que, “só valoriza os bens materiais na medida em que estes possam servir esses outros fins” (POLANYI, 2012a, p. 135).

iii) Que os processos econômicos de produção e distribuição não estão “ligados a interesses econômicos específicos relacionados com a posse de bens; mas cada momento desses processos se articula com certo número de interesses sociais” que, independentemente de quais sejam, servem como “garantia de que a atividade necessária será levada a cabo” (POLANYI, 2012a, p. 135).

iv) Quando diz que podemos até destacar uma motivação que seja prevalecente na organização de um sistema econômico, que tal motivação “[...] pode ser religiosa, política ou estética, pode ser movida por orgulho, preconceito, amor ou inveja”, mas que “na verdade, os seres humanos trabalham por muitas razões, desde que vivam em um grupo social definido” (POLANYI, 2012b, p. 54).

v) Que sociedades e civilizações são “[...] limitadas pelas condições materiais da sua existência” e que “esse é um traço comum a toda a vida humana e, na realidade, a qualquer forma de vida — religiosa ou não-religiosa, materialista ou espiritualista” (POLANYI, 2012b, p. 118).

vi) Que “a economia humana, então, é enraizada e enredada nas instituições, econômicas e não-econômicas”, considerando que “a in-

clusão das não-econômicas é vital”, já que “a religião ou o governo podem ser tão importantes à estrutura e funcionamento da economia quanto as instituições monetárias [...]” (POLANYI, 1957, p. 250. Tradução minha).

Com respeito ao Polanyi por representar sua aprofundada obra em tão simples passagens, são alguns breves trechos que mostram que a complexidade da vida social que Zelizer procurou perseguir já estava presente nos trabalhos dele; cada qual com sua leitura e objetivos de trabalho empírico, ler a abordagem da autora e recorrer às suas ferramentas de trabalho precisa ser feito com a cautela de que há questões mais amplas, estruturais, político-econômicas que precisam ser ajustadas a partir de outra abordagem teórica. Trabalhos futuros precisam se debruçar sobre a possibilidade de se colocar ambos os autores para dialogar, tal como o exercício feito por Phillippe Steiner (2009). Aqui, por ora, voltaremos à discussão anterior.

Observar o material empírico aqui analisado, a partir desta teoria, significa compreender que Bolsonaro recorreu ao preconceito e ao desrespeito cultural, mobilizando o imaginário da imoralidade e da promiscuidade com o qual alguns grupos políticos ainda enxergam as comunidades LGBTQI+, para estabelecer fronteiras (ZELIZER, 2012, 2009; BANDELJ, 2012; ZELIZER; TILLY, 2006, p. 7) que delimitam aqueles/as que podem ser beneficiários/as dos recursos públicos e aqueles/as que não podem. Deste modo, suas declarações falam em “dinheiro jogado fora”, “não ter cabimento fazer um filme” com os enredos apresentados e confessar não entender “porque gastar dinheiro público com um filme desses”. Além de envolver a troca de recursos econômicos, ao dizer que os projetos não são dignos de receberem dinheiro público também desferiu uma ofensa moral, onde Bolsonaro se volta à própria relação social que estabelece com as co-

munidades LGBTQI+ no nível do que se tem chamado de “guerra cultural”.

Quando não há concordância de ambas as partes envolvidas, principalmente no que diz respeito aos sentidos das relações sociais que são colocadas em jogo, a disputa é levada ao ambiente jurídico (FERNANDES, 2013; ZELIZER, 2005). Cabe aos atores jurídicos e os tribunais, neste caso o MPF-RJ e os tribunais de primeira e segunda instância, a partir de suas próprias interpretações sobre os sentidos e as categorias das relações envolvidas, resolverem como os recursos envolvidos ou pleiteados serão distribuídos e por quais meios de troca.

A lei, neste ponto de arbitragem das relações e das transações econômicas (ZELIZER, 2012, p. 154), “[...] oferece terreno no qual fronteiras morais são contestadas”; isso pode ser ilustrado através da denúncia do MPF-RJ e dos códigos morais e culturais mobilizados nela, trazendo, inclusive, à luz o caráter discriminatório implícito na Portaria e na sua motivação, isto é, as declarações do presidente. Através da “consciência legal”, os discursos mobilizados nas peças jurídicas operam como “recursos culturais”, fazendo “um significativo trabalho cognitivo”; desta forma, “[...] atores legais reformulam conflitos econômicos numa linguagem legal” (EDELMAN; STRYKER, 2005, p. 530-535. Tradução minha). O resultado prático disso é que os entendimentos legais “produzem limites reais de ação e escolha econômica” (EDELMAN; STRYKER, 2005, p. 528; STRYKER, 2003, p. 343. Tradução minha).

Em sua denúncia, dentre outras coisas, o MPF-RJ fala em:

[...] ato gerador de dano ao Erário e também discriminatório contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais — LGBTT, em contrariedade aos princípios administrativos da honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições [...] verdadeira intenção do governo [...] era impedir que projetos que tratam da temática

LGBT sejam financiados com recursos públicos.

Verifica-se [...] evidente confusão entre “interesse público” e a vontade e as ideias pessoais do governante [...] E a discricionariedade que a Lei lhes confere não lhes autoriza, de modo algum, a ofender o princípio isonômico ou a estabelecer tratamento discriminatório entre brasileiros. [...] Verifica-se, também, inequívoco tratamento não-isonômico no acesso a recursos federais, baseado em discriminação intencional por motivo de orientação sexual e identidade de gênero.⁵⁰

Evidentemente que a ação movida pelo MPF-RJ não traz somente a conduta discriminatória quanto à distribuição de recursos públicos como único elemento; também se observou a improbidade do ato administrativo e o dano ao erário público causado pela suspensão de um processo de seleção que já se encontrava em fase final e o qual já havia provocado custos para sua realização. Entendendo que a denúncia de ato discriminatório poderia ser procedente e o real fundamento do ato administrativo, a juíza de primeira instância que deferiu a suspensão da portaria considerou que: “os direitos fundamentais à liberdade de expressão, igualdade e não discriminação merecem a tutela do Poder Judiciário”.⁵¹

Esses sentidos e interpretações sobre as relações entre as partes conflituosas mobilizados tanto pelo MPF-RJ quanto pela Justiça Federal é que reestabelecem a operação de recursos econômicos entre o edital e os projetos audiovisuais, não só obrigando o Estado a realizar uma transação econômica, mas, também, reestabelecendo outros sentidos sobre qual deve ser, à luz do ordenamento jurídico brasileiro e das obrigações constitucionais, a relação entre o poder público, o go-

⁵⁰Íntegra da *Ação civil pública nº 5067900-76.2019.4.02.5101/rj* disponível em: www.mpf.mp.br. Acesso em: 15 de março de 2020

⁵¹Trecho da decisão da 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: www.mpf.mp.br. Acesso em: 15 de março de 2020

verno federal e a comunidade LGBTQI+, reiterando que o primeiro não pode agir de forma discriminatória com a última.

Conclusão

Como estimulam Bandelj, Spillman e Wherry (2015, p. 5. Tradução minha), uma agenda de pesquisa que explore atividades econômicas na esfera pública deve “incluir atenção às várias dimensões de criação de sentido — práticas econômicas, conhecimento e discurso”, considerando os “campos empíricos nos quais a criação de sentido sobre tópicos econômicos públicos tomam lugar”.

Às análises que afirmam que as ações do governo Bolsonaro no plano da cultura, da moral e em assuntos ditos “controversos” são mera “cortina de fumaça” ou manobra de distração, apresentamos elementos que demonstram que há uma relação de hostilidade e confronto de longa data; processos de construção de relações baseadas em ofensas e desrespeito cultural que precisam ser entendidos com maior complexidade, não sendo reduzidos a mera estratégia de comunicação de governo.

Às análises que afirmam que há um plano “ideológico” e de “guerra cultural” adverso de um plano “econômico” oferecemos subsídios, a partir da sociologia econômica, para pensar que as atividades econômicas são indissociáveis de elementos não-econômicos, como, no caso, ideologias, sistemas de crença, interesses sociais e os sentidos das relações sociais — em suma, da própria “guerra cultural”.

Deste modo, procuramos apontar que se é possível falar em uma “guerra cultural” como conceito analítico, é preciso pensá-la, também, como tendo a sua própria agenda econômica — no caso em questão uma disputa pelo controle e distribuição de recursos públicos —, bem

como os efeitos dela nas agendas econômicas como um todo, cooperando com as manobras de austeridade fiscal que drenam recursos de programas e ações sociais e culturais.

Quando trazemos isso à luz, tendo como aporte teórico o conceito de trabalho relacional, entendemos que os processos relacionais, de negociação ou de disputa, bem como os códigos e categorias culturais e morais mobilizados nessas relações, afetam não só os resultados econômicos, como também os próprios significados delas.

Como aborda Zelizer, conflitos e negociações nas atividades econômicas também “envolvem interesses genuínos por justiça, igualdade, satisfação e benefício social” (ZELIZER, 2009, p. 253). Essa avaliação moral e simbólica possui dimensão tanto cultural quanto econômica. O caso em questão é bastante ilustrativo para mostrar o quanto vida econômica e vida social possuem relação complexa e indissociável; serve para nos manter atentos/as de que nossas teorias e ferramentas de análise devem considerar as duas questões.

Referências

ANDERSON, Perry. O Brasil de Bolsonaro. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 01, 2019.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 38, n. 1, jul., p. 185-213, jan./abr., 2019.

AVELAR, Idelber. A rebelião do eles: léxico, morfologia e sintaxe do fascismo bolsonarista. *Estado da Arte*, São Paulo, 2020. Disponível em: estadodaarte.estadao.com.br. Acesso em: 15 de agosto de 2020.

BANDELJ, Nina. Relational Work in the Economy. *The Annual Review of Sociology*, v. 46, n. 15, 2020.

_____. Relational Work and Economic Sociology. *Politics & Society*, v. 40, n. 2, 2012.

_____. Thinking about Social Relations in Economy as Relational Work. In: ASPERS, Patrik; DODD, Nigel (Orgs.). *Re-imagining economic sociology*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

BANDELJ, Nina; SPILLMAN, Lyn; WHERRY, Frederick. Economic Culture in the Public Sphere: Introduction. *European Journal of Sociology*, v. 56, n. 1, 2015.

BOLSONARO, Jair. Brasil. Presidente (2019- atual: Jair Messias Bolsonaro. Discurso do presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional. Brasília, 1 jan. 2019. 1 f. Disponível em: www.gov.br. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

BORGES, Eduardo. Bolsonaro ano 1: a democracia no picadeiro. *Le Monde Diplomatique*, 2020. Disponível em: diplomatique.org.br. Acesso em: 31 de Julho de 2020.

BLOCK, Fred. Relational work and the law: recapturing the legal realist critique of market fundamentalism. *Journal of Law and Society*, v. 40, n. 1, 2013.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. *Revista de Antropologia São Paulo*, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.

CHEN, Katherine K. Bounded relationality: how intermediary organizations encourage consumer exchanges with routinized relational work in a social insurance market. *Socio-Economic Review*, v. 17, n. 3, 2019.

DE DIOS, Maria Luísa Célia Escalona. A construção social de um mercado de serviços pessoais. *TOMO*, São Cristóvão, n. 36, p. 231-266, jan./jun., 2020.

DUTRA, Roberto. Nova base eleitoral expõe contradição da guerra cultural bolsonarista. *Portal Uol*, 2020. Disponível em: entendendobolsonaro.blogosfera.uol.com.br. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

EDELMAN, Lauren B.; STRYKER, Robin; A Sociological approach to Law and the Economy. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard (Orgs.). *Handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

ESTADO DA ARTE. Guerra cultural e retórica do ódio: um diálogo com João Cezar de Castro Rocha. *Estado da Arte*, São Paulo, 2020. Disponível

em: estadodaarte.estadao.com.br. Acesso em: 01/05/2020.

FELTRAN, Gabriel. Formas elementares da vida política: sobre o movimento totalitário no Brasil (2013-). *Blog da Revista Novos Estudos CEBRAP*, 2020. Disponível em: novosestudos.com.br. Acesso em: 07 de abril de 2021.

FERNANDES, Camila. ZELIZER, Viviana A. 2011. A negociação da intimidade (Resenha). *Mana*, São Paulo, v. 19, n. 2, 2013.

FOURCADE, Marion; HEALY, Kieran. Seeing like a Market. *Socio-Economic Review*, v. 0, n. 0, 2016.

GARCÍA, Alfredo; Relational work in economic sociology: a review and extension. *Sociology Compass*, v. 8, n. 6, 2014.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and Social Structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 91, n. 3, 1985.

HEALY, Kieran. Dealing with awkward relations. *s. l., s. n.*, 2013.

HUNTER, James Davison. *Culture wars: the struggle to define America*. New York: BasicBooks, 1991.

NUNES, Rodrigo. Of what is Bolsonaro the name? *Radical Philosophy*, 2.09, Winter, 2021.

POLANY, Karl. The economy as instituted process. In: POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. (Orgs.). *Trade and market in the early empires: economies in history and theory*. Glencoe: The Free Press, 1957.

_____. *A Grande Transformação: As origens políticas e econômicas do nosso tempo*. Lisboa: Edições 70, 2012a.

_____. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012b.

ROCHA, João Cezar de Castro. Introdução a ‘Guerra Cultural Bolsonarista — a retórica do ódio’. *Estado da Arte*, São Paulo, 2020. Disponível em: estadodaarte.estadao.com.br. Acesso em: 01 de maio de 2020.

SANTOS, Fabiano; TANSCHHEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. *Colombia Internacional*, n. 99, 2019, p. 151-186. Disponível em: revistas.uniandes.edu.co. Acesso

em 09 de abril de 2020.

SANTOS, Frederico Rios C. dos. O que se entende por Retórica da Guerra Cultural. *Revista Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 15, n. 1, jan-mar. 2020.

SIMÕES, Mariana. “Quanto maior o colapso do governo, maior a virulência da guerra cultural”, diz pesquisador da Uerj. *Agência A Pública*, 2020. Disponível em: apublica.org. Acesso em: 17 de junho de 2020.

SOLANO, Esther. Crise da Democracia e extremismo de direita. Análise Nº 42/2018 do Friedrich Ebert Stiftung Brasil. Disponível em: library.fes.de. Acesso em: 05 de agosto de 2020.

STEINER, Philippe. Who is right about modern economy: Polanyi, Zelizer, or both? *Theory and Society*, v. 38, n. 1, 2009.

STRYKER, Robin. Mind the gap: law, institutional analysis and socioeconomics. *Socio-Economic Review*, n. 1, 2003.

TILLY, Charles. *Why?* Princeton: Princeton University Press, 2006.

ZELIZER, Viviana. How I became a relational economic sociologist and what does that mean? *Politics & Society*, v. 40, n. 2, 2012.

_____. Dualidades perigosas. *Mana*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 237-256, 2009.

ZELIZER, Viviana; TILLY, Charles. Relations and Categories. In: ROSS, Brian; MARKMAN, Arthur (Orgs.). *The psychology of learning and motivation*, v. 47. Elsevier Press, 2006.

ZELIZER, Viviana. *The purchase of intimacy*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

_____. The purchase of intimacy. In: ZELIZER, Viviana. *Economic Lives: How Culture Shapes the Economy*. Princeton: Princeton University Press, 2011.

WHERRY, Frederick. Relational accounting: a cultural approach. *American Journal of Cultural Sociology*, v. 4, n. 2, 2016.

Notícias em Periódicos, depoimentos, editais e links

“Jair Bolsonaro é condenado a pagar R\$150 mil por declarações homofóbicas”. Consultor Jurídico, 2019. Disponível em: www.conjur.com.br. Acesso em: 14 de março de 2020.

“Justiça mantém condenação de Bolsonaro por declarações homofóbicas”. Consultor Jurídico, 2019. Disponível em: www.conjur.com.br. Acesso em: 14 de março de 2020.

www.facebook.com. Acesso em: 15 de março de 2020

Ação civil pública nº 5067900-76.2019.4.02.5101/rj disponível em: www.mpf.mp.br. Acesso em: 15 de março de 2020.

Agravo de instrumento nº 5009199-02.2019.4.02.0000/rj disponível em: www.mpf.mp.br. Acesso em: 15 de março de 2020

ALESSI, Gil. “Batalha ideológica é a ponta de lança da estratégia de Bolsonaro”. El País, 2019. Disponível em: brasil.elpais.com. Acesso em: 16 de abril de 2020

ANCINE. Resultado preliminar, disponível em: www.ancine.gov.br. Acesso em: 15 de março de 2020.

Boletim 2021500321 de 03 de fevereiro de 2021 do Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região, 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: dje.trf2.jus.br. Acesso em: 01 de abril de 2021.

BOLSONARO, Jair. [*Pronunciamento proferido em audiência pública na comissão de seguridade social e família, 28/06/2012*] Brasília, Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

BOLSONARO, Jair. [*Pronunciamento proferido em plenário da câmara dos deputados, sessão 031.3.54.o*] Brasília, Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

BOLSONARO, Jair. [*Pronunciamento proferido em reunião ordinária da comissão de direitos humanos e minorias, 07/03/2013*] Brasília, Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

BOLSONARO, Jair. [*Pronunciamento proferido no plenário da câmara dos deputados, sessão 204.2.54.o*] Brasília, Câmara dos Deputados, 2012.

Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

BOLSONARO, Jair. [*Pronunciamento proferido no plenário da câmara dos deputados, sessão 269.2.54.o*] Brasília, Câmara dos Deputados, 2012.

Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

BOLSONARO, Jair. [*Pronunciamento proferido no plenário da câmara dos deputados, sessão 271.2.54.o*] Brasília, Câmara dos Deputados, 2012.

Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de decreto legislativo de sustação de atos normativos do poder executivo nº 18 de 2015*. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 11 de agosto de 2018.

CAMPOS, João Pedroso de. “Guerra cultural de Bolsonaro inviabiliza Guedes no governo, diz sociólogo”. Veja, 2019. Disponível em: veja.abril.com.br. Acesso em: 17 de abril de 2020.

CAMPOS, João. [*Pronunciamento proferido em audiência pública na comissão de seguridade social e família, 28/06/2012*] Brasília, Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

Decisão da 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: www.mpf.mp.br. Acesso em: 15 de março de 2020

Edital de Chamada pública BRDE/FSA — PRODAV — TVS públicas — 2018, disponível em: www.brde.com.br. 15 de março de 2020.

EXAME. “Brasil não pode ser país do mundo gay; temos famílias”, diz Bolsonaro. Exame, 2019. Disponível em: exame.abril.com.br. Acesso em: 15 de março de 2020

FREITAS, Guilherme. “A sociedade como campo de batalha”. Revista Serrote, 2017. Disponível em: www.revistaserrote.com.br. Acesso em: 15 de abril de 2020.

GOMES, Wilson. “Distraction, Deception & Damares”. Revista Cult, 2019. Disponível em: revistacult.uol.com.br. Acesso em: 16 de abril de 2020

GONÇALVES, Marcos Augusto. “Posts bizarros de Bolsonaro não são apenas cortina de fumaça”. Folha de São Paulo, 2019. Disponível em: blogdo-mag.blogfolha.uol.com.br. Acesso em: 17 de abril de 2020

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. “Cidade de São Paulo anuncia um festi-

val com as obras censuradas por Bolsonaro”. El País. Disponível em: brasil.elpais.com. Acesso em: 15 de abril de 2020.

GRAMINHA, Pedro. Relatos de 3 LGBTs que adiaram voltar ao Brasil com medo de ataques homofóbicos. Uol, 2018. Disponível em: noticias.uol.com.br. Acesso em: 15 de março de 2020.

IHU Online. “O primeiro ano do governo Bolsonaro e a força do seu modelo de fazer política. Entrevista especial com Roberto Dutra”. IHU Online, 2020. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br. Acesso em: 16 de abril de 2020

Íntegra da *Ação civil pública nº 5067900-76.2019.4.02.5101/rj* disponível em: www.mpf.mp.br. Acesso em: 15 de março de 2020

LOPES, Mauro. “Guerra cultural é sobre comida e sexualidade; oposição sobre temas é um erro”. Brasil 247, 2019. Disponível em: www.brasil247.com. Acesso em: 16 de abril de 2020

MAIA, Tatiana Vargas. “A falsa dicotomia entre pautas identitárias e economia”. El País, 2018. Disponível em: brasil.elpais.com. Acesso em: 16 de abril de 2020

MPF.MP/RJ, disponível em: www.mpf.mp.br. Acesso em: 15 de março de 2020.

NIKLAS, Jan. Projetos de série que Bolsonaro que ‘abortar’ são finalistas na linha ‘Diversidade de Gênero’ de edital público. O Globo, 2019. Disponível em: oglobo.globo.com. Acesso em: 15 de março de 2020.

O GLOBO. “Bolsonaro extingue Cultura e Esportes e deixa ministérios de Mulheres e Direitos Humanos para depois”, 2018. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 15 de março de 2020

O PL 122 NÃO MORREU. [S.l.; s.n.]. Publicado pelo canal Jair Bolsonaro. 1 vídeo (4min 38seg). Disponível em: www.youtube.com. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

ORTELLADO, Pablo. “Guerras culturais no Brasil”. Le Monde, 2014. Disponível em: diplomatie.org.br. Acesso em: 15 de abril de 2020

ORTELLADO, Pablo. “Não é a economia, estúpido”. Folha de São Paulo, 2019. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 15 de abril de 2020.

ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Márcio. “O combate cultural que move o bolsonarismo, na estatística”. *Época*, 2019. Disponível em: epoca.globo.com. Acesso em: 15 de abril de 2020

PARTICIPAÇÃO POPULAR 2010-11-18 BOLSONARO COMPLETO. [Brasília: TV Câmara, 2010. 1 vídeo (28min 6seg). Disponível em: www.youtube.com. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

Portaria nº 1576 de 21 de agosto de 2019, Diário Oficial da União. Disponível em: www.in.gov.br. Acesso em: 15 de março de 2020

QUINALHA, Renan. “Menino veste azul, menina veste rosa: uma polêmica inútil?”. *Revista Cult*, 2019. Disponível em: revistacult.uol.com.br. Acesso em: 16 de abril de 2020

RODRIGUES, Mário Vitor. “Azul e rosa definidos, falta o laranja (e chega de distração)”. *Gazeta do Povo*, 2019. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br. Acesso em: 16 de abril de 2020

ROVAI, Renato. “Cortina de fumaça e lacração, podemos e devemos ser melhores do que isso”. *Revista Fórum*, 2019. Disponível em: revistaforum.com.br. Acesso em: 16 de abril de 2020

SAYURI, Juliana. “O que é guerra cultural. E por que a expressão está em alta”. *Nexo Jornal*, 2019. Disponível em: www.nexojornal.com.br. Acesso em: 17 de abril de 2020.

SUWWAN, Leila. Apoio de FHC à união gay causa protestos. *Folha de São Paulo*, 2002. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

TERRA. Bolsonaro: “prefiro filho morto em acidente a um homossexual”. *Terra*, 2011. Disponível em: www.terra.com.br. Acesso em: 15 de março de 2020.

Resumo:

O caso do Edital BRDE/FSA PRODAV de 2018, que se tratou de um edital de fomento a produções audiovisuais o qual foi temporariamente suspenso por interesses do presidente Jair Bolsonaro, é bastante ilustrativo ao entendimento das dimensões cultural e econômica do que vem sendo chamado de “bolsonarismo”. A tentativa da gestão de Jair Bolsonaro de sabotar o andamento do certame aponta em duas direções: o desrespeito cultural e hostilidade relacional para com a comunidade LGBTQI+, e que em algumas interpretações são vistas como parte de uma “guerra cultural” empreendida pelo bolsonarismo; e como os sentidos dessas relações afetam os processos de transferência de recursos, bens e/ou serviços. Como subsídio à discussão, lançamos mão da sociologia econômica relacional.

Palavras-chave: Guerra Cultural; Recursos Públicos; Jair Bolsonaro; Sociologia Econômica.

Abstract:

The case of the BRDE/FSA PRODAV 2018 Notice, created to promote audiovisual productions and which one was temporarily suspended according to president Jair Bolsonaro’s interests, is very illustrative to understand the cultural and economic dimensions of what has been called “bolsonarism”. The attempt by Jair Bolsonaro’s administration to abort the event’s progress points in two directions: cultural disrespect and relational hostility towards the LGBTQI+ community, seen by some interpretations as a part of a “war culture” undertaken by bolsonarism; and how the meanings of these relationships affect the processes of transferring resources, goods or services. We take use of economic sociology to draw the discussion.


Keywords: Culture War; Public Budget; Jair Bolsonaro; Economic Sociology.

Recebido para publicação em 15/08/2020.
Aceito em 12/04/2021.

A melancolia da esquerda resignada: reflexões sobre reformismo e neoliberalismo

Luan Cardoso Ferreira

Universidade Federal Fluminense, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-1880-1899>

luan-cf@hotmail.com

Introdução

O estatuto contemporâneo da dimensão política, da disputa por projetos de sociedade, é entendido por muitos como sendo frágil. O imperativo thatcheriano da total ausência de alternativa (mobilizado por meio de coerção e consenso) parece ter consumido as mais diversas concepções de mundo — pela articulação de uma nova racionalidade que muitos chamam de “neoliberalismo” (DARDOT; LAVAL, 2016). Nesse sentido, certos autores vêm dando destaque a estudos sobre a força ideológica na sociedade, propondo uma articulação

entre teorias psicanalítica e política¹ — reconhecendo a inevitabilidade da dimensão subjetiva nos estudos sociais e, ao mesmo tempo, propondo um esforço a mais para tentar entender os diversos níveis das formas política e ideológica. Uma destas propostas de articulação psicanalítico-política resulta no diagnóstico de que existiria um processo de melancolia em segmentos da esquerda na contemporaneidade Ocidental.

Segundo a cientista política estadunidense Jodi Dean (2013), isto significa dizer que tal esquerda teria cedido em seu desejo de transformar a sociedade, submetendo-se às estruturas de dominação material-ideológica. Ao ceder em seu desejo de mudança, ela teria apenas transformado o próprio desejo numa repetição excessiva e acomodada do *status quo*. Ou seja, tal esquerda passaria por uma situação análoga ao quadro psicanalítico da melancolia: cede em seu desejo, abre mão do objeto estimado por si e passa por um processo de autoacusação, um autoataque, produzido para fugir do sentimento de culpa que vem da abdicação do desejo. O amor, antes investido no desejo, converte-se numa espécie de sadismo em que o próprio eu é assumido como objeto de menosprezo — em outras palavras, um masoquismo. A estima amorosa ao objeto é convertida, portanto, num repetido ódio contra si mesmo, como forma de fugir do sentimento de culpa pelo abandono do próprio desejo.²

Aquilo que entra em cena na melancolia, de acordo com esta reflexão, é um tipo de jogo com o qual o sujeito repete um processo masoquista para tentar lidar com a falta que o abateu após ter cedido

¹Alain Badiou, Slavoj Zizek, Louis Althusser, Judith Butler, Vladimir Safatle, Frantz Fanon e teóricos da Escola de Frankfurt (como Theodor Adorno e Herbert Marcuse) são alguns dos pensadores inseridos (de maneiras diversas) nesta ponte interdisciplinar.

²Para um maior aprofundamento sobre as bases do conceito de melancolia na teoria psicanalítica, ver *Luto e Melancolia* de Sigmund Freud (1987 [1917]).

naquilo que deseja. Em síntese, podemos dizer que o desejo é sublimado — passa por um processo subjetivo de reformatação — e limitou-se a ser pulsão, um impulso compulsivo com o qual o sujeito se satisfaz repetidamente.

Na psicanálise, a dimensão pulsional é aquela na qual o sujeito se satisfaz (goza) pela repetição excessiva da falta que o arrebatava. Um famoso exemplo — notavelmente discutido por Sigmund Freud em *Além do princípio de prazer* (1987 [1920]) e por Jacques Lacan em seu *Seminário 11* (1996) — é o da criança que, tendo que ficar sozinha em casa após a mãe ir trabalhar, cria um jogo no qual arremessa repetidamente um carretel de madeira e, em seguida, o puxa de volta com um barbante amarrado. Enquanto reproduz esta cena, a criança permanece tentando pronunciar as palavras “*fort*” e “*da*” (vai/ausente e volta/presente) — fazendo com que o caso ficasse conhecido na literatura psicanalítica como caso do jogo ou da criança “*fort-da*”, fiel às palavras em alemão —, satisfazendo-se numa simbolização da presença e da ausência da mãe, seu objeto de desejo. Aqui, portanto, a própria falta é assumida como objeto com o qual o sujeito goza.

Desde esta racionalidade, Dean (2013) entende que a dimensão pulsional da esquerda melancólica na contemporaneidade pode ser perceptível na repetição masoquista dos fundamentos da democracia burguesa e da ideologia dominante, que limitam sua ação política a iniciativas atomizadas e/ou individualmente acalentadoras. Podemos sintetizar a tese da autora ao citar a seguinte passagem:

Esta esquerda substituiu compromissos com as lutas igualitárias e emancipatórias dos trabalhadores contra o capitalismo — compromissos que nunca foram totalmente ortodoxos, mas sempre divididos, conflituosos e contestados — com uma atividade incessante (não diferente da mania que Freud também associa à melancolia), e agora se satisfaz com criticismo e interpretação, projetos pequenos e

ações locais, questões particulares e vitórias legislativas, arte, tecnologia, procedimentos e processos. Ela sublima desejo revolucionário em pulsão democrática, nas práticas repetitivas oferecidas como democracia (seja representativa, deliberativa ou radical). Já tendo cedido à inevitabilidade do capitalismo, ela visivelmente abandona “qualquer poder de ataque contra a grande burguesia”, para retornar à linguagem de [Walter] Benjamin. Para esta esquerda, o gozo vem de sua abdicação de responsabilidade, sua sublimação de objetivos e responsabilidades nas práticas fragmentadas de micropolíticas, autocuidado e sensibilização. Perpetuamente desprezada, prejudicada e perdida, esta esquerda permanece presa na repetição, incapaz de se livrar dos circuitos da pulsão nos quais foi pega — incapaz porque ela goza com isso (DEAN, 2013, p. 87).

Em seu argumento, a autora retoma diretamente reflexões de Walter Benjamin acerca do tema. Por exemplo, em *Melancolia de esquerda* — resenha sobre um livro de poemas de Erich Kastner —, Benjamin (1987) descreve de maneira crítica a posição melancólica como sendo uma abstenção de se engajar efetivamente na luta pela transformação social, e isto em razão de um ganho secundário. Em suas palavras, tal melancolia passa pela “conversão de reflexos revolucionários (...) em objetos de distração, de divertimento, rapidamente canalizados para o consumo” (BENJAMIN, 1987, p. 75) — operação dupla por meio da qual se “vende” a “inteligência” e os “sentimentos” de indignação ao mesmo tempo em que se afasta do “movimento operário”. Desta maneira, abandonam-se perspectivas radicais de ação política em favor de um “fatalismo” e de uma “furtiva atitude de cortejar a conjuntura” (BENJAMIN, 1987, p. 77) — processo que, para Benjamin, deriva de uma sujeição à “rotina”, aos modos de dominação existentes.³

³Dean não é a única a retomar a discussão sobre a melancolia com base em Benjamin: a cientista política Wendy Brown — em seu artigo *Resisting left melancholy* (1999), por exemplo — também propôs um resgate desta reflexão à sua

Então, no presente trabalho, tomamos tais marcos como referências de análise para ensaiar (em associação ao campo da economia política) uma proposta de interpretação histórica sobre três momentos da trajetória recente da luta de classes — a ascensão do Estado de bem-estar no pós-guerra, sua queda e o programa neoliberal de austeridade —, refletindo sobre os lugares que certa esquerda ocidental veio ocupando ao longo dos mesmos e sobre seu papel na reconfiguração da sociedade — principalmente a sociedade do norte global. Guiamo-nos pela hipótese segundo a qual as posições de “reformismo” socialdemocrata e de “neoliberalismo de esquerda” sejam exemplos de resignação (em graus variados) à estrutura capitalista e à ideologia dominante. Nosso objetivo é refletir sobre desafios para a assunção de uma concepção de mundo revolucionária na política, introduzindo o conceito psicanalítico de melancolia como uma referência teórica relevante para análises nesta temática — debate que também se situa no campo da subjetivação política (“conscientização”).

A sociedade no pós-guerra

Neste tópico, realizaremos um breve retorno à organização social do século XX, com ênfase na segunda metade do século. Buscaremos, assim, compreender um panorama da sociedade organizada pelo Es-

maneira. No entanto, como sugere Dean (2013), Brown entendeu a melancolia de esquerda enquanto resistência em se adaptar à realidade neoliberal, num processo que tomaria a forma de repetição da “ortodoxia” marxista — ao passo em que, na concepção de Dean (2013), o abandono melancólico do desejo de transformação passa por um nível de afastamento do materialismo histórico-dialético. Como bem aponta Dean (2013), não se pode ignorar que a posição de Brown se choca com a do próprio Benjamin (1987), já que, para este, a melancolia consiste não na adaptação resignada à realidade, mas na insistência em realizar o impossível da transformação revolucionária. É desde estes termos que se pode entender, por exemplo, a defesa benjaminiana do poeta militante comunista Bertolt Brecht como exemplo de artista engajado (BENJAMIN, 1987).

tado de bem-estar e pelas políticas econômicas keynesianas, descrita saudosamente por alguns como os “Trinta Gloriosos” anos do capitalismo europeu-estadunidense⁴ (PIKETTY, 2014). Passaremos por alguns de seus pontos característicos para, em seguida, discutirmos sobre a queda deste modelo social.

Ascensão do Estado de bem-estar social

O início do século XX foi marcado por dois grandes acontecimentos que marcaram e ainda marcam a sociedade: as guerras mundiais e a Revolução Russa. A desigualdade de riquezas na Europa e nos Estados Unidos, ou seja, a concentração de riqueza nos estratos mais altos da sociedade em detrimento da esmagadora maioria da população, antes da Primeira Guerra, chegava a níveis equiparáveis aos do Antigo Regime — um quadro que começou a mudar na década de 1910 (PIKETTY, 2014).

Segundo Domenico Losurdo⁵ (2013), a compulsão à acumulação capitalista, fundamento da expansão colonialista, dialeticamente teve por efeito a formação de um obstáculo a esta mesma acumulação para a Europa: o autor entende que a Primeira Guerra surgiu como consequência de disputas das potências colonialistas sobre o domínio e repartição das colônias, com a Segunda Guerra sendo consequência

⁴Interpretação que certamente desconsidera o papel “glorioso” do imperialismo para o crescimento econômico da Europa e dos Estados Unidos — papel que levou o historiador Domenico Losurdo, em seu *A esquerda ausente* (2016), por exemplo, a chamar a esquerda socialdemocrata (principalmente europeia) do pós-guerra de “esquerda imperial”, já que seus grupos ou renegavam este aspecto ou o defendiam abertamente como forma de ganho material para a classe trabalhadora europeia.

⁵Uma famosa tese do autor é a de que os grandes acontecimentos do século XX podem ser lidos pela chave do colonialismo, criticando a esquerda hegemônica por deixar de reconhecer a centralidade do tema e não enfatizar o papel das lutas anticolonial e anti-imperialista nas formações sociais. Losurdo (2013) possui uma extensa bibliografia sobre o tema.

do desenrolar das antigas disputas. Por isso, o autor indica que alguns historiadores pontuam no ano de 1914 o início de uma Segunda Guerra dos Trinta Anos, que se alastraria até 1945 e se acimaria apenas após o fim da União Soviética e o triunfo da hegemonia norte-americana (LOSURDO, 2013).

Nesse período, os níveis de desigualdade de riquezas, extremamente altos, diminuíram em alguma medida — nas palavras de Piketty, esta desigualdade foi reduzida “a um nível até então inédito, a tal ponto que foi possível para cerca de metade da população passar a deter um mínimo de riqueza” (PIKETTY, 2014, p. 340-341). Além disso, a eclosão da Guerra representou mais um perigo à legitimidade do capitalismo, agora em seu próprio centro, tendo exposto em maior grau o caráter violento da reprodução ampliada do capital.

Este contexto de relativa dificuldade econômica e política na Europa — somada a uma eficiente organização popular crítica de tal dificuldade — foi propício para o surgimento de outro grande abalo ao capitalismo, vindo de um território de proporções gigantescas: a Revolução Russa. O levante popular bolchevique foi mobilizado em oposição à exploração econômica e à opressão política que, segundo Losurdo, “eclode na esteira da luta contra o primeiro conflito mundial” (LOSURDO, 2013, p. 68). Nesse sentido, além da crítica aos sistemas distributivo e produtivo, ele surgiu também como expressão de uma revolta contra a exclusão que o sistema político hegemônico impunha à população: em suas práticas, foi contra a exclusão das mulheres, dos não-brancos⁶ e contra a cidadania censitária — ou seja,

⁶Para Losurdo (2013), este é um dos paradoxos da história ocidental: “a democracia, no âmbito da comunidade branca, desenvolveu-se simultaneamente à existência de relações de escravidão dos negros e de deportação dos índios” (LOSURDO, 2013, p. 30). Isto seria verificável também teoricamente no pensamento liberal de Locke, Jefferson e Mill, por exemplo. Toda esta discussão é aprofundada em *Contra-história do liberalismo*, do próprio Losurdo (2006).

uma luta em favor do reconhecimento da plena dignidade humana.⁷ Um dos supostos objetivos da democracia moderna, a superação destas três grandes discriminações (sexual, racial e censitária), parece ter sido realizado justamente neste momento com a União Soviética, ao mesmo tempo em que tais exclusões existiam nos sistemas políticos de países do norte global — como Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha (LOSURDO, 2013).

A Revolução de 1917 fortaleceu a faísca da revolta popular, que já era uma chama considerável em vários países, demonstrando ser possível ao povo lutar por outra estrutura social, respeitosa da dignidade humana. Na chave do anticolonialismo, a própria União Soviética expressava um “apelo à luta de libertação, dirigido aos escravos das colônias e aos ‘bárbaros’ presentes na própria metrópole capitalista” (LOSURDO, 2013, p. 35), tendo encarnado um lugar influente de referência para os movimentos anticolonialistas, antirracistas e terceiro-mundistas que ascenderam no século XX, também assumindo atitudes práticas de solidariedade em seu favor — programas internacionais de educação e formação, organização de congressos, encontros e grupos específicos, etc..⁸ Também por isso, tal apelo só poderia “soar como uma ameaça mortal, simultaneamente, à raça branca, ao Ocidente e à civilização enquanto tal” (LOSURDO, 2013, p. 35) — ao menos para os senhores da classe dominante.

⁷Mesmo o tema dos direitos LGBT não foi ignorado na formação da URSS: após 1917 a homossexualidade deixou de ser considerada, pela lei, crime ou transtorno mental — tal como era no czarismo e no restante da Europa, em geral, até o fim do século, onde o não-heterossexual poderia ser preso, castrado, lobotomizado ou internado. Isso não significou a inexistência de discriminação, mas mostra um avanço assumido pela legislação soviética — pelo menos até a década de 30, quando a homossexualidade volta a ser marginalizada legalmente (REICH, 1976). É um tema que merece maior aprofundamento.

⁸Sobre este tema, ver, por exemplo, *Estrela vermelha sobre o terceiro mundo*, do historiador e jornalista indiano Vijay Prashad (2019).

Não é sem motivo, portanto, que diversos autores e personalidades da época sustentaram discursos políticos que eram, ao mesmo tempo, anticomunistas e racistas. Citamos como exemplos Oswald Spengler (historiador que interpreta a Revolução Russa como um levante racial contra os brancos e a civilização ocidental, publicamente elogiado pelos ex-presidentes Harding e Hoover, dos Estados Unidos), Henry Ford (que classificou a origem da Revolução Russa como sendo racial e não política) e mesmo Hitler (que entendia o comunismo como também um ataque dos “povos bárbaros” à supremacia branca) (LOSURDO, 2013).

É partindo de tal entendimento que Losurdo atribui a Lênin o êxito em jogar “luz sobre o fato de que, no próprio âmbito da metrópole imperial, continuam existindo cláusulas de exclusão da cidadania e da democracia” (LOSURDO, 2013, p. 38). Por isso mesmo, teria sido arriscado demais para a classe dominante europeia não ter tomado alguma atitude para se defender. Em um contexto de crise econômica — intensificada pela Grande Depressão de 1929 —, crise política e grandes mobilizações populares contra a exploração e a opressão (por parte de sujeitos não-melancólicos), optou-se por tomar uma posição de concessão. A classe dominante europeia entendeu que não estava em condições de atingir idealmente os seus interesses e, portanto, com medo de sua própria derrubada, se sentiu obrigada em ceder a determinados avanços populares. De acordo com algumas análises, este teria sido o momento de maior consideração, pelo capitalismo, por pautas populares, com a consolidação dos direitos civis, sociais e políticos da população: a ascensão do Estado de bem-estar (STREECK, 2013).

Nas palavras de Wolfgang Streeck: “O capitalismo após 1945 encontrava-se numa situação defensiva em todo o mundo. Tinha de se esforçar em todos os países do Ocidente, então em formação, para

conseguir prolongar e renovar sua licença social” (STREECK, 2013, p. 27). O autor aponta para um aspecto importante do funcionamento do capitalismo, que é a dimensão da legitimidade; ou seja, é necessário haver algum domínio ideológico e consenso mínimo em torno da utilidade deste sistema para que ele se mantenha, o que aponta para o seu próprio caráter artificial e não natural. Em suas palavras sintéticas:

o capitalismo pressupõe um contrato social no qual as expectativas recíprocas do capital e do trabalho, de dependentes do lucro e dependentes do salário estão estabelecidas de forma mais ou menos explícita, na forma de uma constituição econômica formal ou informal. O capitalismo — ao contrário daquilo que as teorias econômicas e as ideologias querem fazer acreditar — não é um estado natural, mas sim uma ordem social que, estando associada a determinado tempo, necessita de ser formada e legitimada: é concretizada em formas que variam conforme o lugar e ao longo da história, podendo, em princípio, ser sempre negociada de novo e estando permanentemente ameaçada de ruptura (STREECK, 2013, p. 27).

O momento do pós-guerra, portanto, talvez possa ser entendido como aquele no qual o capitalismo foi renegociado frente à “ameaça de ruptura”. O caráter desta renegociação incutiu termos mais benéficos que antes para o lado dos “dependentes do salário” — sem transformar sua própria qualidade de dependentes — como preço a ser pago para a manutenção do contrato, em razão dos riscos representados por “uma classe trabalhadora fortalecida na sequência da guerra e da concorrência de sistemas” (STREECK, 2013, p. 27). De maneira geral, esta variação do capitalismo foi feita, de um lado, por meio da aceitação parcial de algumas políticas socialdemocratas — saúde pública, educação pública, redistribuição, busca de pleno emprego, alguma progressividade nos impostos etc. — e, de outro lado, pelas políticas econômicas keynesianas — investimento estatal direto para o

crescimento, fomento a novos empregos, proteção às imprevisibilidades do mercado, imposição de alguma disciplina ao sistema financeiro etc. (STREECK, 2013). Na dimensão da institucionalidade política, este é o momento em que se passa a buscar a superação das três grandes discriminações (racial, sexual e censitária) de maneira geral na Europa, tal como entende Losurdo (2013).

Para Piketty (2014), a diminuição na concentração de riqueza que ocorreu neste momento (que já começa lentamente na década de 1910) seria uma explicação pelo menos parcial para “o grande otimismo que dominou a Europa durante os Trinta Gloriosos” (PIKETTY, 2014, p. 341). Na concepção de determinados segmentos sociais, “havia a impressão de que o capitalismo, as desigualdades e as sociedades de classe do passado tinham sido ultrapassados” (PIKETTY, 2014, p. 341), ainda que não tivesse havido ruptura alguma com o sistema produtivo, mas sim mudanças distributivas.

Um diagnóstico similar a este é apresentado também por Streeck (2013), que discute o tema a partir de uma análise crítica das reflexões da Escola de Frankfurt — compartilhadas, em algum nível, pelos economistas keynesianos — sobre as teorias da crise. Para esta Escola, a questão da crise na sociedade não seria mais da dimensão da produção, mas sim da legitimação (STREECK, 2013) — ou seja, eles entendiam que a preocupação última do capitalismo diria respeito não mais às crises de acumulação, mas sim à busca de uma maneira de consolidar ideologicamente a legitimidade de seu sistema para a população.

Nesse sentido, ao assumir que a dimensão produtiva, da acumulação, não geraria mais crises (de superprodução/superacumulação/superpobreza), a teoria social de Frankfurt sugeriria uma reinterpretação do capitalismo como uma “máquina de prosperidade dominável do

ponto de vista tecnocrático, que pode ser mantida em funcionamento regular e isenta de crises, com ajuda do conjunto de instrumentos keynesiano que permite uma interação ordenada dos Estados e das grandes empresas” (STREECK, 2013, p. 20), um “sistema de gestão tecnocrática da economia — uma nova espécie de ‘capitalismo de Estado’ ” (STREECK, 2013, p. 21). Nestes termos, a única crise possível seria a crise de legitimação.

O que Streeck aponta é que tais teorias não deixavam de ser críticas ao capitalismo, porém assumiam que “o ponto de ruptura do capitalismo já não se situava na sua economia, mas sim na sua política e na sua sociedade: não do lado da economia, mas da democracia, não do capital, mas do trabalho” (2013, p. 22) — sugerindo uma proposta de mudança nas táticas da luta, tendendo propriamente para uma posição de defesa da possibilidade de se superar o sistema econômico por meio exclusivo das reformas sociais. Esta questão é reconhecida por Streeck (2013) como causa para a ênfase dada pelos autores da Escola aos estudos de teorias da democracia e da comunicação, que substituíram estudos do campo da economia política (ao invés de complementá-los).

Por mais bem elaboradas que tenham sido suas teorias, a maneira pela qual a configuração capitalista mais uma vez se transformou na década de 1970, desestruturando o Estado de bem-estar, contradisse o diagnóstico de Frankfurt. Segundo Streeck:

O problema das teorias da crise de Frankfurt nos anos 70 residia no facto de não terem atribuído qualquer intencionalidade e capacidade estratégica ao capital, uma vez que o tratavam como aparelho e não como agência, como meio de produção e não como classe (STREECK, 2013, p. 24).

Desmonte da ilusão dos “gloriosos”

A renegação da capacidade de ação do lado do capital levou os teóricos de Frankfurt e os economistas keynesianos a serem surpreendidos com o estabelecimento de uma crise na organização capitalista que não foi consequência da crise de legitimidade por parte dos trabalhadores. O que ocorreu foi justamente o contrário. No período do fim da década de 60, marcado por intensas reivindicações populares e greves, a classe dominante passou a olhar tais mobilizações como consequências de:

uma fase demasiado longa de crescimento sem crises e de pleno emprego garantido e como a expressão da atitude crescentemente descomedida por parte dos trabalhadores que a prosperidade e o Estado-Providência tinham habituado mal. Os trabalhadores, por seu lado, acreditavam estar apenas a insistir naquilo que entendiam como o direito civil democrático a aumentos salariais periódicos e a uma melhoria constante da sua segurança social. A partir daí, as expectativas do trabalho e do capital afastaram-se (STREECK, 2013, p. 28).

Como o próprio estabelecimento do Estado de bem-estar foi entendido, nos termos deste artigo, enquanto uma atitude defensiva da classe dominante, uma tentativa de não ruptura com o capitalismo por meio de concessões à classe trabalhadora — como sintetiza Streeck, um “casamento forçado” (2013, p. 16) —, parece ser intuitivo reconhecermos também que, em condições mais propícias, tal classe não demoraria em assumir a ofensiva novamente, em busca do ideal do aumento de seu lucro e da acumulação. Por este motivo, Streeck afirma que “não foram as massas que se recusaram a seguir o capitalismo do pós-guerra, acabando com ele, mas sim o capital” (STREECK, 2013, p. 22). A classe capitalista considerou esgotada a sua margem para concessões, preparando seu abandono desta situação de sujeição à po-

lítica democrática, buscando sua liberdade frente à passividade que se sujeitava até então.

A questão fundamental se colocava nos seguintes termos: “desistir de lucros, para manter o pleno emprego, ou conceber — com elevados custos — a produção e os produtos de forma a garantir emprego seguro” (STREECK, 2013, p. 29). Para os capitalistas, a escolha era óbvia. Nesse sentido, na onda das reivindicações do Maio de 68 contra a burocratização e o autoritarismo, em favor da liberdade, da autonomia e da escolha pessoal, houve uma cooptação das pautas populares para o implemento de reformas — ou melhor, contrarreformas — que “conduziram — sob o manto de uma ‘flexibilização’, alegadamente há muito necessária, das instituições e da ‘ativação’ do potencial da mão-de-obra — a uma profunda revisão do Estado-Providência das décadas do pós-guerra”⁹ (STREECK, 2013, p. 30). O que ficou claro neste movimento foi que a classe capitalista tinha muito mais condições para retomar com força a agenda de seus interesses verdadeiros do que o restante da população tinha condições para defender os seus — mesmo porque, como nota Piketty (2014), muitas pessoas chegaram a acreditar que o capitalismo havia cedido às reivindicações do Maio de 68.

Portanto, a crise iniciada na década de 1960 e o subsequente dismantelamento do Estado de bem-estar parecem ter provado que a tese da Escola de Frankfurt — de que o capitalismo teria se tornado um sistema passível de ser gerido tecnocraticamente ao bel-prazer da democracia burguesa — não estava correta. Provava-se, ainda, que, ao renegar a capacidade de mobilização política do capital (o capital como classe e não como coisa), tal tese chegou a ser ingênua.

⁹Para maiores discussões sobre a cooptação das demandas do Maio de 68, ver *O novo espírito do capitalismo* de Luc Boltanski e Eve Chiapello (2009) — livro que o próprio Streeck (2013) toma por referência direta para esta análise.

De fato, avaliar os erros de uma interpretação no momento em que ela é proposta certamente é mais complexo do que avaliar, hoje, as falhas de uma tese passada. Entretanto, não podemos deixar de reconhecer que, no momento em que se renegou o campo da economia política, Frankfurt já abandonou a dimensão da análise concreta para se proteger no idealismo, acreditando ser possível superar o antagonismo sem um esforço de ruptura — ou, em outros casos, pior: não lutar pela ruptura em razão do mito melancólico da conciliação de classes. Nesse sentido, também é importante reconhecermos que a tese frankfurtiana da crise não era a única existente na época.

Hegemonia neoliberal

De outro lado — em um texto menos ingênuo escrito em 1943 e dedicado a uma análise crítica das teorias do pleno emprego —, Michael Kalecki entendia que o grande problema de políticas com tal fim seria a oposição que os *business leaders* fariam, sendo o autor preciso sobre o desenrolar deste conflito. Abaixo, reproduzimos um trecho sintético de seu argumento:

é provável que se encontre a forte oposição dos líderes do empresariado. Como já argumentado, o pleno emprego duradouro não é de seu interesse. Os trabalhadores ficariam “fora de controle”¹⁰ e os “capitães da indústria” ficariam ansiosos para “lhes ensinar uma lição”¹¹. Além disso, o aumento contínuo dos preços¹² é desvantajoso para os

¹⁰“A posição social do chefe ficaria enfraquecida, e a autoconfiança e consciência de classe da classe trabalhadora cresceriam. Greves pelo aumento de salários e melhorias nas condições de trabalho aumentariam a tensão política” (KALECKI, 1943, p. 326).

¹¹“Seu instinto de classe os diz que o pleno emprego duradouro é inadequado para seu ponto de vista, e que o desemprego é uma parte integral do sistema capitalista ‘normal’ ” (KALECKI, 1943, p. 326).

¹²“Se o momento do pleno emprego de recursos for alcançado e a demanda efe-

pequenos e grandes rentistas¹³, os fazendo cansar desse boom econômico. Nesta situação, *é provável que seja formada uma aliança poderosa entre o grande empresariado e os interesses rentistas*, e eles provavelmente iriam achar mais do que um economista para declarar que a situação estaria manifestamente em péssimas condições. A pressão de todas estas forças, e em particular do grande empresariado — enquanto um ator influente nos departamentos do governo — iria provavelmente *induzir o governo a retornar à política ortodoxa para reduzir o déficit orçamentário* (KALECKI, 1943, p. 328, grifos nossos).

Apesar de sua rica reflexão, o autor chega a uma conclusão que merece maiores reflexões. Segundo Kalecki: “O ‘capitalismo de pleno emprego’ ” precisará “desenvolver novas instituições políticas e sociais que refletirão o aumento do poder da classe trabalhadora”; por isso, se o capitalismo “puder se ajustar ao pleno emprego, uma reforma fundamental terá sido incorporada nele”, caso contrário, “ele irá se mostrar um modelo fora de moda que deve ser jogado fora” (KALECKI, 1943, p. 329). Após um intenso debate crítico sobre a renegação — por parte dos teóricos do pleno emprego — da capacidade política da classe capitalista em mobilizar seus interesses, é no mínimo curioso como o autor chega a considerar que seja possível ao capitalismo conviver com reformas que limitem o mercado sem buscar acabar com elas num momento oportuno.

De qualquer modo, o que podemos assumir como grande contribuição do autor neste texto é seu diagnóstico de que seria provável o surgimento de uma aliança entre empresários e interesses rentistas, uma aliança que também é em favor do desemprego e da desmobili-

tiva continuar a crescer, preços subirão para equilibrar a demanda e o fornecimento de bens e serviços” (KALECKI, 1943, p. 323).

¹³“O aumento das taxas de salário resultante do forte poder de barganha dos trabalhadores tem menos chance de reduzir lucros do que aumentar preços, e então adversamente afeta apenas os interesses dos rentistas” (KALECKI, 1943, p. 326).

zação da classe trabalhadora (KALECKI, 1943). Esta foi uma análise que a história provou ter sido certa.

Submissão à lógica empresarial

No fim dos anos 1960, o crescimento econômico, norteado pelas políticas de pleno emprego, “deixou de ser elevado e permanente” (STREECK, 2013, p. 32). No entanto, como este modelo era entendido enquanto a “pedra angular do contrato social do capitalismo do pós-guerra” (STREECK, 2013, p. 32), ocorreram mobilizações sociais para defendê-lo. Os governos recorreram, então, a políticas monetárias de aumento dos salários acima do nível da produtividade. Podemos tomar o exemplo da França para entender melhor este período: com os problemas econômicos, emergiram os movimentos do Maio de 68, que levaram De Gaulle a aumentar o salário mínimo em 20%, iniciando uma onda de aumentos salariais que durou até a década de 80 (PIKETTY, 2014).

A consequência inflacionista desta alta salarial — que não foi uma política exclusiva da França —, entretanto, foi sentida logo nos anos 70 (STREECK, 2013) — e, tal como discutiu Kalecki (1943), a alta da inflação impactaria diretamente nos interesses dos rentistas. O próprio Estado procurou adotar medidas de pacificação dos conflitos sociais se endividando; no entanto, o impacto no orçamento causou grande preocupação tanto por parte dos governos quanto dos credores, que duvidavam da capacidade de pagamento (STREECK, 2013).

Nestas condições, o mercado abandonou a posição defensiva e reagiu politicamente. Praticou-se o que “na época se chamou de ‘volta à austeridade’ ” (PIKETTY, 2014, p. 282). José Gabriel Palma sintetiza este movimento ao dizer que:

Em resumo, quando “excessivas” macro-estabilidades keynesianas, regulações governamentais (como uma regulação financeira mais efetiva, leis duras sobre a concorrência, forte controle de capital e melhor transparência), seguranças trabalhistas e redes de segurança social permitiram o surgimento de um maior grau de “compulsão” por capital, e de consideráveis desafios à sua legitimidade por diversos segmentos sociais, o que o capital desesperadamente precisava era de reintroduzir o risco e uma espiral de incerteza diretamente na alma de instituições e populações que estariam muito seguras de si, tocadas pelo Estado de bem-estar. Então, era necessário retornar a um ambiente em que o Estado devesse viver permanentemente sob a lógica de um “estado de emergência” (...) e um retorno a empregos precários (PALMA, 2009, p. 19).

A partir deste período, iniciou-se o momento em que “a magia da substituição do crescimento real pelo crescimento nominal esgotou-se e foram tomadas medidas drásticas sob a liderança dos Estados Unidos e do seu banco central” (STREECK, 2013, p. 33), contando com auxílio de organizações internacionais como Banco Mundial, OCDE, OMC, FMI etc. Tomava forma uma série de ataques político-econômicos mais fortes aos direitos que haviam sido construídos pelo “casamento forçado” (STREECK, 2013) entre capital e trabalho, ataques que buscavam defender um programa internacional de austeridade em benefício dos interesses financeiros e empresariais privados. Para Palma (2009), um dos fatores que também impactaram na possibilidade de surgimento desta mobilização foi a falta de uma oposição bem definida, visto a deslegitimação e descrença sofrida por grande parte do campo político da esquerda após o colapso da União Soviética — ou seja, seu posicionamento melancólico (DEAN, 2013).

Este foi o início do momento que diversos autores passaram a chamar de “neoliberalismo” (STREECK, 2013; PALMA, 2009; DARDOT e LAVAL, 2016). Neste período, começaram a ascender governos como os de Pinochet, Reagan e Thatcher, com pulso firme — ou

seja, dispostos a utilizar forte repressão (seja numa institucionalidade pretensamente democrática, seja numa assumidamente ditatorial) — para impor um programa econômico impopular, voltado para os interesses do mercado. Neste, propagava-se a defesa da austeridade, uma ênfase na financeirização da economia em geral, o aumento das propostas de privatizações, uma reforma fiscal regressiva, a promoção do desemprego em massa, a concentração de renda, a liberalização do mercado, a flexibilização e a precarização das relações de trabalho, dos direitos e das leis trabalhistas, uma desvalorização do caráter público da esfera pública etc.

Esta mudança de paradigma foi rapidamente sentida pela classe trabalhadora, deixando clara a direção tomada pela nova política: defendiam-se os interesses dos patrões e dos rentistas em prejuízo dos direitos dos trabalhadores, de seu bem-estar e de seu tempo livre. Por isso, apesar do discurso neoliberal de que as medidas solucionariam a crise trazendo estabilidade fiscal e crescimento econômico, alguns dos efeitos quase imediatos destas políticas foram os fortes aumentos da pobreza e da desigualdade, a precarização do trabalho (com aumento do subemprego e do emprego informal) e um crescente endividamento privado, visto que as famílias passaram a buscar alternativas para a queda (ou a ausência) da renda do trabalho (PIKETTY, 2014). Além disso, mesmo com a inflação tendo diminuído temporariamente, o crescimento econômico nem se aproximou do que havia sido prometido.¹⁴

Pierre Dardot e Christian Laval (2016) entendem que esta reconfiguração, no entanto, não teria representado qualquer tipo de retorno a um idealizado *laissez-faire*, um suposto abandono completo do Es-

¹⁴Para um aprofundamento deste tema, ver Palma (2009), Streeck (2013), Piketty (2014), Dardot e Laval (2016).

tado, mas se expressaria como transformação do próprio conceito de ação pública. A lógica empresarial foi difundida amplamente pelo tecido estatal — e todas as formas de relação social —, privilegiando a razão concorrencial, a gestão do desempenho, os critérios de eficácia empresarial, os contratos de direito privado, a aparência de flexibilização das estruturas de decisão e o gerencialismo — resumindo, os fundamentos do empreendedorismo —, sob o manto da “autonomia”, da “liberdade”, do tecnicismo e de uma suposta neutralidade de interesses. Palma, nesta mesma direção, sugere que um dos componentes chave do neoliberalismo é sua “habilidade em transformar o Estado em um importante facilitador das crescentes práticas rentistas do capital oligopolista” (PALMA, 2009, p. 14).

Em síntese, as mudanças tomaram corpo numa ideologia que reivindica o mercado como padrão universal de relação social, subsumindo desde a esfera estatal até a esfera subjetiva. Sobre esta última, Dardot e Laval entendem que “o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo”, assim eliminando “qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327). De fato, segundo os autores, um grande alvo desta configuração de poder é o desejo, que é submetido à lógica empresarial para a criação do “novo sujeito” — uma subjetivação neoliberal. Este, por sua vez, trabalha como se a aspiração mercadológica surgisse espontaneamente a partir de si, “como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327).¹⁵

¹⁵Para maiores discussões, ver o capítulo sobre “O sujeito neoliberal” do livro de Dardot e Laval (2016).

Mais especificamente, a figura individualizada do “empreendedor de si” passa a ser promovida como ideal do eu pretensamente capaz de suprir as demandas sociais: empreender e compartilhar dos valores e do léxico empresarial são atitudes apresentadas como supostas soluções para os problemas da sociedade, como regra superior de conduta (DARDOT; LAVAL, 2016). De nossa parte, entendemos que este fenômeno pode estar atrelado ao que Piketty chamou de “ascensão dos superexecutivos” (PIKETTY, 2014, p. 325) — ou seja, de aumento em número e valorização de CEOs e líderes do mundo empresarial, que passam a ser expostos midiaticamente enquanto ícones idealizados e exemplos de “sucesso”. Tal “sucesso”, por sua vez, é enunciado como resultante do esforço individual, como expressando um “extremismo meritocrático” (PIKETTY, 2014) a ser admirado e assumido como modelo.

Podemos reconhecer como alguns efeitos desta submissão à lógica empresarial a “fetichização do número” e o “aumento da centralização burocrática” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 317). Desde esta lógica, tudo o que foge dos modelos quantitativos, racionalistas e individualistas de eficácia do padrão-empreendedor passa a ser deslegitimado e rejeitado. Então, qualquer perspectiva de divergência neste cenário centralizador passa a ser condenada.

A (falta de) política no neoliberalismo

Streeck (2013) propõe que as alterações de caráter neoliberal possam ser interpretadas como um tipo de transferência do núcleo de legitimidade social das instituições políticas para o mercado. Nesse sentido, uma das principais medidas adotadas por governos neoliberais é o esmagamento de qualquer fuga das suas ações, o que frequente-

mente é sintetizado na famosa frase, atribuída a Margaret Thatcher: “não há alternativa” (*apud* PALMA, 2009, p. 23).

Assim, seguindo esta razão, ou se resigna frente ao que está colocado ou se afundaria em crises ainda maiores. Afinal, a própria racionalidade neoliberal seria a mais eficaz, por supostamente ser neutra — ou até natural —, não havendo mesmo motivos para se pensar em outro ordenamento social. Para Palma, a ideologia neoliberal poderia ser resumida na seguinte frase: “a arte de se safar com uma distribuição de renda notavelmente assimétrica dentro da democracia” (PALMA, 2009, p. 23) — um argumento implícito e não enunciado na frase de Thatcher.

Portanto, longe de ser neutra, “a reforma gerencial da ação pública atenta diretamente contra *a lógica democrática da cidadania social*; reforçando as desigualdades sociais na distribuição dos auxílios e no acesso aos recursos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 381, grifo dos autores) — além de reforçar as desigualdades estruturais no campo da produção. Ao recusar o controle político, promovendo um tecnicismo pretensamente neutro e natural, o neoliberalismo assume uma posição fundamentalmente antidemocrática, “não deixando da democracia liberal nada além de um envelope vazio” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 384). Assim, a ascensão deste modelo de sociedade expressou também o “sucesso em fazer a perspectiva de ‘ação coletiva’ dos 90% mais pobres impraticável” (PALMA, 2009, p. 24).

Podemos questionar, no entanto, em que medida esta democracia liberal já não é, por fundamento, um “envelope vazio” no que diz respeito aos interesses da classe trabalhadora, visto que sua expressão nela está antagonicamente limitada pelo domínio do capital — seja no momento do pós-guerra ou no contemporâneo. Ainda assim, reconhecemos como valiosas as contribuições de Palma (2009), Dardot

e Laval (2016) sobre as mudanças de teor neoliberal no campo diretamente político, que, em síntese, expõem a eliminação do controle público que estava sendo realizado, em algum nível, no sistema capitalista existente no pós-guerra.

Nesta perspectiva, que porta certo esvaziamento do político, podemos compreender melhor uma grande consequência do programa neoliberal: o ataque aos dois tipos principais de organizações dos trabalhadores; ou seja, o ataque ao sindicato e ao partido político (STRE-ECK, 2013). Esta medida manifesta-se como forma de deslegitimação e desmonte das possibilidades de resistência organizada da classe trabalhadora, da obstrução à possibilidade de formação de defesas e alternativas programáticas por parte do povo. Tanto a dimensão subjetiva da luta política — conscientização, subjetivação, educação, transformação ideológica etc. — quanto a objetiva — organização, articulação de tática e estratégia, militância etc. — ficam fortemente debilitadas neste cenário, pois, além das relações de trabalho não serem mais tão fixas ou concentradas num local como antes (o que potencializava o trabalho de militância), a ideologia neoliberal e capitalista tornou-se hegemônica nos quadros políticos.

Em tal contexto, muitas lideranças da esquerda passam a assumir pautas limitadas e resignadas à ordem dominante, aceitando como axioma a impossibilidade de mudança da ordem neoliberal e capitalista — portanto, assumindo como horizonte político algo como um mínimo de contenção de danos sociais. Dardot e Laval (2016) associaram esta posição à de uma “terceira via” — uma suposta tentativa de fuga das mazelas do capitalismo sem defender um programa antagônico emancipatório (socialista/comunista) —, enquanto Palma (2009) a vinculou à “nova esquerda” (*new left*) — que limita suas demandas a questões culturais e a políticas de reconhecimento, facilmente absor-

vidas pelo capitalismo. Por sua vez, a filósofa Nancy Fraser (2018) concebeu uma reformulação nos termos da disputa política hoje, com a emergência, na esquerda, de um neoliberalismo reembalado em pautas não-econômicas que se pretendem progressistas para se opor ao reacionarismo neoliberal.¹⁶ A pauta política desta esquerda, portanto, deixa de ser o desejo de abolição das hierarquias socioeconômicas para ser uma defesa da diversificação das mesmas (FRASER, 2018) — em síntese, não-brancos, não-homens e não-heterossexuais ocupando espaços de dominação ao invés da dissolução destes mesmos espaços.

De nossa parte, reconhecemos que estas interpretações possam ser entendidas como manifestações daquilo que Dean (2013) — com base em Benjamin (1987) — chamou de “melancolia de esquerda”: a “acomodação” à estrutura capitalista e à sua ideologia dominante e o abandono de um desejo revolucionário em razão do medo das contradições práticas da luta política. Este é um argumento que também se aproxima da interpretação de Dardot e Laval, a respeito do domínio de um “neoliberalismo de esquerda” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 390) sobre grupos antes críticos à ideologia dominante — ou seja, uma posição caracterizada pela adesão, por parte de esquerda, a um discurso em defesa da “renovação” de si, discurso que na prática significa um abandono da criticidade à estrutura capitalista e uma aceitação dos princípios da nova gestão pública como norteadores para a sociedade. Com esta reflexão, então, os autores apontam para um fenômeno de reprodução e repetição, por parte de grupos da própria esquerda, das técnicas de gestão empresarial, de controles de resultados e de pretensa flexibilização, numa posição que demonstra desmotivação, resignação e sujeição à “rotina” — para usar o termo de

¹⁶A autora toma como grande exemplo deste embate entre “neoliberalismo progressista” e “neoliberalismo reacionário” o conflito entre partidos Democrata e Republicano nos Estados Unidos (FRASER, 2018).

Benjamin (1987). Ou seja, tanto a teoria quanto a prática política ficam seriamente abaladas nesta esquerda, já que sua responsabilidade de disputar outra forma de vida social não é sequer desejada — num processo que, para nós, pode ser descrito como melancólico.

Esta posição — interpretada como adesão à ideologia e à estrutura dominantes (capitalista e neoliberal) — “passou por cima das divisões partidárias”, integrando o que os autores chamaram de “globalização das formas da arte de governar” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 312) — ou seja, a universalização de um modo único de governo.¹⁷ Podemos reconhecer, portanto, que a máxima de que realmente não haveria alternativa ao neoliberalismo, e mesmo ao capitalismo, está suficientemente enraizada ao ponto de ser compartilhada pela própria esquerda — em seus grupos hegemônicos.

Dardot e Laval (2016) ainda sugerem que, nas concepções de mundo hegemônicas dessa esquerda neoliberal, contrapõem-se dois tipos de racionalidade: uma “boa” (ligada à regulação estatal) e uma “má” (associada à concorrência). Realizar-se-ia, portanto, um erro de diagnóstico — visto que neoliberalismo não é sinônimo de abandono do Estado, de retorno a um suposto “capitalismo puro” — que leva esta esquerda a espereitar “os sinais precursores de um retorno do pêndulo a uma regulação direta da parte dos governos”, renegando “o fato de que esse ‘retorno’ se opera em benefício de um Estado empresarial” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 396). Por outro lado, a esperança de algum tipo de retorno ao compromisso socialdemocrata e keynesiano — posição que também emerge em outros grupos da esquerda — ignoraria o fato de que “a dimensão dos problemas mudou, as forças presentes não são mais as mesmas e a globalização do capital destruiu

¹⁷Concepção que dialoga com a categoria de “monopartidarismo competitivo”, elaborada por Losurdo em *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal* (2004).

até as bases de tal compromisso” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 395-396).

Considerações finais: para além da melancolia

Vimos debatendo alguns pontos referentes a determinadas dimensões das mudanças que a sociedade passa desde o pós-guerra. Ao longo deste caminho, tecemos alguns comentários em torno de como certa esquerda ocidental veio se posicionando e ajudando a moldar tal trajetória histórica. Após estas discussões, podemos elaborar algumas considerações finais com objetivos de síntese e de crítica sobre o lugar que a esquerda melancólica ocupou e vem ocupando.

Sendo assim, inicialmente, concebemos a existência de duas vertentes neste campo político durante o cenário do capitalismo do pós-guerra. A primeira seria uma defesa de que o capitalismo limitado pelo keynesianismo e a socialdemocracia seria a melhor estrutura social possível. Já a segunda, seria uma visão de que o capitalismo supostamente poderia ser superado por meio exclusivo de reformas, com as políticas keynesianas e socialdemocratas possibilitando uma transição pacífica para o socialismo. De nossa parte, propomos a interpretação de que ambas as vertentes (em maior ou menor grau) se aproximam da posição descrita por Dean (2013) — com base em Benjamin (1987) — como melancólica: as duas abrem mão do desejo disruptivo por outra estrutura social.

Neste trabalho, entretanto, sugerimos que certa esquerda do pós-guerra tenha conseguido sucesso em garantir pautas de interesse social por conta de um contexto particular — guerras, crises e a perspectiva socialista representada pela União Soviética —, que fez a classe dominante ficar na defensiva e permitiu uma aparência de concilia-

ção temporária entre capital e trabalho. Assim, o período excepcional do capitalismo com Estado de bem-estar parece só ter sido possível devido à existência de um ambiente hostil para a classe dominante, marcado por mobilizações sociais críticas ao *status quo*, um forte movimento socialista e anticolonial e a ameaça da insurgência popular. Partindo das discussões propostas até aqui, a força ideológica que o keynesianismo e a socialdemocracia assumiram (ao menos no norte global) parece ter dependido diretamente deste ambiente hostil contra a estrutura capitalista.

A qualificação dada por Streeck (2013), de que teria existido um “casamento forçado” entre as classes, ilustra bem o caráter da conjuntura que permitiu a ascensão do Estado de bem-estar: a ameaça à legitimidade do capitalismo fez os capitalistas garantirem concessões para os trabalhadores em troca da não ruptura com este modelo de sociedade. Por sua vez, a esquerda que reivindicava apenas reformas para o capitalismo se limitava a defender uma espécie de eterno casamento (forçado). Como discutimos anteriormente, no entanto, é fácil reconhecer que um divórcio seria procurado logo que os capitalistas reconhecessem melhores condições para a expressão de seus interesses, condições que os permitissem expressá-los de maneira mais direta, fugindo das mediações colocadas pelas políticas keynesianas e socialdemocratas — o “retorno à austeridade” do qual falou Piketty (2014). Entender a iminência da busca deste divórcio por parte do capital, entretanto, torna ingênua (e melancólica) a perspectiva de reformação harmoniosa do capitalismo.

Nesse sentido, talvez também possamos recorrer aos termos mobilizados no debate de Rosa Luxemburgo (2015) contra Eduard Bernstein (e outros que compartilhavam sua visão sobre a relação entre a reforma e a revolução social) para chamar ambas as posições da es-

querda do pós-guerra citadas acima de “revisionistas” ou “reformistas”. São posições que abrem mão da perspectiva da transformação social disruptiva e fazem da reforma (ou seja, das políticas distributivas de melhoria limitada das condições de vida dos trabalhadores) o fim da luta de classes (LUXEMBURGO, 2015).

Segundo Luxemburgo, a teoria reformista se aproxima de “um vão trabalho de remendão para salvar o regime capitalista” (LUXEMBURGO, 2015, p. 18). Podemos apresentar uma passagem sintética do argumento da autora sobre este debate, onde ela conclui que, segundo o revisionismo, a esquerda não deveria “dirigir a sua atividade no sentido da conquista do poder político, mas da melhoria da situação da classe operária”, enquanto a “instituição do socialismo” não ocorreria “como consequência de uma crise social e política, mas por meio da extensão progressiva do controle social e aplicação gradual do princípio da cooperação” (LUXEMBURGO, 2015, p. 22). Assim, reconhece-se que o revisionismo não entende a reforma como meio para um fim disruptivo e transformador, mas como um fim em si — num sentido que, para nós, manifesta-se como uma resignação melancólica.

Portanto, sugerimos que ambas as posições que chamamos de reformistas da esquerda parecem ter apostado no abandono (em maior ou menor grau) do reconhecimento do antagonismo estrutural sobre o qual se baseia a sociedade capitalista — portanto, abandonando a perspectiva disruptiva da conquista do poder. Dito de outra maneira, talvez se possa compreender que estas posições caíram numa espécie de tecnicismo econômico, uma visão tecnicista que — como interpretou Streeck (2013) — olha o capital na qualidade de uma coisa passível de ser gerida, e não de uma classe ativa que se mobiliza politicamente em busca dos próprios interesses. Este tecnicismo, por

sua vez, parece renegar o campo da economia política e, com isso, a análise se abstrai da dimensão material-concreta.

Por sua vez, no período neoliberal, certa esquerda estaria assumindo uma posição de ainda maior resignação — chamada, por Dardot e Laval (2016) de “neoliberalismo de esquerda”. As posições de “terceira via”, “nova esquerda” e “neoliberalismo progressista”, por exemplo, se limitaram a defender pautas de defesa da “nova gestão pública” (o modelo empresarial de ação pública) e políticas identitárias, abrindo mão de disputar campos fundamentais como o da economia — com visões que inclusive renegam o fato de que as questões culturais e as políticas de reconhecimento não podem ser descoladas da dimensão econômica (FRASER, 2018).

Neste momento, tal esquerda assumiria um discurso em defesa de algo novo, uma “renovação”, ao mesmo tempo em que se exime de aprofundar debates e propostas sobre pontos estruturais da sociedade existente — ou seja, sem apresentar nada substancialmente novo. Pelo contrário, tais setores neoliberais da esquerda ignoram que, em suas práticas, assumem para si os fundamentos da ordem hegemônica, praticando um apego (não tão) escondido ao *status quo*. Propõem novidade, mas repetem o neoliberalismo, apresentam-se como outra via (“progressista”), mas repetem o capitalismo.

Esta é a esquerda que assumiu a posição em que sabe muito bem que a estrutura existente não é nem ideal, nem natural, nem desejável, mas mesmo assim repete melancolicamente os fundamentos desta mesma estrutura em suas práticas, sem perspectiva alguma de transformação. Desta forma, agem tal como o “renegado fetichista” do qual fala o filósofo esloveno Slavoj Žižek (1996) — cuja descrição ele mesmo sintetiza na frase “eu sei, mas mesmo assim”. Este conceito žizekiano foi também mobilizado por Dean (2013), que o usou para

caracterizar a esquerda melancólica na contemporaneidade ocidental — de maneira que, nos marcos do presente estudo, poderíamos reformular a frase do renegado fetichista para “eu sei que o capitalismo não é o melhor sistema possível, mas mesmo assim, repito seus fundamentos”. É, portanto, neste contexto que a máxima thatcheriana (“não há alternativa”) aparece entranhada ideologicamente nos mais diversos grupos sociopolíticos, numa demonstração de abandono da criticidade e do desejo pela construção de uma sociedade sem opressão e exploração. Teríamos, então, chegado ao fim da história¹⁸?

Entendemos que, quando muito, esta esquerda propõe retomar teses reformistas ou revisionistas — o saudosismo do Estado de bem-estar —, passando por cima das particularidades históricas que possibilitaram sua força ideológica no pós-guerra e das suas limitações e contradições intrínsecas.¹⁹ O mais “radical” que se pode imaginar parece ser a ilusão de um capitalismo reformado e gerido tecnocraticamente. Abandona-se, assim, a perspectiva de que os trabalhadores possam conquistar a hegemonia da estrutura social que constroem no dia a dia na direção de um novo modelo de civilização.

Em todo este debate, propomos a importância de se destacar o processo de abdição de um desejo transformador por parte relevante da esquerda — que levou à analogia de Dean (2013) com o quadro psicanalítico da melancolia. Agora, estamos em condições de compreender melhor qual o caráter da repetição praticada pela esquerda melancó-

¹⁸O filósofo liberal Francis Fukuyama ficou conhecido por formular esta pergunta e a responder com um melancólico “sim” — por exemplo, em seu livro *O fim da história e o último homem* (1992).

¹⁹Figuras políticas contemporâneas tidas como “radicais” — como Bernie Sanders e Alexandria Ocasio-Cortez nos Estados Unidos, Jeremy Corbyn na Inglaterra e Guilherme Boulos e Manuela d’Ávila no Brasil —, frequentemente assumem uma atitude similar a esta, quando muito. Para uma reflexão recente sobre o tema, ver, por exemplo, *Socialismo democrático ou social-democracia envergonhada?* de Pedro Marin (2019).

lica: ela é a manifestação de um excesso da ideologia dominante, que interpela a esquerda a agir de maneira neoliberal ou, quando muito, revisionista/reformista. Um ponto que podemos reconhecer como fundamental neste excesso é a atitude de insistência pulsional e masoquista na democracia burguesa (DEAN, 2013): pulsional, pois a acomodação é assumida na forma de uma repetição compulsiva em torno da falta; e masoquista, pois tal repetição menospreza sua própria capacidade política em favor de um ganho secundário em algum nível.²⁰

Tal esquerda sabe que esta democracia não pode ser o instrumento, por excelência, de transformação social, mas mesmo assim a assume e a repete de maneira excessiva e limitadora. Neste processo, ela tenta fugir do sentimento de culpa por ter cedido em seu desejo disruptivo, buscando maneiras ilusórias de não reconhecer a verdade da sua falta: a ausência de um programa estruturalmente alternativo de sociedade — nem neoliberal e nem capitalista, mas em favor dos povos explorados e oprimidos.

Talvez um dos obstáculos mais enraizados na esquerda melancólica seja a dificuldade em reconhecer e superar a limitação à dimensão pulsional — tendo em vista seu ganho secundário embutido. E, no entanto, esta é uma das etapas fundamentais para a hegemonia de uma esquerda que assuma compromissos verdadeiros com a classe trabalhadora. Como aponta Dean (2013), a psicanálise ensina o quão doloroso é este processo, ao mesmo tempo em que é inescapável para a realização de uma subversão das estruturas de dominação. De nossa parte, destacamos que outro ensinamento do campo psicanalítico é a

²⁰Por exemplo, no nível econômico — com a profissionalização da política, a cooptação das lideranças etc. — e no nível imaginário — com a satisfação em repetir um *script* catártico de insatisfação e crítica discursiva ou performática sem, de fato, cultivar coletivamente e em longo prazo o desejo pela ruptura com a ordem dominante. Para maiores reflexões sobre este último nível, ver *Ação performática: sintoma de uma crise na esquerda*, da cientista política Clarisse Gurgel (2017).

importância da mediação — ou seja, do cultivo de relações à alteridade, da construção coletivizada — para se elaborar novos caminhos, mais livres, de vida em comum — portanto, a importância de organizações coletivas e de processos de autocrítica.

Propomos, então, uma reflexão sobre a necessidade de a esquerda melancólica passar por um processo análogo de reconhecimento e elaboração, caso se busque um horizonte de não-escravização (nem ideológica e nem material) em relação às estruturas de dominação neoliberal e capitalista, caso não pretenda repetir os mesmos erros do passado. Talvez assim se possa ter alguma perspectiva de reencontro com o desejo de transformação da sociedade.

Referências

BENJAMIN, Walter. Melancolia de esquerda: a propósito do novo livro de poemas de Erich Kastner. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, 3 ed., p. 73-77.

BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Eve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BROWN, Wendy. Resisting left melancholy. *Boundary 2*, v. 26, n. 3, p. 19-27, 1999.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEAN, Jodi. Communist Desire. In: ZIZEK, Slavoj, *The Idea Of Communism Volume 2*. Londres: Verso, 2013, p. 77-102.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump — e além. *Sociedade & Política*, v. 17 n. 40, p. 43-64, 2018.

FREUD, Sigmund. *Além do princípio de prazer*. Rio de Janeiro: Imago (ESB, v. 18), 1987 [1920].

_____. *Luto e melancolia*. Rio de Janeiro: Imago (ESB, v. 14), 1987 [1917].

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GURGEL, Clarisse. Ação performática: sintoma de uma crise na esquerda. *Marx e o marxismo*, v. 5, n. 9, p. 300-32, 2017.

KALECKI, Michael. Political Aspects of Full Employment. *The political quarterly*, 14 (4), p. 322-330, 1943.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. *Contra-história do liberalismo*. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

_____. *O pecado original do século XX*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2013.

_____. *A esquerda ausente*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2016.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARIN, Pedro. Socialismo democrático ou social-democracia envergonhada?. *Revista Opera*, 20 de jun. de 2019. Disponível em: revistaopera.com.br. Acesso em: 09/03/2021.

PALMA, José Gabriel. The Revenge of the Market on the Rentiers: Why neo-liberal reports of the end of history turned out to be premature. *Cambridge Journal of Economics* (33), p. 829-869, 2009.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PRASHAD, Vijay. *Estrela vermelha sobre o terceiro mundo*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

STREECK, Wolfgang. *Tempo Comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. Rio de Janeiro: Actual, 2013.

ZIZEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma?. In: _____. (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 297-331.

Resumo:

Apresentamos um diagnóstico, sugerido pela cientista política Jodi Dean, segundo o qual a categoria psicanalítica de “melancolia” pode ser usada para interpretar a resignação de determinados segmentos da esquerda assujeitados ao capitalismo ocidental. Então, o assumimos como referência de análise para ensaiar, em associação ao campo da economia política, uma interpretação histórica de três momentos da recente trajetória da luta de classes — a ascensão do Estado de bem-estar no pós-guerra, sua queda e o programa neoliberal de austeridade —, refletindo sobre os lugares que certa esquerda veio ocupando ao longo dos mesmos. Guiamo-nos pela hipótese segundo a qual as posições de “reformismo” socialdemocrata e de “neoliberalismo de esquerda” sejam exemplos de resignação, em graus variados, à estrutura capitalista e à ideologia dominante. Nosso objetivo é refletir sobre desafios para a assunção de uma concepção de mundo revolucionária na política, introduzindo o conceito psicanalítico de melancolia como uma referência teórica relevante para análises nesta temática — debate que também se situa no campo da subjetivação política.

Palavras-chave: Esquerda; Melancolia; Neoliberalismo; Pós-guerra; Reformismo.

Abstract:

We present a diagnosis, suggested by political scientist Jodi Dean, according to which the psychoanalytic category of “melancholy” can be used to interpret the resignation of certain segments of the left subjected to Western capitalism. So, we took it as an analytical reference to rehearse, in association with the field of political economy, a historical interpretation of three moments of the recent trajectory of the class struggle — the rise of the post-war welfare state, its fall and the neoliberal austerity program —, reflecting on the places that a certain left has been occupying throughout them. We are guided by the hypothesis that the positions of social-democratic “reformism” and “left-wing neoliberalism” are examples of resignation, to varying degrees, to the capitalist structure and the dominant ideology. Our objective is to reflect on challenges to the assumption of a revolutionary world conception in politics, introducing the psychoanalytic concept of melancholy as a relevant theoretical reference for analysis on this theme — a debate that is also situated in the field of political subjectivation.


Keywords: Left; Melancholy; Neoliberalism; Post-War; Reformism.

Recebido para publicação em 05/05/2020.
Aceito em 10/03/2021.

Condições sociais de produção e circulação de um “clássico da esquerda”: uma análise de *A Democracia como Valor Universal*, de Carlos Nelson Coutinho

Marcelo Fontenelle e Silva

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-7084-3714>

marcelofontenelle@hotmail.com

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise do texto de Carlos Nelson Coutinho intitulado *A Democracia como Valor Universal*, publicado pela primeira vez em março de 1979. Este texto pode ser interpretado, nas palavras de Pécaut (1990, p. 193) como um dos “ ‘manifestos’ democráticos que orientaram o processo de ‘abertura’ ”.

A centralidade do mesmo nos debates políticos e intelectuais de fins da década de 1970 e década de 1980 tem sido destacada tanto por integrantes do meio acadêmico quanto do espaço político. Como podemos ver, por exemplo, na tese de Ramos (2013, p. 156), que o aponta como um “texto-síntese” das “influências teórico-políticas de

Lukács, Gramsci e dos eurocomunistas” no Brasil; na dissertação de Lucca-Silveira (2012), que destaca a sua publicação como um “momento decisivo” em que a discussão sobre a democracia ganha centralidade entre os comunistas brasileiros; já Napolitano (2014), por sua vez, registra o alto impacto desse texto, tanto na esquerda quanto em outros setores; enquanto Braz (2012, p. 251, grifos no original) qualifica-o como “responsável por abrir um *novo ciclo no debate da esquerda brasileira*”.

Os registros dos próprios protagonistas desses embates também apontam o texto como um eixo a partir do qual diversos intelectuais e políticos se posicionaram e como um marco na identificação de um conjunto de políticos-intelectuais vinculados ao partido comunista que ganharam destaque por pautar e defender a “democracia”. Em meio às disputas internas ao PCB, esses agentes ficaram conhecidos como integrantes da “corrente renovadora”, grupo afastado das fileiras do partido no início da década de 1980 (SANTOS, 1994).¹

Esta defesa da democracia era vista como herdeira da “perspectiva política” do “comunismo democrático” (CARVALHO, 2007) ou, nas palavras de Santos (1994), da “primeira renovação pecebista”.² O mais importante para o presente estudo, porém, é a centralidade que o texto ganhou no debate sobre a “questão democrática” (LUCCA-

¹Amplamente reconhecidos como intelectuais, alguns deles adquiriram relativo relevo no espaço acadêmico (além do próprio Coutinho, pode-se citar, entre outros, Werneck Vianna, Leandro Konder, Ivan de Otero Ribeiro, Marco Aurélio Nogueira e Milton Lahuerta).

²Na leitura destes agentes, a “primeira renovação pecebista” foi um fenômeno acontecido nas fileiras do PCB em fins da década de 1950, que pode ser definido por uma perspectiva crítica à postura da União Soviética e por uma maior valorização da democracia política. É associada às reações críticas ao Relatório Kruschev, publicado em 1956 contendo diversas denúncias de crimes cometidos por Stálin. Esta posição teria se concretizado na resolução publicada pelo Comitê Central do PCB em 1958, que ficou conhecida como “Declaração de Março” (SANTOS, 1994; 2012).

SILVEIRA, 2012), que animava a vida política e intelectual de então, tornando-o profícuo para uma análise dos acordos e desacordos que possibilitaram as disputas nesses dois espaços e do estado da relação entre os mesmos.

Ressaltamos, assim, que ao invés de focarmos nas questões teóricas e conceituais relativas ao citado ensaio de Coutinho,³ pretendemos investigar as condições sociais de produção e de circulação do mesmo, formulando hipóteses para explicar seu *relativo* êxito em pautar o debate sobre a democracia na década de 1980. Desse modo, o presente trabalho busca filiar-se entre aqueles que não analisam “texto” e “contexto” separadamente (BASTOS; BOTELHO, 2010), recusando tanto as análises que entendem os textos como meros reflexos das trajetórias de seus produtores quanto as que apreendem os textos como documentos completamente autônomos (BOURDIEU, 1996).

Os embates propostos no ensaio, os autores e o léxico mobilizado decorrem da relação que Coutinho manteve com autores da tradição marxistas desde o início de sua militância no PCB e das disputas políticas nas quais ele estava envolvido. Tais disputas aconteciam em pelo menos três níveis interligados: no nível partidário, Coutinho situava-se com a chamada “corrente renovadora”, conforme já destacado; em nível da política nacional, Coutinho situava-se nos embates quanto ao modo como os setores à esquerda deveriam orientar suas ações frente ao processo de redemocratização; e, por fim, em nível internacional, todo o movimento comunista passava por uma crise, em que Coutinho situava-se ao lado daqueles que propunham uma “renovação” do movimento comunista.

O texto de Coutinho circulou bastante, o que foi acompanhado

³Esforços neste sentido foram feitos, por perspectivas distintas, por alguns pesquisadores (LUCCA-SILVEIRA, 2012; RAMOS, 2013; BRAZ, 2012; NEVES, 2016).

pela produção de interpretações diversas, mas a proximidade do autor ao seu texto favoreceu que se mantivesse em uma posição privilegiada para pautar como a obra deveria ser lida, ofuscando assim as interpretações concorrentes. Desse modo, a capacidade de Coutinho de pautar seu próprio texto — e, indiretamente, o modo como a esquerda deveria entender a “democracia” — deveu-se não só à sua trajetória pregressa, com sua militância no PCB e vivência em países europeus na década de 1970, mas à sua posterior afirmação no espaço universitário.⁴

O período analisado tem o foco entre o momento da publicação do ensaio, em 1979, e a assunção de Coutinho no posto de professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1988.⁵ Isso não implica em pressupor que os debates em torno do texto tenham aí finalizado, mas que esse recorte temporal faz-se heurísticamente útil para compreendermos um fenômeno que teve consequências posteriores, incidindo, inclusive, na atualidade. Almeja-se, portanto, que a presente análise traga contribuições para que nós, cientistas sociais, possamos efetuar uma análise reflexiva, que se volte para o nosso próprio trabalho, possibilitando conhecer os constrangi-

⁴A capacidade de um autor de pautar como o seu próprio texto deve ser lido está longe de ser uma obviedade. Baseando-se em Bourdieu (2002), Mário Grynszpan (2012) demonstra, com base no livro *Sociologia dos Partidos Políticos*, de Michels, que os textos que se tornam “clássicos” costumam ganhar certa autonomia frente aos objetivos e intenções do autor — o que decorre, em especial, da diversidade dos meios de recepção do texto. As distintas interpretações e o próprio reconhecimento do autor e do texto, assim, decorrem de um processo que envolve diversos agentes — além do próprio autor, os tradutores, editores, prefaciadores, resenhistas etc. — e que o autor, por mais que consiga interferir neste processo, não detém o controle completo.

⁵Apesar de haver fontes que indicam seu vínculo com a UFRJ sendo iniciado em 1986, optei por utilizar a informação que consta na “Nota preliminar” do livro que foi publicado contendo o trabalho apresentado para a banca examinadora do concurso para a referida universidade (ver COUTINHO, 1989).

mentos que agem sobre nossa atuação — como sugerido por Bourdieu (2017).

O artigo está dividido em três partes. A primeira tem como objetivo trazer considerações para pensarmos em que condições o texto de Coutinho foi produzido e divulgado, buscando elementos externos ao texto para pensarmos o que suscitou o autor a discutir a “questão democrática” e o fez sentir-se autorizado a pautá-la a partir da assunção de uma determinada posição. A segunda parte centra-se mais propriamente no conteúdo do texto, buscando apreender como ele reivindica para si o acerto de determinadas posições e segmentos da esquerda e do marxismo e se posiciona contra outras. A terceira parte tem como objetivo analisar as disputas relativas às interpretações possíveis, destacando o papel do próprio Coutinho em pautar o texto.⁶

Apresentação e trajetória do “autor”⁷

Logo no início do texto, o autor da obra é apresentado como: “Ensaísta e tradutor. Autor de *Literatura e Humanismo* (1967), *O Estruturalismo e a Miséria da Razão* (1972) e, em colaboração, *Realismo e Anti-realismo na Literatura Brasileira* (1974)”. Reivindica-se, assim, a autoridade de já ter publicado obras anteriores e a condição de “tradutor” — Coutinho havia traduzido um livro de Antônio Gramsci e outro de György Lukács, ambos publicados pela editora Civilização Brasileira em 1968.

Mas não só o perfil do autor, conforme apresentado no início do

⁶Tal qual sugerido por Lygia Sigaud (2007) em seu estudo relativo ao *Ensaio sobre o Dom*, de Marcel Mauss; e por Mario Grynszpan (2012) em seu estudo relativo ao livro *Sociologia dos Partidos Políticos*, de Robert Michels.

⁷As aspas visam chamar atenção para o esforço de “abandonar a premissa de um sujeito criador que elabore seu pensamento liberto de qualquer restrição imposta pela existência de mecanismos sociais e culturais” (FARIA, 2002, p. 7).

texto, deve ser levado em conta. O conjunto de sua trajetória intelectual e política interfere nas condições que possibilitaram que o mesmo pudesse ser apresentado e reconhecido como tal. Destaca-se, assim, o contato precoce de Coutinho com a política e o exercício intelectual, decorrente da sua configuração familiar. O próprio declara como um “ato inaugural” da sua formação intelectual o encontro, quando ele tinha por volta de 13 ou 14 anos de idade, com o *Manifesto Comunista* na biblioteca de seu pai, que havia sido deputado pela União Democrática Nacional (COUTINHO, 2000, p. 373).

Coutinho nasceu em Salvador, na Bahia, em 1943. Iniciou o curso de direito (tal qual a maior parte dos filhos das famílias abastadas de então), mas abandonou-o, formando-se em filosofia pela Universidade Federal da Bahia, em 1965. É na qualidade de estudante do curso de direito que ele se filia ao PCB, em 1961. Por volta desse período, Coutinho já mantinha um trânsito significativo com a cidade do Rio de Janeiro. É lá que ele conhece Leandro Konder, com quem estabelece um forte vínculo de amizade e uma série de parcerias intelectuais.

Em decorrência da repressão exercida pelo regime instaurado com o golpe civil-militar de 1964, Coutinho passa a morar no Rio de Janeiro, estreitando os laços com Leandro Konder e com outros intelectuais residentes no Rio de Janeiro, como Ferreira Gullar.

Esse vínculo com o Rio de Janeiro é importante para compreendermos certas implicações de sua atuação intelectual, visto que, neste estado, a separação entre os discursos científico e político era bem menos acentuada do que em São Paulo, por exemplo. Enquanto o primeiro era fortemente marcado pela experiência do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e suas tentativas de construção de um projeto nacional, em São Paulo despontava a reivindicação do rigor

científico e da autoridade da academia, a partir da presença da Universidade de São Paulo (USP).⁸ As palavras de Coutinho expressam esta maior politização:

Acho que o pensamento social e a cultura estética do Rio eram na época completamente diferentes dos de São Paulo. Não tínhamos uma inserção acadêmica nessa época (...). O nosso modo era mais voltado para a ação política (...). Tentávamos evidentemente não reduzir o trabalho intelectual apenas ao uso político imediato, mas havia uma clara intenção de influenciar, demarcar posição, de abrir debates. O marxismo paulista é bem diferente: tem um viés acadêmico muito forte, no bom e no mau sentido (COUTINHO, 2006, p. 170-171).

Foi na qualidade de comunista e intelectual carioca que Coutinho, mesmo antes de ir para o exílio, em 1975, já despontava como um dos responsáveis pela interpretação e difusão do pensamento de certos autores marxistas (com especial destaque para G. Lukács e A. Gramsci) — o que aconteceu tanto por meio de seus escritos quanto pela tradução e organização de livros. Quanto a isso, ganha destaque a editora *Civilização Brasileira*, vinculada ao também comunista Ênio Silveira. Por esta editora foram publicados,⁹ em 1968, um volume de Gramsci intitulado *Literatura e vida nacional* e outro intitulado *Os intelectuais e a organização da cultura*; e, no mesmo ano, um volume de G. Lukács intitulado *Marxismo e teoria da literatura* e outro intitulado *Introdução a uma estética marxista*. Em tais publicações Coutinho traduziu os textos e/ou foi responsável pela seleção dos mesmos e por tecer comentários (orelhas e apresentação)¹⁰ — favorecendo assim

⁸Para perspectivas distintas desta oposição, ver em Sorj (2001) e Miceli (1995).

⁹Como o intuito deste tópico é subsidiar a compreensão das condições nas quais Coutinho produziu e publicou o referido ensaio, cito apenas as publicações que antecederam a primeira publicação do ensaio, em 1979.

¹⁰Baseio-me aqui na listagem disponibilizada no *Anexo 1* da tese de Neves (2016).

uma troca simbólica na qual Coutinho adquire notoriedade a partir da afirmação de seu domínio sobre um autor estrangeiro, firmando-se como um importante mediador entre o leitor brasileiro e certos marxistas estrangeiros.

A repressão exercida pelo regime militar não foi responsável apenas por contribuir com a sua mudança definitiva para o Rio de Janeiro. Em 1974 e 1975, a repressão política intensifica seus esforços de perseguição ao PCB, assassinando vários dirigentes e levando outros ao exílio — o que ocasionou, na prática, a transferência do Comitê Central do partido para o exterior (PRESTES, 2012). É nesse contexto que Coutinho parte para o exílio na Europa, estando principalmente na Itália e na França. A escolha preferencial pela Itália, porém, é justificada, por Coutinho, por conta do seu melhor domínio do idioma local, pela afinidade com o marxista italiano Antônio Gramsci e com o Partido Comunista Italiano (COUTINHO, 2006, p. 172).

O volume de capital político e cultural com o qual Coutinho chegou ao exílio — que contava com um meio familiar fortemente politizado e intelectualizado, certa “facilidade” com línguas estrangeiras, experiências com traduções de autores importantes no universo da esquerda e a publicação de artigos e livros — fez com que Coutinho ganhasse certa proeminência no exílio. Isso contribuiu para possibilitar que ele se dedicasse integralmente à atividade intelectual e política, chegando a atuar profissionalmente no PCB por um determinado período (COUTINHO, 2006, p. 173).

Assim como ele, muitos intelectuais e militantes estavam exilados, sendo Paris um polo aglutinador que possibilitava, apesar da distância geográfica em relação ao Brasil, a manutenção de outras frentes de atuação política. A situação do exílio pôs em contato distintos grupos adeptos da luta armada, militantes do PCB e outros setores progressis-

tas que faziam oposição à ditadura no Brasil (como ex-parlamentares cassados e alguns dominicanos) (HILDEBRANDO, 2012) — além, é claro, de intelectuais e militantes europeus.

Com isso, o contato de Coutinho com o chamado “eurocomunismo” foi quase que uma imposição decorrente da sua condição de militante comunista exilado entre a França e a Itália na segunda metade da década de 1970. Desde 1973, o PCI já despontava naquilo que passou a ser chamado de “eurocomunismo”, com a promulgação da estratégia do “compromisso histórico”. Logo depois, o PCF segue linha semelhante, como demonstrado em seu XXII Congresso, em 1976 (BOTTOMORE, 2001).¹¹

Ao que tudo indica, os militantes do PCB possuíam uma condição relativamente melhor que os demais para se inserir política e profissionalmente, pois dispunham de recursos materiais e simbólicos possibilitados pela inserção no movimento comunista internacional. Reuniam-se com certa frequência para a promoção de seminários, editavam revistas e jornais, além de iniciativas institucionais, como o *Comitê Brasil Amnistie*, de 1970 (HILDEBRANDO, 2012). Formouse, assim, um grupo de intelectuais comunistas fortemente identificados com o “eurocomunismo”, que tinham em Armênio Guedes a principal liderança e formavam um grupo de “assessoria” do Comitê Central do PCB. Em um dos seminários desse grupo, conforme depoimento de Leandro Konder, “Carlos Nelson amadureceu as ideias que depois causaram impacto através da publicação do ensaio *A democracia como valor universal*” (KONDER, 2008, p. 95). De especial

¹¹O “eurocomunismo” incluía ainda o Partido Comunista Espanhol, além de outros partidos comunistas europeus menores. Apesar das divergências entre eles, podemos destacar alguns eixos comuns, como a busca por autonomia em relação à União Soviética, uma perspectiva crítica em relação à experiência dos países soviéticos e a valorização da democracia — inclusive no que tange às suas instituições formais (MONDAINI, 2006).

importância, para este grupo, foi a revista *Études Bresiliennes*, que circulou entre 1974 e 1978.

Esse grupo ao qual Coutinho estava vinculado era por vezes designado como “grupo de Paris”/“Assessoria parisiense” (MALIN, 2018, p. 316), “grupo nucleado por Armênio” (VAIA, 2013, p. 123), “grupo da democracia como caminho universal, para o socialismo” (VIANNA, 2013, p. 31), entre outros. A partir de tais denominações já podemos destacar: o vínculo ao trabalho realizado em Paris; a já citada liderança de Armênio Guedes; e a identificação com o chamado “eurocomunismo”, visto que a referência à “democracia como valor universal” é tanto uma referência ao ensaio de Coutinho quanto ao discurso feito pelo dirigente comunista italiano Enrico Berlinguer, em Moscou, na comemoração ao aniversário de 60 anos da Revolução Russa.¹² Mas elas também indicam a existência de uma disputa interna ao partido, envolvendo o grupo ligado a Luiz Carlos Prestes, situado em Moscou; o grupo ligado a Armênio Guedes, em Paris; e o grupo vinculado a Giocondo Dias, composto pela maioria do Comitê Central do Partido (PRESTES, 2012, p. 213).

O grupo encabeçado por Prestes — conhecido como “corrente prestista” — rompeu com a direção partidária em 1980, quando Prestes publica a “Carta aos Comunistas”, conclamando os militantes a tomar a direção do partido, que era acusada de “reformista”. Os “prestistas” defendiam alianças políticas mais restritas e criticavam a proposta de construção de uma ampla “frente democrática” para pôr fim ao regime militar (PANDOLFI, 1995, p. 219).¹³ Além do “Cavaleiro

¹²Coutinho (1979, p. 34) cita literalmente a seguinte frase de Enrico Berlinguer: “A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista”.

¹³Apesar de não terem constituído, de fato, um partido político ou mesmo um grupo formalizado, a “corrente prestista” resultou em uma rede com “fios” em di-

da Esperança”, que ocupara o cargo máximo da direção partidária entre 1943 e 1980, o grupo era composto por Anita Prestes, José Salles e Marly Vianna (PRESTES, 2019). Estes, por sua vez, eram acusados de sustentar uma postura “reacionária” e “ultra-esquerdista” (KONDER, 1980, p. 138). Já o grupo predominante no Comitê Central era composto por Giocondo Dias, Salomão Malina, Severino Teodoro de Mello, Luiz Tenório de Lima, Givaldo Siqueira, entre outros. De modo geral, eram militantes com uma longa trajetória no PCB, que divergiam dos “renovadores” por sua maior “ortodoxia” em relação aos princípios do marxismo-leninismo e supervalorização da “questão nacional” (SANTOS, 1994, p. 37).¹⁴

Cabe destacar, também, o momento e o meio pelo qual o texto foi publicado: a revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, em seu nono volume, publicado em 1979. A revista *Encontros* teve 29 números, sendo o primeiro número lançado em junho de 1978 e o último em janeiro de 1982. Tal revista caracterizava-se pela guarida a intelectuais que faziam oposição ao regime ditatorial vigente no Brasil e foi arquitetada por Ênio Silveira, editor ligado aos setores da esquerda e que já havia protagonizado uma exitosa experiência editorial: a *Revista Civilização Brasileira*, lançada em 1965 como um instrumento de oposição ao regime instaurado com o golpe de 1964.

versos estados brasileiros (COSTA, 2013), contando com a adesão de diversos dirigentes com reconhecida atuação regional, como pode ser visto no caso da comunista maranhense Maria Aragão (SILVA, 2017).

¹⁴Anita Prestes (2012) intitula este grupo de “pântano”, pra destacar a sua falta de definição clara em relação aos embates envolvendo, por um lado, os renovadores e, por outro, os “prestistas”. Em entrevista, Marco Aurélio Nogueira destaca a imprecisão do termo “pântano”, usado de forma pejorativa. Para Nogueira, este grupo seria melhor descrito pela ausência de atualização, por um modo “duro” e ortodoxo de lidar com a organização partidária mas, ao mesmo tempo, pela defesa da construção de alianças amplas e da via democrática como forma de resolução dos problemas políticos brasileiros (SILVA, 2021).

Seguindo a linha da antecessora, a *Encontros* dava guarida para numerosos e divergentes intelectuais que se situavam na oposição ao regime militar e em um amplo leque de posições progressistas, mas teve um impacto/sucesso menor que a sua antecessora (COUTO, 2012, p. 362). Ênio Silveira mantinha um amplo leque de relações pessoais com diversos setores da intelectualidade e da esquerda, além de uma atuação de “editor atípico” (VIEIRA, 1996, p. 4), chegando a ser caracterizado por Nelson Werneck Sodré como “escritor transviado em editor” (SODRÉ, 1965, p. 157, *Apud* VIEIRA, 1996, p. 4). Foi vinculado ao PCB desde a década de 1940, mas sua atuação política e intelectual — como o próprio por vezes fez questão de frisar — foi caracterizada por uma espécie de “heterodoxia” que o levou a publicar, enquanto editor, tanto autores “clássicos” do marxismo-comunismo quanto autores divergentes, como aqueles identificados com Trotsky (COUTO, 2012, em esp. p. 357).

O ensaio foi publicado em 1979, ou seja, no ano seguinte ao retorno de Coutinho ao Brasil, que aconteceu em fins de 1978. O processo de redemocratização do Brasil entra em uma nova fase, com a revogação do Ato Institucional Nº 5 e a possibilidade de criação de novos partidos. Mas, desde o início da “distensão”, em 1974, os intelectuais já despontavam como um importante ator político na oposição à ditadura militar, constituindo-se no que Pécaut (1990) chamou de “partido intelectual”, dada a sua relativa coesão e unidade. O aumento da circulação de bens culturais foi fundamental para a constituição e manutenção dos intelectuais como um ator político importante nesse processo. Colaborou com isso, entre outros aspectos, o crescimento das universidades, a visibilidade de instituições como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o aumento da produção de livros (PÉCAUT, 1990).

O ensaio *A democracia como valor universal*, de Carlos Nelson Coutinho

O decorrer do processo de redemocratização, com a criação de novos partidos e instâncias de atuação intelectual, foi acompanhado pelo fim dessa coesão e unidade do “partido intelectual”, com suas divergências manifestando-se, por exemplo, pela adesão a distintos partidos políticos (PÉCAUT, 1990). O ensaio de Coutinho, bem como as polêmicas em torno dele, são produtos e produtoras de tais divergências.

A disputa encampada não se restringia à oposição ao regime ditatorial, mas estava explicitamente direcionada ao combate a certas concepções da esquerda, em especial da esquerda marxista e comunista a qual ele era vinculado. Não à toa, portanto, o ensaio inicia situando a questão trabalhada dentro da “formação do pensamento marxista” (COUTINHO, 1979, p. 33). Reivindica a autoridade de diversas personalidades de dentro do escopo do marxismo/comunismo, além de conceitos próprios a esta tradição de pensamento. E, também, registra a percepção da generalização da “rejeição do ‘modelo soviético’” (COUTINHO, 1979, p. 34), que seria decorrente da nova forma de conceber a relação socialismo/democracia trazida pelo chamado “eurocomunismo”.

É significativo, portanto, que ele justifique a defesa de sua posição como decorrente de uma leitura de autores marxistas — em especial das obras de Marx, Engels e Lênin —, enquanto seus oponentes incorriam em uma “errada concepção da teoria marxista do Estado” (COUTINHO, 1979, p. 34). Chama atenção as diversas reivindicações do “acerto” de Lênin. Diz Coutinho:

Se quisermos ser fiéis ao *método* de Lênin, temos de chegar à se-

guinte conclusão: é verdade que o conjunto das liberdades democráticas em sua forma moderna (...) tem sua *gênese histórica* nas revoluções burguesas (...), mas é igualmente verdade que, para o materialismo histórico, não existe identidade mecânica entre *gênese* e *validade* (COUTINHO, 1979, p. 35, grifos no original).

A defesa do “valor universal da democracia”, portanto, tinha um duplo foco: a esquerda que defendia acriticamente o “modelo soviético” e possuía uma visão meramente instrumental da democracia (que, naquele momento, personificava-se em Prestes); e a ditadura militar brasileira, que havia suprimido as “conquistas democráticas” mais básicas, existentes no período anterior a 1964. Coutinho estava ciente que a defesa dessas posições abria a possibilidade de seu texto ser interpretado como uma defesa da democracia liberal, o que o levou a explicitar enfaticamente o que entendia como sendo a diferença desta em relação à sua proposta.

Um elemento que Coutinho aponta como distinguindo “a concepção burguesa e a concepção marxista da democracia” é a questão da *hegemonia* (COUTINHO, 1979, p. 39), que seria um ponto central para não recair na errada pressuposição da teoria liberal de que existiria na sociedade capitalista uma igualdade não só formal, mas também real.¹⁵ E, na prática, levaria à defesa da *hegemonia* das classes populares — indo, portanto, além dos limites da democracia liberal. Com isso, Coutinho conclui que “a relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação dialética (*Aufhebung*): a primeira *elimina, conserva e eleva* a nível superior as conquistas da segunda” (COUTINHO, 1979, p. 40, grifos no original).

A conjuntura da redemocratização brasileira punha a “questão da

¹⁵Em nota de rodapé, Coutinho cita Fernando Henrique Cardoso como um exemplo de defesa da democracia liberal. Segundo Coutinho, Cardoso entende que a busca do consenso/hegemonia seria algo próprio dos regimes autoritários, enquanto a democracia seria assimilada ao “pluralismo”. Ver Coutinho (1979, p. 47, nota 9).

democracia” na ordem do dia, devendo ser defendida “inclusive em seus limites puramente formal-liberais” (COUTINHO, 1979, p. 41). Esta “renovação democrática” seria a alternativa para não recair na “via prussiana” que, segundo Coutinho, regeu as transformações no Brasil e atingiu sua forma mais acabada com o regime militar.

Mas, no caso em pauta, mais importante do que aquilo que deveria ser defendido (na medida em que a defesa do socialismo e do fim da ditadura eram pautas relativamente consensuais entre aqueles que Coutinho se dirigia prioritariamente), era o modo como deveria ser defendido. O “golpismo” vem, assim, como um método que deveria ser veementemente combatido, inclusive dentro da esquerda.¹⁶ Paralelamente, dever-se-ia “conceber a unidade como valor estratégico”, o que leva a uma “busca permanente da máxima unidade possível” (COUTINHO, 1979, p. 45). Com isso, o leque de alianças das “forças populares” amplia-se, no primeiro momento, para todos os interessados no fim da ditadura e manutenção das instituições democráticas.

Coutinho conclama a união de todos os “oposicionistas”, mas menciona o programa do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) como um exemplo — entre outros possíveis, como ele próprio enfatiza — de definição da “necessidade imperiosa de acentuar (...) aquilo que une a todos os oposicionistas, ou seja, a luta pela conquista de um regime de liberdades político-formais” (COUTINHO, 1979, p. 34). E, ao mesmo tempo, opõe-se àqueles que “revelam ter da democracia uma visão estreita, instrumental, puramente tática” (COUTINHO, 1979, p. 34). Afastava-se, assim, do grupo ligado a Luiz Carlos Pres-

¹⁶A crítica ao “golpismo de esquerda”, no interior do PCB, não é uma novidade dos anos 1970. Já em 1958 isto era debatido na chamada “primeira renovação pecebista” (SANTOS, 1994), por mais que seja possível afirmar que apenas em fins da década de 1970 foi conferida para a questão da democracia uma maior centralidade (LUCCA-SILVEIRA, 2012).

tes, mas também do nascente Partido dos Trabalhadores (PT), formalmente fundado em fevereiro de 1980 e ao qual ele viria a se filiar em 1989, juntamente com Leandro Konder e Milton Temer. Segundo a justificativa apresentada posteriormente por Coutinho, foi justamente por conta desse seu “aliancismo” que ele havia resistido a entrar no PT, um partido “sectário”.¹⁷

Na leitura de agentes que compunham o grupo ao qual Coutinho estava vinculado na época, a defesa do “aliancismo” inseria-se em uma linha que já vinha, pelo menos, desde a “primeira renovação pecebista” e que fora reafirmada durante a ditadura militar, com o combate à perspectiva adepta da luta armada e a defesa da atuação da oposição por meio do MDB (MALIN, 2018; SANTOS, 1994, 2012). Nesta leitura, a defesa da democracia feita pelos eurocomunistas brasileiros responderia a uma “tradição” que remete à chamada “Declaração de Março”, lançada em 1958 pelo Comitê Central do PCB. Tal documento é visto como um marco na luta contra o “stalinismo” e pela valorização da democracia, apesar da existência de “contrabandos” (termo utilizado por Armênio Guedes) que deixavam a *Declaração* um documento ainda ambíguo (MALIN, 2018, p. 126-130).

Percebe-se, portanto, que a defesa dessas posições era também uma tomada de posição dentro das disputas internas ao PCB e em meio ao movimento comunista internacional. Apesar de por vezes implícito, na medida em que Prestes não é diretamente citado, um dos principais embates que pode ser visto nas páginas do ensaio era em relação ao “Cavaleiro da Esperança” e à defesa das posições que, para os “renovadores”, ele representava. Não à toa, do lado oposto, Prestes condena o que seria a defesa da “democracia burguesa” e afirma que negar a possibilidade do uso de armas no processo revolucionário era

¹⁷Termos endógenos. Ver Coutinho (2006, p. 137).

um erro (MORAES; VIANA, 1982, p. 217).

Ao condenar toda forma de autoritarismo e reivindicar a necessidade de união de todas as “forças progressistas” na luta contra a ditadura, o texto amplia seu leque de alianças, atraindo a atenção de setores liberais, que viam no texto, além de tudo, um instrumento para a crítica à União Soviética e defesa das instituições democráticas. Desse modo, o ensaio de Coutinho acaba por fazer coro com uma tendência mais geral de defesa da democracia, gestada em meio aos embates da Guerra Fria, que pode ser caracterizada por aquilo que Guilhot (2005, p. 10) chamou de “ambíguas cruzadas democráticas”.

As interpretações possíveis e a interpretação legítima: O texto como um espaço de disputas

Coutinho mostrou-se surpreso com a reverberação da obra e com o “equivoco” de muitas interpretações, de modo que significativa parte das suas intervenções posteriores sobre o referido ensaio são respostas a interpretações que ele julgava mais ou menos corretas. Ele se mostra, assim, empenhado em uma disputa por definir qual a interpretação legítima e qual o valor social da referida obra. Nessa disputa está implicada não apenas o sentido da obra, mas quem pode julgá-la e como se pode fazê-lo (BOURDIEU, 1968).

As reedições do ensaio de Coutinho e os comentários dirigidos a ele ilustram de modo exemplar essa disputa pela definição do “sentido público” (BOURDIEU, 1968) de uma obra. A existência dessas divergências, porém, só é possível por conta de os diferentes atores concordarem, pelo menos, quanto à importância de se debater a “questão democrática” e quanto aos meios adequados para fazê-lo (textos

em periódicos acadêmicos ou não, livros e seminários).¹⁸

O próprio Coutinho manifesta essa percepção quanto à repercussão da obra. Conforme sua leitura realizada *a posteriori* sobre a difusão do ensaio feita no *Prefácio* ao livro de 1984, Coutinho afirma que o texto:

Gerou polêmicas, motivou consensos e dissensos. Valeu-me acerbias críticas, tanto de doutrinários ‘marxistas-leninistas’ como de liberais. Mas também foram muitos os que (...) expressaram o seu acordo com as teses centrais do livro. E, sem falsa modéstia, creio que os ensaios tiveram um certo peso na consolidação, entre muitos comunistas, da consciência de que não é mais possível manter a fidelidade ao *método* de Marx e às exigências do mundo moderno sem superar inúmeros preconceitos ‘marxistas-leninistas’ (COUTINHO, 1984, p. 12, grifo no original).

Uma década e meia depois, Coutinho volta a expressar juízo semelhante:

Sem falsa modéstia, teve uma importância muito grande no debate cultural e político daquele momento. Não tanto pelas suas qualidades intrínsecas — acho que é um ensaio que desenvolve pouco alguns conceitos, é sobretudo um texto de combate, simultaneamente contra a ditadura e contra o chamado ‘marxismo-leninismo’ — mas penso que, com ele, pus o dedo num tema que realmente era um tema ‘quente’, a exigir uma discussão (COUTINHO, 2006 [1999], p. 180).

Há pelo menos três elementos a destacar desses dois trechos. Primeiramente, a já citada percepção da importância que teve o texto no debate ocorrido no período. Em segundo lugar, a definição dos dois alvos prioritários — a ditadura e o marxismo-leninismo. E, por fim,

¹⁸Em Neves (2016) pode-se ver uma exaustiva listagem com todas as matérias divulgadas sobre Carlos Nelson Coutinho na imprensa — pelo menos 10 delas sobre o referido ensaio.

a definição do ensaio como um texto inacabado, com conceitos ainda a serem melhor desenvolvidos.

Este último elemento, longe de diminuir a importância do texto, expressa o deslocamento da responsabilidade de melhor desenvolver os aspectos inacabados do texto para a posteridade, o que foi feito por muitas das intervenções posteriores do próprio Coutinho. Não é à toa, portanto, que autores como Marcelo Braz entendam esse ensaio como um “projeto teórico-político que norteou a trajetória de CNC” (BRAZ, 2012, p. 255).

Cabe frisar, assim, que o texto foi novamente publicado em 1980, pela editora Ciências Humanas, em livro com o título *A Democracia como Valor Universal. Notas sobre a questão democrática no Brasil*. E, em 1984, pela editora Salamandra, com o título *A Democracia como Valor Universal e outros ensaios*. Além de ter sido um dos pontos debatidos no seminário *As Esquerdas e a Democracia*, transformado em livro (GARCIA, 1986). De tais reedições e debates pode-se apreender o modo como Coutinho pautou as leituras possíveis sobre o texto, com suas mudanças de ênfases e autocríticas.

2º momento: a republicação em 1980

Contribuíram para a delimitação do leque de leituras possíveis as mudanças que foram realizadas no texto publicado em 1980, pela editora Ciências Humanas.¹⁹ Destaco, a título de exemplo e sem a intenção de realizar uma comparação exaustiva, algumas alterações. A versão publicada em 1980 traz uma introdução ampliada — que Coutinho passa a chamar de “Premissa”. Nela, há uma referência ao erro

¹⁹O texto publicado em 1980 foi republicado, sem alterações, em 1984. Por este motivo, sem que isto incorra em prejuízos, utilizamos esta edição para análise do que estamos chamando aqui de “2º Momento”.

da “tentativa stalinista de generalizar acriticamente para o Ocidente o modelo de transição seguido pelos bolcheviques”, enquanto “Antonio Gramsci (...) lança as bases para uma refundação da teoria marxista da transição ao socialismo, colocando a questão democrática no centro dessa transição” (COUTINHO, 1984, p. 18).

Novas notas de rodapé foram adicionadas. Uma delas (nota 8, da página 26) vem justamente para complementar um parágrafo que foi reformulado e ampliado, em que Coutinho comenta a diferença entre a “democracia socialista” e a “democracia liberal”. Haveria, entre um e outro, a “criação de novos institutos políticos” e a “mudança de função” de outros (COUTINHO, 1984, p. 26).²⁰ A nota de rodapé adicionada vem justamente afirmar que Karl Marx havia observado, em sua análise da Comuna de Paris, a “mudança de função” do sufrágio universal na “democracia proletária” (COUTINHO, 1984, p. 26). Mais a frente (nota 22, da página 46), Coutinho afirma que também o *XX Congresso do PCUS* havia notado esta possibilidade.

Uma outra nota reforça o combate ao “golpismo” (nota 20, da página 43), complementando um parágrafo que fora ampliado para trazer dois exemplos “desastrosos” do “golpismo”: “os eventos ligados ao movimento ‘nacional libertador’ de 1935 e os que culminaram na tragédia de 1964” (COUTINHO, 1984, p. 43). O “golpismo” é, portanto, um *modus operandi* que esteve/estava presente em diversos âmbitos da atuação da esquerda — com destaque para esses dois eventos em que o PCB foi tão presente. A nota seguinte trata ainda do mesmo tema: “é interessante observar que, já em 1967, uma importante força da esquerda brasileira — o PCB — empreendia uma dura autocrítica quanto à concepção golpista das transformações sociais”

²⁰Ver Coutinho (1979, p. 37) para apreciação das demais mudanças relativas ao parágrafo equivalente no original.

(COUTINHO, 1984, p. 44).

Também é sintomático o esclarecimento sobre a concepção de “valor” utilizada no texto.²¹ Diz Coutinho: “Cabe dissipar, desde já, um possível mal-entendido. Quando falamos em ‘valor’, não temos em vista — à maneira de Kant — uma norma abstrata e intemporal que ‘valeria’ como um dever-ser independente da história e de suas leis (...)” (COUTINHO, 1984, p. 22). E segue explicitando a adoção do “ângulo rigorosamente histórico-materialista” (COUTINHO, 1984, p. 23), apoiando-se em Georg Lukács e Agnes Heller. Ciente da existência de “mal-entendidos” possíveis, Coutinho adianta-se reiterando o seu vínculo com a perspectiva teórico-metodológica reivindicada pelos marxistas, explicitando a sua posição nas polêmicas internas.

Dessas alterações, podemos destacar dois pontos interligados: 1) a reivindicação da manutenção da filiação à tradição intelectual vinculada a Marx, mas com uma maior explicitação da tomada de posição interna a esta tradição, vinculando-se a um determinado segmento da mesma (em especial, Gramsci) e enfatizando a crítica à “generalização” do “modelo bolchevique”; 2) a ênfase e maior explicitação de certos pontos polêmicos do texto, em especial o imbróglio relativo à concepção da democracia liberal e a crítica ao comunismo — com destaque para o “golpismo” presente no PCB).

²¹João Quartim de Moraes (2001) chama atenção para esta alteração feita por Coutinho em seu esforço para convencer o leitor do vínculo entre o “ângulo” adotado em seu ensaio e a perspectiva do materialismo-histórico. Este autor, porém, não tergiversa em defender sua posição: “de materialista, este ângulo só nos parece ter o nome” (MORAES, 2001, p. 28).

3º Momento: a edição de 1984

A edição de 1984 traz uma reprodução do texto publicado em 1980, com a adição de novos ensaios e sem alterar os que foram publicados na edição anterior. O livro é dividido em três partes, além do *Prefácio*. A primeira parte consta apenas o ensaio *A Democracia como Valor Universal*, mantendo-se o texto igual ao que fora publicado em 1980. A segunda parte intitula-se *Temas de história do marxismo*. Já a terceira e última parte, intitula-se *O caso brasileiro* (ver COUTINHO, 1984). Também é significativo que o livro comece, em epígrafe, citando três marxistas (V. I. Lênin, Rosa Luxemburgo e Enrico Berlinguer) — o que estabelece, de antemão, o “terreno” ao qual ele filia sua discussão.

No prefácio, o livro é apresentado como objetivando refletir sobre a democracia tanto no que tange à sua relação com o socialismo quanto à sua importância para as lutas travadas no Brasil. E, tal qual na entrevista citada anteriormente (COUTINHO, 2006 [1999]), aqui também é explicitado o seu caráter de “esboço”.

Este prefácio, porém, demarca uma certa leitura sobre a relação entre o ensaio, o Partido Comunista Brasileiro e o chamado “socialismo real”. O “marxismo-leninismo”, com seus “inúmeros preconceitos”, passa a ser explicitamente um dos alvos centrais. E a crítica ao PCB e demais PCs, já presente desde 1979, muda radicalmente de tom. A disputa não é mais pelos rumos que o PCB deveria tomar, mas por afirmar que este não deve “deter o monopólio da representação política dos comunistas brasileiros”, posto que “esse agrupamento político não estava preparado para aceitar, em todas as suas implicações teóricas e políticas, o valor universal da democracia” (COUTINHO, 1984, p. 12). A crítica passa a ser ao “socialismo real”, com a “tra-

dição oriunda da Terceira Internacional”, à qual o PCB ainda estava vinculado em sua forma organizacional (COUTINHO, 1984, p. 12-13).

A referência à experiência italiana permanece, mas agora com ênfase na caracterização do PCI como modelo que foi capaz de operar a “profunda renovação interna” (COUTINHO, 1984, p. 13) que o PCB não realizou. Dessa forma, o livro é ainda apresentado como um esforço para contribuir com “a criação de um partido socialista, laico, democrático e de massas, capaz de recolher o que há de válido na herança do comunismo brasileiro, mas, ao mesmo tempo, de incorporar as novas correntes socialistas” (COUTINHO, 1984, p. 13).

Tal exposição aconteceu logo após a “marginalização” do grupo ao qual Coutinho estava vinculado — a corrente renovadora — dos cargos de direção do PCB, o que ocorreu nas imediações da preparação do VII Congresso do Partido, realizado entre 1982 e 1983.²² A preconização da necessidade de criação de um novo partido, portanto, não só exclui o PCB como uma alternativa possível, mas os demais partidos da esquerda, como o Partido dos Trabalhadores, que reunia diversos setores da esquerda no período e ao qual Coutinho veio a se filiar posteriormente (em 1989).

Foi também significativa a crise vivida pelo PCI com a URSS. Esta crise culminou em um “racha”, ocorrido em 1981, que, conforme caracterização de Lucio Magri (2014, p. 327), “era apenas o ponto de partida de um trabalho de reelaboração cultural refundadora”. Punha-se em questão, assim, o próprio legado da experiência soviética e as bases teóricas nas quais ela estava pretensamente assentada.

²²Raimundo Santos (1994, p. 47) menciona “a marginalização desse significativo grupo em fins de 1983, no ápice do longo período das discussões preparatórias para o VII Congresso do PCB”. Pode-se ver, também, a fala de Armênio Guedes (MALIN, 2018, p. 477).

Por mais que alguns possam indicar que essa crítica já estava apontada no ensaio original, sendo apenas melhor desenvolvida posteriormente (BRAZ, 2012), cabe frisar que, quando da primeira publicação do ensaio (1979), havia outras possibilidades em aberto. O texto era também parte de uma disputa interna ao PCB e, de modo mais amplo, quanto aos rumos do comunismo mundial. E o desfecho destas disputas — a não ser em leituras teleológicas — não havia como ser previsto pelos seus próprios protagonistas.

4º momento: O seminário *As Esquerdas e a Democracia*, de 1986.

Um outro evento que pode ser explicitado para análise das leituras sobre as possíveis interpretações relativas ao ensaio de Coutinho refere-se ao seminário realizado em 1986 conjuntamente pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e pelo Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) intitulado “Partidos e Movimentos de Esquerda”. Este seminário foi transcrito e publicado em livro (GARCIA, 1986).

Para a discussão foram escolhidos Francisco Weffort,²³ Daniel Aarão Reis²⁴ e o próprio Carlos Nelson Coutinho, que cursava o douto-

²³Weffort era professor do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP) desde 1961, já havia sido presidente da ANPOCS (1977-1980) e recebido o título de livre-docente pela USP (1977). Foi também um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e, no momento da realização do seminário, ocupava o cargo de secretário-geral do partido. Sobre Francisco Weffort, pode-se ver Tauil (2017).

²⁴Daniel Aarão Reis é professor do curso de História da Universidade Federal Fluminense desde 1981 e, no momento do seminário, cursava doutorado em História na USP (1982-1987). Durante a ditadura militar, militou no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), adepto da luta armada, e foi exilado. Durante o exílio

rado em Ciência Política no IUPERJ desde o início da década de 1980. Logo após a realização do seminário, Coutinho tornou-se professor titular da Escola de Serviço Social da UFRJ e obteve o título de livre-docente pela UFRJ. Os três são, nas palavras do organizador do livro, “intelectuais universitários competentes e reconhecidos (...), têm em comum o fato de manterem com a política uma relação que extravasa o terreno puramente acadêmico” (GARCIA, 1986, p. 12).

Além do reconhecimento pelos pares desta condição de destacados *políticos-intelectuais*, cabe também frisar que o CEDEC despon-tava, desde sua criação em 1976, como um dos principais institutos de pesquisa de São Paulo, dado o recebimento de recursos da Fundação Ford.²⁵ Este evento ganha interesse suplementar para a presente análise, portanto, dada a posição institucional dos participantes e por fazer-se investido tanto da autoridade acadêmica de estar ligado a um GT da ANPOCS quanto pelo fato de estar vinculado a uma instituição como o CEDEC, que agregava importantes personalidades do campo político e intelectual paulista e nacional.

Ao comentar seu ensaio, Coutinho destaca que este tinha como objetivo discutir a democracia e sua relação com o socialismo. Mas, dessa vez, dá especial ênfase para um outro ponto: o objetivo de “abandonar essa visão da realidade brasileira como a de um país atrasado, semicolonial, ainda carente de uma revolução de libertação nacional” (COUTINHO, 1986, p. 61). Corroborando a leitura feita por Coutinho sobre o seu próprio ensaio, Marcelo Braz aponta que o grupo ao qual Coutinho estava vinculado “visava girar o eixo estratégico da revolução reforçando a centralidade da ‘questão democrática’ no sentido de associá-lo ao par socialismo/democracia como uma alter-

na França, conclui sua graduação e mestrado em História. Aarão Reis também participou da fundação do PT. Há um perfil biográfico do mesmo em: une.org.br

²⁵Ver Miceli (1995).

nativa à clássica etapa democrático burguesa” (BRAZ, 2012, p. 248). Com isso, Coutinho demonstra o seu afastamento em relação à leitura que preponderara no partido em relação à revolução brasileira,²⁶ demarcando uma posição contrária àqueles setores da esquerda que permaneciam sustentando tal perspectiva.

A crítica a esta visão da realidade está ligada à crítica à Terceira Internacional e ao “marxismo-leninismo” — e, portanto, aos partidos comunistas. Cabe destacar, assim, que se o uso instrumental da democracia já era o principal combate do artigo de 1979, agora esse “desvio” aparece claramente como decorrente dos limites dessa vertente do pensamento marxista. Coutinho é explícito ao afirmar que “a forma marxista-leninista de pensar a questão democrática é uma forma que tende a reduzir a democracia a mero instrumento” (COUTINHO, 1986, p. 61) e, também, que “aquelas velhas concepções da esquerda brasileira, em particular do PCB, de que o capitalismo era bloqueado no Brasil pelo latifúndio e pelo imperialismo não se revelaram verdadeiras” (COUTINHO, 1986, p. 64). Isso vem paralelamente à sua autocrítica em relação ao uso feito por ele do “legado” de Lênin. Autocrítica que só foi possível, segundo o próprio, por conta das leituras da obra de Antônio Gramsci.

Vale frisar, porém, que questionar-se quanto ao fato de essa leitura estar ou não presente no texto original é uma preocupação secundária

²⁶Conforme asseverado por diversos analistas, o PCB possuía uma análise “etapista” da revolução brasileira. Antônio Carlos Mazzeo, por exemplo, afirma que, em especial após o início da década de 1930, “a nova linha teórico-prática [do PCB] passa a entender a implementação da democracia como desdobramento de uma ‘etapa’ democrática que não estaria a cargo da classe operária, mas de uma suposta ‘burguesia nacional’, que estaria desenvolvendo-se em ‘contradição’ com o imperialismo. Essa política, imposta de cima pelo Komintern, será a responsável pelos inúmeros equívocos cometidos pelo PCB, determinando uma inversão, na qual a estratégia de ação estará permanentemente subordinada à tática da revolução realizada em ‘etapas’” (MAZZEO, 1999, p. III-IV).

para os propósitos deste artigo. O que importa destacar, aqui, é a necessidade de Coutinho de (re)apresentar seu vínculo como marxista, com o marxista italiano e o rompimento com esta visão que por muito tempo marcou a leitura da realidade brasileira operada pelo PCB — utilizando-se, para isto, de comentários direcionados ao ensaio.

Intermédios

Esta divisão em três “momentos” visa apenas demonstrar que o texto sofreu com certas vicissitudes que diziam respeito não só à trajetória do seu autor, mas a processos e disputas que ocorreram nos espaços político e intelectual. Com isso, portanto, não se exclui a existência de outros “momentos” que poderiam também ser aqui analisados e que perduraram nas décadas de 1990 e 2000. Entre cada um destes “momentos”, existiram inúmeras críticas e comentários. O próprio Coutinho, no prefácio à edição de 1984, destaca três delas.²⁷ Como se pode ver no quadro a seguir:

É certo que muitos outros comentários existiram. Dos três listados, o texto de Otávio Rodrigues foi o que teve circulação mais restrita, sendo uma “brochura” escrita para o VII Congresso do PCB e publicado sem a mediação de uma editora. Enquanto o texto de Adelmo Genro, publicado na mesma revista e no mesmo ano que fora publicado o ensaio de Coutinho, recebeu menções posteriores, como indicado por Lucca-Silveira (2012).

²⁷Lucca-Silveira (2012) analisa três críticas ao ensaio, que foram escolhidas por indicação do próprio Coutinho em livro publicado em 2008. São elas: a de Márcio Naves, publicada na revista *Temas de Ciências Humanas*, em 1981; a de Adelmo Genro Filho, publicada na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, em 1979 (ambas criticando, por vieses distintos, a incompatibilidade das teses de Coutinho com o marxismo); e a de José Guilherme Merquior, publicada em livro em 1981, pela editora *Nova Fronteira*, que louva a defesa da democracia feita por Coutinho, mas aponta a inadequação entre esta e o leninismo reivindicado no texto.

Quadro 1: Intervenções destacadas por Coutinho (1984)

Referência do texto	Caracterizado como
COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. In. Encontros com a Civilização Brasileira, V. 9, 1979.	
RODRIGUES, Otávio. Contra o revisionismo. 1979.	Exemplar das críticas “do lado ‘marxista-leninista’ ”; panfleto doutrinário e pouco equilibrado (COUTINHO, 1984, p. 12)
FILHO, Adelmo Genro. A democracia como valor operário e popular (resposta a Carlos Nelson Coutinho). In. Encontros com a Civilização Brasileira, V. 17, 1979.	Outro exemplar das críticas “do lado ‘marxista-leninista’ ”; “mais equilibrado (mas nem por isso menos doutrinário)” que o texto de Otávio Rodrigues (COUTINHO, 1984, p. 12).
COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. Notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo. Livraria Editora de Ciências Humanas, 1980.	
MERQUIOR, José Guilherme. Marxismo e democracia. In: MERQUIOR, J. G. As ideias e as formas. 1981.	Exemplar das críticas “do lado liberal” (COUTINHO, 1984, p. 12).
COUTINHO, C. N. A democracia como regime que avança. In. <i>Isto É</i> , 21/01/1981	Resposta ao texto de Merquior (1981) (COUTINHO, 1984, p. 12).

Produzido pelo autor a partir de Coutinho (1984)

O texto de Adelmo Genro é posto como representante do mesmo “lado” do texto de Otávio Rodrigues — ou seja, o lado “marxista-leninista”. Genro assina o texto como “Bacharel em Direito, vereador em Santa Maria, no Rio Grande do Sul”. Foi eleito vereador pelo MDB, em 1976, logo após a conclusão do curso de jornalismo pela

Universidade Federal de Santa Maria.²⁸ Genro argumenta que a análise de Coutinho não seria nem marxista e nem leninista, posto que teria abandonado seus aspectos centrais: operava uma análise não-dialética, abandonava a categoria revolução como significando uma ruptura real e abandonava, também, a apreensão do Estado como uma instituição defensora dos interesses da burguesia. Isso tudo teria levado Coutinho a um erro político crasso: a defesa do “liberalismo emedebista” (GENRO FILHO, 1979, p. 200).

Dessas, apenas a crítica de Merquior recebeu uma resposta direta. Há alguns elementos que podem contribuir para explicar o destaque dado a Merquior. Primeiramente, o fato de Merquior ter tido sua “iniciação intelectual” no marxismo, em conjunto com Leandro Konder e Carlos Nelson, amigos próximos com quem mantinha constante diálogo. Posteriormente, Merquior tornou-se um crítico do marxismo e desenvolveu grande afinidade com o liberalismo. Destaca-se, também, a posição ocupada por ele nos espaços político e intelectual: além da carreira de diplomata, iniciada na França em 1966, Merquior publicou vários livros, muitos deles direcionados a criticar o marxismo, e foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1982 — um ano após a publicação em livro de suas críticas ao ensaio de Coutinho. Ademais, responder a críticas é não só (re)atestar a importância do referido ensaio e mantê-lo circulando, mas usufruir da oportunidade de, mais uma vez, resolver qualquer possível “mal-entendido” e adicionar novos elementos para as leituras subsequentes.

Os dois textos de Merquior, intitulado *Marxismo e democracia* e o outro intitulado *Cultura e democracia*, foram publicados em três etapas no *Jornal do Brasil* (27/12/1980, 03/01/1981 e 10/01/1981) e depois republicado em livro. Depois de constatar a existência de

²⁸Informações biográficas retiradas de: www.adelmo.com.br

“um surto de revalorização da democracia no marxismo brasileiro” (MERQUIOR, 1981, p. 232), Merquior aponta que o ensaio de Coutinho havia ficado encarregado de analisar teoricamente a relação entre a “compatibilidade conceitual entre leninismo e democracia” (MERQUIOR, 1981, p. 232), chegando à conclusão de que seriam plenamente compatíveis. Argumenta que Lênin (e Lukács) teriam, sobre a democracia, justamente a posição contrária a que Coutinho alegava defender. O objetivo de Coutinho, portanto, seria mais facilmente atingido abandonando Lênin e ficando só com Gramsci. Mas, ainda assim, na medida em que o uso do conceito de hegemonia havia levado Coutinho a uma “ode ao ‘consenso’” (MERQUIOR, 1981, p. 238), sua defesa da democracia permanecia inviabilizada.

Coutinho não só responde a Merquior, mas aceita *parte* de sua crítica, afastando-se de Lênin. Do outro lado — o “marxista-leninista” — Coutinho também aceita *parte* da crítica: contra Genro Filho, reafirma seu vínculo ao pensamento de Karl Marx e nega que teria se resumido à defesa do “engodo liberal”, mas não contesta a acusação de “antileninismo”.

O imbróglio relativo a estes dois pontos (a relação entre o ensaio e o marxismo-leninismo e com o liberalismo) persiste no tempo. Em 2002, em entrevista a José Corrêa Leite e Emiliano José — publicada na revista *Teoria & Debate* e republicada no livro *Intervenções* (COUTINHO, 2006) — Coutinho discorre sobre os elementos do liberalismo que devem ser “herdados” e afirma: “hoje, se reescrevesse aquele ensaio, teria posto como título *A democratização como valor universal*. O que é valor universal não são as formas concretas que a democracia assume institucionalmente em dado momento, mas o processo pelo qual a política se socializa” (COUTINHO, 2006, p. 133).

Essa mudança de ênfase é assumida pelo próprio Coutinho, que a

explica a partir da mudança do “combate ideológico” travado em cada ocasião. Diz Coutinho: “em 1979, tinha a clara intenção de dizer que sem democracia não há socialismo. Hoje, dado o tipo de combate ideológico que estamos travando, é necessário sublinhar que sem socialismo não há plena democracia” (COUTINHO, 2006, p. 136).

O maior distanciamento em relação ao “leninismo” e maior aproximação a Gramsci, conforme registrada nos três “momentos” aqui analisados, também é assumido por Coutinho, ao mesmo tempo em que reitera a sua identificação enquanto um “marxista convicto e confesso”. Diz Coutinho:

Hoje, não me considero mais um ‘leninista’. (...) agora percebo não só o que nelas se tornou anacrônico, mas também o que já era equivocado no momento em que escrevia ou atuava (...). Passei a aceitar e valorizar positivamente o pluralismo no interior do marxismo. Nesse sentido, não acho, por exemplo, que exista um ‘gramscismo’, embora a reflexão do pensador italiano seja aquela com a qual mais me identifico (COUTINHO, 2006, p. 190-191).

Este movimento foi acompanhado de uma série de trabalhos editoriais e de traduções efetuadas por Coutinho. Isso está de acordo com a leitura que ele faz de sua própria vida como a década de 1980 correspondendo à fase “gramsciana”. Nessa mesma entrevista, Coutinho divide a sua vida entre um “período fanaticamente lukacsiano”, que é sucedido pelo “reencontro com Gramsci, em meados dos anos 1970” (COUTINHO, 2006, p. 180). O referido ensaio é apontado por ele como exemplo desta segunda fase, em que as leituras de Gramsci e a “questão da democracia” passaram a nortear suas produções.²⁹

No que tange à trajetória do autor e do texto, um outro evento importante foi a sua filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT), em

²⁹Uma listagem completa das intervenções editoriais de Coutinho pode ser vista em Neves (2016).

1989. Isto fica claro ao analisarmos o livro *Democracia e Socialismo*, publicado por Coutinho em 1992. Afinal, duas das três partes do livro são compostas por textos anteriormente apresentados e debatidos em eventos organizados pelo partido (COUTINHO, 1992). Afirma o próprio Coutinho, sobre a sua entrada no partido: “queria ser o chato democrático dentro do PT, queria levar para o PT a discussão que eu havia proposto em meu ensaio *A democracia como valor universal*” (COUTINHO, 2006, p. 137).

Com isso, a posição ocupada e o reconhecimento adquirido pelo autor colocaram-no em condição de pautar, com certo êxito, o modo como o ensaio deveria ser interpretado. Para intervir nestas disputas serviram os prefácios, as alterações da edição seguinte, os textos posteriores comentando a “questão democrática”, as várias entrevistas que ele concedeu etc. Tudo isso se deu paralelamente ao aumento do seu reconhecimento no espaço intelectual e com a afirmação na universidade, o que pôde ser mensurado não só pelo título de livre-docência e assunção do cargo de professor da UFRJ, mas pelas intervenções editoriais que fizera, traduções, publicação de livros e republicações (dentro e fora do Brasil).

Considerações finais

O argumento aqui sustentado centra a explicação do reconhecimento e circulação deste texto a partir de três elementos interconectados. Primeiramente, pela trajetória de Coutinho. Quando publica o ensaio, em 1979, ele já dispunha de alguns trunfos e recursos decorrentes de sua atuação concomitantemente política e intelectual, que inclusive contava com o aval de um grupo mais amplo, consolidado na Europa, com certo reconhecimento intelectual e inserção em espa-

ços acadêmicos, tanto dentro quanto fora do Brasil. Adquiriam, com isto, legitimidade para atuar como mediadores de certas “tendências” em voga na Europa e como mediadores entre o espaço intelectual e o político. O texto já entra em cena, assim, dotado de certa credibilidade e com a marca de um grupo específico (a chamada “corrente renovadora”).

Em segundo lugar, por conta das posições reivindicadas pelo texto: a condição de marxista, a crítica à União Soviética e ao chamado “socialismo real”, a condenação de todo e qualquer tipo de autoritarismo e “golpismo” e a defesa parcial do “legado” do liberalismo, com a valorização das instituições democráticas. O texto possuía, com isto, certa capacidade de englobar interpretações distintas dentro deste amplo espectro de defesa da democracia, clamando por um combate ao “autoritarismo” que direcionava-se não só para o regime ditatorial brasileiro, mas para um extenso leque de experiências, indo desde as ditaduras que ocorreram na América Latina a práticas de dirigentes partidários e países comunistas. Com isso, o texto de Coutinho torna-se um aliado parcial de setores que historicamente opunham-se aos comunistas — em que podemos destacar os liberais.

O uso do léxico marxista-comunista já é, por si, uma tomada de posição, na medida em que se reivindica no interior do “pensamento marxista”. É tanto consequência das condições de produção — das condições de sua formação político-intelectual no interior do PCB — quanto condicionante da circulação, visto que se dirige prioritariamente àqueles que conhecem tais códigos. Mas, por conta do conteúdo de sua crítica, a reivindicação da condição de marxista e (ex)comunista não tinha como consequência apenas uma relativa restrição da circulação do texto, mas o trunfo de poder reivindicar a autoridade de quem conhece “por dentro” aquilo que critica.

Em terceiro lugar, importa também a trajetória do seu autor no período subsequente à publicação do texto e a existência de outros políticos e intelectuais que se reivindicavam como adeptos das posições ali defendidas. A trajetória política e acadêmica de Coutinho é, portanto, um dos fatores condicionantes da circulação do texto e das possíveis interpretações, levando-o a se afirmar como um dos agentes mais autorizados a determinar qual a interpretação correta do mesmo.

Referências

BASTOS, Elide Rugai. BOTELHO, André. Por uma sociologia dos intelectuais. *Dados*, Rio de Janeiro, Vol. 53, nº 4, 2010.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2001.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: Pouillon, J. (org.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

_____. Por uma ciência das obras. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. As condições sociais da circulação internacional das ideias. *Enfoques — Revista Eletrônica*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 01, 2002.

_____. *Homo academicus*. Florianópolis, Ed. da UFSC, 2017.

BRAZ, Marcelo. “A democracia como valor universal”: em clássico da esquerda no Brasil. In: *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. BRAZ, M. (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. Breve história do ‘comunismo democrático’ no Brasil. In: FERREIRA, J., AARÃO REIS, D. (Org.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COSTA, Izabel Cristina. Uma rede prestista: diversos fios dos “filhos” da Carta aos Comunistas no PDT. Nº9, ano 7, *Perseu Abramo*, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, V. 9, 1979.

_____. A democracia como valor universal. In: COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

_____. Exposição. In: GARCIA, M. A. (Org.) *As Esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986.

_____. *Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

_____. *Democracia e socialismo: questões de princípio e contexto brasileiro*. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. In: NOBRE, M. REGO, J. M. (Org.) *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, Cristiano Pinheiro. ‘Encontros com a civilização brasileira’ (1978-1982): resistência cultural e prenúncio de uma nostalgia. *Dimensões*, vol. 29, 2012.

FARIA, Luís de Castro. C. *Oliveira Vianna*. De Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 — Niterói: o autor, os livros, a obra. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

GARCIA, Marco Aurélio. (Org.) *As Esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1986.

GENRO FILHO, Adelmo. A democracia como valor operário e popular (resposta a Carlos Nelson Coutinho), *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

GRYNSZPAN, Mário. Por uma sociologia histórica da recepção e da circulação de textos: Robert Michels e sociologia dos partidos políticos nos Estados Unidos. *Revista de Sociologia e Política*, 20(44), 11-30, 2012.

GUILHOT, Nicolat. *The democracy makers*. Human rights and the politics of global order. New York: Columbia University Press. 2005.

HILDEBRANDO, Luíz. *Crônicas subversivas de um cientista*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2012.

KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

_____. *Memórias de um intelectual comunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LUCCA-SILVEIRA, Marcos Paulo de. *Intelectuais e a questão democrática no Brasil*: um estudo a partir da Revista Presença. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política, 2012.

MAGRI, Lucio. *O alfaiate de Ulm*: uma possível história do Partido Comunista Italiano. 1.e. São Paulo: Boitempo, 2014.

MALIN, Mauro. *Armênio Guedes*: um comunista singular. Rio de Janeiro: Ponteio, 2018.

MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia inacabada*: a política dos comunistas no Brasil. Marília: UNESP; Boitempo, 1999.

MERQUIOR, João Guilherme. *As ideias e as formas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

MICELI, Sérgio. O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 2. São Paulo: Sumaré, 1995.

MONDAINI, M. Há trinta anos, o eurocomunismo. *Gramsci e o Brasil*, 2006. Disponível em: www.acesa.com. Acesso em: 10 nov. 2019

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Prestes*: lutas e autocríticas. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.

MORAES, João Quartim de. Contra a canonização da democracia. *Crítica Marxista*, n. 12, p. 9-40. São Paulo: Boitempo, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e a questão democrática nos anos 1970. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 80, p. 41-58, 2014

NEVES, Victor. *Democracia e revolução*: um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho. Tese (doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2016.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros*: memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. *Viver é tomar partido: memórias*. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

RAMOS, C. A. *A democracia no pensamento político dos comunistas brasileiros (1979-1983)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013.

SANTOS, Raimundo. *O pecebismo inconcluso — escritos sobre ideias políticas*. 2 Ed. Rio de Janeiro: Sociedade do livro/Ed. Universidade Rural, 1994 [1992].

_____. *O marxismo político de Armênio Guedes*. Brasília: Fundação Astro-gildo Pereira, 2012.

SIGAUD, Ligia. Doxa e crença entre os antropólogos. *Novos Estudos — CEBRAP*, São Paulo, nº77, 2007.

SILVA, Marcelo Fontenelle. *A besta-fera vai ao paraíso: uma análise da construção da memória e identidade pública da médica e comunista maranhense Maria Aragão*. Dissertação (mestrado) — Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/CCH, Universidade Federal do Maranhão, 2017.

_____. Entrevista com Marco Aurélio Nogueira: intelectuais e comunistas no Brasil da redemocratização. *Agenda Política*, V. 9, N. 1, 2021.

SORJ, Bernardo. *A construção do intelectual do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

VAIA, Sandro. *Armênio Guedes: sereno guerreiro da liberdade*. São Paulo. Editora Barcarolla, 2013.

VIANNA, Luiz Werneck. *Luiz Jorge Werneck Vianna (depoimento, 2012)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2013.

VIEIRA, L. R. *Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil*. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v. 20, n. 2, p. 139-192, jul./dez. 1996.

Resumo:

Neste artigo, apresenta-se uma análise das condições sociais de produção e de circulação do texto intitulado *A democracia como Valor Universal (1979)*, de Carlos Nelson Coutinho. Partimos da apresentação de considerações sobre a trajetória do “autor”; em seguida, do modo como o texto se posiciona contra e a favor de certos agentes; por fim, expomos algumas (auto)críticas sobre as propostas defendidas no ensaio. Sustenta-se que a explicação da produção e circulação desse texto deve passar, pelo menos, por três fatores interconectados: o aval de um grupo mais amplo; o próprio conteúdo e caráter do texto, capaz de englobar interpretações relativamente distintas; e, por fim, a relativa capacidade do autor de pautar qual seria a leitura legítima do texto e da democracia brasileira.

Palavras-chave: Intelectuais comunistas; marxismo; eurocomunismo; Carlos Nelson Coutinho.

Abstract:

The objective of this article is to present an analysis of the social conditions of production and circulation of the text titled *Democracy as Universal Value (1979)*, by Carlos Nelson Coutinho. First, we present some considerations about the author’s path; then, we present the way in which the text positions itself against and in favor of certain agents; finally, we expose some reviews about the proposals defended in the essay. It is argued that the explanation of the production and circulation of this text must go through at least three interconnected factors: the endorsement of a broader group; the content and character of the text, capable of encompassing different interpretations; and, finally, the relative author’s ability to determine which is the most legitimated way to read the text and the Brazilian democracy.


Keywords: Communist intellectuals; Marxism; eurocommunism; Carlos Nelson Coutinho.

Recebido para publicação em 14/08/2020.
Aceito em 23/06/2021.

Uma história de controvérsias: a implantação do Aeromóvel em Porto Alegre/RS

Valesca Daiana Both Ames


Universidade Federal do Paraná, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-1640-3280>

valesca.ames@gmail.com

Marilis Lemos de Almeida

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-0300-6067>

marilis_almeida@yahoo.com.br

Introdução¹

Em agosto de 2013, foi inaugurada na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, uma linha do Aeromóvel, ligando a Estação Aeroporto da *Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb)* ao

¹O artigo apresenta parte dos resultados da dissertação de mestrado de uma das autoras. A pesquisa foi realizada com o auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Aeroporto Internacional Salgado Filho. A inauguração desta linha representou um ponto alto de uma longa história de debates, negociações e controvérsias em torno da tecnologia, que se estendeu por mais de quarenta anos e sobre a qual buscaremos lançar luz neste artigo.

Para iniciarmos nossa discussão e situarmos melhor o leitor, falaremos um pouco sobre o Aeromóvel. Ele pode ser definido como um meio de transporte automatizado em via elevada, sobre trilhos, que se movimenta com energia eólica gerada por ventiladores elétricos — o ar impulsiona uma aleta localizada abaixo do veículo, no interior da via elevada (AEROMÓVEL BRASIL, 2011). Este projeto de transporte urbano, inspirado nos conceitos da aviação, foi concebido no final da década de 1960 pelo técnico em aeronáutica, empreendedor e inventor Oskar Coester. Desde sua criação foram realizados diversos estudos, experimentos e tentativas de implantá-lo em Porto Alegre, os quais envolveram não apenas o âmbito técnico e científico, mas também a mídia, o governo e empresários. Trata-se de um caso exemplar para o exame das controvérsias tecnológicas desde a perspectiva dos Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT), campo de estudos interdisciplinar surgido na década de 1970 que tem como principal objeto de análise “as formas com que os atores sociais e coletivos interferem na produção, circulação e no conteúdo do conhecimento” científico e tecnológico (COSTA; SILVA, 2019, p. 22).

Essa abordagem permite contemplar, ao analisar tecnologias, o processo de construção, implantação e aceitação das mesmas em relação ao contexto sociocultural, político e econômico em que elas se desenvolvem. A construção de um artefato tecnológico é considerada resultado das negociações, disputas e controvérsias entre distintos atores e grupos sociais. Desta forma, elabora-se uma crítica à visão determinista e linear do desenvolvimento tecnológico, segundo a qual

a tecnologia seguiria uma trajetória única, ordenada e autônoma em relação à esfera social em que está inserida (BIJKER, 1987; 2010).

Este artigo pretende, então, contar uma história sobre o Aeromóvel, lançando um olhar sobre os atores individuais e coletivos que se envolveram na construção e implantação da tecnologia em Porto Alegre, desde o final dos anos 1970 até o ano de 2013. Ainda, busca mapear as posições que estes atores assumiram e os argumentos que sustentaram a favor ou contra a utilização do Aeromóvel como meio de transporte na referida cidade.

Dentre as distintas abordagens que fazem parte dos ESCT, adotamos a Construção Social da Tecnologia — *Social Construction of Technology, SCOT* —, que possui como principais representantes Wi-be Bijker e Trevor Pinch. O foco da *SCOT* é a análise das controvérsias tecnológicas, resultado das diferentes interpretações formuladas sobre aspectos específicos da tecnologia pelos atores individuais e coletivos que se envolvem em sua criação e implantação — processo denominado flexibilidade interpretativa. Segundo essa abordagem, a seleção de um determinado artefato tecnológico dependeria das disputas e negociações entre os atores e grupos sociais, detentores de distintos interesses, necessidades e visões a respeito do mesmo. A flexibilidade interpretativa e as controvérsias dela resultantes diminuiriam ou mesmo desapareceriam por meio de dois mecanismos: o convencimento de alguns atores (por meio de campanhas publicitárias, por exemplo) e a redefinição dos problemas percebidos em relação à tecnologia. A *SCOT* sublinha, ainda, a influência do contexto social e político mais amplo sobre os processos de interpretação e estabilização dos artefatos tecnológicos (PINCH; BIJKER, 1987). Desta maneira, “todo objeto passa a ser encarado como tendo uma história, que é formada por políticas de ajustes e negociações entre produtores,

engenheiros, gerentes, *experts*, cientistas, vendedores, usuários, etc.” (SCIRÉ, 2014, p. 83).

Com o intuito de analisar o processo de implantação do Aeromóvel, utilizamos especialmente três conceitos elaborados pela SCOT: grupos ou atores sociais relevantes, flexibilidade interpretativa e mecanismos de fechamento das controvérsias.

Desta forma, a primeira etapa da pesquisa buscou identificar os atores individuais e coletivos que se envolveram na controvérsia em torno do Aeromóvel, bem como os eventos que caracterizaram a sua história. Para tanto, buscamos matérias jornalísticas no *Zero Hora*, jornal de maior circulação diária do Rio Grande do Sul, durante o período que se estendeu do final da década de 1970 até o ano de 2012. As matérias jornalísticas (94, ao todo) foram fornecidas pelo próprio *Zero Hora* por meio de um dossiê.

A segunda etapa consistiu na realização de entrevistas narrativas com os atores que se envolveram mais diretamente na construção e implantação do Aeromóvel — efetuadas de abril a julho de 2013. Particularmente, procuramos apreender as diferentes interpretações formuladas sobre o significado, os problemas e as vantagens da tecnologia para os distintos atores, bem como os conflitos de interesses e acordos firmados entre eles. Neste sentido, buscamos entrevistar tanto pessoas envolvidas com o projeto nas décadas de 1970 e 1980, quanto nas décadas de 2000 e 2010.

Para contemplar principalmente o primeiro período, entrevistamos quatro pessoas: o criador do Aeromóvel, Oskar Coester; o ex-Ministro dos Transportes, Cloraldino Soares Severo (1982-1985); o ex-diretor da *Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU)*, Jorge Guilherme de Magalhães Francisconi (1978-1982); e um engenheiro aeronáutico que trabalhou na *EBTU* durante os anos de 1977 a

1987.²

Com relação, sobretudo, ao segundo período, entrevistamos sete pessoas: o então presidente da *Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb)*, Humberto Kasper (2011-2016) e um engenheiro da mesma; um engenheiro da empresa *Aeromóvel Brasil*; um professor da *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)* e coordenador nesta Universidade de um projeto de avaliação da tecnologia — realizado em parceria com a *Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)* e a *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)*; bem como três professores da *UFRGS* que participaram de estudos sobre o Aeromóvel — dois deles que participaram nas décadas de 1980 e, principalmente, 2000 e 2010, e um deles que participou apenas nesse último período. Ao todo, foram realizadas onze entrevistas.

Além das entrevistas, buscamos apreender as diferentes interpretações formuladas sobre o Aeromóvel em documentos como relatórios técnicos, ata de audiência pública, catálogos de divulgação e termos de contratação do Aeromóvel. Esses materiais foram disponibilizados por alguns dos nossos entrevistados.

Após a coleta do material e a transcrição das entrevistas, passamos para a análise dos dados. Para tanto, conciliamos técnicas variadas, mesclando a análise de narrativas proposta por Schutze a respeito da divisão do material de pesquisa em elementos indexados e não indexados (JOVCHELOVICH; BAUER, 2008), a análise de conteúdo temática (BARDIN, 2011) e a análise argumentativa (LIAKOPOULOS, 2008). O exercício de análise dos dados foi realizado com o auxílio do programa de análise qualitativa Nvivo.³ A seguir, apresentamos

²Suprimimos os nomes de alguns entrevistados a pedido destes.

³As categorias utilizadas para a codificação foram fruto tanto das questões que inspiraram a realização do estudo, quanto do próprio trabalho de análise dos dados

os principais resultados alcançados com a pesquisa.

Concepção do Aeromóvel, testes e primeiras controvérsias (1960-1981)

Segundo Oskar Coester, a ideia de construir um meio de transporte em via elevada, capaz de contornar os problemas de mobilidade urbana que já se apresentavam nos anos 1960, surgiu após a sua observação de que o tempo despendido para percorrer pequenas distâncias nas grandes cidades era muito maior do que o necessário para viajar longos trajetos utilizando o transporte aéreo. Em suas palavras:

Em 1959, começamos a fazer o percurso aéreo de Porto Alegre até o Rio de Janeiro em uma hora e meia. Do [aeroporto] Galeão até o lugar em que eu morava, no Leme, eu levava mais tempo. E na época o meu chefe [...], o [Rubem] Berta, dizia assim: “não adianta mudar a velocidade do avião para chegar ao aeroporto”. Aquilo me intrigou. Por que tu consegues fazer mil quilômetros com o avião em menos tempo do que cinco quilômetros no centro urbano? Por quê? Isso foi em 1960. Então, eu comecei a me interessar sobre esse assunto (entrevista com Oskar Coester).

Em maio de 1977, Coester construiu o primeiro protótipo do que mais tarde viria a ser denominado Aeromóvel. O protótipo tinha como objetivo avaliar o consumo energético por passageiro transportado. Conhecido como “cadeirinha”, funcionou em uma pista pequena de aproximadamente 30 metros de comprimento, com capacidade para um passageiro, conforme Figura 1 (AEROMÓVEL BRASIL, 2012). Iniciava-se assim uma longa trajetória pontuada por negociações, avanços e retrocessos, que colocou em relação diversos atores soci-

— estas últimas foram criadas, portanto, a partir do que emergiu como significativo durante o processo de análise do material empírico.

ais, tais como a mídia, *experts*, governos, políticos e o próprio inventor que concebeu o projeto.

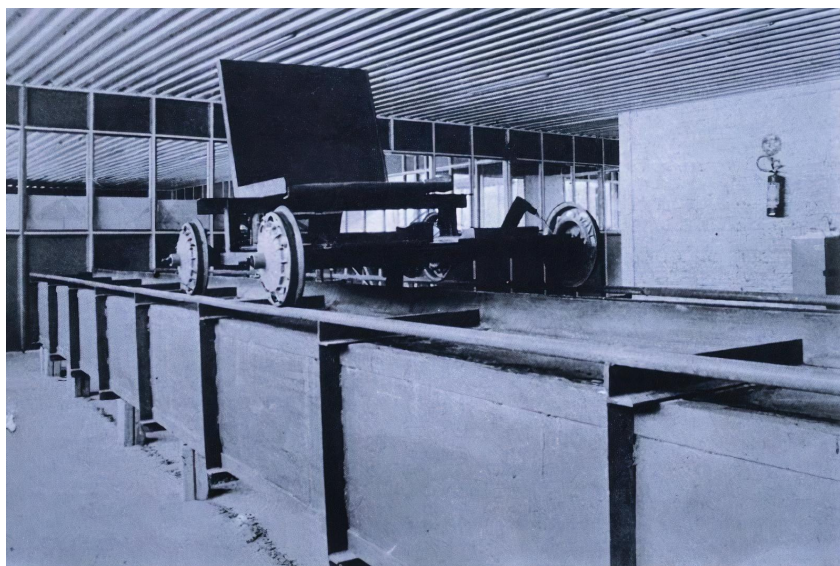


Figura 1 — Primeiro protótipo do Aeromóvel

Fonte: AEROMÓVEL BRASIL, 2013.

Em dezembro de 1978, Jorge Guilherme de Magalhães Francisconi, diretor da *Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU)* — instituição ligada ao *Ministério dos Transportes* e responsável pelo planejamento, condução e avaliação de projetos no setor de transportes do país na época — foi levado por amigos de trabalho até a oficina de uma das empresas de Coester para conhecer este primeiro protótipo do Aeromóvel. De acordo com ele, colocaram-no:

Em uma pequena cadeira de rodas sobre trilhos, ligada a uma placa que corria dentro de duto metálico que terminava em uma pequena ventoinha de ferreiro. Ao ser acionada, a ventoinha aspirou o ar no tubo, puxou a placa no duto e deslocou a cadeira com surpreendente aceleração. Isso foi o que vi e testei, como tantos outros haviam feito (FRANCISCONI, 2006, p. 89).

Enquanto presidente da *EBTU*, Francisconi considerava que “não poderia ser apenas uma testemunha a mais”, pois “representava a União e devia atender as diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que indicava a questão urbana como tema prioritário” (FRANCISCONI, 2006, p. 89). Desta maneira, após essa visita, foi estabelecido um programa de testes para avaliar se aquela tecnologia poderia ser uma alternativa para o transporte urbano.

Assim, em 1979, foi construído um protótipo com maior extensão (500 metros) e capacidade (15 pessoas) na Estrada da Serraria, em Porto Alegre, conforme Figura 2 (COESTER, 1984b, p. 1). Além da *EBTU*, o projeto recebeu apoio da *Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)*. A realização dos testes ficou a cargo da *EBTU* e da empresa fabricante da tecnologia, a *Coester Pesquisas e Participações* (FRANCISCONI, 2006). Nesta época, o Aeromóvel era visto pela *EBTU*, pela empresa *Coester* e pela mídia como um potencial meio de transporte de alta capacidade, uma alternativa ao metrô — sendo, por isso, denominado “trem movido a ar”. Vemos, assim, que à medida que os testes avançavam, o projeto ganhava maior visibilidade e novos aliados se somavam a ele, como a *EBTU* e a *FINEP*. O Aeromóvel então tornava-se “menos ficção”, nos termos de Latour (2000), e fortalecia-se como possibilidade real.

Enquanto os testes eram realizados, surgiram críticas à tecnologia por parte de pesquisadores da *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)*. Essas críticas concentravam-se principalmente sobre o alto consumo energético do veículo. Nesse sentido, afirmou o então professor Ennio Cruz da Costa: “como é sobejamente conhecido, o transporte pneumático tem um consumo de energia bastante superior àquele convencional, só sendo adotado em casos especiais devido à sua praticidade” (COSTA, 1980, p. 2). As incertezas lançadas sobre



Figura 2 — Primeiros testes com o novo protótipo do Aeromóvel
Fonte: AEROMÓVEL BRASIL, 2011.

aspectos técnicos do Aeromóvel relativos aos níveis de consumo energético demonstram que a tecnologia ainda não se encontrava estabilizada e as controvérsias, que neste momento começaram a insinuar-se, passaram a desempenhar um papel crescente dali para frente.

A mídia gaúcha, por sua vez, representada aqui pelo *Zero Hora*, veiculava diversas matérias indicando as vantagens daquele invento e o interesse e a curiosidade que despertava entre os seus visitantes. Deste modo, destacava a “grande rapidez, baixo custo de implantação, pouco ruído e quase total ausência de poluição” (TREM, 1979a, p. 25).

Os testes, desenvolvidos ao longo de 1979, segundo os atores então apoiadores do Aeromóvel, teriam apontado: “resultados superiores às expectativas” (TREM, 1979b, p. 22), “muito positivos e encorajadores” (FRANCISCONI, 2006, p. 91), “indicando a viabilidade

técnica e econômica da utilização da tecnologia em sistemas de transporte urbano” (AEROMÓVEL BRASIL, 2012).

Na mesma época, anunciava-se a implantação de uma Linha Piloto no centro de Porto Alegre, com o objetivo de analisar a eficiência da tecnologia em escala real. O trajeto contou novamente com o financiamento da *EBTU* e começou a ser construído em 1982, conforme Figura 3 (COMISSÃO, 1979; IMPLANTAÇÃO, 1979). Localizado no Centro Administrativo do estado do Rio Grande do Sul, possuía cerca de 600 metros de extensão e uma estação.



Figura 3 — Linha Piloto começa a ser construída

Fonte: AEROMÓVEL BRASIL, 2011.

Ora, uma das principais vantagens associadas ao Aeromóvel nesse período era a utilização de eletricidade como fonte energética, diferentemente de outros meios de transporte da época, que usavam derivados de petróleo — como os automóveis e os ônibus. Por exemplo, uma matéria jornalística do dia 27 de janeiro de 1982 do *Zero*

Hora caracterizava o Aeromóvel como um “revolucionário sistema de transporte urbano inteiramente independente dos derivados de petróleo” (AEROMÓVEL, 1982, p. 21). Essas interpretações sobre as vantagens do Aeromóvel estavam relacionadas à busca por novas fontes de energia em um contexto de crise do petróleo, caracterizada pelo rápido aumento do preço do combustível no mercado mundial. Nesse sentido, assim afirmou Francisconi, então presidente da *EBTU*: “a proposta que vinha do Coester era uma proposta inserida no contexto da crise energética” (Entrevista com Jorge Francisconi).

Além dessa vantagem da tecnologia, o intenso apoio que o projeto recebeu no período aqui analisado nos indica que Oskar Coester operou como um construtor de fatos, nos termos de Latour (2000). Efetivamente, se mostrou hábil para convencer outros atores a participar da construção de seu artefato, mantendo uma rede de relações bastante extensa e dispondo, por conseguinte, de um conjunto de recursos financeiros e materiais. Essa rede se manteve relativamente estável até 1982, ano em que ocorreram modificações nos quadros do *Ministério dos Transportes*, como veremos a seguir.

Acirram-se as controvérsias em torno do Aeromóvel (1982-1985)

No mesmo ano em que começou a construção da Linha Piloto do Aeromóvel, Cloraldino Soares Severo assumiu como novo Ministro dos Transportes. A partir deste momento, os debates se intensificaram. Por um lado, tínhamos a mídia gaúcha e a própria empresa *Coester* que destacavam o sucesso dos testes até então realizados; por outro, especialistas questionavam a eficiência da tecnologia. As incertezas a respeito da viabilidade técnica e econômica do Aeromóvel

eram compartilhadas pelo Ministro. Para ele, novos estudos deveriam ser realizados antes da finalização do trecho experimental — o qual, segundo o plano original, teria um quilômetro de extensão e duas estações; em contrapartida, para a mídia e os engenheiros e técnicos que trabalhavam na *Coester*, o trecho deveria ser finalizado para que os testes fossem realizados de maneira satisfatória (Entrevista com Cloraldino Severo; COESTER, 1984b).

Este impasse relembra as máximas de Jano bifronte, apresentadas por Latour (2000), a propósito da eficiência de uma tecnologia. Em um diálogo imaginário entre uma ciência pronta e outra, em construção, o autor chama a atenção de que no processo de construção de teorias e artefatos, a verdade ou a eficiência não são coisas dadas, definidas previamente. Há que se decidir o que é verdade e o que é eficiência. E é isso que parece estar em jogo nesta disputa: de um lado, os defensores do Aeromóvel sustentam que ele não pode ser provado eficiente antes de funcionar e que para tanto é preciso que novos trechos sejam implantados imediatamente; de outro, os seus críticos buscam os conselhos da “ciência pronta”, que propõe escolher o artefato mais eficiente, mas, para tanto, cada grupo tem que testá-lo para ver até que ponto ele corresponde a seus interesses.

A posição do *Ministério dos Transportes*, favorável à realização de novos estudos técnicos, prevaleceu e, em 1983, foi assinado um novo contrato para avaliação da tecnologia entre a *EBTU*, a *Fundação Universidade-Empresa de Tecnologia e Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FUNDATEC/UFRGS)* e o *Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT)* (AEROMÓVEL, 1983; EMPRESA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS, 1985). Ao final do período de estudos, o Ministério se comprometeu a definir se o Aeromóvel seria homologado como sistema de transporte de massa

(AEROMÓVEL, 1983).

Essa decisão, no entanto, causou polêmica na cidade, levando à realização de uma audiência pública na *Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*, com o objetivo de “expor sobre tão importante tema ligado ao transporte urbano” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 1984, p. 1). Na sessão, que contou com a presença de políticos, empresários e engenheiros, Cloraldino Severo foi arguido a respeito da conclusão dos estudos de avaliação técnica e econômica do Aeromóvel e da implantação de novos trechos em Porto Alegre. O Ministro, por sua vez, apontou inúmeros aspectos do Aeromóvel — como a utilização de via elevada, a segurança do veículo e os custos econômicos — que deveriam ser mais bem estudados e argumentou que só tomaria uma decisão após inteirar-se da excelência dos resultados obtidos nos testes (Entrevista com Cloraldino Severo).

As colocações de Cloraldino Severo na Assembleia Legislativa foram criticadas pela empresa *Coester*, pois teriam sido baseadas em um parecer do *IPT* sobre um anteprojeto elaborado em 1980/1981 pela *Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte* (GEIPOT), o qual não teve continuidade devido às novas orientações do Ministério nos anos subsequentes — como o aumento de 100 para 300 passageiros na capacidade de transporte do veículo. Por este motivo, a *Coester* afirmou que “as análises do relatório são decalcadas, em cima de informações técnicas a nível de anteprojeto, e tornam-se inteiramente obsoletas face ao desenvolvimento do sistema nos anos seguintes” (COESTER, 1984a).

O que a *Coester* parecia especialmente criticar era o caráter teórico das avaliações realizadas até então e que sustentavam o discurso do Ministro dos Transportes. Esses estudos diriam pouco sobre o funcionamento real da tecnologia, pois seriam prejudicados por uma aná-

lise conservadora, por preconceitos e “ranços acadêmicos”, uma vez que teorizariam e calculariam “em cima de coisas prontas”, ou seja, utilizando conceitos tradicionais da área da engenharia (COESTER, 1984a; Entrevista com engenheiro da empresa *Aeromóvel Brasil*). Por outro lado, a empresa mencionava positivamente os resultados práticos, alcançados com “muito empirismo, testes, ensaios e medições”. Por exemplo, um dos pontos considerados inviáveis pelo Ministro era o sistema de sensoriamento do Aeromóvel, o qual, segundo a *Coester*, estaria em “teste de operação há um ano com excelentes resultados. Mais de 25.000 ciclos de operação foram atingidos. A observação de que o sistema não oferece segurança não se verifica na prática” (COESTER, 1984a).

Estas distintas interpretações a respeito da importância dos testes empíricos ou das avaliações teóricas do Aeromóvel nos remete à definição de algo como semelhante ou diferente, conforme Collins e Pinch, citando Wittgenstein: “definir se duas coisas são semelhantes ou diferentes, segundo Wittgenstein, sempre envolve um julgamento humano. [...] As coisas parecem semelhantes ou diferentes, dependendo do contexto em que são usadas” (COLLINS; PINCH, 2010, p. 54). Nesse sentido, podemos afirmar que, segundo a interpretação da *Coester*, somente os resultados práticos de avaliação do Aeromóvel seriam semelhantes ao seu uso real e, por isso, bons indicadores de seu funcionamento. Por outro lado, o Ministro se apoiava fundamentalmente nos estudos de viabilidade técnica e econômica para criticar o Aeromóvel, afirmando que estes seriam mais fidedignos para avaliá-lo.

A discordância entre a empresa *Coester* e o *Ministério dos Transportes* não se resolveu após a apresentação dos resultados da avaliação realizada pela *EBTU*, pela *FUNDATEC* e pelo *IPT*, em março de 1985.

O parecer do conselho técnico caracterizou o Aeromóvel como um sistema de transporte em estágio de desenvolvimento. Deste modo, salientou a necessidade de aprimoramento de diversos de seus componentes (como o sistema de freios, o sistema elétrico, a estrutura da via e a dinâmica do veículo) e a resolução de questões relativas à sua viabilidade social e econômica (como o impacto ambiental, a capacidade de transporte e o rendimento energético). Recomendou, assim, mais uma vez, a complementação dos estudos até então efetuados (EMPRESA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS, 1985).

A *Coester*, por seu turno, respondeu o parecer final destacando novamente a condição inacabada da Linha Piloto, que possuía cerca de 500 metros de extensão e não contava com a instalação de equipamentos considerados essenciais para o desenvolvimento dos testes. Nesse sentido, a empresa recomendou a conclusão do trecho para verificar adequadamente a tecnologia (COESTER, 1985).

Essas controvérsias em torno do Aeromóvel se fundamentavam sobre uma interpretação divergente do seu significado pelos diversos atores sociais — como vimos, esse fenômeno é denominado por Pinch e Bijker (1987) como flexibilidade interpretativa. Se, para a *Coester* e a mídia, ele representaria um potencial meio de transporte de alta capacidade, para o *Ministério dos Transportes* — apoiado sobre os estudos então efetuados — o Aeromóvel se constituiria essencialmente como um meio de baixa capacidade e com inúmeras incertezas que ainda precisavam ser respondidas. A ampliação de sua capacidade dependeria do aumento do tamanho do tubo por onde circula o fluxo de ar que o impulsiona, característica técnica que dificultaria ou até mesmo impediria o transporte de grande número de passageiros, como explicou o então engenheiro da *EBTU*:

Com um tubo deste tamanho, você transporta 20 passageiros. Agora

se você quer transportar como em um metrô, 1.200 passageiros, que tamanho terá este tubo? No Aeromóvel o tubo é único. O anteparo é único. Você não pode assoprar entre veículos. Você só pode assoprar no túnel. E o anteparo tem que aguentar, tem que ser capaz de carregar aquilo que está levando em cima (entrevista com engenheiro da EBTU).

A indefinição sobre a capacidade de transporte do Aeromóvel era uma questão especialmente problemática no período aqui analisado. Com efeito, no início da década de 1980, segundo os nossos entrevistados, os recursos financeiros do *Ministério dos Transportes* para o investimento em tecnologias de transporte eram escassos, ao mesmo tempo em que havia a necessidade de ofertar sistemas coletivos, portanto, de alta capacidade. Nas palavras do referido engenheiro:

A gente tinha um enorme *déficit* de oferta de transporte urbano e não tinha dinheiro suficiente para atender aquilo. Então, qualquer investimento em outra coisa que não fosse propiciar transporte coletivo era difícil de conseguir. Era muito fácil alguém dizer assim: “eu não posso, porque não temos dinheiro para isso”. Uma pessoa que dissesse isso era uma pessoa sensata (entrevista com engenheiro da EBTU).

Além das controvérsias a respeito da capacidade de transporte do Aeromóvel, outros de seus componentes eram interpretados de maneira diferente pelos atores sociais. Por exemplo, a leveza do veículo, considerada um ponto vantajoso pelos apoiadores, pois faria com que se utilizasse menos energia para propulsioná-lo, era vista como problemática pelos críticos, uma vez que sua estrutura não conseguiria minimizar o impacto sobre os passageiros no caso de um acidente.

Assim sendo, vemos que, apesar da extensa rede de apoiadores que Coester conseguiu até então arregimentar para o seu projeto, um ator importante não foi convencido: o *Ministério dos Transportes* —

representado aqui na figura de seu então Ministro, Cloraldino Soares Severo. A ele posteriormente se somariam outros atores que igualmente se contrapunham à implantação da tecnologia em Porto Alegre.

Mais controvérsias e um fechamento parcial (1986-1993)

Ao longo de 1985 — ano em que, como vimos, foram concluídos os estudos técnicos e econômicos do Aeromóvel solicitados pelo *Ministério dos Transportes* — novos planos para a implantação da tecnologia em Porto Alegre foram anunciados. A este respeito, uma matéria do *Zero Hora* divulgava a extensão do trecho localizado no Centro Administrativo do estado até o centro histórico da Capital, com recursos a serem adquiridos pelo governo estadual com o *Banco Mundial* (ATÉ, 1985).

A informação sobre a ampliação do trecho do Aeromóvel pelo centro da cidade não foi bem recebida pela *Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)*, tendo em vista o impacto que “uma estrutura do porte da que sustenta o deslocamento do veículo ocasionará sobre as caixas de muros organizadas por ruas do centro e a competição de formas que tal estrutura haveria de impor aos bens culturais urbanos já consagrados”. A expansão do trecho, portanto, prejudicaria a arquitetura histórica “de alguns dos espaços urbanos mais nobres e tradicionais da cidade” (AEROMÓVEL, 1985, p. 39).

Ainda em 1985, ocorreram novas substituições no *Ministério dos Transportes* e na *EBTU*. Esta última se comprometeu a complementar os estudos de viabilidade realizados durante a gestão anterior, com o apoio do *Ministério da Ciência e Tecnologia* (EBTU, 1985). No

mesmo ano, foi divulgada pela segunda vez a extensão da via experimental do Aeromóvel com investimentos da *Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)*.

A possibilidade de extensão da via gerou, novamente, debates acalorados. Desta vez, além da *SPHAN*, posicionaram-se contrários o *Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/RS)* e o *Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHAC)*. Segundo matéria do *Zero Hora*, o *COMPHAC* desaconselhava “a construção de pesadas estruturas de concreto para dar suporte ao Aeromóvel em áreas onde se encontram antigos prédios históricos da capital gaúcha” (SAI, 1988, p. 34).

O trecho de um quilômetro do Aeromóvel, que serviria para a realização de testes, foi finalizado em 1987 (Figura 4). No entanto, a construção da segunda estação, tal como planejado inicialmente, foi negada pela *Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV)*, pois “induzia à continuidade do prolongamento da linha”, indesejada pelo órgão (AEROMÓVEL, 1989, p. 37).

No ano de 1991, novamente ocorreram negociações entre engenheiros da *SurCoester*⁴ e secretários da *Prefeitura Municipal de Porto Alegre* para o prolongamento da linha do Aeromóvel pelo centro da cidade (NOVA, 1991). Em 1992, matéria do *Zero Hora* mostrou as incertezas da *Secretaria Municipal dos Transportes (SMT)* sobre a sua operacionalidade, principalmente no que diz respeito à tarifa que seria cobrada caso a implantação viesse a acontecer. O secretário dos transportes da Prefeitura afirmou, na época, que não poderia calcular o preço da tarifa sem conhecer a demanda prevista e o custo de operação por quilômetro rodado. Por outro lado, a empresa *SurCo-*

⁴A empresa *Coester Pesquisas e Participações* passou a se denominar *SurCoester* em 1987.



Figura 4 — Linha Piloto do Aeromóvel no Centro Administrativo do RS

Fonte: AEROMÓVEL BRASIL, 2011.

ester argumentou que somente seria possível realizar estudos sobre a demanda de passageiros e o custo de operação quando o traçado da linha estivesse definido (AEROMÓVEL, 1992).

No restante da década de 1990 não houve debates adicionais sobre o Aeromóvel. Matérias do *Zero Hora* apontavam o “abandono” do projeto em Porto Alegre e o “sucesso” de sua implantação na Indonésia,⁵ onde “os três veículos deslizam suavemente por vigas suspensas, integrados à paisagem arborizada do parque, transportando turistas com segurança e conforto” (INVENTO, 1999, p. 5; POLÊMICA, 1994). Concluímos assim que, naquele momento, ocorreu um fecha-

⁵Em 1988, a empresa Coester concedeu ao grupo indonésio P.T. Citra Patenindo Nusa Pratama o direito de empregar a tecnologia Aeromóvel em um anel de 3,2 quilômetros em Jacarta, capital da Indonésia (LINHA, 1988; Coester, 2013a). Este trecho funciona ainda hoje em um parque temático da cidade.

mento parcial das controvérsias em torno do Aeromóvel. A concretização do projeto estava mais distante e sua retomada implicaria mais recursos e mais aliados, nos termos de Latour (2000). A partir dos anos 2000, ele começou a figurar novamente como tema de debate.

Novas negociações para a implantação do Aeromóvel (2004-2013)

Nas décadas de 2000 e 2010, novos atores se envolvem com o projeto de implantação do Aeromóvel em Porto Alegre. As negociações resultaram em um trecho ligando a Estação Aeroporto da *Trensurb* ao Aeroporto Internacional Salgado Filho.

A retomada das discussões em torno do Aeromóvel teve início após a criação, pelo *Ministério da Ciência e da Tecnologia*, em 2004, de um grupo de trabalho constituído por engenheiros e pesquisadores com o objetivo de analisá-lo em seus aspectos técnicos (AEROMÓVEL BRASIL, 2012). O resultado do relatório então formulado salientou que o Aeromóvel constituía uma tecnologia “portadora de futuro”, no entanto, não estava “totalmente evoluída”, “faltava seu desenvolvimento” (Entrevista com professor da *PUC/RS*). Recomendava-se, assim, “iniciativas de fomento capazes de capacitar o fabricante e fornecedores para o atendimento de projetos futuros” entendendo como potenciais aplicações as ligações entre aeroportos e terminais ou aeroportos e centros comerciais (COESTER, 2013b).

Após a apresentação dos resultados do relatório, o *Ministério da Ciência e da Tecnologia*, por meio da *FINEP*, decidiu apoiar um projeto a ser desenvolvido pela *PUC/RS*, em parceria com a *Aeromóvel Brasil*,⁶ para a realização de estudos do Aeromóvel. Em meados de

⁶A *Aeromóvel Brasil*, pertencente ao *Grupo Coester*, é a empresa atualmente

2005, a *FINEP* sugeriu a inclusão de uma universidade pública à equipe, sendo escolhida a *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)* que, como vimos, já havia elaborado estudos sobre o Aeromóvel na década de 1980 (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, 2012).

Assim, em 2007, foi criado o projeto denominado “Conexão Inteligente”. Ele foi estruturado em duas fases: pesquisa e desenvolvimento e construção de uma linha operacional do Aeromóvel no *campus* da *PUC/RS*, passando sobre uma via bastante movimentada de Porto Alegre — a Avenida Ipiranga (AEROMÓVEL BRASIL, 2012; PUC, 2007). A primeira fase compreendeu 17 “metas físicas” e envolveu 58 professores e 40 bolsistas, em dez laboratórios das duas universidades, “onde serão avaliados aspectos urbanísticos, ambientais e de performance aplicados à mobilidade urbana” (PROFESSORES, 2007). A segunda fase ainda não foi desenvolvida. Um dos resultados do projeto foi a criação de um manual de normas para os sistemas classificados como *Automated People Mover (APM)*,⁷ publicadas em agosto de 2012, pela *Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)*.

Um ano antes da criação do Conexão Inteligente, a *Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)* e a *Trensurb* começaram a estudar a implantação do Aeromóvel ligando a Estação Aeroporto da Trensurb ao terminal do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, distantes cerca de um quilômetro (MINIS-

responsável pelo desenvolvimento da tecnologia Aeromóvel.

⁷*Automated People Mover (APM)*, traduzido como Sistema Movimentador Automático de Pessoas, conforme ABNT 16074-1:2012, são sistemas de média capacidade que começaram a se desenvolver na década de 1970. As principais características que definem esse tipo de modal são: operação automatizada, utilização de via exclusiva e elevada, alta frequência, tamanho reduzido e leveza. Esse tipo de sistema possui como principal nicho de mercado os aeroportos (Pereira, 2008).

TRO, 2006). Conforme Humberto Kasper, na época superintendente de Desenvolvimento e Expansão da *Trensurb*:

A ideia originária [nasce de uma] proposta [da *Infraero*] de ligar os terminais dela com a tecnologia Aeromóvel. E na época o presidente [da *Trensurb*] e eu, em contato com a *Infraero*, começamos a tratar esse tema, em contato também com a *Coester*. Na época, nós analisamos e concluímos que não poderíamos atender um projeto exclusivamente privado da *Infraero*, ou seja, atender suas ligações internas. Mas, nós poderíamos trabalhar uma ideia de projeto ligando um sistema de transporte público a outro sistema de transporte público, pra buscar financiamento público. Foi aí que nasceu a ideia (entrevista com Humberto Kasper).

Assim, em 2007, a *Trensurb* assinou um protocolo de intenções com a *Aeromóvel Brasil* para poder participar dos estudos de pesquisa e desenvolvimento do sistema Aeromóvel que vinham sendo efetuados pela *PUC/RS* e pela *UFRGS* (TRENURB, 2007), “com o interesse de integrar, futuramente, pontos de atração de usuários às estações do metrô” (PROJETO, 2007).

No ano seguinte, em 2008, a *Trensurb* incluiu a construção de uma linha do Aeromóvel entre a sua Estação Aeroporto e o Aeroporto Internacional Salgado Filho como um de seus planos de expansão com vistas à definição de Porto Alegre como uma das cidades sedes da Copa do Mundo de 2014 (TRENURB, 2008b). O projeto foi então incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Mobilidade Urbana, pelo *Ministério das Cidades* (TRENURB, 2008a). A *Trensurb* contava também com o apoio do *Ministério da Ciência e da Tecnologia* para a implantação do Aeromóvel nesta ligação (TRENURB, 2008c).

Assim, em 2010, a *Trensurb* lançou os editais para licitação das obras do Aeromóvel, que começaram a ser construídas no ano seguinte. Essa linha foi inaugurada em agosto de 2013, ligando a Es-

tação Aeroporto da Linha 1 ao novo terminal do Aeroporto Internacional Salgado Filho, com extensão de 998 metros, com dois veículos com capacidade para 150 e 300 passageiros cada (COMEÇAM, 2011). O primeiro veículo instalado, com capacidade para 150 passageiros, pode ser visualizado na Figura 5, abaixo.



Figura 5 — Trecho do Aeromóvel no Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre
Fonte: PORTAL DA COPA, 2013.

Após dois meses de viagens experimentais, com intervalo de tempo de operação diária reduzido, o Aeromóvel iniciou viagens comerciais (EM, 2013). O segundo veículo, com capacidade de transporte de 300 passageiros, foi instalado em outubro de 2013.

Pelo que foi exposto até aqui, notamos que nas décadas de 2000 a 2010 um conjunto amplo de atores se posicionaram de maneira favorável à implantação do Aeromóvel em Porto Alegre, considerando-o eficiente o suficiente a ponto de ser viabilizado comercialmente. Po-

demos então nos perguntar por que neste período as controvérsias se estabilizaram. Uma das questões a serem destacadas é o fato de que o Aeromóvel passou a ser pensado, naquela aplicação específica, por todos os atores envolvidos, como um meio de transporte de média capacidade, um *Automated People Mover*, alimentador de outros modos de transporte — deixando então de ser comparado com sistemas de transporte de alta capacidade. Tivemos, portanto, uma redefinição dos problemas percebidos anteriormente em relação à tecnologia, tal como teorizado por Pinch e Bijker (1987).

Ademais, neste período o criador do Aeromóvel, Oskar Coester, e seus apoiadores mais diretos adotaram uma posição menos contundente em relação à necessidade de implantação da tecnologia para a demonstração de sua eficiência, reforçando, por outro lado, a necessidade de serem realizados estudos e testes experimentais. Nesse sentido, Coester adotou uma postura diferente em relação ao Aeromóvel nos dois períodos que foram aqui analisados. Se na década de 1980, ele o considerava uma tecnologia incontroversa, que necessitaria apenas ser demonstrada em trechos implantados em Porto Alegre, nas décadas de 2000 e 2010 ele reconheceu as incertezas técnicas e econômicas que ainda o caracterizavam.

Considerações finais

Neste artigo, por meio da história das controvérsias que envolveram a implantação do Aeromóvel na cidade de Porto Alegre/RS, buscamos examinar as relações entre ciência, tecnologia, invenção e inovação, desde uma perspectiva sociológica. A partir do referencial teórico adotado, particularmente da abordagem da Construção Social da Tecnologia (PINCH; BIJKER, 1987) e tendo em conta algumas ad-

vertências da sociologia da tradução acerca da sobre-determinação do social (LATOURET, 2000), buscamos observar o controverso processo que permeou a construção do Aeromóvel desde o final da década de 1970 até 2013. Neste percurso, identificamos os grupos sociais relevantes, constituídos por atores individuais e coletivos que se envolveram na construção do Aeromóvel, demonstramos a flexibilidade interpretativa, analisando os diferentes significados formulados sobre ele e as posições (favoráveis ou contrárias) sustentadas, bem como os momentos de abertura e fechamento das controvérsias.

Os resultados da pesquisa indicam que o processo de implantação do Aeromóvel não seguiu um caminho linear, mas foi permeado por debates e por idas e vindas, relativas ao maior apoio ou crítica que recebeu por parte de diferentes atores sociais; além disso, a própria tecnologia foi sendo modificada ao longo do tempo, tendo em vista as novas exigências técnicas, a redefinição de problemas anteriormente percebidos e os testes e experimentos que eram então realizados. Os debates sobre o Aeromóvel não se restringiram ao âmbito técnico ou científico, mas envolveram também atores políticos, grupos empresariais e a mídia. Assim, eles foram articulados não apenas nos laboratórios científicos, mas também na *Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul* e no jornal *Zero Hora*.

Acompanhar uma controvérsia científica e tecnológica, como a do Aeromóvel, é um momento ímpar por permitir observar “a ciência em ação”, com as incertezas envolvidas, as tomadas de decisões técnicas, políticas, econômicas, os conceitos mobilizados e abandonados no percurso, os recursos retóricos e de reputação, até o momento da estabilização do artefato, quando o consenso, ainda que provisório, se estabelece. Ao final do processo, o Aeromóvel e sua eficiência revelaram-se mais um fenômeno social e coletivo do que resultado de

uma ideia inspiradora de seu inventor ou de alguma qualidade inerente à tecnologia dada de antemão (LATOURE, 2000).

Por sinal, as habilidades retóricas de Coester e a conquista de aliados no campo político e na mídia foram cruciais para o incentivo inicial que a tecnologia recebeu ainda durante os anos de 1978 a 1981. Este período foi caracterizado predominantemente por um apoio à tecnologia, permanecendo as críticas restritas ao âmbito acadêmico local. A esse respeito, cabe ressaltar que Oskar Coester não vinha dos bancos acadêmicos, sua reputação assentava-se em sua condição de inventor e empreendedor, mobilizada positivamente por ele e seus aliados e, por vezes negativamente, por seus críticos. Estava claro em seus depoimentos que o Aeromóvel constituía um projeto de vida, um sonho ao qual dedicou mais de quatro décadas de sua trajetória.

Durante os anos de 1982 a 1985, houve uma nova configuração de forças no campo político, na qual os aliados anteriores mobilizados por Coester já não estavam presentes e a necessidade de prova prévia de eficiência da tecnologia se apresenta como uma questão especialmente relevante. Surgem então controvérsias que envolvem diferentes modos de interpretar os testes experimentais (positivos ou negativos) e distintas maneiras de conduzir as avaliações da tecnologia (teóricas ou práticas). Essas controvérsias expressavam principalmente as distintas interpretações a respeito do significado da tecnologia: enquanto para o criador do Aeromóvel e para a mídia, ele representava um meio de alta capacidade, para o *Ministério dos Transportes* ele era considerado um meio de baixa capacidade.

De 1985 a 1993, o *Ministério dos Transportes* novamente adota uma posição favorável à implantação do Aeromóvel. No entanto, novos atores ou grupos locais tomam parte na controvérsia, como o *Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural*, o *Instituto dos*

Arquitetos do Brasil e a *Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Esses atores opunham-se à extensão da via experimental pelo centro histórico de Porto Alegre, pois ela prejudicaria a paisagem histórica da cidade. Além disso, neste período ocorreram debates entre engenheiros da *SurCoester* e secretários da *Prefeitura Municipal de Porto Alegre*, que tinham incertezas a respeito da operacionalidade do Aeromóvel. Desta forma, posteriormente ao ano de 1993, as discussões em torno do Aeromóvel cessam e são novamente reabertas na década de 2000, em um novo contexto político e econômico, marcado por grandes investimentos em infraestrutura.

Efetivamente, em 2007, é assinado um convênio entre a *PUC/RS*, a *UFRGS*, a *Aeromóvel Brasil* e a *Trensurb* para o desenvolvimento de estudos sobre o Aeromóvel. No ano seguinte, a *Trensurb* inclui o projeto de construção de uma linha da tecnologia entre uma de suas estações e o Aeroporto Internacional Salgado Filho como um de seus planos de expansão para a Copa do Mundo de 2014, inserindo-o no Programa de Aceleração do Crescimento da Mobilidade Urbana (PAC) do Governo Federal (TRENSURB, 2008b). Esta linha foi inaugurada em agosto de 2013. Assim, o contexto de investimentos e de busca por meios de transporte que pudessem preparar o país para a Copa do Mundo de 2014 se traduziu em apoio político ao projeto e na implantação do referido trecho. Ademais, a flexibilidade interpretativa foi limitada neste cenário — para aquela aplicação específica —, favorecendo o fechamento da controvérsia. Os diferentes atores convergem em torno de um novo significado da tecnologia, agora considerada como meio de transporte de média capacidade, um *Automated People Mover*, alimentador de outros modais de transporte.

Apesar da convergência de interesses que possibilitou a implantação da referida linha do Aeromóvel em Porto Alegre, a questão sobre

a sua capacidade de transporte permanece em aberto. A esse respeito, ressaltamos o projeto de construção de uma linha de alta capacidade ligando bairros do município de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre/RS. A partir da estabilização anteriormente alcançada e que resultou na sua implantação como transporte de média capacidade, abre-se nova controvérsia que visa construir a tecnologia como de alta capacidade. O projeto nasceu a partir de negociações entre a prefeitura municipal e a empresa *Aeromóvel Brasil*, e resultou na assinatura de um contrato de financiamento junto ao governo federal, em 2015. O contrato, no entanto, foi suspenso por conta das mudanças na gestão municipal e do posicionamento desfavorável da *Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan)*, que questionou a viabilidade técnica e econômica do projeto (GONZATTO, 2018). Um dos pontos críticos levantados pela *Metroplan* refere-se justamente à viabilidade do Aeromóvel para o transporte de grande número de passageiros. Tal desdobramento enfraquece o Aeromóvel e interrompe sua implantação como transporte de alta capacidade.

O movimento analisado neste artigo, de controvérsias sucessivas, que envolvem negociações, disputas e transformações que produzem fatos dotados de maior ou menor credibilidade, corroboram a tese aqui desenvolvida acerca da inovação como resultado de uma construção coletiva, cuja estabilização é um processo altamente dependente da sua circulação futura, estando sempre aberta a novas controvérsias.

Referências

AEROMÓVEL BRASIL. *Aeromóvel: inovação em mobilidade*. São Leopoldo, 2011.

_____. *Histórico*. Porto Alegre, 2012. Disponível em: www.aeromovel.com.br.

com.br. Acesso em: 17 jul. 2013.

AEROMÓVEL da Coester funciona no fim do ano. *Zero Hora*, Porto Alegre, 27 jan. 1982. Transporte, p. 21.

AEROMÓVEL fica sem a segunda estação. *Zero Hora*, Porto Alegre, 22 maio 1989. Geral, p. 37.

AEROMÓVEL pode ter trajeto pela Mauá. SPHAN é favorável. *Zero Hora*, Porto Alegre, 17 mar. 1985. Transporte, p. 39.

AEROMÓVEL recebe verba de Cr\$ 468 milhões. *Zero Hora*, Porto Alegre, 02 nov. 1983. Geral, p. 5.

AEROMÓVEL, SMT questiona prioridade do projeto. *Zero Hora*, Porto Alegre, 05 jun. 1992. Transporte, p. 28.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. *Comissão de assuntos municipais*. Ata n 24/84. Porto Alegre, 1984.

ATÉ outubro Aeromóvel entra em operação. *Zero Hora*, Porto Alegre, 10 jan. 1985. Transporte.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIJKER, Wiebe. How is technology made? That is the question! *Cambridge Journal of Economics*, Oxford University Press: v. 34, p. 63–76, 2010.

_____. The Social construction of Bakelite: toward a theory of invention. In: BIJKER, W. at al (Eds.). *The Social Construction of Technological Systems: News Directions in the Sociology and History of Technology*. Massachusetts: MIT Press, 1987, p. 159-187.

COESTER, Marcus. *Programa tecnológico de Mobilidade Urbana*. 2013b. Disponível em: www.al.rs.gov.br. Acesso em: 10 jan. 2014.

COESTER. *Esclarecimentos sobre as colocações do Sr. Ministro dos Transportes na Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, 1984a.

_____. *Parecer final do Conselho Técnico: Comentários da Coester*. Porto Alegre, 1985.

_____. *Produtos: automação em mobilidade urbana*. São Leopoldo. 2013a. Disponível em: www.coester.com.br. Acesso em: 17 de dezembro 2013.

- _____. *Programa de avaliação do Aeromóvel*. São Leopoldo, 1984b.
- COLLINS, Harry.; PINCH, Trevor. *O Golem à solta: o que você deveria saber sobre tecnologia*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- COMEÇAM hoje as obras de implantação do Aeromóvel. *Zero Hora*, Porto Alegre, 15 ago. 2011. Região Metropolitana, p. 33.
- COMISSÃO de obras visita Aeromóvel. *Zero Hora*, Porto Alegre, 30 ago. 1979. Geral, p. 6.
- COSTA, Ennio Cruz da. *Parecer técnico sobre o sistema de transporte pneumático Coester “Aeromóvel”*. Porto Alegre, 1980.
- COSTA, Maria Conceição da.; SILVA, Renan Gonçalves L. A dinâmica do conhecimento biomédico e em saúde: uma interpretação sociológica. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 21, n. 50, p. 18-47, jan./abr. 2019.
- EBTU vai conduzir estudos sobre Aeromóvel. *Zero Hora*, Porto Alegre, 26 jul. 1985. Geral, p. 21.
- EM dia de teste, Aeromóvel atrai passageiros curiosos. *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 ago. 2013. Disponível em: zerohora.clicrbs.com.br. Acesso em: 12 dez. 2013.
- EMPRESA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS. *Projeto Aeromóvel: Parecer final do Conselho Técnico*. Porto Alegre, 1985.
- FRANCISCONI, Jorge G. M. A saga do Aeromóvel. *Revista dos Transportes Públicos*. São Paulo, ano 29, p. 87-98, 2006.
- GONZATTO, Marcelo. Entenda como desandou o projeto do Aeromóvel de Canoas. *Zero Hora*, Porto Alegre, 01 mar. 2018. Mobilidade urbana. Disponível em: gauchazh.clicrbs.com.br. Acesso em: 20 out. 2020.
- IMPLANTAÇÃO de trem pneumático em estudo. *Zero Hora*, Porto Alegre, 25. jul. 1979. Cidade, p. 6.
- INVENTO já transportou 3 milhões de pessoas em parque da Indonésia. *Zero Hora*, Porto Alegre, 13 nov. 1999, p. 5.
- JOVCHELOVICH, Sandra; BAUER, Martin, W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 90-113.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação*. São Paulo: UNESP, 2000.

LIAKOPOULOS, Miltos. Análise Argumentativa. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 218-243.

LINHA do Aeromóvel sem solução. *Zero Hora*, Porto Alegre, 06 jul. 1988. Geral, p. 34.

MINISTRO conhece projeto do Aeromóvel. *Zero Hora*, Porto Alegre, 15 nov. 2006. Transporte, p. 38.

NOVA alternativa para o Aeromóvel. *Zero Hora*, Porto Alegre, 25 abr. 1991. Transporte, p. 45.

PEREIRA, B. *Tendências técnico-econômicas para sistemas não-convencionais sobre trilhos em via elevada*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) — Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PINCH, Trevor; BIJKER, Wiebe. The social construction of facts and artifacts: or how the sociology of science and the sociology of technology might benefit each other. In: BIJKER, W.; HUGHES, T.; PINCH, T. (Eds.). *The social construction of technological systems*. Massachusetts: MIT Press, 1987, p. 17-50.

POLÊMICA do Aeromóvel chega à maioria. *Zero Hora*, Porto Alegre, 28 maio 1994. Memória, p. 51.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. *Aeromóvel*. Porto Alegre, 2012. Disponível em: www.pucrs.br. Acesso em: 17 de dezembro de 2013.

PORTAL DA COPA. *Mobilidade Urbana*. Disponível em: www.copa2014.gov.br. Acesso em: 15 ago. 2013.

PROFESSORES e técnicos da UFRGS, PUC e Aeromóvel conhecem funcionamento do metrô. *Trensurb*, Porto Alegre, 15 maio 2007. Notícias. Disponível em: www.trensurb.gov.br. Acesso em: 30 nov. 2013.

PROJETO de implantação do Aeromóvel leva professores da UFRGS e PUC a conhecer o funcionamento da Trensurb. *Trensurb*, Porto Alegre, 17 maio 2007. Notícias. Disponível em: www.trensurb.gov.br. Acesso em: 26 nov. 2013.

PUC anuncia que terá Aeromóvel. *Zero Hora*, Porto Alegre, 04 mar. 2007. Transporte, p. 32.

SAI posição sobre Aeromóvel. *Zero Hora*, Porto Alegre, 12 jul. 1988. Geral, p. 34.

SCIRÉ, Cláudia. *Vida em conexão: celulares, usuários e mercado na construção do novo social*. 2014. 188p. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

TREM a ar será testado dentro de três meses. *Zero Hora*, Porto Alegre, 01 jun. 1979a. Geral, p. 25.

TREM a vácuo: 100 metros prontos. *Zero Hora*, Porto Alegre, 16 jul. 1979b. Geral, p. 22.

TRENSURB assina protocolo para participar dos estudos para implantação do Aeromóvel. *Trensurb*, Porto Alegre, 4 abril 2007. Notícias. Disponível em: www.trensurb.gov.br. Acesso em: 5 jun. 2013.

TRENSURB dá largada para obras de extensão até Novo Hamburgo. *Trensurb*, Porto Alegre, 29 fev. 2008a. Notícias. Disponível em: www.trensurb.gov.br. Acesso em: 25 nov. 2013.

TRENSURB mostra seus planos de expansão para ajudar Porto Alegre a ser escolhida sede da Copa de 2014. *Trensurb*, Porto Alegre, 30 out. 2008b. Notícias. Disponível em: www.trensurb.gov.br. Acesso em: 29 nov. 2013.

TRENSURB repassa à prefeitura informações sobre as obras para a Copa do Mundo de 2014. *Trensurb*, Porto Alegre, 18 nov. 2008c. Notícias. Disponível em: www.trensurb.gov.br. Acesso em: 27 nov. 2013.

Resumo:

Neste artigo, descrevemos as controvérsias que envolveram a implantação do Aeromóvel na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, durante o período que se estendeu do final da década de 1970 até o ano de 2013. Particularmente, identificamos os atores que participaram da construção e implantação do Aeromóvel, mapeamos suas posições e os discursos por eles formulados. Para tanto, realizamos onze entrevistas narrativas com empresários, engenheiros e políticos, bem como análise de documentos como matérias jornalísticas, relatórios técnicos, ata de audiência pública e catálogos de divulgação da tecnologia. Os resultados mostram que o processo de implantação do Aeromóvel não seguiu um caminho linear, mas foi permeado por debates e por idas e vindas, relativas ao maior apoio ou crítica que recebeu por parte de diferentes atores sociais como grupos empresariais, políticos, técnicos e a mídia.

Palavras-chave: Aeromóvel; Tecnologia; Controvérsias; Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia.

Abstract:

In this article, we describe the controversies that involved the implementation of the Aeromóvel in the city of Porto Alegre, Rio Grande do Sul, during the period that extended from the end of the 1970s to the year 2013. In particular, we identified the actors that participated in the construction and implementation of the Aeromóvel, we mapped their positions and the speeches they formulated. To this end, we conducted eleven narrative interviews with businessmen, engineers and politicians, as well as analysis of documents such as journalistic articles, technical reports, minutes of public hearings and catalogs for the dissemination of technology. The results show that the process of implementing the Aeromóvel did not follow a linear path, but was permeated by debates and back and forth, regarding the greater support or criticism it received from different social actors such as business, political, technical groups and the media.

Keywords: Aeromóvel; Technology; Controversies; Social Studies in Science and Technology.

Recebido para publicação em 21/08/2020.
Aceito em 15/02/2021.

// Resenhas


RESENHA

Deus, família, punitivismo e neoliberalismo: o novo conservadorismo brasileiro e suas conexões com os Estados Unidos da Era Reagan

LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019. 228 p.

Wallace da Silva Mello

Universidade Estadual do Norte Fluminense, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-7043-382X>

wallace_sm89@hotmail.com

A eleição de Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República, em 2018, causou surpresa, espanto e curiosidade entre acadêmicos nacionais e internacionais acerca das causas do sucesso dessa figura política de direita¹ ou extrema direita. Enquanto alguns trabalhos bus-

¹De acordo com Lacerda, “Direita, por sua vez, refere-se a um conjunto de posições substantivas mais ou menos opostas à busca crescente por igualdade” (LACERDA, 2019, p. 27).

caram analisar a figura e o passado de Jair Bolsonaro (MAKLOUF, 2019), outros se debruçaram sobre os dados eleitorais do pleito de 2018 (NICOLAU, 2020). Uma terceira via dedicou-se às pesquisas etnográficas em setores das classes populares (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Nobre (2020), por sua vez, discutiu os ataques à democracia promovidos pelo governo Bolsonaro. Por fim, há estudos sobre aspectos históricos ligados à segurança pública, às milícias e aos grupos de extermínio e o governo Bolsonaro (PAES MANSO, 2020).

É nesse contexto que se insere *O novo conservadorismo brasileiro*, de Marina Basso Lacerda (2019). Pós-doutoranda na Universidade de São Paulo (USP) e servidora da Câmara dos Deputados, graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), é mestra em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). O livro é fruto da tese defendida no IESP, em 2018, e foi finalista do 62º Prêmio Jabuti de Ciências Sociais e vencedor do Prêmio Minuano de Literatura.

No tocante à estrutura, o livro possui 228 páginas, distribuídas em seis capítulos, apresentação e conclusão, além de um prefácio escrito pela professora Flávia Biroli, da Universidade de Brasília (UnB), um apêndice metodológico da pesquisa e as referências bibliográficas. O texto é bem escrito, de fácil entendimento e claro na argumentação. Embora mantenha a estrutura acadêmica, isso não o torna cansativo.

A autora dialoga com pensadores de diversos campos das Ciências Sociais, permitindo conhecer um rico conjunto de obras para aprofundamento. Pelos temas abordados, pelo contexto histórico em que está inserido e pela forma abrangente da escrita, a leitura do livro pode ser aproveitada tanto por graduandos em Humanidades quanto por pós-

graduandos, pesquisadores e interessados, sobretudo, nas questões políticas e legislativas contemporâneas e no (neo)conservadorismo no Brasil.

Lacerda já discutia academicamente a temática do conservadorismo, a atuação política de religiosos, as questões sobre sexualidade e moralidade no parlamento, as pautas punitivistas² no Congresso brasileiro e as formas de inserção internacional do Brasil. A inovação está, porém, quando propõe pensar a articulação desses movimentos. Nesse sentido, “a tese defendida neste livro é que, no conjunto, essas agendas sintetizam o que se chamará aqui de novo conservadorismo brasileiro, o qual, por sua vez, é uma reelaboração do neoconservadorismo norte-americano” (LACERDA, 2019, p. 16).

Essa aliança neoconservadora representaria uma parcela da direita no Brasil, que se homogeneizou e conseguiu eleger Jair Bolsonaro à Presidência (LACERDA, 2019, p. 17). Um dos pontos fundamentais desse novo conservadorismo, que diverge do conservadorismo tradicional (tanto nos EUA quanto no Brasil), é o apelo a questões reprodutivas, sexuais e da família tradicional, assim como à participação das lideranças da direita cristã e à concepção de que a família é a resposta a todo tipo de desordem ou disfunção social (LACERDA, 2019, p. 18).

Para o desenvolvimento da pesquisa, Lacerda (2019) recomenda a utilização de testes multimétodos para a verificação das hipóteses apresentadas. A autora, então, demonstra a relação entre os temas

²Lacerda (2019) trabalha no livro com o conceito de “idealismo punitivo”, de Greg Grandin, adaptando-o. Nesse sentido, “trata-se da imposição interna da ‘lei e da ordem’, ou seja, do rigor penal contra os crimes e contra os dissidentes políticos internos” (LACERDA, 2019, p. 46). Desse modo, o ideal punitivista recairia, sobretudo, nas populações pobres e periféricas que sofreram com a redução do Estado de Bem-Estar Social e das políticas sociais e a crescente desigualdade, exclusão e desemprego.

nas votações por meio de análise quantitativa, utilizando tabelas de contingência e comparando frequências esperadas e observadas nas votações de propostas relacionadas à agenda neoconservadora (a fim de determinar a associação ou a independência de variáveis) na Câmara. Para isso, centra sua pesquisa na Legislatura iniciada em 2015 e abrange fatos e dados colhidos até um mês após a vitória de Bolsonaro em 2018.³ O foco da autora volta-se a 50 deputados protagonistas na agenda pró-família tradicional, os quais também possuem atuação em outras temáticas neoconservadoras, tais como o punitivismo, o neoliberalismo e a política externa pró-Israel e contrária à autonomia em relação aos EUA.⁴

Marina Lacerda (2019) também explora qualitativamente discursos, propostas legislativas, entrevistas e postagens em redes sociais de parlamentares que compõem a aliança neoconservadora. Tal perspectiva enriquece a discussão e permite visualizar melhor a temática no tempo. A forma bem executada como a autora organiza e sistematiza metodologicamente o trabalho pode servir como uma boa referência para pesquisas futuras.

No capítulo um, Lacerda (2019) recorre à literatura especializada

³A autora também recorre a discursos e falas anteriores ao processo, no intuito de demonstrar a formação da agenda e a aliança neoconservadora no Brasil. Destacam-se, nesse recuo histórico, as falas do então deputado Jair Bolsonaro, cuja atuação parlamentar vai adquirindo feições neoconservadoras, em especial nas duas últimas legislaturas anteriores a 2018 e em sua chegada à Presidência. Na 55ª legislatura (2015-2018), Jair Bolsonaro e Marco Feliciano foram os únicos parlamentares a se posicionarem a favor de todos os projetos com características neoconservadoras na Câmara dos Deputados.

⁴Marina Lacerda (2019) diferencia o tipo de proposta de política externa nos EUA (um país no centro do capitalismo e do sistema internacional) e no Brasil (um país periférico). Um dos pontos centrais reside na busca pela legitimidade de intervenções e no aumento da projeção internacional dos EUA. No Brasil, a consequência seria a diminuição do protagonismo internacional, a luta anticomunista interna e contra a integração autônoma (LACERDA, 2019, p. 157).

para definir o neoconservadorismo histórica e conceitualmente. Se o neoconservadorismo, como modo de pensamento, surge por volta de 1950, como movimento político ganha estrutura e organização em 1980, com Margareth Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Para a autora, “O neoconservadorismo é, sim, conservador, nos moldes definidos por Huntington em sua teoria situacional” (LACERDA, 2019, p. 26). Nesse sentido, o neoconservadorismo se estabelece como resistência a uma situação de eventual transformação social. É uma ideologia produto de uma situação de conflito.

João Pereira Coutinho apresenta também o conservadorismo como uma “ideologia posicional e reativa⁵: é perante uma ameaça concreta aos fundamentos institucionais da sociedade que a ideologia conservadora desperta, reage e se define” (COUTINHO, 2014, p. 31). Nesse ponto, surpreende a ausência do diálogo com a obra de Albert Hirschman (2019). No livro, o autor elabora uma análise sobre a retórica conservadora, a qual também postula a resistência à transformação do *status quo* como um elemento definidor do conservadorismo. A riqueza conceitual de Hirschman (2019) poderia acrescentar à obra.

A partir da literatura, Lacerda (2019) identifica cinco elementos fundamentais do neoconservadorismo: ideário privatista, antilibertário, neoliberal, conservador e de direita. Esse ideário se manifesta na preferência por pautas como a defesa da família tradicional patriarcal, o militarismo e o punitivismo, a crítica a movimentos reivindicatórios, o anticomunismo e a defesa de Israel (LACERDA, 2019, p. 58-9).

O ideário privatista manifesta-se em diversas formas no discurso neoconservador: críticas ao Estado, defesa do *homeschooling*, ênfase

⁵O autor distingue as ideologias ideacionais e ativas das posicionais e reativas (COUTINHO, 2014, p. 30-31).

no armamento civil para fins de segurança pública (o cidadão deve defender sua família e não esperar isso do Estado — que é ineficiente) e, sobretudo, a ideia de que é a família constitui o instrumento de resolução dos conflitos sociais. Isso também se relaciona ao punitivismo neoliberal. Este defende um aumento do rigor penal (Estado Máximo) ao passo de uma redução dos gastos sociais (Estado Mínimo). “Disso resulta uma desagregação, que é preenchida por valores morais rígidos, pela família e pela religião. Os princípios morais são um contrapeso ao caos a que o neoliberalismo leva” (LACERDA, 2019, p. 52).

A peculiaridade do neoconservadorismo seria a atenção a pautas de reprodução, dos temas sexuais e à presença da direita cristã. Nos EUA, o marco inicial desse protagonismo seria a discussão da Emenda dos Direitos Iguais no governo Reagan. No Brasil, a síntese desse processo seria o debate sobre o Estatuto da Família, em 2015. Em ambos os casos, foram movimentos de reação à mudança do *status quo* das questões de gênero, de reprodução e dos direitos iguais da população LGBT.

No capítulo dois, a autora empreende uma análise da produção legislativa, buscando identificar os personagens que se enquadrariam em uma ação política neoconservadora. Ela examinou 104 proposições legislativas e 163 discursos, dividindo-os em ações contra o aborto, contra as reivindicações LGBT⁶ e contra as questões de gênero. Nesse caso, cobriu um período de tempo maior do que em outros capítulos: de 2003 a 2015. Em 2008, cresceu o número de propostas contra o aborto; em 2011, houve um pico das ações contra LGBT e, em 2015, as propostas contra gênero e LGBTs dobraram. A reconstrução histórica e fatural do texto é muito rica e pontua bem os principais

⁶Dado que a autora mantém o uso da sigla mais frequentemente utilizada para se referir às populações LGBTQIA+, optou-se pela reprodução conforme encontrado no livro.

eventos do contexto, também permitindo ao leitor identificar atores políticos envolvidos.

O perfil dos protagonistas parlamentares das ações pró-família patriarcal é homem (96%), evangélico (60%, enquanto os evangélicos são apenas 12% do total da Câmara) e membro de uma igreja pentecostal, sobretudo da Assembleia de Deus. Apesar disso, também há membros de outras denominações. O Partido Social Cristão é o maior protagonista do ativismo (LACERDA, 2019, p. 80).

A autora enumera os principais argumentos utilizados por esses deputados para barrarem as ações que feririam os princípios da família da tradicional: em primeiro lugar, os jurídicos⁷; em segundo, os da defesa da família; em terceiro, os religiosos; e o quarto tipo de argumento é o baseado na maioria (moral ou demográfica). Em todos esses argumentos, o léxico neoconservador nos moldes estadunidenses aparece.

O tema do punitivismo e do militarismo é abordado no capítulo três. Com fulcro na identificação de uma atuação pró-família no parlamento, Marina Lacerda amplia o alcance da análise da atuação desses deputados para outras agendas que confirmam o neoconservadorismo. Retomando a Doutrina de Segurança Nacional da Guerra Fria, o inimigo interno muda no final do século XX e deixa de ser o comunista infiltrado para ser o jovem traficante pobre das periferias brasileiras (LACERDA, 2019, p. 100).

A autora não conceitua claramente o que seja militarismo,⁸ e isso

⁷Embora a autora chame a atenção para a instrumentalização da argumentação jurídica em prol da moralidade cristã. Isto é, ainda que se utilizem de argumentos jurídicos adquiridos através da experiência pública e política nos últimos 30 anos, os membros da bancada evangélica estariam buscando traduzir os valores cristãos e da moral religiosa em termos jurídicos (LACERDA, 2019, p. 91)

⁸Na História Militar, Ciência Política e mais especificamente no estudo das Relações Civis-Militares, o conceito de militarismo é tema de amplo e acalorado debate

dificulta, por exemplo, discussões sobre os militares na atual conjuntura do país, tais como as escolas militarizadas, a politização das Forças Armadas e a militarização da polícia e da sociedade. Uma exploração mais aprofundada do tema do militarismo, mesmo que apenas no âmbito do parlamento (por exemplo, se e como a temática militar sobrepõe-se aos valores civis em votações, discursos e projetos de lei), permitiria discutir essa suposta “invasão” dos temas e valores militares no âmbito civil. Em vez disso, ela argumenta que “O militarismo anticomunista foi expresso por conta do contexto da Guerra Fria como forma de projeção do poder dos Estados Unidos nas relações internacionais. Tratava-se de combater a União Soviética [...]” (LACERDA, 2019, p. 44). Esse militarismo ou belicismo, como ela usa em outra passagem do livro (LACERDA, 2019, p. 46), teria características externas e internas.

Internamente, Lacerda (2019) analisa a atuação parlamentar dos deputados pró-família tradicional nas pautas punitivas a exemplo da redução da maioria penal, da exibição de fotos de crianças e adolescentes em conflito com a lei, da alteração da Lei de Drogas, da transformação do homicídio policial em crime hediondo, da obstrução à instalação e à fiscalização das recomendações da Comissão Nacional da Verdade e da revogação do Estatuto do Desarmamento. Em todos esses temas e votações, Lacerda (2019) encontrou pelo menos uma ação coerente de todos os deputados protagonistas pró-família. Nesse sentido, há um vínculo claro entre a agenda pró-família tradi-

há, pelo menos, quase um século. A autora não toca nesse ponto em específico, preferindo tratar o tema do militarismo como um sinônimo de defesa de uma agenda de segurança pública e do aumento do rigor penal. Grosso modo, o militarismo poderia ser definido como uma certa supervalorização de valores e ações militares em detrimento dos valores civis, mobilizados ou não por militares e que podem, no limite, contrapor-se aos próprios objetivos e funções militares de uma sociedade (PION-BERLIN, 2018, p. 623-624).

cional e a agenda punitivista e de Segurança Pública. “Ou seja, a correspondência entre ser policial/militar e ser evangélico é 80% maior do que a esperada” (LACERDA, 2019, p. 137). Do mesmo modo, há a correspondência entre atuar nas comissões de Segurança Pública e apoiar a frente evangélica.

No contexto externo, tema do capítulo quatro, destaca-se o apoio que os deputados protagonistas pró-família e pró-punitivismo dão às propostas neoconservadoras, como a crítica aos governos mais à esquerda (bolivarianos) e a defesa do estado de Israel. Lacerda (2019) refere-se, assim, à conexão entre conservadorismo, evangelismo e capitalismo. O léxico neoconservador aproxima estratégica e ideologicamente esses movimentos, de tal modo que diferenças históricas são relativizadas (judeus x evangélicos) e pressupõe-se uma naturalização do capitalismo e do neoliberalismo como formas de organização social. Os neoconservadorismos, contudo, apresentam diferenças. A perspectiva neoconservadora em Política Internacional nos EUA — projeção do poder estadunidense — vis-à-vis no Brasil — critica a posição mais autonomista e o alinhamento aos EUA.

Dos quinze protagonistas selecionados daquilo que seria uma ação neoconservadora brasileira (vide Tabela 12), catorze, enfim, aderiram em algum nível ao combate ao socialismo do século XXI, ao bolivarianismo ou aos exemplos de Cuba, Bolívia e Venezuela (LACERDA, 2019, p. 155-156).

O último ingrediente do léxico neoconservador é o neoliberalismo. Marina Lacerda (2019) adota o critério da votação nominal para aferir se os protagonistas pró-família, punitivistas e alinhados ao neoconservadorismo em temas de Política Externa também se comportam dessa maneira nas votações sobre pautas econômicas neoliberais. A autora analisou as votações da diminuição da participação da Petro-

bras na exploração do Pré-Sal, na aprovação do Teto de Gastos e na Reforma Trabalhista. Na votação do Pré-Sal, 97% dos evangélicos votantes foram a favor; na votação do Teto dos Gastos, 89% dos evangélicos votaram a favor do Teto (100% dos protagonistas pró-família). O único projeto em que Lacerda (2019) não encontrou influência do fator evangélico foi na Reforma Trabalhista. Embora dentro do grupo dos protagonistas neoconservadores, a votação a favor tenha sido de 75% a favor.

Por fim, a autora acrescenta ao livro um capítulo que não consta na tese de doutorado. Nele a autora investiga a atuação parlamentar de Jair Bolsonaro. Ao analisar as palavras citadas mais de 200 vezes nos pronunciamentos de Bolsonaro, destacou-se a irrelevância dos temas de saúde, educação (à exceção do “Kit Gay”), saneamento básico, transportes, infraestrutura e cultura (LACERDA, 2019, p. 186). Emerge também o fato de Bolsonaro nunca ter sido um neoconservador clássico, apenas aderindo a esse discurso a partir de 2011.

A autora ainda apresentou eventuais hipóteses para a ascensão do novo conservadorismo brasileiro: os “vasos comunicantes” da direita religiosa estadunidense e a brasileira, isto é, a criação de rádios na Guerra Fria, redes de televisão, publicações e intercâmbio entre as igrejas; o papel de Olavo de Carvalho como intelectual neoconservador; o antipetismo; e, entre outros, o próprio poder do argumento conservador, ou seja, ser mais simples, mais confortável, ordenador do caos social e resposta às incertezas da contemporaneidade.

O livro vem em ótima hora e deve ser lido com muito cuidado e atenção tanto pela reconstrução histórica muito apurada que faz quanto pela profunda discussão sobre as conexões entre política, neoconservadorismo, evangelismo, punitivismo e apoio ao neoliberalismo. Se as hipóteses de Marina Basso Lacerda (2019) estão corre-

tas, a aliança neoconservadora que constitui o novo conservadorismo brasileiro é anterior à eleição de Jair Bolsonaro, e nada sugere que desaparecerá em uma eventual derrota dele em 2022.

Referências

COUTINHO, João Pereira. *As Ideias Conservadoras Explicadas a Revolucionários e Reacionários*. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

HIRSCHMAN, Albert. *A Retórica da Intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 188 p.

LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019. 228 p.

MAKLOUF, Luiz. *O Cadete e o Capitão: A vida de Jair Bolsonaro no quartel*. São Paulo: Editora Todavia, 2019.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOBRE, Marcos. *Ponto-Final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Ed. Todavia, 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã Vai ser Maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PAES MANSO, Bruno. *A República das Milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: Ed. Todavia, 2020.

PION-BERLIN, David. Militarismo. In: SAINT-PIERRE, Héctor; VITELLI, Marina Gisela. *Dicionário de Segurança e Defesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

Resumo:

Resumo de LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019. 228 p.

Palavras-chave: Neoconservadorismo; Câmara dos Deputados; punitivismo.

Abstract:

Book review of LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019. 228 p.

Keywords: New Brazilian conservatism; Chamber of Deputies; punitivism.

Recebido para publicação em 28/09/2021.
Aceito em 17/11/2021.